

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Marilne Thomazello Mendes Fernandes

**A produção social do espaço urbano e centralidades socialmente
segmentadas em Campos do Jordão - SP**

São José dos Campos
2020

Marilne Thomazello Mendes Fernandes

A produção social do espaço urbano e centralidades socialmente segmentadas em Campos do Jordão - SP

Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papalli

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Cilene Gomes

São José dos Campos, SP
2020

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Fernandes, Marilne

A produção social do espaço urbano e centralidades socialmente segmentadas em Campos do Jordão - SP / Marilne Fernandes; orientadora, Maria Aparecida Papali; co-orientadora Cilene Gomes. - São José dos Campos, SP, 2020.

250 p.

Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Produção Social do Espaço Urbano. 3. Centralidade. 4. Cidade Mercadológica. 5. Circuitos da Economia Urbana. I. Papali, Maria Aparecida, orient. II. Gomes, Cilene, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Marilne T. M. Fernandes, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 30 de Setembro de 2020.

Autor(a) da Obra

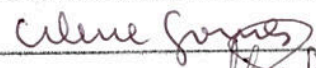
Data da defesa: 28 / Out. / 2020

MARILNE THOMAZELLO MENDES FERNANDES

**"A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E CENTRALIDADES SOCIALMENTE SEGMENTADAS
EM CAMPOS DO JORDÃO - SP."**

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba - Univap, pela seguinte banca examinadora:

PROF.ª DR.ª MARIA APARECIDA CHAVES RIBEIRO PAPALI 

PROF.ª DR.ª CILENE GOMES 

PROF.ª DR.ª ADRIANE APARECIDA MOREIRA DE SOUZA 

PROF.ª DR.ª SANDRA MARIA FONSECA DA COSTA 

PROF. DR. ADEMIR PEREIRA DOS SANTOS - Unitau 

PROF.ª DR.ª NILDA NAZARÉ PEREIRA OLIVEIRA - ITA 

Prof.ª Dr.ª Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 28 de outubro de 2020.

DEDICATÓRIA

Aos Antônios da minha vida...
Meu avô que sempre viajava para Campos do Jordão desde quando eu era criança e ouvia suas histórias e meu filho que acabou conhecendo melhor a cidade através do meu olhar!

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aqui a todos que me acompanharam neste período de estudo e descobertas...

Agradeço, especialmente, às minhas duas queridas: à orientadora Professora Doutora Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali e à co-orientadora Professora Doutora Cilene Gomes, que igualmente me incentivaram, ensinaram e orientaram por todo o período desse estudo. Tiveram por mim uma atenção e uma dedicação que fez toda a diferença.

À minha amiga, professora Doutora Sandra Maria Fonseca da Costa que nunca me deixou desistir.

Ao Guga, que sempre me incentivou incondicionalmente a fazer esse doutorado e sempre me ajudou gentilmente.

Aos professores do curso de doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, pela oportunidade que me deram em aprender com eles.

Aos colegas de curso pelos momentos descontraídos do café no intervalo das aulas, onde se compartilhava conhecimentos, dicas de livros, alegrias e alguns desabafos.

Em especial ao amigo Jobair Rangel, que nas horas de estudo sempre teve uma palavra amiga e algumas boas ideias para esse trabalho.

Ao colega Daniel José de Andrade, pela presteza que teve ao ajudar nesse trabalho na confecção dos mapas e pela colaboração com os gráficos.

Aos meus alunos Edrei B. Custódio e Emilly Santos que por conhecerem muito bem Campos do Jordão e alguns moradores, me apresentaram pessoas para entrevistar e me deram boas dicas sobre a cidade.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Campos do Jordão, pela demonstração de interesse em colaborar na busca dos dados pertinentes à pesquisa.

Aos novos colegas jordanenses pelas entrevistas, depoimentos e suas lições de vida.

À minha amiga Nanci B. Fleming, por compartilhar comigo suas lembranças e emoções dos tempos de Campos do Jordão.

E agradeço de todo coração à minha família e meus amigos pelo apoio e amor irrestritos.

MINHA CIDADE

Minha cidade tem cheiro de mel

Tem gosto de frutas

Sabor de alegria.

Minha cidade tem gente correndo

Brincando, aprendendo

Tem tudo de bom

Minha cidade é feita de sonhos

De esperança e de vida

É feita de amor.

Minha cidade, quer saber qual é?

É a cidade que invento

Na minha imaginação.

Autor desconhecido

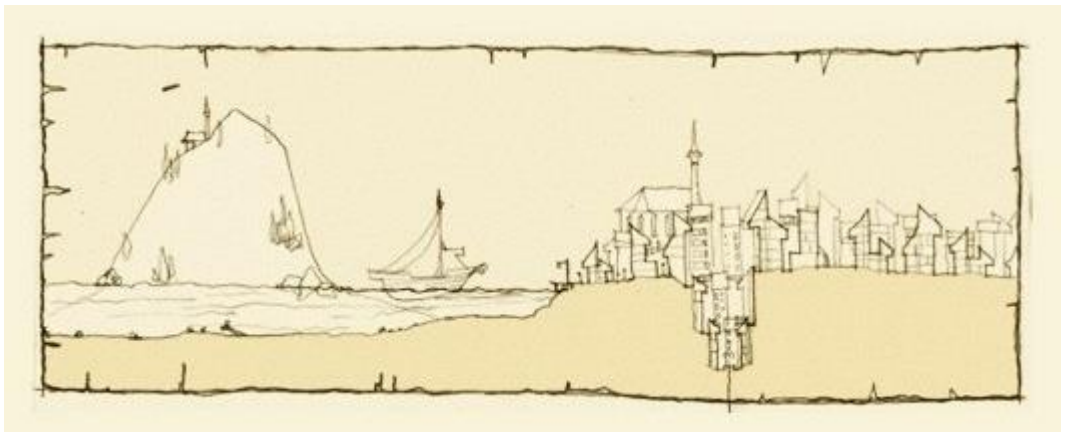


Ilustração da cidade de Pirra, Evandro Zaggiatti Monteiro – 2009. A partir da descrição de Cidades Invisíveis

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E CENTRALIDADES SOCIALMENTE SEGMENTADAS EM CAMPOS DO JORDÃO - SP

RESUMO

A cidade de Campos do Jordão chamou a atenção para esse estudo por apresentar uma formação socioespacial singular associada às características de paisagem e clima que a tornaram única entre as cidades brasileiras se comparada à realidade nacional. Ao reconstituir a história da produção social do espaço urbano da cidade, uma contradição socioespacial se revela de forma “gritante” na paisagem, ao mesmo em que é um modelo de cidade mercadológica (a Suíça brasileira) constitui um espaço dividido da desigualdade social. A cidade presenciou dois ciclos: o da saúde e do turismo. Foi fortemente divulgada, principalmente, pelo Estado de São Paulo, como estância de tratamento para Tuberculose até meados da década de 20 e como famosa estância turística a partir dos anos 1940 até os dias de hoje. Por meio do estudo da produção social do espaço de Campos do Jordão evidenciou-se a dinâmica demográfica e de atividades econômicas deflagradas na constituição de centralidades intraurbanas socialmente segmentadas, revelando em uma delas a predominância de atributos do turismo mediante a coexistência de dois circuitos da economia urbana, e em outra centralidade principal da dinâmica urbana, os atributos e atividades do cotidiano dos moradores. Essa organização segmentada da vida social urbana que prioriza o turismo em detrimento das desigualdades sociais responde pela centralidade de Campos do Jordão em contextos regionais mais amplos, e sobretudo no espaço microrregional. A metodologia utilizada inclui, além da pesquisa bibliográfica e documental, procedimentos de quantificação, uso de técnicas de geoprocessamento e análise espacial, questionários e observações *in loco*. A pesquisa de base empírica permitiu fazer apontamentos para uma discussão sobre a racionalidade da cidade mercadológica que se impõe, simbólica e funcionalmente, sobre as dinâmicas da população residente, mantendo a desigualdade social e a convivência do poder público na depreciação dos direitos de alguns cidadãos à vida digna na cidade.

Palavras-chave: Produção Social do Espaço Urbano. Centralidade. Cidade Mercadológica. Circuitos da Economia Urbana.

THE SOCIAL PRODUCTION OF URBAN SPACE AND SOCIALLY SEGMENTED CENTRALITIES IN CAMPOS DO JORDÃO - SP

ABSTRACT

The city of Campos do Jordão drew attention to this study because it presents a unique socio-spatial formation associated with the characteristics of landscape and climate that made it unique among Brazilian cities compared to the national reality. When reconstructing the history of social production in the urban space of the city, a socio-spatial contradiction is revealed in a “stark” way in the landscape, even as it is a model of a market city (Brazilian Switzerland) constitutes a space divided by social inequality. The city saw two cycles: health and tourism. It was strongly publicized, mainly, by the State of São Paulo, as a treatment center for Tuberculosis until the mid-1920s, and as a famous tourist resort from the 1940s to the present day. Through the study of the social production of the Campos do Jordão space, the demographic dynamics and economic activities triggered in the constitution of socially segmented intra-urban centralities were evidenced, revealing in one of them, the predominance of attributes of tourism through the coexistence of two circuits of the city. urban economy, and in another main centrality of urban dynamics, the attributes and activities of the residents' daily life. This segmented organization of urban social life that prioritizes tourism to the detriment of social inequalities accounts for the centrality of Campos do Jordão in broader regional contexts, and especially in the micro-regional space. The methodology used includes, in addition to bibliographic and documentary research, quantification procedures, use of geoprocessing and spatial analysis techniques, questionnaires and *in loco* observations. The empirical research allowed to make notes for a discussion about the rationality of the market city that imposes itself, symbolically and functionally, on the dynamics of the resident population, maintaining the social inequality and collusion of the public power in the depreciation of the rights of some citizens to dignified life in the city.

Keywords - Social Production of the Urban Space. Centrality. Market City. Circuits of Urban Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vila Nova, em 1919.	94
Figura 2 - Dr. Domingues Jaguaribe.....	97
Figura 3 - Foto aérea de Campos do Jordão (1939) com o Traçado da Estrada de Ferro.	100
Figura 4 - Campos do Jordão, 1939 - V.G. Emílio Ribas.....	104
Figura 5 - Campos do Jordão (1939) - Núcleo Urbano.....	105
Figura 6 - Propaganda publicada no “Campos do Jordão Jornal”, do dia 26/11/1939	106
Figura 7 - Colônia Vila Alpina - Revista "Sino Azul". Rio de Janeiro, em julho de 1940.	106
Figura 8 - Foto do Palacete Olivetti - construção do início do Século XX.....	107
Figura 9 - Foto da Inauguração da Praça da Bandeira, em 1942.	108
Figura 10 - Bandeira (esquerda) e Brasão (direita) do Município de Campos do Jordão.	109
Figura 11 - Vila Abernécia, ainda na década 1960.	112
Figura 12- Foto do Bairro Capivari, em 2013.	116
Figura 13- Foto do Bairro Capivari, em 2013.	116
Figura 14 - Foto do Bairro Capivari, em 2013.	117
Figura 15- Teleférico – Morro do Elefante.....	118
Figura 16 - Localização da área de estudo.	121
Figura 17 - Mapa Hipsométrico do município de Campos do Jordão.	125
Figura 18 – Mapa Hidrográfico do município de Campos do Jordão.	126
Figura 19 - Limites das sub-bacias hidrográficas do município de Campos do Jordão.	128
Figura 20 -Mapa de uso e cobertura do solo no município de Campos do Jordão em 2008.....	131
Figura 21- Altimetria do município de Campos do Jordão.....	137
Figura 22 - Evolução da área urbana no município de Campos do Jordão entre 1984 e 2014.	140
Figura 23 - Hotéis, pousadas, o índice de integração das vias e os edifícios em Campos do.....	144

Figura 24 - Total de domicílios utilizados como segundas residências e referências turísticas.	146
Figura 25 - Ducha de Prata – Campos do Jordão, 2019.	167
Figura 26 - Centrinho de Compras do Ponto Turístico Ducha de Prata.....	167
Figura 27 -Campos do Jordão como destino de deslocamentos intermunicipais....	169
Figura 28 – Foto de um Guia Turístico de Campos do Jordão de 2019.	171
Figura 29 - Mapa Síntese das Propostas do Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão, 2003.	189
Figura 30 – Uso do solo urbano no município de Campos do Jordão, no ano de 2010.	192
Figura 31 – Os três bairros que formam as centralidades intraurbanas no município de Campos do Jordão - Abernóssia, Jaguaribe e Capivari.....	239

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipos de Estabelecimentos divididos em Grandes Setores Econômicos em 2018.....	158
Gráfico 2 - Números e Percentuais de Estabelecimentos, no ano de 2018.	159
Gráfico3 - Vínculos Empregatícios divididos em Grandes Setores Econômicos no ano de 2018.....	159
Gráfico 4 - Números e Percentuais de Vínculos no ano 2018.....	161
Gráfico 5 - A cidade de origem do turista de Campos do Jordão.....	199
Gráfico 6 –Faixa etária do turista de Campos do Jordão.	200
Gráfico 7 – O sexo do turista de Campos do Jordão.	200
Gráfico 8 – O grau de instrução do turista de Campos do Jordão.	201
Gráfico 9 – A faixa de renda familiar do turista de Campos do Jordão.....	202
Gráfico 10 – O tempo de permanência do turista em Campos do Jordão.....	203
Gráfico 11 – Como o turista soube de Campos do Jordão.....	203
Gráfico 12 – O que motivou o turista para visitar Campos do Jordão.....	204
Gráfico 13 – Como o turista classifica a paisagem urbana de Campos do Jordão.	205
Gráfico 16 - Aptidão do Município para o turismo cruzada com classe socioeconômica de interesse do turista (cruzamento 4 e 5).	210
Gráfico 17 – Presença de empresas no período de inverno cruzada com a avaliação sobre quem ganha com o turismo (cruzamento 7e 8).....	211
Gráfico 18 – Interesse sobre imóveis de segunda residências, cruzado com a avaliação sobre quem ganha com o turismo (cruzamento 8 e 15).	214
Gráfico 19 - Aptidão municipal ao turismo cruzada com bairros periféricos prejudicam a imagem de Campos do Jordão (cruzamento 4 e 9).	216
Gráfico 20 – Participação no Plano Diretor cruzada com a participação em ONG(s), Fundações ou Associações (cruzamento 10 e 11).	218
Gráfico 26 - Dados sobre Campos do Jordão reconhecida como a “Suíça brasileira”	228
Gráfico 27 - Dados sobre Campos do Jordão tendo ganhos com o turismo.	229
Gráfico 28 - Dados sobre participação em eventos turísticos que a cidade promove.	230
Gráfico 29 – Participação do morador em alguma ONG, Fundação ou Associação	242

Gráfico 30 – A Prefeitura tem realizado a infraestrutura necessária para a cidade?	243
Gráfico 31 – Como a prefeitura poderia melhorar a vida da população?.....	244

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocupação da população de 18 anos ou mais no município de Campos do Jordão.....	154
Tabela 2 - Relatório de Contribuintes por Atividades – Ativos.	156
Tabela 3 - Números e Percentuais de Estabelecimentos no ano 2018.	158
Tabela 4 - Números e Percentuais de Vínculos, no ano de 2018.	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dinâmica da economia urbana na cidade de Campos do Jordão. 182

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CENTRALIDADES....	33
2.1 Espaço e produção social do espaço	33
2.1.1 Abordagens da produção social do espaço em perspectiva histórica	34
2.1.2 A produção social do espaço urbano: complexificação e contradições ..	38
2.1.3 Valor da localização e centros urbanos	41
2.1.4 O controle da produção do espaço urbano.....	43
2.2 O planejamento urbano e suas perspectivas.....	45
2.2.1 O planejamento urbano: a integração ao Regional	45
2.2.2 Planejamento participativo e planejamento estratégico: contradição atual na concepção dos planos diretores.....	49
2.2.3 O Planejamento estratégico.....	55
2.2.4 A questão do planejamento urbano-regional	60
2.2.5 Quando o cidadão não tem voz... ..	65
2.3 Rede urbana e centralidade em diferentes escalas.....	70
2.3.1 Centralidade em diferentes escalas	73
2.4 O turismo, o consumo e a globalização.....	78
2.5 Espaço intraurbano dividido: os dois circuitos da economia urbana.....	84
3 CAMPOS DO JORDÃO: UMA CIDADE COM MÚLTIPLAS FACES.....	92
3.1 Um rápido olhar sobre a história de Campos do Jordão.....	92
3.2 O meio físico do espaço intraurbano de Campos do Jordão	120
3.3 O sítio urbano e a evolução da ocupação urbana	135
3.4 Aspectos Demográficos e Sociais	148
3.5 Infraestrutura Básica	149
3.6 Aspectos Habitacionais.....	151
3.7 Aspectos Econômicos.....	152
3.8 O município de Campos do Jordão e o turismo brasileiro.....	162
3.9 Ações articuladas com os municípios vizinhos de Campos do Jordão.....	168
4 PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO, CENTRALIDADE E CIRCUÍTOS DA ECONOMIA URBANA EM CAMPOS DO JORDÃO	176
4.1 A Produção Social do Espaço Urbano do Município de Campos do Jordão	176
4.1.1 Análise do Planejamento Urbano: os Planos Diretores de Campos do Jordão.	183
4.2 Os agentes sociais em Campos do Jordão.....	196

4.2.1 A visão do turista, do morador e do comerciante em relação à cidade de Campos do Jordão.	196
5 UMA DISCUSSÃO SOBRE CAMPOS DO JORDÃO E AREPRODUÇÃO NO SEU ESPAÇO URBANO DOS EVENTOS E PADRÕES CONTEMPORÂNEOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA	234
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	247
REFERÊNCIAS.....	252
APÊNDICE A.....	265
APÊNDICE B.....	266
APÊNDICE C.....	267

1 INTRODUÇÃO

“Pois as cidades são como estrelas, é preciso amá-las para entendê-las”.
Flávio Villaça

O processo de urbanização no Brasil nos últimos quarenta anos é o resultado de intensas e complexas interações entre as dimensões econômica, política e sociocultural. Pensar a respeito da cidade e do urbano no mundo contemporâneo e suas manifestações na formação socioespacial brasileira, em suas diferentes escalas de observação e análise, levam a refletir sobre questões diversas, como, por exemplo, a da centralidade urbana.

Esse tema tem sido bastante explorado por estudiosos do fenômeno urbano, mas ainda estimula a reflexão e o debate, sobretudo pela necessidade e importância de compreensão de processos da história recente que incidem e reorganizam o espaço das cidades, interferindo nas dinâmicas de relações intraurbanas e no espaço regional.

Novas formas de produção social do espaço convergem na redefinição da centralidade urbana, a partir de processos engendrados em escalas mais amplas e de novas articulações verificadas na cidade e por meio dela. Nesse contexto, as relações centro-periferia adquirem novos conteúdos e significados, sejam nas metrópoles ou nas cidades médias e, inclusive, nas pequenas.

A cidade de Campos do Jordão é uma cidade com características bastante peculiares do clima e a paisagem, se comparada à realidade nacional, e conta com uma população estimada pelo IBGE (2017) de 51.454 mil habitantes. Na definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma cidade média define-se por uma população entre 100.000 e 500.000 habitantes. Quando se considera o critério de classificação pelo tamanho demográfico, Campos do Jordão não seria uma cidade média. Mas, em determinada época do ano (inverno) chega a ter mais que o dobro de sua população, o que a incluiria na categoria de cidade média.

Castello Branco (2006) aponta que, demograficamente deva ser considerado o tamanho quanto à classificação de cidades para efeito do estudo de redes urbanas, deve-se observar que tanto a localização das chamadas cidades médias quanto o sistema de transportes do qual faz parte, têm um grande peso na dinâmica de crescimento da população. O autor ressalta ainda como elementos também

significativos para essa classificação, a importância do tamanho econômico, o grau de urbanização e a qualidade de vida urbana, mas atribui à essência das cidades médias, o atributo de centralidade.

Campos do Jordão é uma importante cidade da rede urbana da atual Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e exerce influência microrregional, em cidades da Serra da Mantiqueira, e também em outras cidades do mesmo estado e estados vizinhos (INSTITUTO..., 2007).

É uma cidade que contém atributos de centralidade local e microrregional, em razão da atividade turística, mas revela uma contradição socioespacial de forma “gritante” na paisagem: ao mesmo tempo em que é um modelo de cidade mercadológica constitui um espaço dividido pela configuração de paisagens reveladoras de desigualdade social. Em certo sentido, a cidade tem expressão nacional, pois para ela se direcionam fluxos de capital e se dirigem as elites do estado de São Paulo, especificamente paulistanos, e também, turistas de outros estados do país. Concentra riqueza de um crescimento de origem não endógena, mediante a organização, o trabalho e a utilização de recursos locais, constituindo uma realidade socioespacial visivelmente crítica.

Campos do Jordão é uma realidade singular em relação a essa discussão, sobretudo em função de seu processo diferenciado de crescimento econômico e expansão urbana. A cidade apresenta-se como uma formação socioespacial singular, assumindo a posição de um centro local e microrregional e se consolidando como o núcleo urbano mais expressivo da região em que se insere, a Serra da Mantiqueira.

Segundo Oliveira (1991), em 1980, possuir uma casa na cidade conhecida como Suíça brasileira passou a ser um símbolo de ascensão social. A partir de então, ao mesmo tempo em que o turista procura o frio da Serra, também passa a procurar conforto urbano e variedade de serviços. Surge um novo cenário urbano para a cidade, com mudanças na paisagem local; a cidade perde as características de cidade pequena. Algumas áreas são muito valorizadas enquanto outras são claramente desprestigiadas pelo poder público e o mercado imobiliário.

Observa-se, com base em Sanchez (2001), que os fatores culturais e de lazer (no caso de estudo, o lazer relacionado ao turismo), servem apenas de atrativo para o capital, na lógica mercadológica perpassada pelas políticas de renovação do espaço urbano. Sabe-se que o modo de fazer turismo mudou; na cidade mercadológica, a

atividade do turismo deixa de ser vista como fenômeno social e passar a ser entendida como setor da economia.

Nessa pesquisa, Campos do Jordão é analisada a partir de uma compreensão histórica do processo de produção social, que resultou em um espaço dividido (SANTOS, 1993) e do planejamento urbano. Buscou-se identificar sobretudo no período pós-1980, os atributos consolidadores da centralidade turística da cidade, questionando em que medida o planejamento da cidade se mescla a vertentes mais contemporâneas, representadas pelo embate entre tendências mais democráticas em contraposição àquelas do planejamento estratégico, inspiradas na ideia anticidadania de uma cidade-empresa (VAINER, 2002).

De um lado, pretende-se averiguar a constituição e consolidação dos atributos da centralidade de Campos do Jordão; e de outro lado, as formas de cooperação entre as cidades que fazem parte do Circuito Turístico da Serra da Mantiqueira, seja no âmbito de uma cooperação verticalizada, baseada em relações hierárquicas, seja no âmbito de relações horizontais, baseadas em ações coletivas em torno de interesses comuns, ligados a certos territórios e problemáticas.

Assim, entender a produção espacial urbana a partir da formação e dinâmica da centralidade possibilita uma análise consistente sobre a lógica da distribuição e espacialização diferenciada das atividades humanas na cidade, e dos processos de reestruturação urbana pelos quais passa a cidade de Campos do Jordão.

O tema desse trabalho é desenvolvido por meio de um olhar crítico sobre a cidade de Campos do Jordão, que representa, a um só tempo, um modelo de cidade mercadológica em contradição visível com uma realidade social desigual e segmentada.

O estudo se justifica pelo novo momento do planejamento regional que se inaugura com a criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e, sobretudo, após o Estatuto da Metrópole, em 2015. Os estudos sobre as dinâmicas urbanas e regionais tornam-se necessários e importantes para desvendar novas tendências e problemáticas. Nesse contexto, a análise da rede urbana regional, de novas centralidades e de relações intermunicipais e interurbanas, na escala local e microrregional, é de grande interesse, pois, supostamente, ações conjuntas deverão ser pensadas e promovidas, na perspectiva do planejamento integrado, entre municípios, entre estes e outras entidades federativas e, ainda, no âmbito da participação de agentes diversos da sociedade civil.

A contribuição dessa pesquisa aí se contextualiza e, em particular, deve se dar, justamente, no sentido de responder se o atributo de centralidade que a cidade de Campos do Jordão tem assumido relativamente ao contexto socioespacial local e microrregional da Serra da Mantiqueira está se consolidando com apoio intencional de outros municípios e de que forma.

Por hipótese, esses municípios seriam satélites no circuito produtivo do serviço turístico da Mantiqueira, ajudando a reproduzir e fortalecer a centralidade de Campos do Jordão, terminando por consolidar a desigualdade microrregional e urbana, embora aproveitando-se dessa posição para igualmente promover o turismo local. Talvez, esses municípios satélites teriam mais dificuldade para se desenvolverem sozinhos sem a atividade turística de Campos do Jordão.

Nesse caso, a pesquisa pode contribuir, também, com a identificação de agentes envolvidos na produção social do espaço urbano e microrregional e para a discussão de questões de planejamento ligadas à necessidade de ações integradas em vista de interesses comuns. A análise de novas centralidades implica em compreender como se articulam e quais os interesses dos representantes do poder público local e da iniciativa privada na estruturação do espaço urbano local e microrregional mostrando os interesses desses agentes.

Isso ocorre porque o processo de reestruturação caracterizado principalmente pela centralidade múltipla e polinucleada — poli(multi)nucleada —, na qual as centralidades são incorporadas de formas desiguais no que tange à sua acessibilidade, são, portanto, espaços de “uso” (e de conflito entre propriedade e uso, apropriação), apropriação e realização de padrões de consumo de segmentos sociais urbanos distintos e em certa medida com uma maior homogeneidade *interna*, o que pressupõe que as novas centralidades atendem a interesses de determinados grupos sociais em detrimento de outros (OLIVEIRA JUNIOR, 2008, p. 219).

A problematização dessa pesquisa leva a repensar as formas de constituição da centralidade urbana de Campos do Jordão. Para isso, torna-se fundamental uma compreensão da produção social do espaço urbano no que se refere, então, à identificação de atores sociais, forças políticas dominantes e da lógica escolhida na manutenção da principal atividade econômica, o turismo, e ainda, à desigualdade socioespacial e demais problemas urbano-regionais.

Segundo Oliveira (1991), o município de Campos do Jordão surge segundo uma perspectiva de ordenamento da cidade, em tese distante dos vícios já disseminados nos centros urbanos da época. No entanto, a história de Campos do

Jordão revela que, mesmo contando com propostas de intervenção desde o século XIX, tal objetivo não foi atingido. Em 1988, um pouco mais da metade de sua população morava em favelas.

Para o autor,

Em se tratando do processo de produção de Campos do Jordão, pode-se falar na gestão de uma disciplina urbanística, especialmente, voltada às demandas do capital e do Estado. Portanto, na criação de um determinado território terapêutico-turístico para corresponder às necessidades de expansão e progresso econômico. E, na ausência de um organismo voltado às demandas populares, pode-se perceber, então, os vazios necessários ao discurso planejador, associado aos projetos das elites. Nas entrelinhas dos planos esconde-se a realidade social, no caso o processo de suburbanização (OLIVEIRA, 1991, p.44).

Sendo assim, como se deu, então, o processo histórico de produção social desse espaço dividido tão visível em Campos do Jordão, sobretudo a partir dos anos de 1980. Nesse processo gerador de contradições e disparidades socioespaciais, qual a efetiva função de seu planejamento?

A falta de planejamento oficial em relação ao espaço urbano não era o caso de Campos do Jordão no final do século XIX, quando se empreendia políticas de disciplinamento do espaço baseada na medicina sanitário-higienista (OLIVEIRA, 1991). No século XX o município teve planos e propostas de intervenções para se tornar uma estância turística.

Hoje, em Campos do Jordão as atividades ligadas ao turismo estão muito bem desenvolvidas em relação aos municípios vizinhos, mas essa condição trouxe com ela problemas que precisam de regulação, tais como a especulação imobiliária e situações relativas ao uso e ocupação do solo em áreas impróprias para a moradia da população de baixa renda. O município apresenta um quadro social desfavorável para boa parte da população moradora local.

Compreende-se que os atributos da centralidade de Campos do Jordão podem ser reconhecidos mediante compreensão do processo de urbanização e produção social do espaço urbano a partir da atividade turística, e das relações interurbanas no contexto regional ou microrregional.

Quais são esses atributos de centralidade e, se existem de fato, que espécies de relações intermunicipais e urbanas têm se estabelecido no contexto microrregional?

Qual a influência da concepção e instrumentos de planejamento da cidade na constituição dessa centralidade?

Nas políticas e planos propostos para a cidade, existem indícios de ações integradas ou diretrizes tendo em vista a cooperação entre municípios e/ou entre diversos agentes do Circuito da Mantiqueira para a promoção do serviço turístico e atividades correlatas?

Além disso, em que medida revelariam a perspectiva, diretrizes ou indícios de integração de demandas de coletivos sociais ou políticos voltados a interesses comuns ligados à provisão do que é social e espacialmente mais necessário para a população residente?

As possíveis hipóteses que nortearam essa pesquisa são:

Campos do Jordão é uma cidade mercadológica que atua de forma a promover a atratividade do capital e atingir seu consumidor. Reflete o poder de uma elite local e externa, envolvendo atores sociais influentes sob o ponto de vista ideológico, político e empresarial, que investem na cidade para fins lucrativos e de manutenção do *status quo*.

A afirmação acima está embasada em Vainer (2013) quando diz que a simples menção às técnicas de *marketing* urbano mostra a abordagem direcionada a uma cidade mercadológica. O autor também aponta ao fato de que a cidade se transforma em uma mercadoria, um objeto a ser vendido num mercado competitivo para um público-alvo específico: o grande capital. Isto levaria a transformar a cidade num agente econômico que atua de acordo com as regras impostas pelo mercado.

Supõe-se que representantes da elite local e externa, dos órgãos públicos e das organizações privadas tenham interesses ligados a segmentos econômicos distintos, voltados ao alto e médio poder aquisitivo de consumo, e atuam em consenso para a manutenção de atividades turísticas articuladas a interesses específicos do capital, a exemplo do mercado imobiliário e a indústria da construção.

À primeira vista, o processo do planejamento urbano e os planos não se apoiam nos princípios contemporâneos do planejamento democrático e participativo, revelando afinidades com as lógicas exclusivistas do planejamento estratégico e da globalização capitalista neoliberal.

Villaça (1999, p. 232) confirma o parágrafo acima quando diz que as concepções de planejamento urbano deveriam ser revistas o quanto antes, partindo dos problemas existentes para a maioria da população colocada na ilegalidade

precisamente pela própria legislação urbanística. A minoria que produz e ocupa a cidade legal tem sido beneficiada pela legislação enquanto os Planos Diretores são ideologicamente utilizados para ocultar a cidade ilegal. O mesmo autor afirma ainda que o controle do uso do solo urbano faz parte dos interesses dos grandes setores do capital que lucram com a produção do espaço urbano e sempre “se escondem” atrás do Plano Diretor.

Observa-se então que tais planos não conseguiram efetivar uma produção social do espaço com equidade socioespacial, sendo o poder público e/ou os propositores de políticas e planos os principais promotores da desigualdade e segregação.

A atração de grande fluxo de turistas corresponde a uma estrutura turística (envolvendo migrações, comércios e serviços diversos, investimentos imobiliários, *marketing* urbano) historicamente instalada, junto ao fenômeno da segunda residência, que também realimenta a produção do espaço.

A visão mercadológica da municipalidade e de forças hegemônicas da produção do espaço urbano prevalecem, encobrendo as contradições e disparidades socioespaciais existentes o que, por hipótese, instrumentaliza parcelas da população local e dinâmicas socioeconômicas e territoriais de circuitos locais e microrregionais de produção e cooperação.

A centralidade do espaço urbano é o objeto principal dessa pesquisa. Seu objetivo geral é identificar os atributos da centralidade de Campos do Jordão e sua dimensão relativa aos contextos local e microrregional da Serra da Mantiqueira, no contexto da produção espacial urbana da cidade em seu curso histórico. E além disso, destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- Reconhecer a constituição da centralidade de Campos do Jordão a partir do estudo do processo de produção social do espaço urbano e da organização atual da rede urbana microrregional, ressaltando o caráter dual - de oposição e complementação - dessa centralidade, que se evidencia pela coexistência de dois circuitos da economia turística e duas espacialidades correspondentes;
- Situar a evolução dos serviços e atividades turísticos no curso atual dos processos de globalização econômica, incidentes na economia urbana local, por formas diversas de apropriação do espaço local e microrregional e pela ideologia do consumo do lugar e do planejamento estratégico.

- Dimensionar a participação do poder público na concepção e construção da cidade mercadológica, em detrimento da orientação para o atendimento do que é socialmente necessário e, assim, para a gradual redução de disparidades, por meio de análise de documentação correspondente a políticas e programas municipais, bem como aos instrumentos do planejamento urbano.

As expressões 'espaço urbano', 'estrutura urbana', 'estruturção urbana' e 'reestruturação urbana' referem-se à dimensão do que é intraurbano. Tais expressões, segundo Villaça (1998), estão hoje de tal forma comprometidas com o componente urbano do espaço regional que se torna necessária outra expressão para designar o espaço urbano, e daí o surgimento e uso de intraurbano (VILLAÇA, 1998).

O espaço urbano é entendido através da relação entre formas espaciais e tempo. Santos (1998) assinala que tudo que podemos observar do que o presente nos oferece, a configuração territorial organizada na forma de paisagens é a soma de pedaços de realizações do presente e do passado, o que torna o tempo e as formas intimamente ligados.

É sabido que espaço e sociedade são indissociáveis e se relacionam. Seria difícil entender a sociedade sem uma visão espacial e o espaço sem a sociedade. Por isso,

Consideramos espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida (SANTOS, 1997).

Nessa relação fundamental entre espaço e sociedade, globalização, turismo e consumo serão estudados em razão da ligação existente entre eles e das especificidades de cada assim como por sua importância no processo de produção da cidade de Campos do Jordão.

O planejamento urbano no Brasil será apresentado e analisado em sua trajetória. Em seguida apresenta-se uma crítica ao planejamento estratégico. Sabe-se que apesar das limitações do processo de planejamento urbano muito bem discutidas por Villaça (1995, 1998), Deák e Schiffer (1999) e Vainer (2002), e muitos outros, acredita-se que ele seja o instrumento capaz de trazer uma discussão dos problemas sociais do município.

A abordagem sobre rede urbana segundo Roberto Lobato Corrêa (2006) trazendo contribuições sobre o estudo do território brasileiro e reforçando a

necessidade de um pensamento crítico da rede urbana, tendo em vista que a rede urbana é meio, condição e parte integrante da sociedade. Com base em Sposito (2001) o conceito de centralidade foi tratado como realidade que se torna complexa, considerando a articulação dos fluxos entre a escala intraurbana e interurbana, a desmultiplicação de centralidades em diferentes cidades e a teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos (2008) representada na configuração espacial da cidade e evidenciando a materialização da segregação socioespacial. Tais conceitos reforçarão os estudos para tratamento da problematização e análise do caso de Campos do Jordão.

Em seu livro “Espaço e Método”, Milton Santos (1997) afirma que, “não se pode estudar o todo pelo todo” e, complementando, orienta que:

Antes de tudo precisamos encontrar as categorias analíticas que representam o verdadeiro movimento da totalidade, o que permitirá fragmentá-la para em seguida reconstruí-la. [...] A teorização depende de um esforço de individualização. A generalização nos dá a listagem das possibilidades, a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam (SANTOS, 1997, p. 57).

Continuando com Milton Santos (1997, p. 58), em relação ao método geográfico, ele se refere às categorias que definem o espaço em relação à sociedade, como estrutura, modo de organização; processos, conceitos de tempo e mudança; funções, atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa e formas, arranjo ordenado de objetos, sendo que somente o uso simultâneo das quatro categorias nos permitiria apreender a totalidade em seu movimento, pois nenhuma dessas categorias existe separadamente.

Em relação ao método histórico-crítico, toma-se por base a concepção de Caio Prado Junior (1972) de que a história não é uma enumeração de fatos numa sequência cronológica, é muito mais, uma tentativa de interpretação. O verdadeiro objetivo da história é penetrar os fatos, explicá-los e relacioná-los entre si, fazer-lhes a síntese. Elaborar cientificamente o assunto.

Fazendo uma relação entre as colocações de Santos e Prado Jr. Entende-se que o trabalho de pesquisa exige uma metodologia científica como a indicada por Santos, a fragmentação do todo em partes, para que depois se opere a sua reconstituição e, por consequência, o entendimento completo do objeto de estudo. Por conta dessa metodologia científica é necessária a reflexão sobre os fatos, de forma a

entendê-los e não apenas descrevê-los. É a partir dessa premissa que o estudo sobre Campos do Jordão foi realizado.

O modelo metodológico do estudo está apoiado em um estudo de caso, considerando que se pretende abranger um conjunto de atividades de uma cidade, Campos do Jordão -SP, com a finalidade de se obter dados sobre sua dinâmica e os fenômenos dela decorrentes e avaliar se o que acontece em Campos do Jordão é representativo para discutir e validar sua centralidade local e microrregional.

Por meio da leitura do material bibliográfico levantado, procedeu-se à fundamentação teórica e conceitual relacionada à compreensão do espaço e sua produção e outros conceitos pertinentes à pesquisa que servirá de base para as análises propostas.

Com relação ao espaço, a pesquisa visa compreendê-lo como instância da sociedade, em relação com as instâncias econômica, social, cultural/ideológica e política institucional.

A partir do conhecimento do perfil histórico ou linha do tempo da cidade de Campos do Jordão pelo método histórico-crítico, alguns apontamentos serão possíveis acerca da dimensão sócio, econômica e política da cidade e do papel dos agentes na transformação e produção do espaço urbano. Tal estudo servirá à compreensão da constituição e atributos da centralidade de Campos do Jordão, diante do contexto local e microrregional da Serra da Mantiqueira.

Esse estudo incluiu pesquisa exploratória (SEVERINO, 2012, p. 123) para um levantamento documental, realizada nas Bibliotecas Municipal e da Secretaria de Planejamento e de Obras da Prefeitura, nos Arquivos Históricos do Estado de São Paulo e do município de Campos do Jordão, na Fundação SEADE, no IBGE, dentre outros. Inclui-se, também, importantes obras do planejamento urbano brasileiro, estudos governamentais e planos diretores, e ainda, um levantamento de dados cadastrais, socioeconômicos e das principais informações geográficas da cidade de Campos do Jordão, desde sua origem até a época atual. Dando ênfase ao período posterior à década de 1980, pretendeu-se com esse levantamento delimitar um campo de trabalho para apontar indícios da centralidade de Campos do Jordão.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizamos pesquisas bibliográficas e documentais sobre o município de Campos do Jordão que pudessem apoiar a análise dos dados identificados como pertencentes às categorias que definem o espaço em relação à sociedade, segundo Milton Santos (1997, p. 58). Assim, estudaremos:

A estrutura (onde se expressa a ação recíproca ou interação entre os elementos estruturantes, ou seja, as formas-conteúdo) – estuda-se aqui a organização espacial de Campos do Jordão;

O processo (que objetiva investigar o movimento dinâmico da estrutura, visando entender as fases de estabilidade, reformulação parcial ou de completa transformação, produzindo-se novos espaços) – estuda-se aqui o processo histórico da urbanização no município e a influência das elites políticas, empresariais e dos residentes em relação ao desenvolvimento econômico de Campos do Jordão;

A função (decompondo o espaço urbano em oferta, demanda, transporte, serviços, infraestrutura básica, turismo, sistema de produção e de comercialização) – estuda-se aqui o município de Campos do Jordão no cenário turístico, ressaltando a importância do turismo para a cidade e suas demandas (o perfil do turista);

A forma (a paisagem, o que se enxerga) - estuda-se aqui os aspectos geográficos do município de Campos do Jordão.

Os resultados desses levantamentos apoiarão a discussão sobre os atributos de centralidade de Campos do Jordão.

No levantamento da Legislação Urbanística, dos Planos Diretores e Programas Municipais. Serão analisadas as Leis de Zoneamento para examinar os procedimentos de regularização de loteamentos, os Planos Diretores e Programas do município, com a finalidade de analisar a instância político/institucional.

Juntamente com esse levantamento documental, outras informações a respeito da cidade estudada foram obtidas de três trabalhos importantes para essa pesquisa.

Para um melhor entendimento sobre a legislação urbana, utilizou-se a dissertação de mestrado de José Oswaldo Soares Oliveira, A Quem Interessa a Urbanização Clandestina? Estudos sobre Campos do Jordão, da Escola de Engenharia de São Carlos – USP, 1991.

Para o estudo do meio físico, a tese de doutorado de Artur Rosa Filho, Percepção geográfica de escorregamentos de encostas em favelas nas áreas de risco – Campos do Jordão, da Universidade Estadual Paulista - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, de Rio Claro, 2006.

E, para mostrar a importância do turismo no município, a dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional de Cleide Pivott, O turismo e a produção social do espaço urbano. Estudos sobre Campos do Jordão, SP, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

Associado ao trabalho de analisar a centralidade local e microrregional de Campos do Jordão, a pesquisa visa sistematizar procedimentos para estudar o sistema socioeconômico, físico-territorial, político e ideológico, junto à pesquisa bibliográfica, o levantamento documental e ao perfil histórico.

Aplicou-se a metodologia de Silva Neto (2015), para o cálculo do Índice de Segregação Socioespacial (ISE), para mensurar desigualdades territoriais, com base em dados de renda¹, extraídos e mapeados por setores censitários do Censo Demográfico de 2010.

Para a produção de mapas foram utilizados recursos e técnicas de geoprocessamento e análise espacial, incluindo ferramentas para mapeamentos temáticos, a partir de dados estatísticos e pontuais (localização de hotéis e pousadas em 2016, segundo a EMPLASA (2010) e a aplicação do estimador de densidade Kernel (DRUCK *et al.*, 2004). Outros procedimentos foram: vetorização de áreas urbanas, extraídas de imagens de satélite Landsat dos anos de 1984, 1994, 2004 e 2014 (USGS, 2019), e de edifícios verticais, a partir de imagem de alta resolução do Google Earth para 2018; uso de arquivos geoespaciais, extraídos de documentação cartográfica da Lei de Zoneamento do município (CAMPOS DO JORDÃO, 2008) e do IBGE, para o mapeamento dos deslocamentos pendulares e intermunicipais por razão de saúde, ensino, compras e lazer (INSTITUTO..., 2007). Para o mapa temático de segunda residência, tomou-se por base os dados do IBGE (2010) indicativos de “domicílio particular permanente que servia ocasionalmente de moradia na data de referência, ou seja, o domicílio usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes”.

Aplicou-se também a metodologia de Sintaxe Espacial (TURNER; PENN; HILLIER, 2005) para a confecção do Mapa do Potencial de Acessibilidade (Mapa Axial), a partir do cálculo do Índice de Integração das vias obtido do Open Street Map (OSM) para 2017 e classificação deste Índice por escala cromática (do vermelho ao

¹ O Índice de Segregação Socioespacial (ISE) foi calculado em três etapas. Inicialmente foram calculados os índices de baixa renda (Ind 0-3s.m.) e de alta renda (Ind 10 s.m. ou mais) e, por fim, utilizando-os, o índice de segregação. Para o índice de baixa renda, primeiro foi calculado o percentual de responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (dpp) com rendimento de 0 até 3 salários mínimos para todos os setores censitários do município. Em seguida, calculou-se o índice de baixa renda para cada setor censitário. Para o índice de alta renda, foicalculado, também, o percentual de responsáveis pelos dpp com rendimento superior a 10 s. m. para todos os setores. Em seguida, foi calculado o índice de alta renda para cada setor censitário. A fórmula do índice final, o ISE, é a seguinte: $ISE = [(1 - \text{Ind } 0 - 3 \text{ s. m.}) + \text{Ind } 10 \text{ s. m. e mais}] / 2$ (SILVA NETO, 2015, p.15).

violeta, representando, respectivamente, do mais alto ao mais baixo índice de integração), realizados no programa *Dephtmap*.

Essa será também uma pesquisa quanti-qualitativa e contará com a utilização de informações obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionário estruturado e várias visitas a campo, uma das principais ferramentas de pesquisa.

Severino (2012) aponta a entrevista como técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas, o pesquisador visa aprender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

Em relação à pesquisa de campo, foi feito um levantamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços, buscando identificar e delimitar as áreas com expressão de centralidade. Um recorte foi delimitado para a seleção que abrange as áreas e/ou eixos que apresentam mais de 70% de usos do solo ocupados por atividades comerciais e de serviços. Isso foi realizado a partir de visitas de campo e reconhecimento das áreas/eixos no sentido de delimitar quais seriam os locais em que apresentam a presença deste percentual de atividades de forma concentrada.

Estudo de Campo, segundo Severino (2012) procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade.

A relação que o professor Milton Santos (SANTOS, 1997, p. 1) estabelece entre espaço e sociedade possibilita conhecer, nessa pesquisa, como os atores envolvidos com a dinâmica do município (turistas, moradores e lideranças de bairros) veem a cidade. A pesquisa de campo permitirá a utilização de técnicas de entrevistas e aplicação de questionários aos atores envolvidos (turistas, moradores, lideranças de bairros, comerciantes e empresários).

Partindo do pressuposto de que os principais caminhos para se compreender o comportamento humano consistem em observar, criar e perguntar, sendo a observação a parte do âmbito real, a criação definida pelas situações artificiais, e a pergunta a base do antecedente da argumentação, Günther (2003) escreve sobre como elaborar um questionário, considerado o instrumento principal para levantamento de dados por amostragem. O questionário “pode ser definido como um

conjunto de perguntas sobre determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos do pensamento e informação biográfica” (GÜNTHER, 2003, p. 2).

Em relação aos turistas, considerou-se importante saber de onde vem (cidade, Estado ou região), a que classe social pertence, o que o atrai para a cidade e sua observação em relação à paisagem de Campos do Jordão. Foi elaborado um questionário com 10 questões, com o objetivo de identificar o perfil do turista e o que o atrai na cidade (Apêndice A).

Para Gunther (2003, p. 3), antes da elaboração de um questionário, deve-se perguntar qual o objetivo da pesquisa em termos dos conceitos a serem pesquisados e da população alvo, “e em sua elaboração propriamente dita, o binômio abstrato “conceito e item” se consubstancia em “população alvo e amostra”.

Tendo sempre em vista uma análise consistente, o autor também destaca outros fatores importantes na elaboração de um questionário, como a problemática, os objetivos, a população a ser investigada, o conteúdo e a formulação das perguntas.

Para conhecer como os moradores veem a cidade, considerou-se interessante saber se ele enxerga em Campos do Jordão alguma centralidade (local e/ou microrregional); se o turismo é visto como única fonte econômica; qual o relacionamento dos moradores com os turistas e se ele participa do planejamento do município. Optou-se pelas entrevistas pessoais e gravadas, para o registro das respostas com autorização prévia, aos moradores indicados pelas lideranças de bairros. Foi elaborado um roteiro com 10 questões semiestruturadas e flexíveis com o objetivo de obter o maior número de informações sobre a cidade através do olhar do morador (Apêndice B).

A pesquisa com comerciantes e empresários em Campos do Jordão foi realizada por intermédio de questionários estruturados e tem como objetivo conhecer o seu posicionamento sobre o turismo e como enxergam a dinâmica atual do município (Apêndice C).

Esta etapa metodológica da pesquisa que fazem parte os questionários e as entrevistas foram aplicados com a aprovação do Comitê de Ética com o **Número do Parecer: 3.622.455** da Universidade do Vale do Paraíba.

Segundo a Secretaria de Turismo de Campos do Jordão, o número estimado de visitantes é de 35.000 por dia, na alta temporada (período de inverno). Essa

informação serviu de base para estabelecer o número de questionários e entrevistas aplicados.

Os dados obtidos com a aplicação dos questionários aos turistas e aos comerciantes e empresários foram tabulados para organizar as informações conseguidas durante a pesquisa de campo. A ferramenta Excel[®] foi utilizada para a compilação e separação dos dados. As respostas às entrevistas com moradores de Campos do Jordão foram transcritas para facilitar a análise das mesmas.

Os resultados obtidos na aplicação dos questionários são apresentados na forma de quadros, gráficos e tabelas, facilitando a visualização, o entendimento, as análises e os comentários referentes aos resultados.

Essa pesquisa foi estruturada em seis seções, sendo a primeira seção esta introdução, onde buscou-se apresentar o tema, a justificativa, a problematização e hipóteses, assim como o objeto e objetivos da pesquisa.

A segunda seção traz o referencial teórico da tese, com os embasamentos conceituais relacionados à compreensão do espaço e a produção social do espaço intraurbano; rede urbana e centralidade; globalização, turismo e consumo; circuitos da economia urbana; planejamento estratégico e outros. É com base nessa fundamentação teórica que se pensa poder chegara uma apreensão e interpretação coerentes da problemática, orientando, assim, a leitura e análise dos fatos, dados e informações levantados durante todo o processo de pesquisa.

A terceira seção destina-se a apresentar a área de estudo por meio de descrição dos diversos aspectos que a constituem. Assim, foi realizada uma caracterização e um diagnóstico dos problemas do município e cidade de Campos do Jordão. Reporta-se à sua história e suas características gerais de ordem demográfica e socioeconômica, seu crescimento urbano e condição habitacional e de infraestruturas consolidando alguns padrões de ocupação e, também, à inserção do município no Cenário Turístico Brasileiro. Buscou-se ainda propiciar uma visão geral da existência e fragilidade de ações articuladas entre os municípios da microrregião da Serra da Mantiqueira (São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal e Monteiro Lobato, no Estado de São Paulo).

Na quarta seção do trabalho são apresentados os resultados obtidos acerca da produção social do espaço urbano de Campos do Jordão com foco na caracterização da centralidade e dos circuitos superior e inferior da economia urbana (SANTOS, 2008). Essa análise sobre a produção espacial urbana de Campos do Jordão

fundamenta-se na revisão teórica elaborada nessa pesquisa e também, em visitas a campo. Apresenta-se a análise da legislação referente aos Planos Diretores de Campos do Jordão e os atores sociais atuantes na produção do espaço.

A quinta e penúltima seção traz uma discussão dos resultados, retomando a produção social do espaço urbano de Campos do Jordão e mediante uma comparação com as tendências de análise dos eventos e padrões urbanos contemporâneos, que caracterizam o processo de produção social do espaço definido por Gottdiener (2010), para confirmar que Campos do Jordão segue a lógica da cidade mercadológica condizente com o desenvolvimento capitalista em sua fase neoliberal. Também são apresentadas algumas sugestões para refletir sobre resoluções possíveis a problemas da cidade de Campos do Jordão, também encontradas no material pesquisado.

A sexta seção traz as considerações finais do trabalho, onde os resultados e discussão serão confrontados com os objetivos, questões e hipóteses da pesquisa, de forma a destacar os principais achados do estudo e da pesquisa e eventuais lacunas e sugestões de desenvolvimento futuro.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E CENTRALIDADES

2.1 Espaço e produção social do espaço

Para compreender a constituição da centralidade de Campos do Jordão, no contexto do espaço intraurbano e regional, a produção e reprodução social do espaço serão entendidos e articulados à proposição teórica dois circuitos da economia urbana proposta por Santos (2008). As dinâmicas socioeconômicas e demográficas repercutem na produção e estruturação do espaço urbano.

Para a compreensão de como a reprodução do espaço urbano redefine as relações de centralidade na atualidade, é necessário inicialmente esclarecer o conceito de espaço aqui adotado, pois ajuda no reconhecimento dos elementos que configuram a sua produção e estruturação e abre possibilidades para discutir a questão da centralidade.

Com base na teoria do espaço do geógrafo Milton Santos, entende-se que o espaço se compõe pela articulação de sistemas de objetos e sistemas de ações, o que explicita a dinâmica e as formas de organização espacial desenvolvendo-se historicamente.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 2004, p. 63)

A união do espaço e do tempo se dá pela criação de técnicas e objetos que instrumentalizam o sistema social de ações. Os homens e suas intenções determinam a transformação dos objetos naturais em objetos sociais. Ou seja, ocorre a transformação da natureza em um sistema de objetos para o uso social. Assim, os objetos são mais do que dados, ou coisas, resultam da ação humana e servem na sua redefinição (SANTOS, 2004). Entende-se, então, que o espaço integra o físico e o humano e é um fator da história social.

Nesse sentido, deve-se privilegiar toda a população de objetos como sistemas, em sua funcionalidade, seja na análise do espaço no tempo passado ou futuro. A combinação (interação) desses sistemas de objetos datáveis é que torna o espaço e suas paisagens uma acumulação e sobreposição de tempos.

A esta importante questão soma-se na atualidade a dimensão técnico-científica. De acordo com Santos (2004), a produção de objetos inicia-se, ainda em sua concepção, com a base intelectual científica e, em razão de sua estrutura, com a base técnica propriamente dita. Soma-se a este processo o caráter informacional, pois existe uma finalidade ou função específica a que se destina o objeto, o que requer que o trabalho de sua criação se alimente de informações e as organize. Daí a natureza técnico-científica-informacional dos sistemas de objetos de últimas gerações.

Assim, as ações e os objetos, enquanto sistemas, estão envolvidos numa relação espacial solidária e dinâmica condizente à sua capacidade de transformação. Entretanto, merece ser enfatizado que tanto os sistemas de objetos como os sistemas de ações passam a adquirir com o tempo um significativo caráter de artificialidade, devido às condições técnicas e às intenções sociais, muitas vezes, alheias aos interesses do lugar.

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes. [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2004, p. 63)

Esse conceito de espaço formado por sistemas de objetos e de ações que funcionam de modo articulado e estão em permanente transformação presta-se como ponto de partida para a análise da produção social do espaço e constituição de centralidades, ligadas entre outros atributos à concentração de pessoas e atividades.

2.1.1 Abordagens da produção social do espaço em perspectiva histórica

Lefebvre (2006) resgata o princípio fundamental da teoria de Marx, onde o homem é o sujeito da sua história. Questiona a vida cotidiana da sociedade moderna a partir do espaço. A disposição do espaço urbano traduz as relações conflitantes com o capital, condicionando não só o sentido material, mas as relações de poder projetadas territorialmente e nas práticas socioespaciais.

Ideologicamente, Gottdiener (2010) segue a corrente de pensamento marxista, na linha de Henri Lefebvre. Pois Gottdiener, quando trata dos paradigmas sobre a teoria do espaço, traz na sua fala a análise marxista para explicar os eventos urbanos

a partir da Segunda Guerra Mundial; que foram transformando o espaço devido às mudanças ocorridas na organização social. Com a perspectiva do pós-guerra, localizada em vários lugares, enfatizou-se uma visão sistêmica daqueles ajustamentos da sociedade ao meio ambiente que são uma consequência de forças sociais básicas, como a competição econômica, por exemplo. Ele cita em seu livro “A Produção Social do Espaço Urbano”, a construção dos primeiros empreendimentos urbanos produzidos em massa nos EUA como um conjunto de casa suburbanas a menos de trinta quilômetros de Manhattan Gottdiener (2010, p. 11)

Gottdiener nos apresenta o estudo do fenômeno do crescimento socioespacial. Historicamente a cidade foi perdendo sua forma compacta que sempre apresentou e foi apresentando uma expansão, tendo início com os subúrbios. “Amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social” (GOTTDIENER, 2010, p.14). Para explicar o crescimento amorfo Gottdiener utiliza-se de um processo de *desconcentração* do centro metropolitano e que prosseguirá no futuro, quando a expansão alcançar áreas mais internas do país (EUA). A desconcentração foi a consequência de muitos anos de crescimento suburbano onde cada vez mais se aumentava as distâncias dos centros da cidade.

Em meados do início dos anos de 1980, Gottdiener (2010) identifica sete tendências de análise dos eventos e padrões urbanos contemporâneos. São elas: a ecologia urbana, a geografia, a economia urbana, o estruturalismo marxista, a economia política urbana, o neweuberianismo e a perspectiva da produção do espaço.

Para Gottdiener, a ecologia, geografia e economia urbanas eram características da maneira que os norte-americanos faziam suas análises convencionais. E, as quatro tendências restantes tinham menos adeptos mas, com uma intensa atividade intelectual que foi apresentando as “imprecisões da ciência urbana convencionais” (GOTTDIENER, 2010, p. 26). Surgindo como alternativa para o entendimento do desenvolvimento urbano contemporâneo.

Todo esse contexto sofreu crítica, por meio de intensos debates. Em relação a ecologia, geografia e economia urbanas, as três primeiras abordagens, Gottdiener afirma que elas continuam “paralisadas por um determinismo tecnológico obstinado, através do qual a desconcentração urbana é explicada amplamente em termos de inovações nos modos de transporte e de comunicação” (GOTTDIENER, 2010, p. 26). Para o autor, há uma contrapartida, defendendo a ideia de que a desconcentração é, ao mesmo tempo, um produto, e um processo. Nos padrões espaciais e processos

sociais estão mais relacionados dialeticamente que ligados por meio de ciclos de causa e efeito.

Por isso, Gottdiener (2010) coloca David Harvey junto aos economistas políticos urbanos, pois o pensamento é essencialmente funcionalista, ficando preso excessivamente a fatores econômicos, ao tentar uma interpretação marxista do processo urbano. Para o autor, estes economistas “encaram a mecanização do crescimento urbano como uma conspiração capitalista perpetrada por um seletivo grupo de indivíduos contra a massa dos habitantes, que são chamados a classe trabalhadora” (GOTTDIENER, 2010, p. 26).

A partir da desconstrução dos argumentos dessas linhas teóricas, Gottdiener (2010, p. 27) vai explicar as análises de base marxista, nas quais se detém. Outros pensadores marxistas que vieram de fora dos EUA, com quem o autor dialogará, fazendo a comparação das teorias do espaço e das relações entre Estado e produção do espaço urbano. Primeiramente, com Manuel Castells e seu estruturalismo, que rejeita a sociologia urbana; sendo o caso também da abordagem neoweberiana desenvolvida na Inglaterra em resposta às limitações do estruturalismo marxista, mas que compartilha a crítica ideológica de Castells à ecologia e, finalmente, na obra de Henri Lefebvre sobre a produção de espaço, que diverge do marxismo dos estruturalistas.

Percebe-se na obra de Gottdiener (2010) com as sete tendências de análise dos eventos e padrões urbanos contemporâneos, o desenvolvimento de um paradigma crítico capaz de servir de base para uma nova ciência urbana, enfrentando as diferentes versões do marxismo e as visões alternativas para uma melhor análise da organização social contemporânea.

Em oposição à análise urbana convencional, que não enxerga o papel do Estado na estruturação do espaço. Castells com seus conceitos e teorias se afastam de uma teoria do espaço, estando mais para uma “teoria dos problemas urbanos” ou uma “teoria das relações entre o Estado e o espaço de assentamento”. Para Castells a cidade é um produto ao mesmo do Estado e da economia.

Segundo Gottdiener (2010) a interpretação que Lefebvre tem de produção do espaço, recupera o princípio fundamental da teoria marxista, que enfatizava o homem como sujeito da sua história.

O autor apresenta um paradigma para analisar a construção do espaço urbano, que incorpore a dimensão social. Uma de suas contribuições mais importantes,

provavelmente, é a de uma apropriação e releitura da concepção lefebvriana de espaço, na qual:

[...] o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse da propriedade — ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade de engajar-se na ação (GOTTDIENER, 2010, p.127).

Gottdiener (2010) assinala que Lefebvre trabalha na perspectiva da produção do espaço urbano, e que para ele o aspecto teórico mais importante seria a natureza multifacetada do espaço, destacando o parâmetro do dia a dia na cidade da sociedade moderna. Sendo assim, afirma que, para Lefebvre, o espaço contém e está contido nas relações sociais. Por isso, o espaço não pode ser reduzido a uma localização ou à posse de propriedade. Na realidade é historicamente construído, tendo como representação mental o urbano e a cidade como expressão material desta representação.

Gottdiener (2010) chama a atenção quando Lefebvre propõe uma estratégia de libertação, que não implica em substituir a luta de classes por outro tipo de luta, mas complementá-la, além de enfatizar a importância de produzir um espaço juntamente com a ação radical. Percebe-se que a maior contribuição de Gottdiener é aprofundar a posição de Lefebvre no sentido de redirecionar o pensamento socioespacial, de uma análise da economia para a transformação das relações sociais.

O mercado imobiliário, que Gottdiener (2010), refere-se quando apresenta períodos de oscilações, revela a relação existente entre a lógica capitalista e a produção do espaço, mostrando a importância deste setor que, formado por agentes específicos, interfere no modo de produção do espaço urbano e mais particularmente nas formas espaciais. Essa interferência não ocorre somente na produção da materialidade espacial, mas também nas perspectivas de consumo de tal espaço por classes da sociedade. Há uma atração nos investimentos empresariais, numa lógica de globalização econômica neoliberal nas cidades.

Ao longo de sua obra Gottdiener (2010) faz um resgate das ideias dos paradigmas convencionais que analisam o urbano. E vai apresentando uma perspectiva da produção do espaço, procurando desenvolver uma análise mais aberta referentes às transformações no espaço urbano, considerando as múltiplas interrelações entre Estado e sociedade, e a intersecção com a política e a economia,

com a intenção de compreender as diferenças e desigualdades socioespaciais que se manifestam na produção social do espaço urbano.

Nos últimos 50 anos, talvez, um pouco mais, deixamos de ser um país praticamente rural para ser um país urbano. Segundo Villaça (1999) esse processo não é entendido como um privilégio das grandes cidades, ele ocorre também em cidades de médio porte que são referências em suas regiões. Essa mudança mostra o aspecto quantitativo do problema, que se reflete nas condições qualitativas nas muitas cidades brasileiras e como isso interfere nas condições de vida da população que vive nessas cidades, tais como, a favelização, os cortiços, problemas urbanos, transporte de pessoas, planejamento urbano, planos diretores, esvaziamento dos centros, dentre outros. Todas as pessoas que moram, governam e estudam as cidades, vivenciam tais situações.

2.1.2 A produção social do espaço urbano: complexificação e contradições

O espaço urbano é uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação (SANTOS, 1997). É a condição por excelência e resultado do modo de produção capitalista, da lógica e dinâmica de reprodução e acumulação do capital e dos conflitos de classe. Nesse contexto, a natureza social do espaço revela-se pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela divisão técnica, social e territorial do trabalho, e pela coletivização das condições gerais de produção que se estabelecem nas aglomerações urbanas e no âmbito de redes urbanas (LAMPARELLI; CAMARGO; GEORGE, 2007). A separação entre as funções de comando e produção propriamente dita e a constituição das classes sociais estão no cerne das contradições e conflitos e das lutas sociais que podem ser verificadas no espaço urbano.

Deste modo, as relações espaciais são puramente sociais, sendo que o espaço geográfico e mais especificamente o espaço urbano apresenta-se como materialização da própria sociedade. Ou seja, o espaço urbano não é exterior à sociedade e ao modo de produção capitalista, ele é produto, condição e meio para todas as atividades humanas e para que o ciclo da produção de valor se realize (LAMPARELLI; CAMARGO; GEORGE, 2007).

Uma característica do espaço que não deve ser negligenciada para o seu entendimento é a desigualdade. O espaço é fruto do trabalho social, produzido em

uma sociedade desigual, devido às próprias condições de desenvolvimento do capitalismo que produzem e reproduzem desigualdades sociais e econômicas. Por meio da apropriação e o domínio da natureza, as relações de produção de mercadorias se estabelecem no espaço, que também se torna mercadoria, influenciando as formas de viver em sociedade e sua reprodução, cada vez mais baseadas no consumo.

De acordo com esta perspectiva, pode-se dizer que o espaço urbano é produzido e reproduzido por meio de agentes com interesses distintos na cidade e de ações correspondentes em vista de sua organização e reorganização.

De acordo ao período histórico da formação socioespacial, o espaço é organizado sob o impulso de fatores de concentração e/ou dispersão, como bem explica Santos:

Certamente a organização do espaço pode ser definida como o resultado do equilíbrio entre os fatores de dispersão e concentração em um momento dado na história do espaço. No presente período, os fatores de concentração são, essencialmente, o tamanho das empresas, a indivisibilidade das inversões e as “economias” e externalidades urbanas e de aglomeração necessárias para implantá-las. Tudo isto contribui para a concentração, em uns poucos pontos privilegiados do espaço, das condições para a realização de atividades mais importantes.

Por outro lado, os fatores de dispersão são representados pelas condições de difusão de informações e de modelos de consumo. A informação generalizada é difundida da mesma forma que os modelos de consumo importados dos países hegemônicos. (SANTOS, 1997, p. 29).

Ou seja, a disposição ou a forma de organização do espaço, em dado momento, é reflexo, por um lado, dos fatores de concentração, envolvendo, na explicação de Lamparelli, Camargo e George (2007), as condições de aglomeração da provisão de bens e serviços, meios de produção, unidades produtivas, população e condições gerais para a produção e vida das populações, gerando economias de escala e aglomeração. E de outro lado, sobretudo em períodos mais recentes da expansão de mercados, pelos fatores de dispersão, também ligados à tendência de reprodução de modelos de urbanização (habitação, verticalização, complexos empresariais etc.) e urbanidade (consumo, informação, uso de espaços públicos etc.), observável no âmbito das relações entre cidades mais importantes e demais cidades de um dado recorte da rede urbana nacional, estadual ou regional.

A rede urbana e o espaço intraurbano são duas materializações da dialética socioespacial estabelecida no modo de produção capitalista. Se o espaço urbano é cada vez mais “socializado”, a apropriação dos excedentes e dos bens e serviços é cada vez mais desigual, porque privatizada. Agentes com maior poder político e econômico, o Estado e os proprietários do solo são os maiores detentores do que é produzido socialmente e da rentabilidade que uma localização com maiores vantagens comparativas pode oferecer.

Nesse sentido, com a ajuda do Estado, as classes dominantes ou os agentes privilegiados que influem na organização e produção do espaço e que usufruem das melhores localizações ou consomem o espaço (CORRÊA, 1995) são os responsáveis por sua articulação e/ou fragmentação. Para este mesmo autor, o espaço também contém símbolos e é um campo de lutas:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço (CORRÊA, 1995, p.11).

A complexidade do espaço urbano capitalista aumenta com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, da organização social e política em seu todo e da concentração demográfica. As formas espaciais também tendem a se tornar mais complexas, pela seletividade dos investimentos e aceleração da evolução dos sistemas técnicos.

Embora exista segregação e fragmentação, a forma de organização do espaço urbano é caracterizada por uma relativa articulação entre as suas diferentes partes, relacionadas à divisão social do trabalho na cidade, às diversas formas de uso e ocupação do solo e, assim, refletindo as diferenças de classe. Em sua imagética, o espaço veicula símbolos sociais, evidenciando na paisagem as lutas e conflitos sociais. Exemplo disso são as áreas residenciais segregadas, de luxo ou extremamente pobres.

É a lógica e dinâmica de acumulação e reprodução do capital inseridas em diferentes contextos que influenciam os agentes sociais no constante processo de reorganização do espaço da cidade e de suas formas e funções. A problemática espacial urbana e as formas de interpretar a cidade variaram muito no decorrer do século XX, conforme as dinâmicas da economia capitalista mundial e seus reflexos na forma como as cidades foram se desenvolvendo. Por isso, considerando a dinâmica

do capital e sua interferência direta no plano espacial, pode-se compreender a cidade em sua complexidade atual.

Para Santos (2004), as cidades transformaram-se no maior e mais complexo objeto geográfico produzido pelo homem, segundo os ditames das relações econômicas e da mercantilização da vida social em todas as suas instâncias, inclusive a espacial.

“Consideramos espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida” (SANTOS, 1997).

A cidade é o lugar em que o Mundo e os homens mais se movem (SANTOS, 1998), é o lugar da desigualdade. Nela, temos áreas “luminosas”, constituídas por elementos de modernização ou modernidade, que se justapõem, sobrepõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, em áreas urbanas “opacas” (segundo os mesmos parâmetros). Estas áreas são, respectivamente, espaços racionalizados, de velocidade e imagens pré-fabricadas, em contraposição aos espaços de proximidade, relativa imobilidade e interpretações mais próximas do real.

2.1.3 Valor da localização e centros urbanos

Essencial para essa pesquisa é a terra urbana, o seu valor e sua produção. Para Villaça (1998), o espaço urbano é produzido pelo trabalho social usado na produção de algo socialmente útil. Assim, esse trabalho produz um valor, também produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela localização dos edifícios, casas, praças, ruas. É essa localização que os coloca na aglomeração. Ela é um valor da terra, que no mercado equivale ao preço da terra.

A localização é o local onde as coisas são produzidas e consumidas. Mais do que isso, é a capacidade que determinado ponto da cidade tem de relacionar-se com outros pontos da cidade, por meio de deslocamentos espaciais. Esse potencial de acessibilidade de um ponto do espaço da cidade é muito mais importante na produção de uma localização do que a disponibilidade de infraestrutura.

A procura pela terra urbana para habitação apresenta vantagens de localização determinadas pela acessibilidade a serviços urbanos, trabalho, escola, compras, lazer e status social. Essa procura, segundo Villaça (1998), é criada pelo movimento de

segregação da classe de alta renda. Em razão dessa acessibilidade diferencial, o mercado imobiliário privilegia certas localizações na mesma medida em que os serviços vão ficando escassos em outras.

Há outros fatores que influenciam a variação dos preços de terrenos urbanos, tais como topografia, formato, densidade demográfica, uso do solo no entorno, equipamentos ou melhoramentos urbanos, sistema viário, distância ao centro, meios de transporte, beleza natural, industrialização etc. Esses fatores influenciam a variação dos preços de terrenos porque também influenciam a classe de alta renda, que sempre procura as melhores condições de uma localização privilegiada, aumentando, com isso, a desigualdade e socioespacial.

Para Campos Filho (1992), o processo de crescimento das cidades propicia a elevação dos preços dos terrenos, apoiando-se em fatores como a industrialização rápida e concentração de renda social, que também é espacial e ocorre nas partes mais centrais dos núcleos urbanos e em bairros privilegiados.

Os centros da cidade surgem a partir da necessidade de afastamentos indesejáveis, mas obrigatórios. Como toda localização o centro se constitui em função de uma disputa pelo controle do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos espaciais. A partir daí todos os terrenos localizados nesse ponto passam a ter excepcional valor de uso. Ao mesmo tempo e pelo mesmo processo dialético, a acessibilidade a esse ponto passa a ser disputada pelos membros da comunidade, reforçando o valor de uso do solo.

Em relação ao centro da cidade, Villaça (1998) assinala que até meados do século XX, os centros das cidades pertenciam às camadas de alta renda. Durante décadas, apenas a burguesia constituía mercado para as lojas, confeitarias, profissionais liberais, hotéis, restaurantes etc., localizados no centro. O centro se especializa em torno de algumas atividades. A característica fundamental de um centro é a diversidade de comércios e serviços, pessoas e movimentos.

Com o crescimento das cidades e o adensamento de bairros mais distantes, que passam a concentrar população e atividades econômicas, principalmente comércio e serviços, surgem os subcentros para atendimento da população local, que são uma reprodução do centro tradicional em dimensão menor.

Sobre as relações do centro com os subcentros, Frugoli Junior (2000) destaca que, no caso das metrópoles, o subcentro pode complementar o centro em suas

atividades, como também pode concorrer com este na esfera econômica, provocando, inclusive, a deterioração do centro tradicional.

Em alguns casos, os subcentros guardam certas relações de complementaridade com o núcleo central, mas passam muitas vezes a competir economicamente de forma mais acirrada com o centro tradicional, de modo a se tornarem ou almejem se tornar os 'novos centros'. Isso se dá, em particular, pela lógica dessa expansão, que acarreta muitas vezes a fuga de empresas para os subcentros e a deterioração urbana do núcleo original, concomitantemente à mudança na composição social da população que passa a habitar este último, marcada pela forte presença de classes populares (FRUGOLI JUNIOR, 2000, p. 26).

2.1.4 O controle da produção do espaço urbano

É difícil identificar as atuações de agentes produtores do espaço, pois há uma grande variedade deles numa cidade, e a dificuldade se torna maior porque eles não atuam sozinhos. Ainda assim, pode-se mencionar três mecanismos utilizados pela classe dominante para maior controle da produção do espaço urbano.

O mercado imobiliário é um deles. Segundo Gottdiener (2010), o valor da terra urbana é sempre um produto social. Ela tem a capacidade de ser transferida com lucro independente da conjuntura econômica, pois, mesmo em períodos de recessão, o bem imóvel atrai investimentos. O mercado imobiliário é entendido no processo de acumulação de capital como “um circuito paralelo à produção industrial que, articulado à moderna propriedade fundiária que reclama parte do excedente social, produz bens imóveis e habitações supervalorizadas” (LEFEBVRE, 1974 *apud* GOTTDIENER, 2010, p. 185).

Segundo Campos Filho (1992), a distorção que se verifica no espaço urbano, provocada pela especulação imobiliária, com áreas centrais congestionadas e periferias rarefeitas, encarece não apenas os serviços urbanos, mas tudo o que é produzido nas cidades: produtos industriais, comércios, infraestruturas.

Na atuação do *Estado* temos outro mecanismo. Gottdiener (2010) lembra que o paradigma convencional explicava o desenvolvimento urbano como se o Estado não existisse, pois tanto as abordagens nacionais de país para país quanto os paradigmas de teorias contemporâneas, rejeitam essa visão. O que se constata é que o desenvolvimento socioespacial é um produto tanto do Estado quanto do setor privado.

Para Somekh (1998), o Estado é representante das classes dominantes, o que converge à visão de Harvey (1976), quando argumenta que, o Estado é também um

dos agentes transformadores do ambiente construído, causando dois tipos de conflitos: entre o interesse na forma de os agentes se apropriarem do excedente social e os interesses na luta por qualidade de vida residencial e expansão espacial da acumulação. Na medida em que o capital não pode fazer com que o resultado das lutas em torno do ambiente construído seja determinado apenas pelos apropriadores de renda e o segmento da construção, ele intervém indiretamente, mediante a ação do Estado, que tende a promover a acumulação privada. O Estado valoriza o espaço da cidade mediante investimentos em obras públicas, favorecendo a estratégia especulativa do setor imobiliário, criando leis de zoneamento que facilitam a dominação da classe de alta renda na produção do espaço construído, perpetuando a lógica da segregação. Nesse processo, ao invés de atender às reais necessidades da população mais desfavorecida, o faz, de forma geral, em certos momentos, tentando minimizar conflitos sociais, quando isso interessa à própria reprodução do sistema (LAMPARELLI; CAMARGO; GEORGE, 2007).

A organização espacial, portanto, materializa a hierarquia de poder. O *design* espacial é assim um instrumento político de controle social do Estado para promover os interesses dominantes externos e internos. O espaço de autoridade e administração política dá ao Estado um instrumento *independente* para promover os seus interesses de dominação. Por conseguinte, as relações espaciais figuram, proeminentemente, na reprodução das formações sociais existentes e em práticas administrativas, hierarquicamente estruturadas, da nação-Estado (GOTTDIENER, 2010).

Segundo Villaça (1999), é comum considerar a política pública urbana na acepção de discurso do Estado referente à sua ação sobre o urbano. Para o autor, seria ilusão estudar a ação do Estado sobre o urbano por meio dos planos ou do discurso dominante sobre o planejamento urbano. Este seria um sério problema para a história do planejamento, pois essa história é da manifestação ideológica que a classe dominante e o Estado difundem, o que inclui o zoneamento, pois, embora seja o único instrumento do planejamento urbano no Brasil que tem produzido resultados, também veicula a ideologia das elites. Dessa forma, a legislação urbana torna-se um marco delimitador de fronteiras de poder.

A ideologia é assim o terceiro elemento fundamental no processo de produção do espaço urbano.

Segundo Chauí (1981):

[...] a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam (CHAUI, 1981, p. 87).

É necessário analisar o papel da ideologia na história, estreitamente ligado à hegemonia da classe dominante. Desse modo,

“enquanto não houver um conhecimento da história real, enquanto a teoria não mostrar o significado da prática imediata dos homens, enquanto a experiência comum de vida for mantida sem crítica e sem pensamento, a ideologia se manterá” (CHAUI, 1981).

Para esta autora, ideologia é a versão da realidade social que a classe dominante propaga visando facilitar a dominação e ocultar dos homens o modo real de como são produzidas tais relações sociais. Por meio da ideologia, os homens se submetem às condições sociais de dominação e exploração, tornando-as ilusoriamente verdadeiras e justas. A ideologia surge na classe dominante, na transformação do pensamento da classe dominante em pensamento dominante, como se fossem os únicos verdadeiros, razoáveis e válidos.

Para Villaça (1999), a ideologia sofre constantes transformações, que são adaptações para novas situações que surgem e passam a exigir pensamentos e atitudes que mantenham a hegemonia da classe dominante. O agravamento das disparidades econômicas e sociais no Brasil é tão sério que esse parece ser o melhor exemplo do mecanismo ideológico e suas transformações.

2.2 O planejamento urbano e suas perspectivas

2.2.1 O planejamento urbano: a integração ao Regional

O Estado organiza sua intervenção no espaço urbano e regional, ou no território nacional, por meio do planejamento, que pode ser definido, então, como um processo de tomada de decisões para a obtenção de um cenário futuro desejado para a sociedade e seu lugar de vida (considerado em múltiplas dimensões). Caberia ao planejamento urbano, então, a partir do conhecimento dos problemas socioespaciais, estabelecer diretrizes e encontrar os meios e instrumentos para garantir mais equidade e justiça social, condições dignas e qualidade de vida para as populações de diferentes cidades. O planejamento urbano deveria estar presente no

desenvolvimento de quaisquer atividades que se realizarão em uma cidade. A tomada de decisões por gestores públicos sem um planejamento abrangente e participativo implicaria em intervenções seletivas e pontuais, que dificilmente atenderiam as demandas prioritárias e/ou heterogêneas das cidades e seus arredores.

Csaba Deák (1999, p.12), em seu livro “O Processo de Urbanização no Brasil” observa que:

[...] foi a partir do segundo quartel deste século que a escala alcançada pela urbanização começou a provocar iniciativas por parte do Estado e modificações na administração pública. Um dos resultados nesse sentido é o aparecimento de uma nova atividade governamental com a finalidade específica de tratar dessas novas entidades que estavam surgindo: as aglomerações urbanas. É o nascimento do planejamento e, particularmente, do planejamento urbano, cujos primórdios podem ser situados no Estado Novo – no advento do qual Otávio Ianni via, significativamente, a consolidação de “uma vitória importante [...] da cidade sobre o campo”.

O autor afirma que nas décadas de 1960 e início dos anos de 1970, os planos urbanísticos e a atividade de planejamento no Brasil chegavam ao auge. Eram vistos com duplo estímulo: no plano das ideias, com a reconstrução que se verifica a partir do fim da 2ª Guerra Mundial, principalmente na Europa; e no plano material, com o reconhecimento governamental do intenso processo de urbanização no país, acompanhado de um grande crescimento demográfico, em razão de progressos sanitários e melhoria geral dos padrões de vida. O processo de urbanização acelerou-se e atinge novo patamar nas décadas seguintes, requerendo intervenção estatal e consagrando o planejamento urbano (DEÁK, 1999, p.13).

Villaça (1999, p.173), em seu texto “Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil”, faz uma revisão da ideia de planejamento e de planos urbanos brasileiros desde 1897 até a atualidade. Seu objeto de estudo é o que ele chama de “Planejamento *strictu sensu*”, cuja definição está relacionada à elaboração de planos urbanos. Essa definição contrapõe-se à de “planejamento urbano *latu sensu*”, que englobaria planejamento, zoneamento, planejamento de cidades novas e o “Urbanismo sanitaria”.

O autor divide em três períodos a história do planejamento urbano no Brasil: o primeiro inicia-se no final do século XIX, por volta de 1875 e vai até o ano de 1930. O segundo vai de 1930 até por volta de 1992, ano em que se inicia o terceiro período, que perduraria até final dos anos de 1990 (data da edição do texto), mas com características válidas até hoje.

Como afirma Villaça (1999, p.193), o nascimento do planejamento urbano no Brasil, se dá em 1875, quando a então Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, (criada em 1874 pelo Ministro do Império João Alfredo Correa de Oliveira), apresenta seu primeiro relatório, e neste, pela primeira vez, são utilizados dois conceitos chaves: “o de ‘plano’ e o de ‘conjunto’, ‘geral’ ou ‘global’, associados ao espaço urbano”. Este é o período dos planos de melhoramentos e embelezamentos, que retratavam a proposta da nova classe dominante de rejeição do passado colonial e inspiração ideológica “forjada ‘à europeia’, em torno da qual se estruturou um processo de modernização que conjugava regeneração, reforma e saneamento moral e físico da sociedade brasileira”, tendo a cidade como o *locus* da civilidade aparente e, todavia, da ocultação de sinais do atraso (VILLAÇA, 1999, p. 198). O higienismo e as comissões sanitárias deram a tônica do planejamento e reformas urbanas que nasciam sobretudo nas mãos de engenheiros sanitaristas.

Em referência ao segundo período, iniciado na década de 30, Villaça (1999, p. 201) mostra que nesse momento verifica-se um aumento na organização e consciência das classes operárias e um relativo enfraquecimento das classes dominantes, o que se reflete na revolução de 30 e na composição de forças políticas e econômicas, acarretando consequências ao planejamento urbano no Brasil. A cidade deveria se tornar força de produção, lugar de produção. Em lugar da cidade bela, a eficiência de seu funcionamento já se ligava à necessidade de reprodução do capital imobiliário. Por outro lado, o crescente aumento da consciência operária fez aumentar as críticas à derrubada de bairros inteiros de casebres e a construção de novos bairros, que só atendiam ao capital imobiliário.

Relativamente descolados da realidade, os planos passam a uma nova fase. É o período do plano intelectual, que pretende se impor porque contém boas ideias com base científica e técnica, mas que se mantém como uma atividade fechada dentro de si mesma, desvinculada das políticas públicas e da ação concreta do Estado. É o plano-discurso que não se preocupa com sua operacionalização e sua exequibilidade. Para Villaça (1999), este período divide-se em três-subperíodos:

O 1º de 1930 a 1965, caracterizado pelo Urbanismo e o Plano Diretor que, embora pretendessem uma intervenção na cidade inteira, resultaram, sobretudo, em intervenções nos centros da cidade - com destaque para infraestrutura e transporte e o interesse pelas oportunidades imobiliárias que as remodelações urbanas ofereciam -, demarcando a passagem do planejamento que era executado para o planejamento-

discurso e o surgimento de expressões como caos urbano, crescimento descontrolado e necessidade de planejamento etc..

O 2º) de 1965 a 1971, que se define pelo Planejamento Integrado e os Super-planos, quando se concebe o planejamento a partir do entendimento de que a cidade não poderia ser vista apenas em seus aspectos físicos, mas também como um organismo econômico e social, gerido por um aparato político-institucional; e da premissa de que a resolução dos problemas urbanos (que se avolumavam) não poderiam limitar-se ao âmbito da engenharia e da arquitetura, e nem a obras de remodelação urbana. Os planos devem ser integrados tanto do ponto de vista interdisciplinar como do ponto de vista espacial, concebendo a cidade em sua realidade integrada à sua região. Todavia, ratifica-se aqui a distância entre os planos e a implementação na realidade urbana, e a produção do espaço da cidade cada vez mais tende a revelar a ideologia dominante. Para Villaça (1999), este distanciamento atingirá seu apogeu com os super-planos, marcados pelas ideias de globalidade, sofisticação técnica e interdisciplinaridade do planejamento.

Surge também, neste período, uma nova forma de abordagem conduzida, agora institucionalmente pelo SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, que gerenciava o Sistema Nacional de Planejamento para o Desenvolvimento, e que tinha por finalidade induzir os municípios brasileiros a elaborarem planos diretores. Nasce a indústria dos Planos Diretores, como “peças da mais pura tecnocracia, elaborados por especialistas de escritórios privados”, prática dominante do SERFHAU (VILLAÇA, 1999, p. 216).

O 3º subperíodo (do segundo período da história do planejamento) de 1971 a 1992, caracteriza-se pelo Plano sem Mapa. Nesse momento, os planos passam da complexidade, do rebuscamento técnico e da sofisticação intelectual para o plano simplório, feito pelos próprios técnicos municipais, sem diagnósticos técnicos completos, estatísticas ou mapas. Consistem em um plano inconsequente, com apenas uma formulação genérica de objetivos, políticas e diretrizes.

Finalmente, teríamos o terceiro período, com início na década de 1990 até os anos 2000, quando entra em vigor o Estatuto da Cidade, e que como mostra Villaça (1999), não nasce do nada. É fruto dos vários movimentos pela reforma urbana iniciados em 1963, quando da realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, ocorrido em Petrópolis, e que tem como ponto relevante a inserção, por meio de uma Emenda Popular (Emenda pela Reforma Urbana), na Constituição Federal de

1988, dos artigos 182 e 183, que pavimentam em definitivo uma nova fase para a política urbana no Brasil. Segundo Villaça (1999), mesmo sem haver ainda, na época, uma regulamentação dos artigos, várias cidades tentavam pôr em prática os princípios estabelecidos por essa nova ordem urbanística estabelecida na Constituição de 1988, embora se constatasse a insegurança jurídica e a mentalidade dos operadores do direito e dos governantes, ainda muito vinculadas aos aspectos tradicionais absolutos da propriedade urbana.

Procura-se sair dos planos tecnocráticos para os planos políticos. Busca-se transpor as barreiras dos escritórios técnicos, e pôr em discussão, política e tecnicamente, a cidade real, com seus anseios e vários atores envolvidos.

2.2.2 Planejamento participativo e planejamento estratégico: contradição atual na concepção dos planos diretores

A Constituição Federal de 1988 trouxe a exigência de elaboração do Plano Diretor para municípios com mais de 20 mil habitantes, para o estabelecimento, mediante participação da sociedade, de diretrizes do desenvolvimento urbano e de processos de gestão e fiscalização de ações, de maneira a garantir melhores condições aos espaços urbanos e qualidade de vida aos habitantes de todo o território municipal. Com objetivo de intervir nas funções as mais variadas, tais como trabalhar, morar, locomoção, diversão, serviços, entre outras, o plano diretor é um documento e uma lei que materializam processos de planejamento territorial e urbano na escala do município.

Flávio Villaça é, sem dúvida, uma autoridade no que se refere aos planos diretores em nosso país. Suas diversas publicações comprovam sua prática de análise e profissional. Em suas considerações, no texto *As ilusões do Plano Diretor* (VILAÇA, 2005), a respeito do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, ressalta sua ideologização, suas legislações, a participação da população nas subprefeituras, planos de obras, dentre outros aspectos que envolve o Plano. Nele, encontra-se também uma discussão que é muito maior e também pertinente às outras cidades grandes e médias, onde o plano diretor acontece de forma bem parecida.

Para Villaça, um dos grandes erros do Plano começa com sua denominação Plano Diretor Estratégico. Entende-se como “Planejamento Estratégico” uma técnica adotada pelos americanos na década de 1970, em que o planejamento deveria ser

utilizado para produzir máquinas urbanas de fazer dinheiro. Depois, essa técnica foi utilizada e aprimorada pelos urbanistas espanhóis Jordi Borja e Manuel Castells nas Olimpíadas de 1992, em Barcelona, onde a meta do planejamento seria a competição entre as cidades no mundo globalizado e informatizado, obedecendo ao ideário neoliberal. Para tanto, foram utilizadas “Ações Estratégicas” claras e não simplesmente propostas.

Villaça (2005) afirma que as “Ações Estratégicas” estão no texto de inúmeros Planos Diretores já elaborados pelo Brasil afora (independente deles serem destinados a municípios pequenos, médios ou grandes), e que têm em comum a força do novo termo utilizado pelo planejamento urbano brasileiro, aparentemente solucionador dos problemas mais urgentes, porém, sem propor a utilização adequada dos meios e fins exigidos pela atividade. Esse assunto será discutido no tópico logo mais à frente.

Em 10 de Julho de 2001, surge o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001). Essa lei regulamenta os artigos da Política Urbana da Constituição de 1988. Traz como princípios básicos o planejamento participativo e a função social da cidade e da propriedade, fazendo parte, portanto, de uma norma geral de Direito Urbanístico, e também delinea melhor a concepção do Plano Diretor e outros instrumentos de desenvolvimento urbano.

Contudo, Villaça (2005) afirma, ao fazer uma análise profunda das dificuldades, possibilidades, resultados e ideologias do planejamento urbano no Brasil, que no Estatuto da Cidade, os instrumentos como a Outorga Onerosa, as Operações Urbanas Consorciadas, a Transferência do Direito de Construir podem ser apropriados, na maioria das vezes, para as grandes cidades e pouco, ou quase nada, nas pequenas e médias. Pois tais instrumentos são estimuladores de concentração de população, onde a terra é disputada acirradamente, o que não ocorre nas cidades menores, onde a especulação imobiliária quase não existe. No entanto, os instrumentos Direito de Preempção e as Zonas Especiais de Interesse Social, podem, se bem utilizados, melhorar a qualidade dessas áreas urbanas nas pequenas e médias cidades. No que se refere às áreas rurais, correspondentes à maior parte da superfície dos municípios, o Estatuto não as contempla com políticas específicas, mesmo por que o assunto é da alçada da União, mas determina que os planos sejam obrigatórios para os municípios como um todo.

Para Villaça (2005), ainda, o Estatuto da Cidade avança quando confere força ao Plano Diretor, a partir dos dispositivos sobre função social da propriedade e pelas penalidades nele contidas. No entanto, constata que, depois de quatro anos de vigência do Estatuto, pouco teria se efetivado, pois nenhuma lei municipal específica foi aprovada (exigência do art. 5 do Estatuto da Cidade) e nenhum proprietário de imóvel não edificado, subutilizado ou não utilizado, teria sido notificado.

Antes do Estatuto da Cidade, já havia uma preocupação com o uso do solo urbano. É interessante saber que, apesar do Plano Diretor ter se consagrado na Constituição Federal de 1988, já existia uma previsão para municípios com mais de cinquenta mil habitantes de criação de um plano de parcelamento do solo urbano, na conhecida Lei Lehmann (Lei do Parcelamento do Solo Urbano - Lei nº 6.766/79), posteriormente absorvida pela disposição constitucional, e em revisão e tramitação a partir do Projeto de Lei nº 3.057/00, conhecido como Lei de Responsabilidade Territorial.

Mas, é na Lei Federal nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001) que se encontra um conjunto de diretrizes e ferramentas voltadas ao direcionamento das políticas urbanas de ordenamento territorial dos municípios brasileiros com o intuito de torná-los mais igualitários e sustentáveis, com um melhor aproveitamento das infraestruturas urbanas e acesso aos equipamentos urbanos de forma que possa atender a maior quantidade possível de usuários de maneira eficiente.

Ainda acerca da ordem jurídica constitucional e do Plano Diretor Municipal, menção específica deve ser feita sobre o caso de municípios de interesse turístico ou que já possuem o turismo como sua principal atividade econômica e que desejem desenvolver o seu potencial turístico. Eles devem ter seu Plano Diretor de Turismo, sendo imprescindível um planejamento para que as ações elaboradas sejam sustentáveis.

Muitas das atividades turísticas têm se desenvolvido no espaço urbano com muita importância para o desenvolvimento econômico e sócio urbano da cidade. Por isso, a administração pública necessita de um planejamento turístico que lhe dê norteamento e suporte técnico, sem, contudo, que o considere em sua dimensão setorial exclusiva, mas em correlação com outros aspectos a serem considerados de forma integrada no contexto do planejamento territorial e urbano do município.

A atividade turística vem provocando uma reconfiguração do espaço urbano em todo lugar onde acontece. Estas transformações independem da modalidade de

turismo que se instala, podendo ser ela de lazer, negócio, eventos, aventura, dentre tantas outras tipologias (ROSE, 2002). Por isso, a gestão pública municipal é responsável em muitos aspectos pelas atividades turísticas realizadas em sua cidade. O poder público em todas as suas esferas, sobretudo na municipal, entende a importância da implantação do planejamento turístico para o desenvolvimento dessa atividade em seu território, na medida em que as ações planejadas podem resultar em um desenvolvimento econômico e urbano favorável para os moradores da cidade, os empreendedores e os turistas.

Uma das discussões sobre o fenômeno do turismo é a que propõe o sociólogo Reinaldo Dias, e aqui em destaque para o planejamento turístico. Sua abordagem sobre planejamento deu origem ao seu livro “Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil”, de grande circulação, entre os atores públicos e privados do *trade* turístico. Dias (2003, p.45) adota, em sua obra, o conceito de turismo da Organização Mundial do Turismo (ORGANIZAÇÃO..., 2003):

É o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com o objetivo de lazer, negócios ou outros motivos, não relacionados com uma atividade remunerada no lugar visitado. Importante assinalar que o turismo compreende todas as atividades dos visitantes, tanto de turistas como de excursionistas.

Em relação ao planejamento turístico é preciso considerar a complexidade da atividade turística e o leque de variáveis envolvidas. Para Dias (2003), alguns estudiosos apresentam seus conceitos de planejamento turístico, baseando-se no entendimento particular que cada um tem sobre o assunto. Por conta disso, o conceito de planejamento é muito utilizado na atividade turística, fazendo com que este processo seja amplamente discutido na tentativa de buscar resultados positivos.

Segundo Barretto (1991), o planejamento é um processo ativo e, sendo uma atividade dinâmica, possui muitos fatores concomitantes que precisam ser analisados e coordenados para se alcançar um resultado satisfatório e desejável. É um processo que constantemente necessita ser repensado mesmo após os objetivos traçados. Nessa perspectiva, planejamento é a organização sistemática de um conjunto de ideias e decisões, de forma integrada. Consiste na definição de objetivos, organização

dos recursos materiais e humanos, determinação de métodos, indicação de localização espacial e tempo, pois é uma ação voltada para o futuro.

Por isso, Barretto (1991) afirma que quando se trabalha com planejamento de turismo, é fundamental uma sistemática, pois o turismo implica em fluxo de pessoas e receptividade. E nessa relação, há oferta de serviços, construção de equipamentos e circulação de capital. Dessa maneira, planejamento turístico requer pessoal qualificado, compreensão do problema, pesquisa social e conhecimento de métodos científicos.

O planejamento turístico é essencial para a sustentabilidade da atividade turística. Sendo um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas, lida com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não com decisões individuais. Essa interdependência é tão importante que deve ser considerada desde a composição do conceito de planejamento turístico, entendendo que o turismo tem um alto grau de complexidade.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (2003), para determinar o melhor método a ser aplicado na elaboração de um planejamento turístico é necessário que se considere a área geográfica de abrangência deste planejamento - e os elementos aí disponíveis, tais como instalações, atrativos, infraestrutura e profissionais suficientes para atrair visitantes e a realização de atividades turísticas adequadas -, podendo ser local, regional, nacional ou internacional.

O planejamento vai se tornando mais complexo à medida que a escala de abrangência aumente, pois então, também aumentam as variáveis relacionadas à cadeia produtiva do turismo envolvidas no processo. Certamente, é mais simples e fácil quando se planeja um destino turístico na esfera municipal, pois as variáveis estão limitadas à divisão política-administrativa do município em questão. Já em nível regional, estas variáveis se ampliam, pois os objetivos de uma região são mais complexos, envolvendo não só as diferenças relativas às características dos locais em questão, mas também os diversos interesses políticos e privados. Há que se considerar que, além dos níveis de abrangência para que o planejamento turístico se constitua como um processo lógico, é necessária a sistematização de suas etapas, o que independe do nível de abrangência. Fechando esse pensamento, Barretto (1991) afirma que a decisão de planejar é motivada por diversas necessidades estruturais e conjunturais, nos mais diversos setores. Dessa forma, do ponto de vista processual,

é importante estabelecer etapas para efetivação do processo de planejamento turístico.

Assim, o autor acima citado indica cinco etapas a serem trabalhadas no planejamento: a) O Estudo Diagnóstico: aqui é o início da investigação, reflexão e compreensão da realidade bem como identificação de fatos e tendências; b) A Definição de Objetivos: é a tomada de decisão em que se definem o estado das coisas que se pretende atingir com a ação planejada. É necessário clareza e legitimação; c) A Implantação e Execução: é a ação - instalação, execução e funcionamento do empreendimento; d) O Controle: é o momento do acompanhamento com observação e a verificação da correspondência com o planejado, identificação e correção de desvios e/ou bloqueios e fornecimento de subsídios para a etapa seguinte; e) A Avaliação do Trabalho: um olhar crítico para um replanejamento se necessário. Considera-se não apenas os resultados, mas também a efetivação dos objetivos. O desempenho de todo o projeto deve ser analisado.

Apesar de se entender a lógica da sequência das etapas é necessário saber que sempre precisa ser feita uma revisão. A realidade de um local é dinâmica e complexa pois sempre está se modificando. Então, segundo os estudiosos, esta situação faz com que um processo de planejamento baseado em previsões, corra riscos de ter que corrigir muitas falhas e em pouco tempo pode ficar ultrapassado. Por isso, Barreto (1991) pressupõe que para o bom êxito das etapas do processo de planejamento, em linhas gerais, necessita-se de um grande conhecimento da realidade objeto de estudo, entendendo que essa análise imparcial da realidade vai delinear as ações prioritárias a serem implementadas na região em questão. Tais etapas levam à conclusão da primeira parte do processo de planejamento turístico que é a elaboração de um plano, o documento concreto que irá conter os resultados da execução das etapas anteriores.

Fechando com o que diz Beni (2012), o sistema turístico é um elo entre as relações ambientais (ecológico, econômico, social e cultural), as organizações estruturais (superestrutura e infraestrutura) e as ações operacionais (oferta e demanda) de um destino. Essas relações geram informações consistentes de uma realidade que demonstram a complexidade da atividade turística e a necessidade de um planejamento que possa considerar todos esses elementos, de forma a desenvolver um turismo sustentável, e que assim seja capaz de beneficiar a todos os setores inseridos neste processo.

Uma autora que corrobora com o posicionamento de Beni é a geógrafa Rita de Cássia Ariza da Cruz em seu artigo Políticas Públicas de Turismo no Brasil: território usado, território negligenciado de 2005. Onde afirma que, a ausência de um planejamento adequado a um destino turístico que produza qualidade de vida e justiça social aos moradores pode causar danos ao desenvolvimento local. Quanto menor a comunidade, maior será o choque cultural, maior serão as desigualdades aparentes na paisagem, principalmente quando essas transformações ocorrem sem um planejamento com a participação dos moradores conforme Cruz (2007).

O turismo envolve, na sua realização, sujeitos sociais (população local, turistas, agentes de mercado, poderes públicos) com expectativas diferentes, não raras vezes divergentes. Conciliar esses interesses no ordenamento dos territórios pelo e para o turismo deve ser um paradigma orientador do planejamento governamental e de suas políticas públicas. (CRUZ, 2005, p. 41)

Para Cruz (2005) a questão do turismo no Brasil não está relacionada ao o que está sendo feito, mas como está sendo feito o projeto público em relação ao desenvolvimento da atividade turística em todo o país. Para Cruz, o discurso que legitima as políticas públicas de turismo não é diferente de outros discursos de setores econômicos que valorizam a “geração de renda, geração de divisas e de riqueza, geração de empregos, enfim, tudo o que um país em desenvolvimento pode almejar” (CRUZ, 2005, p. 37).

E Cruz continua afirmando que são claras as limitações, pois uma política pública setorial como a de turismo, “não é capaz senão de gerar algum desenvolvimento local ou regional e de, no limite, promover alguma distribuição espacial, mas não estrutural da renda” (CRUZ, 2005, p. 38).

2.2.3 O Planejamento estratégico

No livro *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*, Vainer (2002, p. 76) é autor do capítulo *Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*, onde tratado planejamento estratégico, como o modelo que ocupou o tradicional padrão tecnocrático, centralizado e autoritário, inspirado nos conceitos surgidos do planejamento empresarial. Segundo informa o autor, assim como já referido em Villaça (mais acima no texto), o conceito

original do Planejamento Estratégico surge nos Estados Unidos na década de 70, com a utilização de metodologias empresariais para o planejamento urbano, e o objetivo de transformar as cidades em lugares de produção de riquezas. Para os defensores desse planejamento, ele deve ser adotado pelos governos locais por causa das cidades estarem submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (VAINER, 2002, p. 76).

A nova questão urbana envolveria, agora, a problemática da competitividade urbana como ponto central: competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial; na atração de novas indústrias e negócios; na atração de força de trabalho adequadamente qualificada (VAINER, 2002, p. 77). Nessa perspectiva, Vainer (2002, p. 77) comenta que é muito grande o comprometimento de agências de cooperação e instituições multilaterais na difusão de seus conceitos básicos e sua prática, e cita como exemplos, a publicação de um grande volume sobre a experiência de Barcelona pela Oficina Regional para América Latina e Caribe do Programa de Gestão Urbana, constituído e financiado pela Agência Habitat das Nações Unidas, Pnud e Banco Mundial, e também

[...] a encomenda feita pela Agência Habitat das Nações Unidas, para que Jordi Borja e Manuel Castells produzissem um documento de análise e propostas especialmente para Conferência Habitat II (Istambul), em que retomam vários de seus trabalhos anteriores e em que apresentam para além de análises e propostas, verdadeiras receitas para aplicações do modelo (BORJA; CASTELLS, 1996 *apud* VAINER, 2002, p. 77).

Vainer (2002) destaca o crescente número de cidades brasileiras e na América Latina em geral, que vêm contratando os serviços de consultoria dos catalães e de seus discípulos, ou utilizando seus ensinamentos. Esse modelo vem sendo difundido no Brasil e na América Latina por diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, com o agressivo *marketing* falando de Barcelona.

Para explicar a proposta de planejamento estratégico, Vainer (2002) articula três analogias que identificam a cidade como uma mercadoria, uma empresa e uma pátria, demonstrando, assim, a eficácia de um projeto de cidade com essa orientação, implicando em uma direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados, em grande medida em razão do enfraquecimento da política pública, da eliminação do conflito e de condições de exercício da cidadania.

Para o autor, a cidade-mercadoria seria “uma cidade a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (VAINER, 2002, p. 78). Isto explicaria que o chamado *marketing* urbano se impõe cada vez mais como esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Essa venda, explica Vainer (2002), dependeria de quem se tem em vista como comprador, e necessariamente estaria ligada aos atributos específicos das cidades valorizados pelo capital transnacional, tais como, parques industriais e tecnológicos, comércios, segurança etc. Nesse sentido, as cidades se qualificam como mercadoria pelo mercado externo às mesmas, conforme as demandas de localizações de agentes detentores do grande capital. Transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também uma mercadoria de luxo, destinada a uma elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis.

A analogia da cidade-empresa constitui a condição mesma da possibilidade de transposição do planejamento estratégico de uma empresa, seu território natal, para o território urbano. Neste caso, para os catalães, “as grandes cidades são as multinacionais do século XXI” (BORJA; CASTELLS, 1996, *apud* VAINER, 2002, p.84). A cidade considerada como empresa significa:

[...] ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada. E com isso, a parceria público-privado, assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados no processo de planejamento e de decisão (VAINER, 2002, p.87).

Nesse sentido, segundo Vainer (2002), o que é central é que a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que estão sendo redefinidos. O conceito de cidade e, com ele, os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico, cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a

apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados.

Quando Vainer (2002, p. 91) trata da cidade-pátria, coloca que a cidade-empresa constitui uma negação radical da cidade como espaço político. Pois, não há tempo e condições de refletir sobre valores, filosofia ou utopias. Na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático, e a produtividade é a única lei. O autor traz, portanto, o questionamento de como seria viável construir política e, intelectualmente, as condições de legitimação de um projeto de encolhimento tão radical do espaço público e de subordinação do poder público às exigências do capital internacional e local. A resposta para Vainer seria mediante o consenso, pois sem este não haveria qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas.

Mas, a construção política do projeto ideológico não está ausente da reflexão dos catalães, e se estrutura a partir da necessidade de uma consciência de crise e o patriotismo de cidade. Cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de 'patriotismo cívico', de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro. Um dos elementos essenciais do planejamento estratégico é a criação das condições de sua instauração como discurso e projeto de cidade. O patriotismo de cidade, ao contrário do sentimento de crise, não é condição, mas resultado do sucesso do próprio projeto. A unidade do discurso sobre a cidade é o que se pretende construir. Assim, uma vez conquistada a trégua social pelo sentimento generalizado de crise, a promoção sistemática e planejada do patriotismo de cidade constitui um vetor estratégico de reprodução das condições da paz social no contexto da cidade-empresa e agora também da cidade-pátria (VAINER, 2002, p. 97).

Para Castells (1996), no *marketing* da crise econômica, podem ser observadas campanhas publicitárias que remetem à crise em termos abstratos. Oferecem uma narrativa de como as nações, com seus cidadãos, precisam superar a crise, testemunhando as mudanças em curso na legitimidade do estado social liberal, assim como por meio de programas sociais e de distribuição até então administrados pelo Estado, o que levanta questões sobre os métodos e o significado do Estado-nação, da globalização e do consumo dos cidadãos na era atual. Trata-se de um espaço que autoriza um papel específico ao cidadão-consumidor como o construtor da nação, representando oportunidades para os indivíduos empreendedores imaginarem, criarem e superarem novos desafios.

Ermínia Maricato (2002), em seu texto “As Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias: planejamento urbano no Brasil”, critica fortemente todas as formas de urbanismo, planejamento ou política que importam ideias e métodos internacionais para implantação nas cidades brasileiras sem conexão com a nossa realidade social, cultural e ambiental. Ela fala também e principalmente sobre a realidade das favelas (cidade ilegal) que são lugares fora das ideias, ou seja, não são abarcadas nos planejamentos das cidades. Tanto o Urbanismo Funcionalista quanto o Planejamento Estratégico contemporâneos são fortemente criticados por ela.

De maneira diferente de Maricato e com uma visão empresarial, as instituições internacionais, como o Banco Mundial e as agências multilaterais, a cidade é entendida como a “*City*”, associando as características de uma cidade produtiva, empreendedora e eficiente. E assim, consolidando as ideias da cidade como atores políticos, posição defendida por Castells e Borja (1996).

Na crítica de Sánchez (2003) a cidade é considerada um “[...] atrativo para investidores, ligados aos diferentes mercados, com interesses localizados [...] a cidade é vendida como produto para o mercado mundial” (SÁNCHEZ, 2003, p. 548).

Que vem ao encontro com que Maricato (2002) afirma:

[...] a representação da ‘cidade’ é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação de renda imobiliária (MARICATO, 2002, p.165).

Em vários momentos nesse trabalho utiliza-se para a cidade de Campos do Jordão o termo “Cidade Mercadológica”.

Segundo o Dicionário Michaelis (1998) Mercadológica é relativo à Mercadologia que significa *Marketing*. Que é o conjunto de operações e estratégias voltadas ao atendimento do mercado por meio da pesquisa, planejamento e distribuição de produtos e serviços. Sendo assim, a mercadologia determinará quais produtos devem ser lançados no mercado, como devem ser vendidos e para qual público-alvo. Entende-se então que, quando Vainer (2002) fala da cidade-empresa, enxerga-se num contexto mercadológico o planejamento de instalação para uma empresa com base no conhecimento adquirido para satisfazer as necessidades ideais de seus

consumidores. Dessa forma, a Gestão Mercadológica tem como objetivo atender diversos tipos de negócios, desde o planejamento até as operações dos processos que constituem os negócios da empresa, para esse trabalho usa-se o termo de Vainer (cidade-empresa). A Gestão Mercadológica está diretamente ligada ao *Marketing*, no nosso caso (*City Marketing*) focando no ato de analisar, planejar, organizar, executar e controlar as estratégias da cidade-empresa. Devido a esse entendimento, resolveu-se usar nesse trabalho o termo cidade mercadológica.

2.2.4 A questão do planejamento urbano-regional

Para Santos (1993), a partir da década de 1970, o processo de urbanização brasileira alcança novo patamar, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, pois desde a revolução urbana e demográfica, tivemos desde uma urbanização aglomerada, com o crescimento do número dos núcleos com mais de 20 mil habitantes, assim como uma urbanização concentrada com a multiplicação de cidades médias até chegarmos por fim, ao estágio da metropolização.

No século XXI houve uma expressiva mudança na organização do espaço metropolitano que afetou a distribuição da população e a produção do espaço.

A indústria impõe à cidade sua lógica centrada na produção e o espaço da cidade organizado como locus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca. [...] O espaço urbanizado passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho. As grandes cidades industriais estendem-se, assim, sobre suas periferias de modo a acomodar as indústrias, seus provedores e trabalhadores, gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno: as regiões metropolitanas (MONTE-MÓR, 2006, p. 13).

Segundo Somekh (2010), as transformações decorrentes da globalização, definem a necessidade de uma reformulação na política de desenvolvimento, fundamentada nas tendências de repartição territorial da produção, no sentido de potencializar o próprio desenvolvimento, ampliando as alternativas de trabalho para as populações urbanas. No Brasil, nos últimos períodos a política de desenvolvimento vinha se ancorando, no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que previa investimentos em infraestrutura sem, entretanto, focar no território e integrá-los nas

chamadas Regiões Metropolitanas responsáveis pela maior parte da geração de riqueza do país.

Com as recentes análises sobre a questão metropolitana no Brasil a tendência desse fenômeno foi estabelecer fracas ligações do sistema democrático, do sistema federativo e das relações intergovernamentais, pois a razão pela qual, os atuais empecilhos à retomada da questão metropolitana são explicados, são crises políticas, financeiras e administrativas dos municípios, dos estados e do governo federal. Essas situações limitaram a gestão metropolitana Somekh (2010).

Entender o processo de metropolização no Brasil de hoje é, compreender um pouco mais o funcionamento e a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Para Gomes, Reschilian e Uehara (2018, p. 155) “todo problema de planejamento é antes um problema da história territorial”

Para Somekh (2010), de 1930 a 1970, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo. Entretanto, o crescimento se deu geograficamente de forma concentrada na região sudeste do país, acompanhada de um grande fluxo migratório de trabalhadores. Concretizou-se assim a produção e reprodução de enormes desigualdades, característica dos interesses econômicos promovidos pelo regime militar.

O rápido processo de urbanização apresentado refletia todas as importantes mudanças estruturais que passavam a sociedade e a economia brasileira. A hegemonia das cidades era evidente, não apenas para desenvolvimento das atividades econômicas e de moradia da população, mas, como centro dos novos padrões de relações sociais e de produção. Territorialmente, observa-se a formação de espaços divididos.

A partir de 1980, a economia brasileira registrou inflexão, com um longo período de baixo dinamismo e uma expansão da produção nacional pouco acima da evolução demográfica. Isso refletiu diretamente nas grandes metrópoles, onde as redes de infraestrutura e serviços são precárias. Os excluídos do processo econômico foram empurrados para as periferias das grandes cidades, em ocupações irregulares desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos.

Segundo Diniz (2000), nesse intenso processo de urbanização da sociedade brasileira decorrente das dinâmicas acima citadas, há um grande movimento migratório populacional do campo para cidades. E o destino dos migrantes passou a ser as regiões metropolitanas em formação no Sudeste. Para refletir sobre o processo

de metropolização no Brasil, enxerga-se o fenômeno da metropolização como um processo histórico que expressa a estrutura, a forma e a dinâmica socioespacial de uma região.

O primeiro arranjo metropolitano teve origem na legislação federal dos anos 1970, que criou as regiões metropolitanas de acordo com critérios uniformes. A maior parte dessas regiões refere-se às capitais de Estados, nas quais ocorrera o primeiro surto de industrialização, seguido de fluxos migratórios. Na visão do regime militar, essas regiões desempenhavam papel-chave na consolidação do processo de crescimento e não propriamente de desenvolvimento do País; afirma Somekh (2010).

Assim, as primeiras oito Regiões Metropolitanas foram instituídas numa fase de centralização e concentração de poder e de recursos da União, durante a ditadura militar, como parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional. As primeiras RMs instituídas no Brasil em 1973, foram: São Paulo, Salvador, Belém, Fortaleza, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Porto Alegre.

A legislação federal definiu de forma uniformizada os potenciais serviços de interesse, como o planejamento para desenvolvimento econômico e social. Também previu a criação de novos fóruns, particularmente os Conselhos Deliberativos e Consultivos, para coordenar a articulação com os municípios. Nesse modelo de institucionalização das regiões metropolitanas, caracterizou-se pela centralização e tecnocracia. No Conselho Deliberativo, órgão máximo de deliberação em âmbito metropolitano, Gomes, Reschilian e Uehara (2018) afirma que, os municípios perderam força quanto a autonomia, não dispunham da maioria em representação. O Conselho era constituído, majoritariamente, por representantes indicados pelos governos Estaduais e Federal. Em função da crise fiscal, da redemocratização e do surgimento de novos atores sociais, este modelo enfrentou um processo de esgotamento nos anos 1980.

Em relação à década de 1980, a questão metropolitana não foi discutida com a atenção e relevância política durante o processo constituinte. Isso nos mostra que, a Constituição Federal de 1988 no Art. 25, § 3º, estadualizou a prerrogativa de reconhecimento legal das metrópoles. Somekh (2010) acredita que o governo federal se distanciou deste tema ao delegar a responsabilidade para a esfera estadual. Após a promulgação da Constituição de 1988, houve a proliferação de novos arranjos institucionais metropolitanos.

Conforme Gomes, Reschilian e Uehara (2018) mesmo dentro de um período de redemocratização a ação do estado no planejamento regional e também urbano é pouco visível. Assim, afirma que:

Formulações para outro projeto de Estado/Nação não se efetivam em função de decisões, em escala global e nacional, dos pressupostos do Fundo Monetário Internacional e do Consenso de Washington, com receitas restritivas ao papel do Estado em países do capitalismo periférico. (GOMES; RESCHILIAN; UEHARA, 2018, p. 162)

O poder local veio ganhando maior autonomia e responsabilidade pela operacionalização de políticas públicas. Cresceu a valorização do poder local, pela multiplicação de conselhos sociais no acompanhamento das políticas públicas. Um início talvez, para um processo de planejamento participativo para Somekh (2010).

A partir de 1995, os estados passaram a instituir novas Regiões Metropolitanas e hoje, se tem um conjunto extremamente diversificado de aglomerados, composto por grupos de municípios com fortes diferenças econômicas e sociais entre si.

Apesar de legalmente instituídas Costa (2013) afirma que a ideia de que integrar a região metropolitana é uma maneira de ampliar as oportunidades de arrecadar recursos para o município ainda predomina no Brasil e essa grande heterogeneidade entre as Regiões Metropolitanas ocorre devido à ausência de qualquer instrumento legal nacionalmente aceito para a definição de RMs, ficando a cargo dos estados. Não há uma motivação para identificar os problemas metropolitanos de interesse comum, exceto quando a gravidade do problema ou a pressão popular exige uma ação dos municípios. O que se observa nas Regiões Metropolitanas é em como se ampliam as escalas espaciais e o adensamento populacional aumentando a necessidade de recursos financeiros para investimento, requerendo coordenação e suporte financeiro federal e estadual. Toda essa problemática exige uma estrutura de governança em que estejam presentes não apenas atores de todos os níveis de governo, mas também o setor privado, as organizações não governamentais e a sociedade civil.

Segundo Gomes, Reschilian e Uehara (2018), desde os anos 2000, com as reorientações governamentais, há uma retomada dos planejamentos estatal, regional e urbano. Nesse contexto entra em vigor a Lei Federal nº 10.257/2001 o Estatuto da Cidade que regulamentaria o capítulo constitucional referente às questões da política urbana junto à proliferação de regiões metropolitanas (BRASIL, 2001).

Com embasamento em tais postulados:

[...] a institucionalização da RMVPLN - Lei Complementar 1.166/2012 (São Paulo, 2012) e a Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (AGEMVALE), criada pela Lei Complementar 1.258/2015 (São Paulo, 2015), carregam o novo desafio do planejamento regional, de elaboração do PDU, com um provável novo jogo de forças [...] (GOMES; RESCHILIAN; UEHARA, 2018, p. 162).

Por isso, a necessidade de uma efetiva avaliação da Política de Desenvolvimento Econômico em âmbito nacional; e a regulamentação da Região Metropolitana de São Paulo e da sua principal instituição Emplasa – Empresa Paulista de Planejamento S/A - para que assuma efetivamente uma Estratégia para as Regiões Metropolitanas de São Paulo. O melhor exemplo é o Plano de Ação da Macrometrópole paulista – PAM, que traz um planejamento de longo prazo de 2013 a 2040. A importância das análises associadas às metrópoles trouxe uma relevância para a realização de estudos urbanos e econômicos. E, conforme Gomes, Reschilian e Uehara (2018), também como uma força de liderança política e ideológica do Estado paulista.

Somente em 2015 viria a ser promulgada a Lei Federal n. 13.089/2015 o Estatuto da Metrópole, o tão aguardado marco regulatório da temática metropolitana. Essa lei buscou constituir o quadro institucional necessário à governabilidade das metrópoles.

Segundo o IBGE em 2019 há no país 28 RMs, Rides e Aglomerações Urbanas que somadas concentravam 99,8 milhões de habitantes, ou seja, 47,5% da população brasileira, correspondendo a quase dois terços da população urbana do Brasil.

Santos (2004), coloca a questão: “por que as metrópoles não explodem?” Para o professor Milton Santos, apesar da grave problemática das metrópoles do Terceiro Mundo e, em particular, da América Latina, estas podem ser consideradas grandes máquinas que funcionam relativamente bem. Isso se deve a um constante reajustamento a novas situações, que permite a criação sucessiva de níveis de equilíbrio entre os dois polos ativos do processo: de um lado, os agentes hegemônicos da ação econômica, social, cultural e política e, de outro, a grande massa de pobres. A não explosão das metrópoles se deve, de acordo com esse autor, à ação simultânea de fatores econômicos e socioculturais. Nesse sentido, por um lado, a economia urbana se segmenta, nos mais diversos níveis de capitalização, tecnologia e organização, assegurando trabalho, ainda que irregular e mal pago. Por outro lado,

sistemas de ação deliberada e estruturas de enquadramento sociocultural induzem a comportamentos passivos e atrasam a possibilidade de ação. Entende-se então que, a concentração territorial da produção de riquezas e o padrão histórico de desenvolvimento brasileiro não permitiram a geração de oportunidades de forma homogênea, capaz de valorizar de maneira igualitária as diversidades regionais.

Somekh (2010) nos mostra que, a visão histórica, voluntarista e centralizadora do governo do estado de São Paulo poderá ser substituída pelo associativismo municipal que hoje tem uma perspectiva através da legislação federal de consórcios públicos. Hoje a reestruturação produtiva e a necessidade de entendimento do tempo-espço, exigem um enfoque especial para a territorialização contemporânea. Pois, a unidade produtiva se espalha pelo território.

Milton Santos (2004), ao abordar a região neste novo período, aponta que:

Acostumamo-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. (...) as condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem (SANTOS, 2004, p. 166).

Este nível de complexidade apontado por Santos, o maior volume de eventos e a menor rigidez e maior flexibilidade na constituição e permanência das regiões é uma nova realidade a ser considerada. A construção regional, antes de ser um artifício a priori, converte-se em um processo negociado e com consenso entre os atores políticos, econômicos e sociais regionais.

2.2.5 Quando o cidadão não tem voz...

Quando se fala em anseios e atores envolvidos na cidade real, pensamos em Milton Santos (1987, p.18), que apresenta uma importante contribuição nos estudos da realidade social brasileira, ao analisar os desafios de ser um cidadão diante da organização e produção do espaço nos padrões capitalistas. O autor nos mostra que o progresso material alcançado pela sociedade estabeleceu uma racionalidade

econômica enraizada na cultura moderna e que é repassada aos países pelo mercado e pelo discurso e ação estatal, responsáveis pela criação e manutenção de uma ideologia do progresso.

Diante dessa realidade, Milton Santos (1987) se questiona sobre a situação dos direitos políticos e sociais no Brasil, sob um modelo econômico que torna pobres milhões de pessoas em favor de um suposto progresso coletivo, cujos benefícios ficam na mão de poucos. A economia mundial dita regras e se torna referência para os países pobres, que entram no jogo em posição subalterna. Tal progresso é legitimado e incorporado como ideologia.

Para se entender melhor quando Milton Santos fala do suposto progresso coletivo, legitimado e incorporado como ideologia procurou-se no livro “A Condição Humana” de Hannah Arendt reconstruir a noção sobre o espaço público, categoria fundamental para o pensamento da autora e para uma reflexão contemporânea sobre cidadania. Nesse livro, Arendt sugere uma análise sobre a condição humana mediante três atividades que constituem o que a autora chama de vida ativa: o labor (*o processo biológico*), o trabalho e a ação. São três atividades fundamentais, pois cada uma corresponde às condições básicas perante as quais a vida foi dada ao homem na Terra. (ARENDR, 2007, p. 15).

Para Arendt (2007), a pluralidade é a condição de uma realidade na qual os homens colocam-se em movimento junto a seus iguais. No espaço público os indivíduos se reconhecem como sujeitos coletivos e não como indivíduos isolados. Portanto, a ação e a palavra são as experiências que constituem o caráter político da esfera pública.

A esfera pública, tal como definida por Arendt (2007, p. 62 - 67), não é outra coisa senão o espaço da confluência das falas e do agir humano; onde as individualidades e as questões podem emergir de uma existência resguardada, onde era incentivado que os homens discorressem sobre os assuntos públicos e tomassem partido em “disputas faccionárias” (ARENDR, 2007, p. 23). Portanto, existiam conflitos entre as perspectivas diversas da pluralidade dos homens. É necessário notar que na esfera pública havia o intercâmbio de discursos de homens singulares capazes de chegar a acordos. A esfera pública a que se refere Arendt, remonta à condição humana do ser político e da pluralidade dos homens na pólis grega, mas com significação para as práticas democráticas ainda hoje. Nesse contexto, não existiam

a homogeneização e a massificação na esfera pública, características das sociedades contemporâneas.

Santos (1987, p. 21) afirma que a cidadania foi e é um aprendizado social, tendo passado por um processo de construção ao longo da história. Levando em consideração a realidade ocidental, tudo teria se iniciado com a condição de cidadão, como membro de um Estado-Nação, na Europa no século XVII; em seguida, no século XIX, teve-se a conquista de direitos coletivos, como o direito de as classes trabalhadoras formarem associação. Em terceiro lugar, vieram os direitos sociais conquistados já no século XX, tendo como exemplo o sistema do Bem-Estar Social. Dessa forma, o significado de cidadão para os sujeitos e para a sociedade não foi produzido de modo abrupto e nem linear, mas foram idas e vindas, lentamente formadas por meio da história, das relações sociais e que se deram como etapas a serem vencidas, como conquistas.

O autor sugere que a cidadania envolve a relação dialética entre o Estado, a economia e as culturas. No Brasil, há pessoas que são mais cidadãos do que outras e isso parece ser uma cidadania outorgada. "Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário" (SANTOS, 1987 p. 25). Pela formação social do país, os direitos se tornaram privilégios e tiveram sua existência atrelada às questões de ordem econômica, em uma realidade de país colonizado com profundas disparidades sociais.

O autor perpassa os diferentes momentos históricos e seus aspectos determinantes na condução da não-cidadania dos brasileiros. Processos de urbanização, concentrada e excludente, industrialização em moldes semelhantes, políticas ditatoriais, crescimento econômico não acompanhado de distribuição de renda foram processos que geraram problemas crônicos de deterioração do cidadão, associados ao ganho de bens materiais, e trazendo consigo os valores ligados ao consumo como ideal de inserção no projeto nacional. Criou-se desse modo uma falsa ideia de progresso, onde o consumo é o revelador de quem é ou não um cidadão. A própria mídia, capaz de influenciar nos valores e gostos populares, passa a utilizar intencionalmente o termo consumidor, substituindo e/ou igualando-o ao termo cidadão.

Dentro de tais características, pode-se abrir uma perspectiva sobre o chamado espaço público que hoje na contemporaneidade não se reduz somente ao espaço físico ou territorial. Há outra dimensão, a tecnológica, trazendo novos equipamentos

e ampliando a esfera de opinião com os meios de comunicação, incluindo principalmente, os mais atuais como as redes sociais. Dando ao indivíduo o poder de se expressar.

Com o crescente individualismo, decorrente da competição, do egoísmo, do medo da violência, aumenta a insatisfação individual e coletiva. Prega-se falsamente que tais insatisfações podem ser resolvidas com a aquisição de bens materiais e imateriais. A ideologia do consumo predomina na sociedade, passando para a população que todos podem ser prósperos, sendo essa a meta perseguida em nome do conforto nos dias atuais. Porém, esse pensamento, para Santos (1987), é que a vida termina por ensinar que a prosperidade material não depende do esforço puro e simples: de outra forma, a prosperidade seria generalizada. O chamado ao consumo atrasa a tomada de consciência e mergulha o consumidor numa irrealidade, onde o futuro aparece como miragem.

O consumidor de bens materiais e imateriais não é cidadão, quando se deixa levar pelas decisões das empresas e condiciona seus gostos e valores a determinados padrões de viver, vestir, comer, de se relacionar etc. ajudando a fortalecer uma visão de mundo muitas vezes acrítica. Nem tampouco se pode dizer que cidadão é aquele que vota, porque as dimensões da cidadania ultrapassam o momento do voto, que muitas vezes não passa, para muitos brasileiros, de mais uma obrigação em suas vidas, opinião esta que deriva tanto da falta de informação como da própria descrença no sistema político, diante de injustiças e desigualdades que se arrastam há séculos sem a devida resolução, conforme aponta Santos (1987).

Apesar dessa espécie de "alienação universal", originada do consumo e do individualismo tornados naturais, há possibilidade de mudanças. Para que haja a cidadania é preciso que o indivíduo seja um "consumidor imperfeito", não se submetendo aos ditames da mercadoria, mas ser ele próprio o sujeito e não o objeto de sua história. Santos (1987, p. 51) fala da possibilidade de mudança por meio do resgate da individualidade, da quebra da repetição dos comportamentos perante os objetos e valores ditados pela sociedade de consumo, e pela busca de uma práxis libertadora diante dos mesmos. Essa é a crítica ao consumismo e a base do reaprendizado ou primeiro aprendizado da cidadania.

A própria irracionalidade e alienação que o sistema capitalista produz é capaz de desenvolver um processo de "desalienação". Santos (1987) diz que para isso é preciso que o ser humano tome consciência do que ele é e do que pretende vir a ser,

e a partir da análise crítica das contradições sociais atuais e da inviabilidade de sua permanência busque ultrapassá-las nas ideias e nas ações.

Dentro da sociedade atual, a maior parte das pessoas sabe que essa realidade do mundo atual é desfavorável e precisa ser mudada, mas as próprias obrigações do dia a dia as sufocam de tal modo que não conseguem agir, e com isso deixam de lado seus ideais, por considerarem que os mesmos, por sua complexidade, dispensariam ainda muito mais trabalho e fadiga.

Arendt explica também que no mundo moderno, a igualdade subentende o “reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública” (ARENDR, 2007, p. 50), mas que, em meio a uma sociedade de massas, “o comportamento [substitui] a ação como a principal forma de relação humana”, e que “a capacidade de ação e de discurso [perde] muito de sua antiga qualidade”. Nessa compreensão, a autora empreende uma análise crítica em relação à inversão de valores promovida pela modernidade, fazendo com que a lógica privada das necessidades da vida adquira dimensão política e relegando a política à esfera administrativa e burocrática.

De outro lado, Arendt demarca que é somente a partir de Marx e seus seguidores que “a realidade do conflito será enfrentada” (ARENDR, 2007, p. 54), o que nos possibilita encadear toda a problemática atual da relativa despolitização da sociedade urbana, numa espécie de negação da natureza política do espaço público, com uma sociedade reduzida, competitiva e conduzida por uma razão em que o efeito é a mercantilização da vida urbana.

Santos (1987, p. 125) conclui afirmando que é necessário perseguir outro modelo cívico, baseado na universalização dos direitos e não nos privilégios de poucos, e na mudança dos discursos e das ações perante a realidade excludente do consumismo, da inércia política, da educação conservadora.

O espaço que, para Santos (1987), é um espaço que perpetua desigualdades, parece estar povoado por não-cidadãos, pois as políticas públicas e o planejamento atendem cada vez mais a interesses do mercado, e menos às populações em suas necessidades mais críticas. Nesse sentido, muitos empreendimentos são instalados no território por empresas e pelo Estado, mas para quem será o retorno econômico desses investimentos, indaga Santos (1987).

Arendt (2007) ressalta a condição do ser político e da pluralidade e, ainda, o ideal da ação e do discurso como dimensões indispensáveis da esfera pública, existe

um acordo teórico possível entre essa perspectiva e a ideia de reapropriação política da cidade. Se a mercantilização do urbano, vale dizer, da vida cotidiana nas cidades supõe em princípio o risco ao fim dos espaços efetivamente políticos, é justamente a condição da escassez vivida, de que fala Santos (1987), que engendrará a necessária consciência e mobilização de parcelas numerosas das populações urbanas desfavorecidas pelo direito à cidade.

A sociedade anseia por mudanças e, por isso, deixa-se envolver pela lógica do capital; não percebendo que é dela o espaço público, o espaço político que é um espaço real e simbólico, pois é ele que confronta e é confrontado pelos discursos e perspectivas da pluralidade de agentes que fazem parte de uma sociedade.

2.3 Rede urbana e centralidade em diferentes escalas

Um dos estudiosos renomados que décadas atrás apresentou estudos sobre a temática da rede urbana é Michel Rochefort, que segundo Conte (2014), considerava a rede urbana como associação de certo número de tipos de cidades em relação de interdependência. Tais tipos são determinados pela posição e estrutura das cidades, que refletem sua história. Nessas condições, a unidade de análise, no interior de um contexto urbano maior, não é mais a cidade, mas a rede urbana regional, definida nos limites regionais de influência da cidade, a exemplo de uma metrópole, pela existência e localização de certo número de tipos de cidades que servem como suporte para a organização e dinâmica das atividades regionais.

Segundo Conte (2014, p. 83), a partir dos anos de 1990 a produção teórica acerca das redes urbanas passou por avanços, incorporando novos referenciais teóricos, sendo necessário considerar que no decorrer do desenvolvimento das relações capitalistas a expansão territorial dos processos de urbanização se ampliou e transformou. Na divisão territorial do trabalho, centros urbanos tendem a crescer, a ganhar e/ou a perder posição e funções, além de possibilitar diferentes articulações com outros centros urbanos.

Sendo assim, os lugares passaram a se reorganizar, resultando em lugares cada vez mais diferenciados no que diz respeito à produção e consumo e mais articulados nas trocas entre núcleos urbanos distintos. Considerando que a divisão do trabalho causa alterações nas cidades, Conte (2014, p. 83) acrescenta que a divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo que se desenvolve em separado,

mas sempre esteve implícita no conceito de divisão técnica e social do trabalho, como extensão destas para o âmbito externo ao espaço intraurbano, envolvendo, justamente, as interdependências e hierarquia entre as cidades em dado contexto regional, como bem explica Lamparelli, Camargo, George (2007).

Conte (2014) também considera a rede urbana sendo uma dimensão socioespacial da sociedade, pois os processos de criação, apropriação e circulação do capital excedente ocorrem dentro ou fora do espaço intraurbano. Isso ocorre porque também estão relacionados à divisão territorial do trabalho, em constante processo de mudanças no passar do tempo. Essa constatação vincula-se ao entendimento da rede urbana como reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho. Reflexo da divisão territorial do trabalho na medida em que a lógica capitalista diferencia os centros urbanos, ou quando os agentes sociais, na intenção de reduzir custos e maximizar lucros, criam vantagens locacionais diferenciadas, resultando em distintos arranjos espaciais (CORRÊA, 1989 *apud* CONTE, 2014, p. 84). Para que a rede urbana tenha um entendimento como condição, é quando os processos de produção, distribuição, circulação e consumo são realizados e/ou articulados entre as cidades da rede urbana. A articulação entre estas cidades ocorre na mesma proporção em que evoluem os sistemas de transportes, comunicação e informação interna e externa, possibilitando sempre mais, a movimentação de capital, pessoas, ideias, bens e serviços, entre outros.

Segundo Conte (2014), a diferenciação entre redes urbanas ocorre porque cada uma tem sua dinâmica conforme as atividades produtivas que predominam em determinada área. A autora considera que a inserção de uma rede na divisão territorial do trabalho não fica restrita apenas a uma única produção. Cada rede tem a sua organização de acordo com a produção local/regional, e esta situação resultará em diferentes inserções na divisão territorial do trabalho.

Dessa maneira, Corrêa (1997, p.100 *apud* CONTE, 2014, p. 90) afirma que:

[...] a posição de cada centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para descrever a sua importância na rede de cidades. É necessário que se considere as suas especializações funcionais, sejam industriais ou vinculadas aos serviços, muitos dos quais criados recentemente. [...] A complexidade funcional crescente vai traduzir-se entre outros aspectos, no fato de que cada centro situa-se simultaneamente em pelo menos duas redes. Uma constituída por localidades centrais (metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona, centro local) e outra, menos sistemática e mais

irregular, na qual cada centro desempenha um papel singular e/ou complementar a outros centros.

Conte (2014) aponta também que este processo traz como consequência o fato de que as interações espaciais não acontecem apenas entre poucos centros e em curta distância, pois podem alcançar lugares distantes e abrangem um número cada vez maior de cidades. As interações que anteriormente realizavam-se de acordo com a posição do centro na rede, nesta nova etapa do processo produtivo, com as transformações ocorridas sob a influência dos processos recentes da globalização econômica, realizam-se entre as grandes cidades da mesma região ou de regiões distintas, entre uma grande cidade e centros menores e entre cidades pequenas localizadas na mesma região ou em regiões diferentes.

Assim, a análise das interdependências torna-se bastante complexa, pois as interações internas e externas a uma rede podem apresentar grande diversificação, envolvendo processos de comando, produção e comercialização variados, com origens e destinos múltiplos, deslocamentos de população, entre outros aspectos (CORRÊA, 1997, *apud* CONTE, 2014, p. 91). Interfere nessa complexificação de interrelações, o desenvolvimento e uso de novas tecnologias de informação e comunicação, colaborando, em boa medida, para as relações interurbanas não mais dependentes da contiguidade ou proximidade espacial (SANTOS, 1993).

O livro *Estudos Sobre a Rede Urbana* (CORRÊA, 2006), do geógrafo Roberto Lobato Corrêa, reúne textos que trazem contribuições importantes ao estudo do território brasileiro e reforça a necessidade de se pensar a rede urbana de maneira crítica, tendo em vista que, ela é meio, condição e parte integrante da sociedade, tais como resulta hoje de transformações econômicas, sociais e tecnológicas recentes. Corrêa (2006) define rede urbana como sendo um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos, que envolve uma complexa diferenciação entre cidades. Afirma também que, esse fenômeno começou a se formar no século XVI, e se constitui como materialização de processos inerentes ao modo capitalista de produção, em suas diferentes etapas.

Para Corrêa (2006, p. 213), ainda,

“a rede urbana constitui-se, também, como qualquer materialidade social em uma condição; uma das matrizes em que é forjada a reprodução da existência social envolvendo as condições de produção, as relações e os traços culturais”.

Entende-se, então, que a rede urbana não é algo estático ou de atributos fixos. Como explica o mesmo autor, ela supõe circulação, interação, pessoas se locomovendo, atores hegemônicos em atuação, sendo, por isso, a própria sociedade em movimento com toda sua expressão de desigualdade. Ela é uma dimensão das dinâmicas socioespaciais.

2.3.1 Centralidade em diferentes escalas

O enfoque dado por Sassen (1998) à temática das cidades no mundo contemporâneo, em seu texto *Cidades na Economia Global: enfoques teóricos e metodológicos*, é bastante representativo, ao eleger a gestão financeira como variável fundamental. A autora agrupa algumas metrópoles pré-selecionadas num esquema classificatório de natureza piramidal. Postula, assim, a existência de um sistema mundial de cidades hierarquicamente estruturado, formado por centros principais ao redor dos quais orbitariam centros secundários que, por sua vez, exerceriam centralidade sobre cidades em suas respectivas regiões, e assim por diante.

O *ranking* de cidades globais elaborado por Sassen deixa extensas partes do globo de fora da análise, muitas delas densamente povoadas, o que não deixa de ser coerente com os fundamentos metodológicos de uma teoria que não dá importância a aspectos alheios à coordenação de fluxos financeiros no contexto de uma economia globalizada.

Harvey (2005, p. 45), em “A Produção Capitalista do Espaço”, mostra-se mais preocupado em fornecer elementos para a compreensão dos processos que levam ao deslocamento da centralidade do que em descrever sua configuração num momento específico. O autor busca identificar as contradições que fariam da centralidade um fenômeno inevitavelmente instável, diferenciando-se de abordagens que o caracterizam como algo estático. Em seu modelo explicativo, a constituição de uma centralidade conteria em si os fundamentos de sua própria implosão. A formação de um centro envolveria a sedimentação numa parcela específica do espaço de estruturas fixas que possibilitam a mobilidade de pessoas, mercadorias, informações, capitais etc. Em dado momento, a acumulação dessas estruturas imporá barreiras ao próprio processo de circulação, tornando o centro disfuncional e precipitando a configuração de uma crise. Uma vez alcançado esse estágio, terá início um processo de ajuste espacial, em que capitais seriam exportados para novas frentes de

acumulação. Essas, por sua vez, também chegariam a um ponto de saturação, irradiando novos processos de ajuste espacial. Após certo tempo de decadência de uma antiga centralidade, surgiriam as chamadas oportunidades de reinvestimento. Com o valor de propriedades imobiliárias depreciado e a disponibilidade de infraestrutura abundante e subutilizada, essas áreas se tornariam atraentes outra vez, podendo receber consideráveis aportes de capital e retomar a importância do passado.

Nesse modelo explicativo, a centralidade caracteriza-se como uma condição espacial que se torna transitória, havendo sempre a possibilidade de reconfiguração da relação centro-periferia. No entanto, a dinâmica do processo é dada fundamentalmente como decorrência das contradições do capital, tomando-se o espaço como plataforma para sua reprodução. Ainda que Harvey empreenda análises sociais abertas à consideração de fatores de outra ordem, o modo como o autor trabalha a noção de centralidade expressa a pressuposição da primazia da economia política, caracterizando esse fenômeno em função do processo de circulação do capital no espaço construído. Sua perspectiva analítica fecha-se à identificação de outros sentidos da noção de centralidade. Se, por um lado, ela permite a identificação de relações entre os processos de estruturação observados nas cidades e a lógica mais ampla da circulação do capital, por outro, reduz o papel de outras dinâmicas e outros atores atuantes no processo de constituição das centralidades urbanas.

Nessa direção, depreende-se que o estudo da centralidade urbana se consolida em íntima relação com a própria noção de estrutura e estruturação urbana, e das modificações e rupturas que se processam no tempo. Conceitos que dizem respeito às diferentes disposições (arranjos) no uso e ocupação do solo urbano e as diversas articulações e interações entre estes, resultantes do próprio arranjo. Contudo, esta seria uma centralidade também em movimento, “um movimento dialético que a constrói e a destrói; que a cria ou a estilhaça” (LÉFÈBVRE, 2006, p. 118).

Pensando em como é indispensável fazer uma relação entre centralidade, estrutura e estruturação urbanas, Castells (1983) mostra que a centralidade se constitui como elemento fundamental nas ligações entre os outros elementos que constituem a estrutura urbana, onde a centralidade atravessada por um conteúdo social e sendo também um local geográfico. Dessa forma, a centralidade expressa, no mesmo momento, um conteúdo e forma, pois se concretiza em centros, desdobramentos do centro, subcentros, e outras capacidades da centralidade se

concretizar quando assume formas espaciais na estruturação urbana. Bueno (2016) concorda com Castells (1983, p. 273) quando afirma que o centro representa, por um lado, “a espacialização do processo de divisão técnica e social do trabalho [...]. Por outro lado, podemos defini-lo como especialização geográfica de um certo tipo de unidades de consumo e de serviços”. O autor também leva à percepção da necessidade de entender que o centro não é um lugar fixo na estrutura urbana para sempre.

Em relação à estruturação do espaço urbano, uma questão importante, segundo Castells (1983), é compreender que o espaço urbano é estruturado e que não se (re) organiza ao acaso, mas a partir de determinações e conflito de interesses. A partir dessa formulação entende-se que a estruturação do espaço se constitui pelo resultado (sempre inconcluso) dos embates na organização econômica, social, política e dos interesses de grupos sociais dominantes, bem como na própria dialética empreendida e resultante de outro embate, entre os fatores internos e externos à cidade.

Neste sentido, o processo de estruturação implica em considerar as dinâmicas e funções interrelacionadas de todo o tecido urbano e a importância e a relação desse tecido urbano com o processo de reprodução do espaço urbano e as novas articulações no contexto do próprio tecido. Na medida em que determinadas partes do espaço se constituem de maior poder político, econômico e social, correspondentes aos interesses das elites, permitem induzir o crescimento, os novos investimentos e a valorização da terra urbana, revelando a importância de uma estrutura urbana que atenda prontamente à realização dos interesses dessas mesmas elites e, portanto, à reprodução do espaço que, por isso, também serve a esses interesses.

A importância do espaço se expressa na estruturação do espaço urbano quando apresenta quão profundo é a desigualdade entre as classes sociais.

Para Bueno (2016) esse aprofundamento se revela na cidade, no âmbito da estrutura urbana, como resultante da dialética de um campo de forças e conflitos que se constituem na disputa de acesso à terra urbana e a outras condições gerais para a produção e vida da população, e de poder sobre as mesmas, acesso e poder estes que, por sua vez, reafirmam os conflitos, sendo apropriados e reproduzidos inexoravelmente. Por ser produzida essencialmente a partir dos interesses dos grupos sociais dominantes, a estrutura urbana se revela intimamente comprometida com os

mesmos. Daí se depreende que “o centro urbano, como a cidade, é produto: por conseguinte, ele exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna” (CASTELLS, 1983, p. 274).

Autores, como Sposito, em seu texto *O centro e as formas de expressão da centralidade urbana* (1991), e Tourinho (2004), em sua tese *Do Centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo*, quando propõem a ideia de estruturação, enfatizam que esta possibilita a análise da estrutura como um processo, como uma contínua transformação na qual a estrutura contém e está contida na reprodução dos processos sociais. Entende-se, então, que a estrutura da cidade não é estática, pois se encontra em constante processo de (re) estruturação. Assim, alia-se o processo à forma, e a estrutura deve ser entendida como uma configuração, em dado momento, de um processo contínuo de sua transformação, a reestruturação.

Nesse sentido, Oliveira observa que:

O conceito de morfologia urbana não se referiria [apenas] a uma dada forma urbana (extensão e volume), tal como ela se apresenta configurada espacialmente, mas ao processo de sua gênese e desenvolvimento, segundo os quais podemos explicar essa morfologia e não apenas descrevê-la ou representá-la gráfica ou cartograficamente. Aceitando-se essa perspectiva, a morfologia urbana refere-se não apenas à forma, mas também aos conteúdos que orientam essa forma e são por ela redefinidos continuamente (SPOSITO, 2004, *apud* OLIVEIRA JUNIOR, 2008).

Para Sposito (2004) deve-se usar a expressão reestruturação para quando houver um significativo conjunto de mudanças na estruturação urbana, iniciando com a ideia de romper com a dinâmica formada anteriormente. Assim, a reestruturação vai se desconectar de uma desestruturação, que marcará um desligamento, causando uma grande mudança no processo de estruturação. Ocorreria, então, um processo contínuo de estruturação-desestruturação-reestruturação das estruturas urbanas, assim, tal processo de “estruturação das cidades tem que passar necessariamente pelo entendimento do papel do centro” (SPOSITO, 1991, p. 5), ou dos centros, das centralidades desiguais do espaço intraurbano.

Toda a relevância da análise da centralidade intraurbana redefinida, para Sposito (1998) pode ser resumida a partir de quatro dinâmicas que expressam uma série de mudanças sociais, econômicas e espaciais. Tais mudanças acontecem

impelindo uma contínua recomposição da estruturação intraurbana conjugando rompimentos e continuidades expressas como afirma Sposito (1998):

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia.
2. A rapidez das transformações econômicas, que marcam a passagem do sistema produtivo fordista para formas de produção flexíveis, impõe mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede.
3. A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais, e a sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades médias.
4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços (SPOSITO, 1998, p. 28).

Para Tourinho (2004), a centralidade ocorre também a partir da própria multiplicidade temporal dos atributos de centralidade dessas diferentes áreas centrais. A autora segue o pensamento de Sposito (2000), considerando as variações correspondentes a diferentes intervalos de tempo. Assim, como a estrutura urbana, a centralidade também se redefine continuamente.

Sposito (2001, *apud* OLIVEIRA JUNIOR, 2008) explica uma outra forma de manifestação de novas centralidades, que resulta do reforço de uma centralidade urbana principal por meio da articulação de duas escalas espaciais, ou seja, totalizando uma centralidade complexa decorrente da articulação entre múltiplas centralidades na escala intraurbana, o que leva ao reforço da centralidade exercida por uma cidade que assim se estrutura internamente por diversas centralidades. Assim, a centralidade torna-se complexa, gerando ao mesmo tempo um reforço e uma mudança na articulação dos fluxos entre a escala intraurbana e interurbana, pois as novas centralidades subentendem uma lógica a partir da escolha de localizações que possam ser estratégicas para atrair mercados consumidores de mais de uma cidade.

Por isso, a centralidade da cidade se reforça ao mesmo tempo em que se multiplicam as centralidades na cidade.

Segundo Oliveira Junior (2008), em uma análise da redefinição da centralidade nas cidades médias, trabalha com a hipótese de que as novas áreas centrais são criadas para estas cidades se adaptarem e atenderem às mudanças decorrentes da dinâmica econômica a partir da mundialização do capital. Isso acarreta um processo de redefinição dos papéis dessas cidades, revelando, na maioria dos casos, a não funcionalidade e/ou incapacidade dos centros tradicionais em receber e atender às necessidades contemporâneas da reprodução e acumulação do capital. Ou seja, são os novos papéis dados às cidades médias no processo de mundialização do capital que geram nestas cidades a necessidade de criar novas áreas centrais, tornando as cidades médias atrativas à localização de novos artefatos ou equipamentos comerciais e de serviços, o que desencadeia novos fluxos, materiais e imateriais, de capital e mercadorias que reproduzem novos signos, ideias, valores, contradições, discursos.

2.4 O turismo, o consumo e a globalização

O turismo atualmente é objeto de discussões políticas, acadêmicas e mercadológicas, onde sobressai a ascensão da ideologia das férias e da concepção mercantil do turismo moldando a ação das empresas turísticas que organizam e reorganizam os espaços de consumo para promovê-lo (SEVERO SOARES, 2007, p. 64). Torna-se, então, um fenômeno importante para análise das manifestações econômicas e socioespaciais contemporâneas. Todavia, Boullon (2002) explica que tais estudos deixam vazios teóricos, sobretudo quando se tenta associá-los a outras condições da sociedade.

Reconhecemos essas questões como pertinentes e importantes para tratar das relações entre turismo e globalização, mais particularmente, das consequências da globalização para o turismo, muitas vezes supondo seu aparente caráter de inevitabilidade e de integração. Com a intenção de compreender a globalização como um processo precedido por diversas condições econômicas, sociais, políticas e culturais, há necessidade de analisar sua formação.

O turismo é comumente associado à globalização devido à intensificação dos fluxos turísticos internacionais e à queda das fronteiras culturais promovida pelo

encontro do turista e o nativo. Segundo Boullon (2002), há também outros aspectos influentes no desenvolvimento da atividade turística, tais como: a constante relação com a entrada de investimentos, abertura de mercados, influência da tecnologia da informação e dos transportes e a ativação de novos parâmetros administrativos e políticos internacionais, transnacionais e supranacionais.

Krippendor (2000, p. 47) aponta que a literatura internacional insiste também no enorme potencial do turismo para a geração de pequenos empreendimentos e serviços. De acordo com as estatísticas do ramo, nos anos 90 o turismo constituiria o terceiro setor mundial de exportação. A Organização Mundial do Trabalho (1998) desenvolveu modelos padronizados para construção da conta Satélite de Turismo, um instrumento que permite isolar a contribuição do Turismo no resultado global de produção e do consumo da economia perdendo apenas para os setores de petróleo e automóveis e empregando aproximadamente 200 milhões de pessoas pelo mundo.

Para Castells (2007), a globalização, atualmente, é abordada em diversos estudos, muitos dos quais, apresentam-na para caracterizar um estágio da sociedade moderna integrada mundialmente; uma sociedade sem fronteiras definidas, de fluxos e de interações globais. Essa perspectiva é comumente dada como condição irreversível para os membros de uma sociedade em rede. Sejam atores principais ou coadjuvantes, essa seria a palavra de ordem para a sociedade informacional.

Podemos então dizer que a globalização se torna um simples, e paradoxalmente, complexo processo de interações sem fronteiras e transnacionais, de sistemas de produção, transferências financeiras, disseminação e uso da informação e da tecnologia e por deslocamentos de pessoas em escala mundial.

Entretanto, existe outra perspectiva, a de que não se pode ter uma compreensão isolada da globalização, colocando-a como condição inovadora na sociedade, sob a qual nos resta apenas a adaptação, desconsiderando as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que a antecedem e a acompanham.

Segundo Santos (2002), a globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. No entanto, a globalização atual é perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado. A visão de Santos envolve a convicção do papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção dessa globalização perversa. Para o autor,

a globalização é vista como uma fábula, quando se usa o termo “aldeia global” para fazer crer que a difusão instantânea realmente informa as pessoas e que o tempo e o espaço estão contraídos e ao alcance de todos, quando a rigor há um fortalecimento atendendo às finanças e interesses internacionais.

Assim como em Santos (2002), a interpretação da globalização como um processo irreversível que direciona as ações da sociedade também é frequentemente formulada nos estudos do turismo, tornando-a ponto de partida para análise de uma série de implicações. Como Santos (2002) nos mostra, uma das implicações da globalização no turismo é a mudança em seu conceito, separando a compreensão do turismo como um fenômeno social de encontro, para torná-lo um setor econômico capaz de atrair bens e serviços que qualifiquem a oferta e estimulem a demanda. O turismo passa a ser visto sobretudo como fator do desenvolvimento econômico. Assim, o turismo no mundo globalizado torna-se uma ferramenta para alcançar níveis de competitividade, que, conseqüentemente, proporcionariam benefícios às cidades turísticas.

Segundo Krippendor (2000), à medida que se intensifica a visão do turismo como atividade-meio para competir na economia globalizada, mais se permite desenvolvê-lo como forma de instauração de valores e ações da ideologia dominante. Em outras palavras, quanto mais se defende sua orientação econômica globalizada, mais difícil se torna compreendê-lo como um fenômeno social que permite, quando estudado, observar as características da sociedade, seja para orientar análises que reconheçam suas contradições e conflitos, seja para encaminhar propostas menos reducionistas que visam, unicamente, a sua expansão econômica. Portanto, é frequente a validação do turismo e das adaptações relativas à globalização como o único caminho, afastando a possibilidade de cada localidade promovê-lo conforme suas visões, potencialidades e necessidades.

Ainda com Krippendor (2000), muitos têm a ideia de que o turismo é uma atividade econômica capaz de reverter os quadros de desigualdade social, quando, a rigor, muitos projetos põem os governos locais e seus investimentos à disposição do capital. Assim, a lógica da gestão pública reduz-se ao fornecimento de infraestrutura para que o mercado se instale e, depois, se encarrega de sua comercialização no espaço ocupado.

Dessa forma, parece que o turismo tem resultados iguais àqueles da globalização econômica, segundo Santos (2002), pois é motivada pelas alianças com

as empresas multinacionais que incidem sobre a estrutura nacional de classes, intensificando o mecanismo de dominação e criando novas formas de desigualdades sociais como redução salarial, diminuição dos direitos, liberalização do mercado, entre outras.

Benevides (1998) afirma que, embora se observe em alguns casos que o Estado intervém por meio de projetos de financiamento para instalação de infraestrutura, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE), seu papel acaba sendo o de um financiador para agentes do mercado, que então se instalam e, com suas regras, passam a competir pela demanda. Entende-se este mecanismo, portanto, como mais uma implicação derivada da globalização política (SANTOS, 2002).

É preciso reconhecer que as implicações da globalização perfazem um resultado mais amplo, onde o turismo é continuamente estimulado dentro do consenso formador do processo da globalização. Um movimento que incentiva cada município, sobretudo aqueles que possuem poucas alternativas econômicas, a lançar-se na aventura turística, como destacado no Plano Nacional de Turismo:

O turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participam do processo, possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais [...] nesse modelo, a grande maioria do setor é constituído de pequenas e médias empresas fazendo com que o desenvolvimento da atividade possa naturalmente contribuir como fator de distribuição de renda [...] (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003, p. 4-5).

Entende-se, dessa forma, a ocorrência de uma política que torna o turismo responsável pela salvação do desenvolvimento da cidade ou região, sobretudo daquelas que possuem certa vocação natural para a atividade. Há motivações que redundam em noções de desenvolvimento e planejamento adequado, sendo consenso buscar alternativas para adaptar-se à realidade, para mover-se do quadro de cidades “não-globais” e aproveitar seus potenciais atrativos. Enfim, para promover o turismo como meio para o desenvolvimento social e econômico. Logo, os municípios e o turismo assumiriam novas atribuições.

O novo papel das cidades no contexto da globalização é dado por muitos como um processo em que as cidades são protagonistas de nossa época, concentradas na definição de um planejamento estratégico que promova seu desenvolvimento (CASTELLS; BORJA, 1996, p.152-166). Esses autores afirmam que as cidades

adquirem, cada dia mais, um forte protagonismo tanto na vida política como na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação. Por isso, se fala das cidades como atores sociais complexos e de múltiplas dimensões.

Para Castells e Borja:

As cidades como atores sociais não se confundem com o governo local, porém, o incluem. A cidade se expressa melhor como ator social na medida em que realiza uma articulação entre administrações públicas (locais ou não), agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social. Ou seja, entre, instituições políticas e sociedade civil. Esta articulação se realiza através da ação coletiva e conjunta, que pode responder a formas e objetivos diversos como: a resistência ou o confronto com um agente externo (por exemplo, uma administração superior, uma multinacional etc.); — a definição de produtos nos quais estão interessados, na sua venda ou produção, diversos agentes urbanos (por exemplo, promoção turística, oferta cultural, sede de um organismo internacional etc.); — campanhas baseadas na cooperação público-privada (por exemplo, campanhas de segurança pública, imagem, reabilitação urbana etc.); — grandes projetos de desenvolvimento urbano vinculados a um evento ou derivados de um programa cívico-político; — mobilização sócio-política que encontra sua base principal na afirmação da identidade coletiva ou na vontade de autonomia política (que se concretiza também em objetivos especialmente urbanos) (CASTELLS; BORJA, 1996, p.153).

Sánchez (2001) afirma que Castells e Borja assumem uma perspectiva teórica, com claros desdobramentos políticos e culturais, enaltecendo a construção do sentido de lugar associado à construção de uma identidade unificadora. A identidade consensuada é essencial para a sobrevivência e o êxito da cidade em relação à globalização. Pois segundo os mesmos autores, “se não for vigorosamente perseguida essa identidade “de todos” junto a uma atitude competitiva agressiva, será difícil desviar-se de um cenário de futuro apocalíptico” (SÁNCHEZ, 2001, p. 38)

Para Sánchez (1999) o que está ocorrendo é um lento e contínuo processo de assimilação de imagens que levam os moradores a uma falsa noção de totalidade. Criando no ideário da população uma imagem que toda a cidade está sendo beneficiada com as intervenções e que ela também está incluída nessas modificações, ou seja, a “assistência ao espetáculo cria uma ilusão de participação” (SÁNCHEZ, 1999, p. 8).

Assim, trata-se do que Harvey (2005, p.171) caracteriza como um novo tipo de empreendedorismo urbano, supondo a retomada de tais práticas que, nesse caso,

seriam orientadas para o desenvolvimento local pelo turismo. O empreendedorismo urbano discutido por Harvey corresponde, originalmente, ao poder de organizar o espaço por um complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais. Destaca que o empreendedorismo urbano poderia ser positivo, pois se sustenta na ideia de “cidade como corporação coletiva”. Nesse sentido, explica que haveria o resgate do civismo, com a alternativa à suposta “união interurbana” daqueles que são contrários ao empreendedorismo urbano do capital, pois o capital age tentando se apropriar da singularidade local, ao mesmo tempo em que permite sua diferenciação. Seria a partir dessa contradição que, na ótica positiva, os movimentos oposicionistas poderiam se organizar.

Mas, quando Harvey (2005, p. 187) fala em retomada do empreendedorismo urbano quer dizer, na verdade, que as iniciativas cívicas vêm sendo apropriadas pelo capital no sentido de atrair investimentos dotando as cidades com um perfil empreendedor, e ao mesmo tempo, realizando a competição interurbana principalmente por meio da parceria público-privada na busca de estratégias para atrair investimentos e consumidores, sobretudo relacionadas à cultura. Para Harvey (2005, p. 221-224), a adesão a esse tipo de prática tem se propagado devido à rapidez do “tempo de giro” dos produtos que vem sendo explorados, dentre os quais a apropriação da cultura e sua transformação em “algum gênero de mercadoria” a ser explorada como renda monopolista.

Continuando com Harvey (2005), o capitalismo tem a seu favor a adaptabilidade, mas não se deve subestimar a grande frente de oposição que o capitalismo continua a gerar. Para o autor é preciso pensar em caminhos para ajudar a mobilizar e organizar essa oposição para que se “torne uma força global e tenha presença global”.

Sendo assim, para Severo Soares (2007, p. 68), se um polo turístico não apresenta ou tem poucos atrativos naturais ou culturais, originais ou construídos, que ao mesmo tempo sejam autênticos, diversificados e adaptados, agentes da globalização econômica conferem ao mercado uma particular capacidade de transformar os atrativos de qualquer localidade em um valor a ser agregado aos produtos e serviços, para criar novas demandas. Esse processo se intensifica pela liberação econômica, pela nova configuração empreendedora das cidades e pela compreensão do turismo como meio econômico capaz de desenvolver o quadro econômico e social local.

Para Meneses (2002), o turismo já é visto como atividade econômica de muito peso na busca de recursos para as cidades. O autor considera a importância da paisagem na formação do produto turístico a ser consumido. Para ele o turismo é um agente condicionador e (re)organizador dos territórios, promovendo uma transformação nas paisagens, reduzindo-as muitas vezes a mercadorias. Quando o turismo torna homogêneas as paisagens de um lugar, isso resulta na massificação de gostos e modismos, vira produto de consumo, fruto de uma sociedade de consumo globalizada. Nas paisagens produzidas sob essa lógica, tenta-se esconder os problemas urbanos, tais como a exclusão social e a pobreza (MENESES, 2002).

Considera-se então que a globalização acarreta implicações no turismo, que o transformam, cada vez mais, em um setor econômico ligado à lógica capitalista e à ideologia da classe dominante, tornando-o incapaz de resgatar seus próprios valores, por se distanciar das possibilidades de encontro, descoberta e livre escolha. O turismo está, desde sua compreensão moderna, mergulhado nos paradigmas da sociedade capitalista. Assim, a globalização supõe a intensificação do modelo mercadológico de turismo e consumo.

Pode-se concluir esse assunto entendendo que o turismo vai além do que foi dito até aqui. É interessante quando Beni (2012) faz referência em seu livro ao período chamado por Milton Santos de técnico-científico-informacional, que caracteriza a contemporaneidade - marcada como a era da velocidade, da instantaneidade, da fluidez, da superficialidade, do individualismo, do ato de experienciar, da busca por prestígio e exclusividade, que alimentam o interesse pelo turismo espacial -, comentando sobre as inúmeras sensações experimentadas pelos turistas ao redor do mundo. O autor afirma também que vários estudiosos, ao se referirem aos recursos tecnológicos e à importância da inovação no turismo, concluem que a experiência turística é entendida na perspectiva emocional, por isso deve ser única, diferenciada e memorável.

2.5 Espaço intraurbano dividido: os dois circuitos da economia urbana

No final da década de 1970, a abordagem teórica da urbanização em países subdesenvolvidos era recente como afirma o professor Milton Santos (2008) em seu livro *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana*, de 1979. Alguns estudos sobre a urbanização dos países subdesenvolvidos tiveram sucesso e

importância. Muitos buscaram uma teoria geral da urbanização no Terceiro Mundo, mas atingiram somente um olhar externo e de análise comparativa com os países ocidentais. Porém, entende-se que nesse período eram escassos os conhecimentos sobre os países subdesenvolvidos e que hoje em dia a realidade desses países é bem mais conhecida.

Por isso, as especificidades dos países subdesenvolvidos devem ser levadas em consideração, pois, segundo Santos (2008), são fundamentais no entendimento e na organização da economia, da sociedade e do espaço. Uma especificidade importante, para a análise que acabou atualizando a teoria dos dois circuitos, é que os espaços do Terceiro Mundo ou dos países subdesenvolvidos estão organizados para atender aos interesses externos, interesses que se manifestam hoje em escala global.

Para Santos (2008, p. 19):

Essa oposição [entre subdesenvolvidos e desenvolvidos] tem por postulado que o Terceiro Mundo é “um mundo em desenvolvimento”, quer dizer, que está numa situação de transição para o que hoje são os países desenvolvidos. Na realidade, a noção de “*similar path models*” é inadequada (MCGEE, 1971). Não se trata de um mundo *em desenvolvimento*, mas de um mundo *subdesenvolvido* com suas características próprias e seus mecanismos fundamentais que será necessário demonstrar.

Esse é um ponto a se considerar na escolha dos conceitos ‘*em desenvolvimento* ou *subdesenvolvido*’, como indicado na citação de Santos. Se os países atendem às regras globais, em uma relação unidirecional, não podem estar em “um estágio do desenvolvimento de outros”, pois as influências e pressões políticas, econômicas e espaciais vêm de fontes diversas, como governos, empresas trans e multinacionais, grupos internos representantes de interesses externos ao país etc. Isso implica em reconhecer que duas classes de países participam do mesmo processo de globalização, os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Mas, lembrando que cada país, tem sua forma de participação, conforme as especificidades de seu processo histórico, econômico e geográfico.

Para Milton Santos (2008), a vida urbana nos países de Terceiro Mundo ainda é fortemente marcada por contrastes socioeconômicos que se expressam de maneira determinante na configuração espacial. Esse fenômeno pode ser verificado em diversas escalas, tanto em relação à hierarquização das cidades, no âmbito nacional

e regional, quanto na dinâmica da cidade, na produção dos espaços urbanos, na população, na infraestrutura e na distribuição dos equipamentos.

Nos países de Terceiro Mundo, também chamados de subdesenvolvidos, o espaço regional é caracterizado por forte hierarquização e, no nível local, pela convivência de atividades de mesma natureza, porém diferenciadas em termos de valor. A renda da população é desigual e reflete-se na capacidade de compra e venda. Sendo assim, a cidade reflete a desigualdade de renda de modo explícito em sua configuração espacial, expressando-se desde a qualidade diferenciada das edificações e infraestruturas urbanas, até a circulação da população dentro da cidade. Com evidentes diferenças socioeconômicas, a cidade em países como o Brasil, por exemplo, apresentará em sua dinâmica a existência de duas cidades convivendo no mesmo espaço geográfico.

Uma das teorias que ainda ecoam no mundo acadêmico é a teoria dos dois circuitos da economia espacial, sendo tais circuitos: o superior e o inferior. O primeiro circuito vem com grande carga de alta tecnologia e modernização, sua referência é nacional e internacional e é caracterizado pela fluidez e flexibilidade. Já o circuito inferior atua em escala menor atingindo as camadas mais pobres da população, contudo é “bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região. Cada circuito constitui, em si mesmo, um sistema, ou antes, um subsistema do sistema urbano” (SANTOS, 2008, p. 22).

Com base em outros autores, Santos (2008) afirma que pode-se dividir o processo de modernização em três períodos: a modernização comercial, caracterizada pela expansão marítima a partir do final do século XV, que dividiu o mundo entre países colonizadores e colonizados; a modernização industrial, que vai da Revolução Industrial à Segunda Guerra Mundial, e por fim, a modernização tecnológica (caracterizada pela sociedade do consumo) que compreende o período pós Segunda Guerra Mundial até a atualidade. Os países do Terceiro Mundo não apresentaram todo o processo de maneira bem estruturada, sendo sua compreensão fundamental para a posição periférica que ocupam hoje no mundo, uma vez que o fator modernização gera uma influência seletiva em nível local, nacional e global.

Considerando a modernização tecnológica atual, os países subdesenvolvidos têm sua configuração espacial alterada de modo determinante pela difusão da informação e do consumo, “a primeira estando a serviço do segundo” (SANTOS, 2008, p. 36) e ambas gerando forças de dispersão e concentração que se refletem no

espaço geográfico. A modernização acabou trazendo também para esses países a instabilidade da renda e o desemprego, o êxodo rural e o aumento das desigualdades sociais e econômicas para a população de modo geral, principalmente nas cidades. A mecanização dos processos industriais e agrícolas teve forte participação nesse processo, contribuindo também na diminuição dos postos de trabalho. Com isso, se estipula um contraste social, onde se observa, de um lado, uma minoria da população que tem condições de consumir bens e serviços, em detrimento de uma grande maioria que não possui condições para isso. Dessa maneira, a economia urbana dos países do Terceiro Mundo divide-se em circuito superior e circuito inferior, e por meio deles pode ser compreendida.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são causa e efeito da existência, ou seja, da criação ou manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (SANTOS, 2008, p. 37).

O circuito superior está ligado aos benefícios que o progresso tecnológico traz e à parte da população que pode fazer uso dos mesmos, enquanto no circuito inferior estão os que não podem pagar por tais benefícios.

Para Milton Santos (2008), os dois circuitos podem ser observados na configuração espacial da cidade de maneira bem evidente, uma vez que os bairros são ocupados de acordo com a classe social, que por sua vez é determinada, sobretudo, pela renda. Sendo assim, nesse caso a segregação socioeconômica é materializada na forma de segregação espacial. Há bairros com características completamente opostas convivendo lado a lado, e há casos em que as duas realidades estão presentes no mesmo bairro.

Ainda com Santos, o circuito superior – o circuito moderno extrarregional – é formado pela indústria urbana, bancos, serviços, transportadoras e indústria de exportação. O circuito inferior – comércio não moderno – está ligado às atividades de menor porte e pouca modernização, como comércio a varejo, serviços não modernos e fabricação que não possuem capital intensivo.

Para Santos (2008, p. 41), “no circuito superior, pode-se distinguir atividades ‘puras’, ‘impuras’ e ‘mistas’”. As atividades puras são as que fazem parte do circuito superior e da própria cidade ao mesmo tempo. As impuras são referentes à indústria de exportação, atividade que se beneficia do local e exporta seus lucros, com predominância de uma relação externa ao local. Por fim, as atividades mistas se relacionam com os dois circuitos. Os atacadistas são um exemplo desse tipo de atividade, pois existe uma escala dentro dessa atividade que são: redes de supermercados, mercados, vendas, feiras etc., conectando-se, assim, com o circuito inferior.

Além das atividades, os circuitos possuem relação direta com a divisão de classes sociais (classe alta, média e baixa), pois a população se distribui pelos mesmos de acordo com sua faixa de renda. A população circula entre os circuitos principalmente por meio da compra de bens (a classe média se relaciona com os dois circuitos), podendo também ocorrer venda da força de trabalho de pessoas de classe baixa para os setores produtivos que fazem parte do circuito superior. A classe média se relaciona de modo amplo, movimentando os dois circuitos, pois possui renda superior à da classe baixa, conseguindo, de um lado, usar parte do seu poder de compra na aquisição de alguns bens que fazem parte do circuito superior, e de outro lado, na medida em que busca satisfazer suas necessidades básicas (ligadas à sobrevivência), consome bens e serviços do circuito inferior.

Para Santos (2008) essa realidade é evidente em muitas cidades brasileiras, onde a maior parte da população é pobre e se distribui em termos de ocupação de acordo com o seu nível de qualificação. Muitos cidadãos fazem parte do mercado informal, sobretudo trabalhando como ambulantes, enquanto alguns ocupam postos de trabalho que assessoram a dinâmica da vida daqueles que fazem parte da classe média e alta, de edifícios empresariais ou no setor institucional, com profissões como porteiro, motorista, zelador, diarista, dentre outros. Com esse exemplo é possível constatar que o circuito superior é em muitos setores alimentado pelo circuito inferior.

A expansão do crédito beneficia a movimentação do mercado nos dois circuitos. No circuito inferior o crédito obtido pela população pobre é de caráter pessoal e está ligado ao consumo básico. A população com melhor condição financeira recorre ao crédito institucionalizado (crédito bancário), possibilitando, sobretudo, que a classe média consuma no circuito superior bens e serviços diversos (duráveis e não duráveis, ou supérfluos). O aumento do acesso à educação superior, com ingresso em

faculdades e universidades privadas, pelo crédito educativo, é uma possibilidade recorrente da classe média brasileira buscando por uma qualificação profissional. Por meio dessa estratégia, a classe média tem conseguido interagir cada vez mais no circuito superior, tanto pelo consumo quanto na venda da sua força de trabalho para os setores que o compõe. O financiamento de imóveis e meios de transportes particulares também é cada vez mais maior. O uso do crédito para compra de produtos de alta qualidade e alto valor, pertencentes ao circuito superior, também cresce cada vez mais, sobretudo pelo consumismo, incentivado pela conjuntura social capitalista.

Os dois circuitos, superior e inferior, diferem um do outro devido à tecnologia de que dispõem e dos processos de organização de cada um. No circuito superior ocorre a movimentação de muitas mercadorias excetuando produtos exclusivos e restritos, de alta qualidade (setor de moda, por exemplo); relações de empréstimos com bancos, emprego por meio de trabalho assalariado formal (menor empregabilidade). Suas atividades econômicas estão ligadas aos monopólios ou oligopólios. No circuito inferior ocorre o contrário, com menor quantidade de mercadorias, empréstimos com dinheiro líquido, trabalho não regulamentado, de caráter informal (subemprego) e trabalho autônomo. Portanto, o circuito inferior tem como base a força de trabalho, é formado por uma população de baixa ou nenhuma qualificação profissional e desprovida de capital. Essa correlação entre qualificação profissional e emprego formal não ocorre quando se analisa a classe média, pois apesar de serem qualificados, muitos profissionais liberais atuam de modo informal, pois, assim, conseguem mais lucro e redução de impostos sobre o produto de seu trabalho. Dessa maneira, em cidades de países de Terceiro Mundo, existe atualmente uma realidade muito complexa e diversificada definida pelos dois circuitos (superior e inferior).

Independente das suas condições, o circuito inferior é responsável pela maior parte da ocupação e oportunidades de trabalho para grande parcela da população que possui baixa qualificação. Nos dois circuitos o preço e o lucro têm importância diferenciada. No circuito superior não há grandes variações de preço e o lucro é fundamental, uma vez que é necessário acompanhar o progresso tecnológico e se manter atualizado, o que ocorre pelo acúmulo de capital direcionado para investimentos, principalmente em tecnologia. No circuito inferior o preço pode variar muito com negociações feitas diretamente entre o vendedor e o cliente. O lucro não é tão importante, pois as atividades praticadas estão muito ligadas à sobrevivência e às

questões cotidianas da população, sobretudo ao consumo de bens e serviços básicos. Desse modo, o circuito superior está baseado na produção e o inferior no consumo.

Muitas outras características, quase sempre opostas, são importantes na diferenciação do circuito superior e inferior. No circuito superior, ocorre uma substituição muito rápida dos produtos incentivada pela publicidade que, aqui, exerce muita influência; as atividades possuem relação com projetos e incentivos governamentais; possuem custos fixos de acordo com a atividade. Já no circuito inferior, existe uma reutilização dos produtos por meio dos serviços de conserto, não havendo relação de benefício entre o governo e tais atividades. O que ocorre, além da interdependência entre os circuitos, é uma relação de subordinação do circuito inferior e de controle da economia por parte do circuito superior. Percebe-se, então, que os dois circuitos não são estáticos ou precisos, relacionando-se a partir da complementaridade e da concorrência e tornando-se mais ou menos complexos de acordo com a dinâmica de cada cidade. Enquanto o circuito superior se relaciona com a região ou o país (relação exógena), o circuito inferior relaciona-se com sua localidade (relação endógena). É possível compreender por meio dos dois circuitos a dinâmica existente nas cidades, em seu contexto local e regional, que é o que interessa a essa pesquisa para a cidade de Campos do Jordão. Para Milton Santos (2008), todavia, poderíamos utilizar esse par de categorias teóricas para compreender a economia também no contexto nacional e internacional.

Observa-se, como exemplo dessa dinâmica, que as capitais têm deixado de atrair e concentrar um número grande de serviços, devido ao grau de especialização e qualidade oferecidos à população. Cada vez mais, as cidades do interior dos estados que, por vezes, dependiam dos serviços da capital, relacionados, por exemplo, à saúde e ao ensino superior, têm atendido suas demandas localmente pela melhoria dos serviços ou estabelecimento de novos setores (surgimento de universidades, atendimento a mais especialidades do ramo da saúde, por exemplo). Dessa forma, algumas cidades passam a ter um caráter regional contemplando demandas próprias e de cidades menores próximas às mesmas. Mesmo que de modo não completo, esse fenômeno acaba contribuindo para uma descentralização e desenvolvimento das demais cidades.

Entende-se, então, que nos países do Terceiro Mundo, a produção é organizada segundo os moldes internacionais tendo como objetivo somente atender a interesses também internacionais, ficando em segundo plano o mercado interno e

as reais necessidades da população de cada cidade. Os lucros são divididos entre indivíduos ou empresas de uma pequena parcela da sociedade e grande parte são exportados, de forma que as desigualdades econômicas e sociais da cidade continuam crescendo. Nessa lógica, a distribuição espacial das atividades ocorre de modo desigual, instalando-se segundo interesses próprios, de acordo com a rentabilidade, ou seja, privilégios para a produção e o consumo. Esse fator determina, por sua vez, uma distribuição também desigual quanto aos recursos e as pessoas no espaço, incentivando cada vez mais as migrações, solidificando a pobreza e a existência do circuito inferior.

Milton Santos (2008) afirma que muitas medidas se fazem necessárias para mudar o cenário econômico e social nos países do Terceiro Mundo, em busca da superação das disparidades presentes nesses países. Essas medidas devem ocorrer de modo integrado, principalmente dentro de outra lógica, que não favoreça somente os objetivos do capital acumulativo de natureza internacional, em detrimento das necessidades da sociedade, visando a equidade e justiça social. Sendo assim, o lucro deixaria de ser prioritário; a produção seria guiada pela necessidade real de consumo da população, não mais pela imposição de necessidades que visam apenas o consumo desenfreado e o lucro de outros; o fortalecimento da economia voltada para o trabalho e produção de bens e serviços, não com fins especulativos, mas produzindo maior empregabilidade e, em consequência, melhor renda e aumento do consumo pela população.

As migrações certamente seriam menos intensas e os migrantes melhores absorvidos pela economia urbana a partir da descentralização das atividades da metrópole e de grandes cidades, com incentivo e desenvolvimento de cidades menores tornando-as cidades regionais, interligadas numa rede de cidades, sendo capazes de se complementarem.

A partir de tais ações, a disparidade entre circuito superior e inferior seria superada, na medida em que a natureza do circuito inferior seria modificada, tanto no que se refere às atividades predominantemente informais quanto à população que o integra (com baixa renda e qualificação). Mas para isso, segundo Santos (2008), o Estado deveria assumir um papel fundamental para defender os interesses da população diante das articulações externas e garantir a prevalência dos interesses para o bem comum e para o bem-estar social, ao invés de se manter refém da globalização econômica neoliberal de nossos dias.

3 CAMPOS DO JORDÃO: UMA CIDADE COM MÚLTIPLAS FACES

Para um melhor entendimento do município de Campos do Jordão, este capítulo traz informações que subsidiam o conhecimento sobre diversos aspectos considerados relevantes para as análises realizadas nessa pesquisa.

Os dados foram obtidos por meio da pesquisa exploratória em fontes secundárias como livros, artigos, dissertações e documentos de acervos pessoais e da prefeitura de Campos do Jordão. E uma série de dissertações, teses, livros e artigos sobre a cidade de Campos do Jordão.

3.1 Um rápido olhar sobre a história de Campos do Jordão

A história de Campos do Jordão se inicia com a cidade sendo roteiro de expedições sertanistas, segundo Paulo Filho (1986, p.8-9). O autor afirma que, em 1597, ela foi atravessada pela expedição formada por 700 portugueses e 2000 índios comandada por Martin Correia de Sá do Rio de Janeiro em direção ao sul de Minas Gerais para auxiliar os índios Guaianases contra os Tamoios que segundo Martins (2000) denominava a união dos índios das etnias Tupinambás, Tremembés, Aimorés, Goitacás e de outras nações menores contra o sistema escravagista indígena que era imposto pelos portugueses.

Conforme relata Paulo Filho (1986, p. 21-30), o sertanista Gaspar Vaz da Cunha entre 1703 e 1720, procedente do Vale do Paraíba, abriu caminho em busca de ouro das Minas Gerais, no rumo das minas de Itagiba. Em seu rastro seguiu Manoel Antônio Francisco Pimentel que se estabeleceu com uma fazenda de criação nos Campos de Capivari e Rocinha no Alto do Sapucaí-Guaçu, e que ficou abandonada por algum tempo, e muitos anos mais tarde, restabelecida por Ignácio Caetano Vieira de Carvalho. Por isso, Paulo Filho (1986) afirma que a primeira atividade econômica de Campos do Jordão, foi a criação de gado que empregava pouca mão de obra, não estimulando, assim, o crescimento demográfico da região.

Em 1771, esse mineiro, residente na vila de Taubaté atraído pela serra, decidiu explorá-la com seus três filhos, determinando-se a tomar posse da região, fato que providenciou na sua ida a São Paulo para registrar seu domínio nos Campos da Mantiqueira, fundando a Fazenda Bom Sucesso. Nessa viagem requereu e obteve carta de sesmaria do Governador da Capitania de São Paulo e sempre defendeu as

divisas de São Paulo contra seu vizinho sesmeiro, João da Costa Manso, da Fazenda São Pedro, de Minas Gerais. Por isso, Campos do Jordão permaneceu paulista (PAULO FILHO, 1986).

Paulo Filho (1986) também afirma que, após a morte de Ignácio Caetano Vieira de Carvalho em 1823, seus herdeiros venderam as terras para um rico proprietário de terras, o Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, que só adquiriu as terras em 1825, em dezembro, logo após o Natal, e assim, mudou o nome para Fazenda Natal. Essas terras que eram chamadas Campos de Ignácio Caetano passaram a ser conhecidas como Campos do Jordão. Dando origem assim ao nome da cidade.

As terras do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão foram vendidas às porções, pelos herdeiros, para diversos proprietários. Em 29 de abril de 1874, o português Matheus da Costa Pinto foi quem deu origem ao primeiro núcleo urbano quando adquiriu uma gleba da Fazenda Natal, conhecida como os “Campos do Jordão”, terras à beira do rio Imbiri; lá instalou uma vendinha, uma pensão para respirantes (próprio para a respiração) e pouso para os forasteiros, uma capela e uma escola, fundando, assim, a Vila de São Matheus do Imbiri, que mais tarde se tornaria a Vila Jaguaribe, em homenagem ao médico e escritor Domingos Jaguaribe, grande divulgador das virtudes climáticas de Campos do Jordão (OLIVEIRA, 1991).

Em 1879, Nicolau de Aredes Tavares, sucessor de Silvério Jordão (filho Caçula do brigadeiro) construiu o hotel Salto, primeiro hotel para doentes de Campos do Jordão às Margens do Ribeirão do Salto, de onde remonta a Vila Capivari. A história do município segue conforme Paulo Filho (1986) relata que, em 1891, o Doutor Domingos Jaguaribe comprou todas as terras de Matheus Pinto e instalou-se na Vila que em sua homenagem foi chamada de Vila Jaguaribe. A Vila se desenvolveu e tornou-se distrito com o nome de Campos do Jordão nas terras do município de São Bento do Sapucaí, por meio da lei estadual 1.471 em 29 de outubro de 1915. Em 1917, Dr. Domingos Jaguaribe constituiu a Companhia Brasileira de Colonização, responsável pelo desenvolvimento da área do Vale do Imbiri ao Alto da Boa Vista.

O segundo núcleo urbano do município foi a Abernéssia, fundada em 1914, por seu loteador escocês Robert Jonh Reid que nascera em Aberdeen, cidade da Escócia, Reino Unido, e seu pai em Inverness, a maior cidade do Norte da Escócia, local de muitas lendas e tradições, cortada pelo rio Ness, retirou ABER da primeira cidade, NESS da segunda, e acrescentou o pequeno sufixo IA da Escócia, sua terra natal. Concluiu, denominando a nova vila ou Vila Nova como muitos a chamaram durante

vários anos formando com elas a sua Chácara Abernêssia, e em Vila, em 1915. O nome Abernêssia foi oficializado em 12 de novembro de 1919. A Figura 1 é uma fotografia da Vila Abernêssia, em 1919, ainda com o nome de Vila Nova.

Figura 1 - Vila Nova, em 1919.



Fonte: Arquivo Histórico Digital de Campos do Jordão (2018).

Segundo Bertolli Filho (2001), nos últimos anos do século XIX o país estava num processo modernizador das cidades brasileiras com ênfase nas questões sanitárias, realizadas através de serviços de saúde pública, inspiradas em modelos higienistas internacionais. São Paulo tinha como uma das suas muitas funções combater a tuberculose no estado. Por ser a área mais rica do país e com o fato de conviver com a doença desde o início da sua ocupação. E, no decorrer da história, com a chegada da imigração europeia para a 'terra do café' deu nova dimensão à ameaça física. Por isso, em 1887, o inspetor-geral da Higiene da Província chamou a atenção para o número de doentes pulmonares que existiam em São Paulo, que procuravam a cidade pela fama terapêutica.

A tuberculose era considerada uma doença social, e assim, limitada a um regramento moral sendo então um incentivador dos primeiros movimentos de educação em saúde. Aconselhava-se que muitas coisas deveriam ser vedadas aos tuberculosos: a companhia de não contaminados, a conversa prolongada, o beijo no rosto e especialmente na boca, o aperto de mão, a oportunidade de trabalho, enfim, a

solidariedade próxima. Com isso, foram associados os principais estigmas atribuídos aos doentes do peito. Os doentes sentiam o preconceito e o afastamento das pessoas e até dos familiares.

Sob o ponto de vista médico, as regiões montanhosas, de clima frio, eram consideradas as melhores localidades para a cura da tuberculose pulmonar, junto à existência de modernos sanatórios (PRINCE, 2010, p. 311). Pesquisas apontam que o início dos primeiros núcleos de tuberculosos na cidade de Campos do Jordão remonta ao ano de 1879, quando discípulos da medicina germânica e médicos brasileiros contribuem para a divulgação na imprensa paulista, da qualidade dos “bons ares” do local (PRINCE, 2010, p. 312).

A tuberculose se apoderava rapidamente da ‘metrópole do café’, segundo Bertolli Filho (2001), fazendo muitos óbitos. Neste contexto, o diretor do Serviço Sanitário estadual entre os anos de 1898 e 1917 era o higienista Emílio Ribas, que por conta do avanço da Peste Branca, convidou o clínico carioca recém-formado Clemente Ferreira com grande interesse em combater a Peste Branca, para iniciarem a primeira campanha nacional contra a tuberculose. Clemente Ferreira havia escrito uma tese em 1882 sobre a tuberculose e em 1885 escreveu um ensaio onde analisava as qualidades climatoterápicas de Campos do Jordão e as possibilidades de organização da luta contra a moléstia de Koch, fato que certamente chamou a atenção do diretor, o médico Emílio Ribas.

Durante o seu trabalho o Dr. Ferreira foi incumbido de sensibilizar seus pares e os principais representantes da elite regional para a organização de uma entidade filantrópica de combate à peste branca. Em julho de 1899, surgiu a Associação Paulista de Sanatórios Populares para Tuberculosos, a qual teve Clemente Ferreira como único presidente por 46 anos, quando o patrono dos tisiologistas de São Paulo, muito adoentado, afastou-se da administração da entidade conforme afirma Bertolli Filho (2001). A instituição tinha como objetivo seguir as propostas expressas na carta de uma fundação germânica sediada em Munique, buscando reproduzir no contexto nacional a experiência alemã.

Bertolli Filho (2001) afirma que na série de alterações, a partir de 1903, a organização ferreiriana foi rebatizada com a designação de Liga Paulista Contra a Tuberculose, e seguia a concepção do isolamento dos doentes em recintos senatoriais mantendo-se como ideal máximo da instituição e esse foi um ponto de discordância com a administração pública estadual. Segundo Vianna “A Liga Paulista

era eminentemente assistencialista. Reforçava a necessidade de equipamentos médicos [...] sanatórios e dispensários, e, igualmente, dos equipamentos sociais, considerando a salubridade da habitação prioritária no combate à doença” (VIANNA; ZANETTI; PAPALI, 2014, p. 1347-1348).

Clemente Ferreira desde o surgimento da Liga, levantou a bandeira da campanha que visava construir um sanatório popular em Campos do Jordão, financiado pelo governo estadual, subordinado à Liga Paulista e não ao Serviço Sanitário. Também pedia ao Estado a construção de uma estrada de ferro que ligasse a estação de cura das montanhas com o Vale do Paraíba (BERTOLLI FILHO, 2001).

O autor afirma que essas propostas eram rejeitadas pelo Dr. Emílio Ribas, que designou dois assessores para a elaboração de um projeto relativo ao de uma casa de saúde especializada no estado de São Paulo. Em 1899 foi publicado um extenso documento assinado pelos médicos Victor Godinho e Guilherme Álvaro. Nessa época, a tuberculose era responsável por mais de 7% dos óbitos notificados no estado de São Paulo, taxa que tenderia a aumentar caso nada fosse feito para conter a disseminação da doença pulmonar.

Os médicos Godinho e Álvaro alegavam que a infecção era facilmente curável e acrescentaram que a administração estadual deveria instalar em regime de urgência um nosocômio especializado em Campos do Jordão, não só por causado clima das montanhas, mas também porque sendo o local de difícil acesso, protegia os sadios.

O combate à tuberculose perdeu muito tempo com essa briga política, Bertolli Filho deixa isso claro quando nos conta que:

Transposta mais de uma década desde o início do conflito higienista, os jornais anunciaram a organização de uma empresa que tinha como objetivo construir um caminho de ferro que ligaria o distrito de paz de Campos do Jordão, na comarca do município de São Bento do Sapucaí, à cidade valeparaibana de Pindamonhangaba, acrescentando que a mesma companhia pretendia estabelecer uma vila sanitária e um sanatório para tuberculosos na região serrana (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 65).

Nessa época, a medicina não possuía remédios para a tuberculose, a regra era a indicação de climatoterapia como principal recurso de tratamento dos enfermos. A prescrição médica era de ares amenos do campo, repouso, alimentação rica em carboidratos e cavalgadas como exercícios físicos, iniciou-se a era sanatorial de isolamento dos enfermos, a qual a cidade de Campos do Jordão se enquadrava.

O Dr. Domingos Jaguaribe (Figura 2) fez propaganda por todo o país das qualidades terapêuticas do ar puro de Campos do Jordão, acompanhado por Emílio Ribas e Vitor Godinho, sanitaristas de renome e grandes divulgadores do milagre que o clima proporcionava na recuperação da saúde. O povoado foi se transformando em estância de repouso e se firmando como centro de tratamento de doenças pulmonares, procurado por enfermos de todas as partes do País já no início do século XX.

Figura 2 - Dr. Domingues Jaguaribe.



Fonte: Arquivo Histórico Digital de Campos do Jordão (2018).

Segundo Oliveira (1991), Domingos Jaguaribe tinha a intenção de transformar os Campos do Jordão numa estância balneária e climática, como as existentes na Suíça por isso, a associação com a 'Suíça Brasileira', atribuída por Jaguaribe a esta localidade. Nesse mesmo período, foi sugerida por ele a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Campos do Jordão. O projeto foi levado à imprensa, ao Congresso Nacional, as associações culturais, criando grande polêmica com o engenheiro Luis Cruz e sua equipe do Observatório Nacional. Com a mudança da Capital para Campos do Jordão ficava clara a dimensão atribuída ao meio ambiente por Jaguaribe. Para ele, as elites brasileiras encontrariam uma natureza adequada para a melhor direção política do país.

A tese de Jaguaribe Filho (1878), Reflexões sobre a colonização no Brasil, na área da geografia médica, dividida em dois capítulos, apresenta elementos que fundamentariam suas propostas de combate

à escravidão e incentivo à imigração europeia. No primeiro, faz uma análise de economia política, defendendo o liberalismo e a ação empreendedora, com base nos preceitos de Adam Smith e Alexis de Tocqueville (VIANNA; ZANETTI; PAPALI, 2014, p. 1348).

Segundo Vianna, Zanetti e Papali (2014), Domingos Jaguaribe utilizava-se de argumentos que qualificavam a região da Mantiqueira, considerando o clima e a geografia de Campos do Jordão como local superior ao planalto central para a localização da capital do Brasil.

Oliveira (1991) afirma que o planejamento climático do espaço derivou, principalmente, de algumas referências ambientais, como a paisagem e o ambiente da Europa, além de releituras do determinismo geográfico comum na época. Outra que merece destaque, diz respeito ao ambiente da Serra da Mantiqueira, entre Minas Gerais e São Paulo, representada pela localidade de Campos do Jordão. Um paradigma concreto para estabelecer a ‘temperança climática’, possível nestes trópicos.

Os médicos também elaboraram uma orientação para a ocupação do território, prevendo áreas segregadas para veraneio e sanatórios coletivos (OLIVEIRA, p. 152, 1991).

Segundo Paulo Filho (1986) o terceiro núcleo de Campos do Jordão, foi o Capivari, fundado pelos médicos higienistas Emílio Marcondes Ribas e Victor Godinho; essas eram suas próprias terras, que ali projetaram a Vila Sanitária, em 1911, com fins de exploração turística. Mas, só a partir de 1920 o núcleo desenvolveu-se como Vila Capivari. Sempre com os dois médicos sanitaristas sendo admiradores e entusiastas do clima da região conforme Paulo Filho (1997).

Uma observação interessante também a se fazer, é o interesse econômico dos dois médicos nos investimentos em suas terras, pois essas eram dadas como as mais adequadas para urbanização. Esses investimentos renderam muito dinheiro para os dois médicos, que conseguiram fazer com que a elite voltasse seus olhos para a cidade de Campos do Jordão, como os balneários de tratamento da Europa.

Foram igualmente, Emílio Ribas e Victor Godinho que, através do empreiteiro português Sebastião de Oliveira Damas, iniciaram a construção da E. F. Campos do Jordão, unindo o município ao Vale do Paraíba. Por falta de recursos, os serviços da ferrovia foram paralisados e só foram finalizados em 1915, quando finalmente a EFCJ passou a funcionar como afirma Paulo Filho (1997).

Segundo Silva (2008), o clima de montanha do local atraiu a princípio diversos sanatórios destinados à cura de doenças respiratórias. Esta foi a função primordial do município até o segundo quarto do século passado. Para facilitar o acesso para os enfermos que buscavam um tratamento adequado para as suas moléstias. Em 1912 foi iniciada a construção da Estrada de Ferro Campos do Jordão, tendo sido inaugurada dois anos depois. E é eletrificada pela companhia inglesa *The Electric English Company* em 1924. Neste mesmo ano ocorre a inauguração do Escritório Sede da Administração da Ferrovia, no centro de Pindamonhangaba, pelo presidente Washington Luiz Pereira.

A ferrovia permitia o transporte de passageiros que vinham de São Paulo ou do Rio de Janeiro através da Estrada de Ferro Central do Brasil. Desembarcando na Estação Ferroviária de Pindamonhangaba os passageiros tomavam o trem com destino à Mantiqueira, passando por pequenos povoados que se estabeleceram ao longo da via férrea.

Para Rosa Filho (2006), com a divulgação dos médicos sanitaristas Victor Godinho e Emílio Ribas a respeito dos benefícios do clima de Campos do Jordão para o tratamento da tuberculose aliada à facilidade de se chegar à cidade por meio da ferrovia; inicia-se então o Ciclo Sanatorial na cidade. Dessa maneira, pode-se verificar a expressividade do meio ambiente natural como indutor do desenvolvimento urbano de Campos do Jordão.

Segundo Rosa Filho (2006), a falta de boas ligações ao sul de Minas Gerais fez com que viessem para a região os visitantes do Estado de São Paulo, principalmente do Vale do Paraíba e em segundo plano de Santos e Rio de Janeiro. A construção da Estrada de Ferro Campos do Jordão (E.F.C.J.) (Figura 3), que liga esta cidade a Pindamonhangaba, ofereceu condições efetivas para o desenvolvimento da cidade; impulsionando a construção dos sanatórios e fazendo com que a frequência e a fixação de pessoas externas à vida cotidiana da cidade aumentassem consideravelmente.

O traçado da E.F.C.J., que acompanha o Rio Capivari, definiu um eixo de crescimento que veio acentuar a linearidade urbana e o desenvolvimento das três vilas:

Jaguaribe, fundada em 1874, a primeira das três vilas, compreende, além da população permanente, alguns loteamentos para turistas.

Abernéssia é a vila onde se concentra a maior parte dos edifícios administrativos, bem como do comércio e serviços, reunindo ainda grande parcela da população fixa da cidade.

Capivari, a última das três vilas a ser fundada, é a vila de menor índice de ocupação, onde se localiza a maior parte dos loteamentos e atrativos para turistas.

Figura 3 - Foto aérea de Campos do Jordão (1939) com o Traçado da Estrada de Ferro.



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico (1977) – Imagens Oblíquas 1939/1940.

A Vila Capivari estava localizada no extremo oposto à já existente zona sanatorial, e apesar de ter sido destinada inicialmente a ser também uma zona sanatorial e de turismo, viu prevalecer a segunda opção, sendo a escolhida pela elite para as suas habitações de recreio. Por sua vez, Jaguaribe e Abernéssia abrigaram basicamente a população fixa da cidade. Além das três vilas citadas, Campos do Jordão possuía também a chamada zona sanatorial, próxima à entrada da cidade, e vários loteamentos, afastados da zona central e distribuídos por todo o município, conforme Rosa Filho (2006).

A princípio, criou-se uma zona sanatorial, que mantinha, longe dos centros, os enfermos, evitando-se que o surto virasse uma epidemia, ao mesmo tempo em que desenvolvia o turismo nas três principais vilas.

Consolidando-se como lugar de cura para a tuberculose, em 1926 Campos do Jordão tornou-se Estância Climática e Hidromineral, o que propiciava mais recursos estaduais. De acordo com a Lei Estadual nº 2.140, promulgada em 1º de outubro de 1926 pelo Governo Estadual, foi criada a Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão (PRINCE, 2010, p. 317), uma Categoria especial de Unidade da Federação, que deveria ser administrada somente por médico, nomeado pelo próprio Presidente Estadual. Nessa época a cidade possuía 3.200 habitantes, a maioria de trabalhadores. Entretanto, o período de tratamento de enfermos de tuberculose começa a provocar um adensamento na cidade (PAULO FILHO, 1986).

Entre os anos 1920 e 1930, quando foram construídos os primeiros sanatórios, cerca de um terço da população residente em Campos do Jordão era composta por convalescentes e forasteiros, já despontando o setor terciário como fundamental à economia regional (PAULO FILHO, 1986). Ao longo do século XX, várias atividades produtivas foram surgindo e se consolidando, como a criação de cavalos e carneiros, a criação de truta, a fruticultura e a floricultura.

De acordo com a publicação “Quereis Saúde? Ide a Estancia Climática de Campos do Jordão” (CAMPOS DO JORDÃO, 1934), há a criação de loteamentos, a partir de 1929, executado por empresas particulares ou pessoas físicas. Abernêssia, Jaguaribe e Capivari eram as principais vilas urbanas e estavam em formação as Vilas Isabel, Imbirí, Benigno, Fracalanza, Britânia, Ekman, Matilde, Natal, Umuarama, Sapucaí e Itatinga. Na zona rural destacavam-se os povoados de Areal, Campinho, Correntinos, Fojo, Itatinga, Paraizo, Russos, Água-santa, Barrado, Baú, Marmelos, Paiol Velho, Retiro, Tabatinga e Torto. As distâncias entre as construções eram, no mínimo, de 10 metros, com o intuito de evitar aglomerações urbanas e garantir o isolamento e higiene. O que demonstra a intencionalidade de um crescimento urbano de baixo adensamento populacional.

No começo da década de 1930, teve início a remodelação da estrada que ligava as três vilas, com o alargamento e seu calçamento com pedregulhos. Foi construída uma estrada, de 22 quilômetros, para São Bento do Sapucaí, possibilitando a viagem de automóvel. Construiu-se também uma ligação com Itajubá.

Na década de 1930, foi realizado o zoneamento da cidade que previa a localização de sanatórios fora da zona urbana e a proibição de pensões para enfermos na zona residencial. Tais medidas eram garantias de que os enfermos ficariam confinados nos hospitais, podendo os turistas usufruir plenamente da cidade sem o

receio de contágio. Esses, por sua vez, para se hospedarem nos hotéis, apresentavam atestados de saúde.

Segundo Bertolli Filho (2001), a população nessa época era de aproximadamente 5.200 habitantes, um terço deste total eram indivíduos tuberculosos. Em 1931, havia em funcionamento 9 sanatórios, 13 pensões oficializadas com regime sanatorial e um ambulatório. A prefeitura sanitária doava terrenos a todas as entidades que apresentassem projetos para a construção de casas de saúde. Com a promessa de cura pelos ares frios, mesmo os enfermos que não possuíam condições financeiras de pagar pelo tratamento, eram atraídos para a cidade, o que proliferou as construções precárias e pensões clandestinas, gerando um estado sanitário caótico. Bertolli Filho destaca aqui o início da ocupação pela população que compôs as construções irregulares nos locais poucos valorizados, como os morros.

Quando Bertolli Filho (2001, p. 94-95) comenta sobre os desentendimentos entre as autoridades médicas, como exemplo, são as críticas ao movimento que deu origem à Associação dos Sanatórios Populares de Campos do Jordão, liderado pelo médico Raphael de Paula Souza que era o clínico dos infectados residentes em Campos do Jordão. Ele foi o responsável por uma campanha que afirmava que as casas de saúde filantrópicas não precisavam de um aparato rebuscado que caracterizava as instituições destinadas aos pacientes pagantes, ele propôs algumas opções administrativas e arquitetônicas que, reduziam o custo dos prédios para o isolamento dos tísicos, viabilizando o atendimento de um maior número de doentes pobres. Em 1931 foi criada a primeira unidade nosocomial, conhecida popularmente por 'Sanatorinhos' carregava no nome diminutivo um tom pejorativo.

Conforme Bertolli Filho (2001, p. 95):

Nos primeiros momentos de vida dos Sanatorinhos, foram raros os médicos jordanenses que concordaram com a proposta do Dr. Paula Souza. Apenas os clínicos Clovis Corrêa, Vicente Marcílio e Lincoln de Faria – que atuavam no Posto de Higiene local – mostraram-se favoráveis ao funcionamento da casa de saúde para os enfermos desamparados, enquanto os demais facultativos manifestaram desinteresse ou aversão pelo movimento.

É importante apontar o interesse mesmo da classe médica em trazer para Campos somente os pacientes endinheirados que estavam dispostos a pagar o alto preço do tratamento em parte devido à construção de hospitais luxuosos.

Para Bertolli Filho (2001), a construção de sanatórios particulares era um negócio lucrativo, havia no país uma escassez de leitos, até mesmo para os enfermos mais abastados que podiam pagar os custos do tratamento. A construção de sanatórios tratava-se de um negócio vantajoso e rigorosamente de médicos. O valor terapêutico do clima já era questionado, apontado como credence popular, mas havia o interesse de grupos econômicos que estavam enriquecendo com a exploração das instituições de saúde instaladas nas prefeituras sanitárias. No restante do mundo, a cura da tuberculose já não era enfatizada pela climatoterapia, enquanto, Campos do Jordão desenvolvia-se em função da cura da doença. A construção de pensões e hospitais caracterizava o local como uma cidade-sanatório. Por conta disso, pessoas vinham em busca de cura, médicos vinham para prestar serviços de atendimento e muitos outros profissionais foram atraídos para trabalhar na construção civil com o objetivo de atender a esta demanda de ocupação urbana.

No dia 19 de junho de 1934, o distrito de Campos do Jordão conseguiu sua autonomia político-administrativa desmembrando-se de São Bento do Sapucaí, com a criação do município cujo nome é em homenagem ao Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão. Na mesma lei de criação da autonomia do município foi criado um código que orientava a edificação de sanatórios e pensões, além da intensificação da vigilância sanitária. Tais regras buscavam controlar o uso dos espaços da cidade por doentes e demais moradores, além de orientar o percurso e estadia de turistas sadios que começavam a chegar à cidade (PRINCE, 2017, p. 317).

Nesse ano de 1934, a cidade contava com 11.963 habitantes, metade dos quais já fixados na área urbana, nas 3 vilas principais: Vila Abernécia, Vila Jaguaribe e Vila Capivari Campos do Jordão (1934).

Armando Salles, governador do Estado de São Paulo em 1935, criou uma comissão compostas por médicos e urbanistas, para estudar a urbanização de Campos do Jordão, com foco na expansão sanatorial conciliada com o turismo. Os quatro pilares desta proposta eram: A tuberculose; doenças diversas; descanso e recreio e o jogo. Foi criado um zoneamento sanatorial, com preocupações higienistas, evitando a ocupação excessiva do solo, a restrição de instalação de indústrias e o adensamento populacional, conforme afirma Paulo Filho (1986) (Figura 4). Falaremos melhor sobre tais diretrizes mais a frente, na seção da análise da legislação referente ao Planejamento Urbano do município de Campos do Jordão.

Paulo Filho (1986) também aponta que a estética da cidade aparece no relatório da comissão, como a arborização, construção de bancos e bebedouros, áreas esportivas e jardins, mas tais medidas foram implantadas somente na década de 40. E que, o estudo também previa o projeto de rede de água e esgoto para as três vilas principais (Figura 5).

Figura 4 - Campos do Jordão, 1939 - V.G. Emílio Ribas.



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico (1977) – Imagens Oblíquas 1939/1940.

A Prefeitura de Campos do Jordão foi assumida em 1938 por José Artur da Mota Bicudo colocado no cargo por Adhemar de Barros interventor durante o período do Estado Novo. Em 1941 foi criado o Parque Estadual de Campos do Jordão pelo decreto nº 11908. O interventor Ademar de Barros deu início à construção de dois marcos da cidade, o Palácio Boa Vista e o Grande Hotel.

Figura 5 - Campos do Jordão (1939) - Núcleo Urbano.



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico (1977) – Imagens Oblíquas (1939/1940).

Percebe-se, quando Masakazu (1985) afirma que, embora Campos do Jordão nas décadas de 30 e 40 fosse uma localidade totalmente ligada ao tratamento da tuberculose, e devido a esse fato, era também alvo de preconceito, mesmo assim há relatos que comprovam a visita de *veranistas* (como eram chamados os visitantes na época) no município:

A pensão Sanatório de Campos do Jordão, instalada num amplo prédio de três pavimentos (onde hoje se localiza o Hotel Montanhês) era um internato de pessoas de posse. De regime semi-sanatorial, os doentes gozavam de relativa liberdade sem o rigor disciplinar da vida sanatorial. Alguns internados nem eram doentes, vinham passar temporadas de repouso e descanso (MASAKAZU, 1985, p. 29).

Comprova-se a afirmação do autor também pelas propagandas de hotéis nos jornais da época. O Hotel Vista Alegre no “Campos do Jordão Jornal”, de Octávio Bittencourt e a Colônia Vila Alpina na revista carioca “Sino Azul”, de propriedade de Heriberto Hoffmann (1935-1945).

As duas propagandas (Figuras 6 e 7), enaltecem a cidade de Campos do Jordão pelos seus atributos terapêuticos e paisagísticos. A cidade era tratada na mídia como a “Suíça Brasileira”, iniciava-se aqui, sem ter as definições conceituais contemporâneas do *city marketing* e da cidade mercadológica.

Figura 6 - Propaganda publicada no "Campos do Jordão Jornal", do dia 26/11/1939.

...e trazer-nos complicações desnecessárias, de acordo com cada região, preciso acreditar, e preciso plantar. presentes.



Hotel Vista Alegre

TEL. 54 — ABERNESSIA — O VERDADEIRO PARAÍSO DA ELITE — CAMPOS DO JORDÃO

Exclusivamente para pessoas sãs e turistas.

Rigorosamente familiar. Situado no melhor ponto de Abernèssia, em frente à Estação e Cine Jandira. Próximo aos Correios e Telefógrafos. A 200 metros da Av. de Ligação.

Recanto socegado, livre da poeira e de ruídos. **Panoramas admiráveis da estância.** Parque de árvores frutíferas. Lindos passeios pelas montanhas que o circundam. Águas cristalinas. Instalações sanitárias completas, e modernas.



Visite Campos do Jordão, considerada a oitava maravilha, e hospede-se no **HOTEL VISTA ALEGRE.**

Si assim proceder, a sua temporada será maravilhosa, pois, a par da comodidade oferecida, V. S. adquirirá novas energias, vivendo a vida, dedicando seus olhos, revigorando-se com alegria.

Nota importante: A directora reserva o direito de exigir atestado medico de sanidade, caso julgue necessario.

Alimentação sadia. Higiene absoluta.

O HOTEL POSSUE BONS ANIMAES, "CHARRETES" E LUXUOSO AUTO PARA PASSEIOS

CONHEÇA A SUÍÇA BRASILEIRA HOSPEDANDO-SE NO HOTEL VISTA ALEGRE



Fonte: Foto: Arquivo Pessoal / ROCHA (2020).

Muitas pensões eram procuradas pelos familiares dos doentes em tratamentos, pelo depoimento da entrevistada número 06 confirma-se isso:

Durante a permanência da minha mãe no Sanatório, meu pai e o resto da família a visitavam a cada 15 dias. Quando o meu pai ia, ficava o fim de semana todo e dormia em uma pensão na cidade. Essas pensões ou pensionatos eram comuns em Campos do Jordão, pois nelas ficavam os parentes dos doentes e também as pessoas que se recuperavam da doença, mas sem a gravidade para precisar ficar internadas nos sanatórios. Eram os casos dos doentes que se tratavam apenas usufruindo do clima favorável de Campos e fortalecimento da saúde.

Figura 7 - Colônia Vila Alpina - Revista "Sino Azul". Rio de Janeiro, em julho de 1940.

PAULISTAS! CARIOCAS!

Aproveitem as férias revigorando as forças na belíssima SUÍÇA BRASILEIRA!

A VILA ALPINA, situada no planalto de Campos do Jordão, a 1750 mts. de altitude, oferece excelente hospedagem a todos que procuram repouso e renovação de forças. Além de seu clima sem igual, oferece oportunidade para agradáveis passeios pelas suas matas virgens, onde a água é pura e cristalina: — Um conjunto magnífico num Paraíso da natureza.

VIDA! ALEGRIA! DIVERSÕES! BELEZAS NATURAIS!



Aceita de preferência Comerciantes e Bancários, facilitando os pagamentos por intermédio de "Clubes de Férias", cujo número de associados não seja inferior a 12 (doze), com a contribuição mensal de 15\$ cada um, o que equivale à diária de 12\$ por 15 dias (total 180\$), com direito imediato a hospedagem. Diária avulsa: 18\$ e 20\$. Famílias e crianças: Preços especiais.

VILA ALPINA LTDA. São Paulo - Rua José Bonifácio, 210-sala 8
Campos do Jordão - Vila Capivari

Fonte: Acervo do IPHAC - Instituto do Patrimônio Histórico, Ambiental, Artístico, Arquitetônico e Cultural de Campos do Jordão (2019).

O Palacete Olivetti (Figura 8) foi construído na década de 1920, localizado na Vila Abernèssia, em frente à praça da Bandeira e ao lado do Prédio da Receita Federal. É o edifício mais antigo de Campos do Jordão, e teve sua construção iniciada em 1919 por iniciativa de seu proprietário, o Sr. Próspero Olivetti, e concluído em 1921, pelo construtor, Sr. Carlos Oliveira Rocha, português, natural de Castelo de Paiva, que veio a Campos do Jordão no ano de 1918.

Até o início da década de 1930, o Palacete Olivetti foi utilizado como “Pensão-Sanatório Campos do Jordão”, destinado ao abrigo de tuberculosos que chegavam a esta cidade para tratamento. No andar térreo havia uma leiteria e a "Pharmácia Olivetti", que pertencia ao proprietário. Este prédio abrigou, também, por muitos anos, o Hotel Montanhês (1958 a 1980), de propriedade do Sr. Wolfgang Böhme (um dos tripulantes do famoso navio alemão Windhuk que, em plena guerra, fugindo das embarcações da marinha inglesa, ancorou no porto de Santos no dia 07 de dezembro de 1939), e de sua esposa D. Érica Böhme. Por último, abrigou a Prefeitura de Campos do Jordão (Arquivo Histórico Digital de Campos do Jordão, 2018).

Figura 8 - Foto do Palacete Olivetti - construção do início do Século XX.



Fonte: Arquivo Histórico Digital de Campos do Jordão (2018).

Em 19 de novembro de 1942, há a inauguração da Praça da Bandeira, Figura 9, na administração do prefeito Lourival Francisco dos Santos (10.06.1941 a 12.07.1946). No jardim, havia os canteiros bordados com os tradicionais buxinhos do estilo clássico francês, desenhado pelo artista plástico Carlos Barreto. A bandeira do

município foi hasteada pela primeira vez somente em 29 de abril de 1969. Arquivo Histórico Digital de Campos do Jordão, (2018).

Figura 9 - Foto da Inauguração da Praça da Bandeira, em 1942.

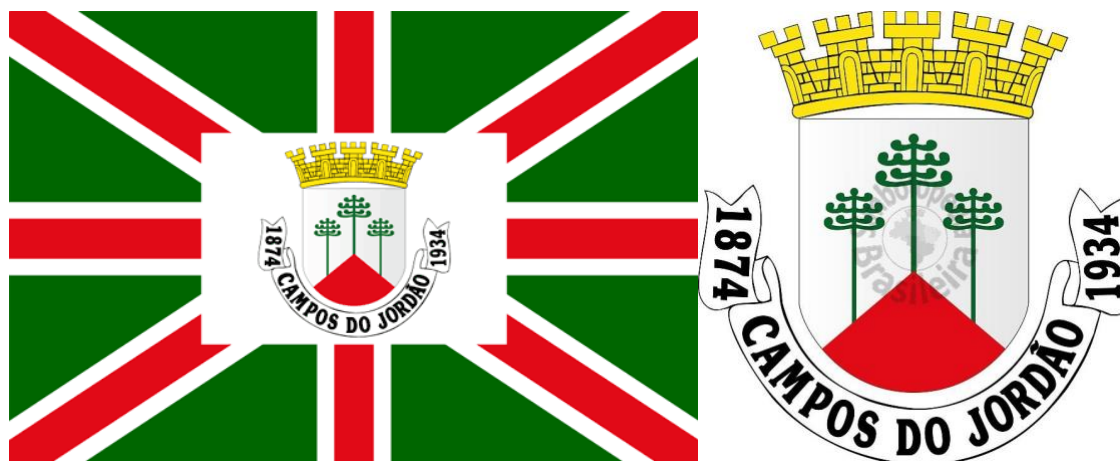


Fonte: Arquivo Histórico Digital de Campos do Jordão (2018).

A bandeira do município (Figura 10), é de autoria do heraldista Arcinoé Antônio Peixoto de Faria, que a criou à luz do texto da Lei Municipal nº 793, de 2 de maio de 1960.

O estilo da bandeira obedece à tradição da heráldica portuguesa, sendo adotado, dentre as opções, o estilo oitavado. O **brasão** ao centro da bandeira simboliza o governo municipal e o retângulo em que é aplicado representa a própria cidade. As cores da bandeira, ainda em conformidade com a tradição da heráldica portuguesa, são as mesmas constantes no campo do escudo do brasão (Figura 10). O **verde** simboliza, em heráldica, a honra, cortesia, civilidade, alegria, abundância; é a cor da esperança e a esperança é verde porque alude aos campos verdejantes na primavera, fazendo esperar copiosa colheita. O **branco** simboliza a paz, trabalho, amizade, prosperidade e pureza. O **vermelho** simboliza o amor pátrio, dedicação, audácia, desprendimento, valor, intrepidez, coragem e valentia. **A bandeira do município** tem as dimensões oficiais adotadas para a bandeira nacional.

Figura 10 - Bandeira (esquerda) e Brasão (direita) do Município de Campos do Jordão.



Fonte: Campos do Jordão (2019).

Para Masakazu (1985), o surgimento de alguns hotéis exclusivos para “não tuberculosos” também marcam o aumento na presença de turistas confirmando o início da transição da cidade-saúde para a cidade-turismo. O Grande Hotel foi construído em 1944 pelo Governo do Estado. No ano seguinte foi instalado o cassino que funcionou até 1946. Outros hotéis de classe internacional constituíram-se em fatores de incremento do turismo, que nascia nessa década como, por exemplo, o Hotel Toriba, em 1943, o Hotel Rancho Alegre, em 1946 e o Hotel Vila Inglesa, em 1947; esse último, construído pela Companhia de Terrenos Campos do Jordão.

Alguns hotéis, como o Grande Hotel e o Toriba, tinham instalações de raio-X. A construção do Palácio do Governo e o surgimento de hotéis de classe internacional foram as molas propulsoras da transformação da Estância. Muitos paulistanos, personalidades do mundo social e empresarial de São Paulo, o maior centro industrial da América Latina foram construir suas casas de veraneio procurando pelo clima saudável. Inicia-se então, uma tímida mudança na fisionomia do município. Era o começo da transição de Campos do Jordão vista como a cidade-saúde para cidade-turismo (MASAKAZU, 1985).

Nota-se que o zoneamento, a construção do Palácio do Governo, a construção de hotéis exclusivos para turistas e os novos medicamentos para o tratamento da tuberculose, foram determinantes para a transição da fase sanatorial para a fase turística na cidade de Campos do Jordão.

Segundo Paulo Filho (1986), foi a partir de 1946 que a administração passou a chamar Prefeitura da Estância de Campos do Jordão, o cargo de prefeito podia ser de qualquer cidadão com nível universitário e não somente médicos como era anteriormente.

Nesse período, acontece também o avanço da medicina, que é determinante para a cura da tuberculose e diversos hospitais foram desativados e outros transformados em hospitais gerais como afirma (MASAKAZU, 1985). Surgiram outras formas terapêuticas para o tratamento da doença, o que alterou o combate a enfermidade no país.

Foi a partir da década de 1950, que Campos do Jordão conheceu um desenvolvimento baseado na função turística, que foi gradualmente substituindo a função Sanatorial. Os Centros de Saúde de todo Brasil começaram a distribuição gratuita de quimioterápicos para combate à tuberculose. A cura por climatoterapia perdeu o significado científico e a cidade foi perdendo a vocação sanatorial. Os sanatórios submergiram sua aptidão original, alguns fecharam as portas outros se transformaram em asilos, hotéis e usos distintos. Paralelamente instituía-se o ciclo do turismo (BERTOLLI FILHO, 2001).

Quando Bertolli Filho afirma que a função Sanatorial foi gradualmente sendo substituída pela função turística; percebe-se que essa substituição foi bem lenta pelo depoimento da entrevistada número 06 quando nos conta a chegada de sua mãe à cidade para o tratamento da doença, nos anos da década de 1950.

Minha mãe descobriu que estava com tuberculose quando, com 16 anos, foi fazer uma “Abreugrafia” para seu primeiro emprego. Com essa doença, que pegou de meu avô, não pode mais trabalhar e começou seu tratamento. Estava indo bem, controlando seu estado, conheceu meu pai, que morava na mesma rua e casou-se com ele. Durante o namoro tiveram a decepção de perceber o afastamento de alguns amigos e parentes, ficando próximos apenas de suas famílias. Naquele tempo ser “tísico” era um problema social muito grande. Depois de um ano de casados, seu estado se agravou e lhe foi indicado um tratamento mais severo em sanatórios de Campos do Jordão, cidade onde, além do clima favorável, existiam médicos e técnicas de tratamentos mais específicos para os casos de tuberculose.

Continuando com o depoimento da entrevistada número 06:

Minha mãe voltou para casa em São Paulo [...] na época meu pai trabalhava na Companhia União dos Refinadores, açúcar União e café Caboclo. O dono da Companhia sabendo do caso da minha mãe ofereceu para o meu pai a função de ser representante da firma na

região de Campos do Jordão e Sul de Minas. Meu pai aceitou achando que o clima faria bem para minha mãe e assim mudaram para Campos do Jordão. Essa situação que minha família viveu foi a mesma de muitos moradores de lá. Pessoas que tiveram alguém doente na família ou pessoas que não conseguiram ocupar o mesmo espaço na sociedade que tinham antes da doença. Todas se sentiram acolhidas para viverem na cidade, livres de preconceitos. Durante nossa vida em Campos eu nunca soube de alguém tratar pessoas doentes com alguma diferença. [...]

Segundo Masakazu (1985), outros fatos marcaram o crescimento do turismo em Campos do Jordão. Dentre eles, foram os Congressos nacionais de turismo, realizados no Grande Hotel em 1953 e 1959, a inauguração da colônia de férias dos Oficiais da Força Pública em 1951, em 12 de dezembro de 1952 a lei nº129 cria a Diretoria Municipal de Turismo e em 1958 é lançado o primeiro folheto turístico (feito pela DMTUR). Foram realizadas campanhas para retirar o mito de cidade enferma, contribuíram para formar na cidade uma identidade turística. Por volta de 1960, já existiam algumas indústrias, especialmente as de produção de doces caseiros e malharias. A Figura 11 mostra a Vila Abernæssia na década de 1960. Esse desenvolvimento do turismo trouxe consigo a expansão da construção civil, do comércio e dos serviços. O Palácio Boa Vista que começou a ser construído no final dos anos 30, só foi concluído em 1964 e tornou-se Centro Cultural e 1970, no governo de Abreu Sodré sem, no entanto, perder sua função original de residência de inverno do governador do Estado de São Paulo. Teve também a construção de instituições como o Museu Felícia Leirner e o Auditório Claudio Santoro, que recebe o Festival de Inverno de Campos do Jordão e outros eventos. Pode-se dizer que essas construções vão servindo para reforçar o caráter turístico, cultural e elitista da cidade.

Figura 11 - Vila Abernèssia, ainda na década 1960.



Fonte: Arquivo Histórico Digital de Campos do Jordão (2018).

Até 1958, os prefeitos das estâncias hidrominerais naturais eram nomeados pelos Governadores do Estado. Após esta data, a Emenda Constitucional nº 2, instituiu eleições livres. O que perdurou até 1967, com três eleições livres, quando a Constituição Federal retornou ao sistema antigo e os prefeitos das estâncias hidrominerais voltaram a ser nomeados pelos Governadores, segundo Paulo Filho (1986).

Em 1971, foi instalado o Teleférico do Morro do Elefante o primeiro a entrar em operação no país, em 1972 a jurisdição da Estrada de Ferro de Campos do Jordão passa da secretaria de transportes para a secretaria de turismo, até essa época, dada a precariedade das estradas de rodagem da região, a EFCJ também transportava carga (material de construção, alimentos etc.), veículos de passeio e ônibus, transporte esse que foi desativado a partir de 1977, com a inauguração da nova rodovia de acesso a Campos do Jordão a Estrada de Rodagem SP-123 - Floriano Rodrigues Pinheiro, inaugurada em 1978 e considerada um divisor de águas na história da cidade e o ponto decisivo para a expansão do turismo. Pois até então, a cidade era servida apenas pela Estrada de Rodagem SP-050 - Rodovia Monteiro Lobato que liga os municípios paulistas de São José dos Campos, Monteiro Lobato, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão à Via Dutra e

ao sul do Estado de Minas Gerais (DER, 2019). Apesar de suas centenas de curvas, também ajudou no desenvolvimento ao turismo de Campos do Jordão na época.

Conforme o depoimento da entrevistada número 06:

Naquele tempo Campos era uma cidade mais calma em relação ao turismo, normalmente os turistas eram aqueles que tinham suas casas de temporada de inverno, era difícil ter turistas de final de semana, coisa que mudou muito conforme o tempo foi passando e a cidade deixou de ser uma cidade que acolhia doentes, passando a ser Estância Climática.

Além dos trens de turismo, a ferrovia operava também um trem de subúrbio entre Pindamonhangaba e Piracuama, proporcionando deslocamento aos moradores de regiões ainda com precariedade de acessos rodoviários. E, finalmente, em 1978, por força da Lei nº 1844 de dezessete de novembro, a cidade passa a denominar-se Estância Turística.

Segundo Paulo Filho (1986), na década de 1980 a cidade sofreu uma alta especulação imobiliária, através da implantação indiscriminada de loteamentos. Este fato, segundo o autor, foi ocasionado pela expressão turística do município com a construção de casas de turistas.

A demanda turística nesta época ampliou o mercado da construção civil, atraindo mão de obra ao município e intensificando, desta forma, a migração. Fontes como a Revista Veja e o jornal Folha de São Paulo destacaram a febre imobiliária da época. A primeira noticiou a construção de três mil novos apartamentos e a segunda a aprovação de 53 condomínios, dos quais 46 já em fase de construção. A indústria da construção civil estava até então ligada a empreendedores locais quando passou a ser promovida por grandes incorporadores e construtores (OLIVEIRA, 1991).

Esse boom do mercado imobiliário que resultou numa intensa atividade de crescimento urbano fez com que a cidade na década de 1980 recebesse a criação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e a legislação que proibiu novos loteamentos Leis 1154/79 e 1367/83 (CETESB, 1983).

Essa forma de regulação ambiental, de acordo com o Relatório da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB, 1983), deveu-se ao fato de que o núcleo urbano se formou em um planalto inadequado para urbanizações extensas. O relatório apontou outros problemas de ordem ambiental advindos com a expansão urbana, dentre eles, o da qualidade das águas, o desmatamento, ameaças à

biodiversidade, os riscos pela movimentação excessiva de terras, descaracterizando o complexo paisagístico serrano (CETESB, 1983) e os núcleos históricos da cidade.

Percebe-se que a expansão do núcleo urbano, seja por meio das necessidades e dinâmicas da população moradora ou pelas demandas geradas para o turismo, consolidou algumas das características de seus padrões de ocupação. Segundo Pivott (2006), em Campos do Jordão a Vila de Capivari tinha o menor índice de ocupação na década de 1980 e sediava a maior parte dos loteamentos e atrativos para turistas. Na Vila Abernécia, concentrava-se a maior parte dos edifícios administrativos, comércios e serviços diversos e de boa parcela da população residente. E já na Vila Jaguaribe, entre a Vila do Capivari e a Abernécia, encontrava-se tanto o que atendia à população residente como aos turistas, a exemplo de loteamentos.

Uma obra que caracterizou ainda mais a intenção turística de Campos do Jordão foi o portal da cidade que iniciou sua obra, em 1984. A construção tinha como intuito orientar o estacionamento de ônibus e veículos de turistas, funcionando como um ponto receptivo. O Portal da cidade tornou-se um marco arquitetônico, porém o seu objetivo de recepção ao turista é para a visita de ônibus.

Na evolução da ocupação urbana em Campos do Jordão são discriminadas duas forças propulsoras de crescimento: a primeira ligada ao tratamento da tuberculose e a segunda ligada ao turismo. Este desenvolvimento está relacionado com as características ambientais da região, as quais sempre proporcionaram condições para tais usos.

Esta divisão na evolução urbana não significa a existência destas forças isoladas uma da outra, mas sim a preponderância de uma sobre a outra em momentos diversos, uma vez que a ideia do desenvolvimento turístico para Campos do Jordão já estava presente desde a época Sanatorial.

A transição do ciclo da saúde para o ciclo do turismo ocorreu devido a fatores como, políticas públicas e o desenvolvimento da medicina. Houve um declínio das instituições sanatoriais concomitantemente a um aumento no número de hotéis, dado principalmente pela lei de zoneamento, regulamentação da hospedagem e investimentos para que houvesse a prática do turismo no município. Campos do Jordão tornou-se uma cidade turística devido a iniciativas e interesses políticos junto a um declínio da função sanatorial da cidade proporcionado pelos avanços do tratamento da tuberculose.

Atualmente, a economia de Campos do Jordão está baseada na indústria de água mineral, no artesanato, na malharia e na atividade turística. O turismo constitui a maior fonte de renda do município. Sua privilegiada localização, com uma distância relativamente pequena de três grandes capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, garante-lhe uma grande frequência de visitantes.

Conforme percebido no depoimento da entrevistada número 03. Jovem de 24 anos, filha do proprietário de uma loja de malhas de tricô com confecção própria. Localizada no ponto turístico - Ducha de Prata.

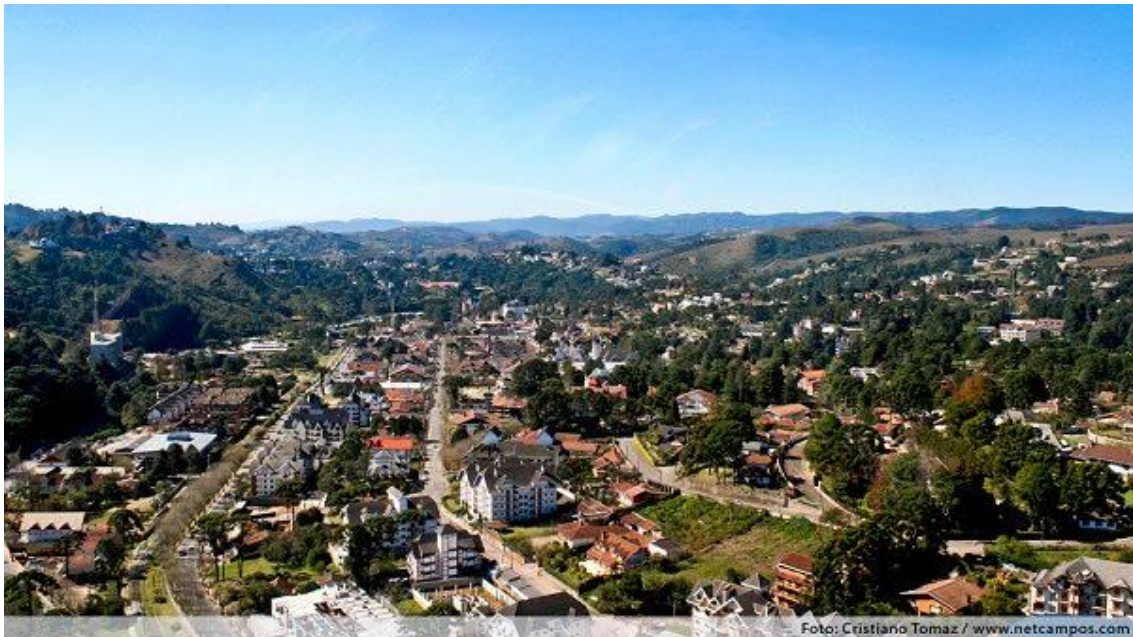
Para nós comerciantes, qualquer tipo de turista é interessante, o importante é vender, toda a cidade ganha. Por exemplo, o festival de inverno traz muitos benefícios para a cidade. O turismo aumenta bastante. Aqui nesse Ponto Turístico, tem um turismo mais popular, que aumenta só no final de semana, mas nada se compara com a alta temporada. Na temporada de inverno muitas empresas vêm para Campos do Jordão para aproveitar o movimento e com isso muitos turistas também aparecem. Nosso maior problema é com a mão de obra que precisa sempre ser ensinada. Algumas bordadeiras são da roça, do Bairro dos Borges. Muitas lojinhas revendem artigos de tricô que não são feitos aqui. Trazem de São Paulo (da China) ou Monte Sião.

Segundo Silva (2008), não há grandes empreendimentos industriais no município em decorrência das restrições ambientais e destaque ao turismo. Segundo dados da Fundação Seade, havia em 2000, 149 indústrias em Campos do Jordão. As indústrias locais estão associadas ao turismo (chocolates e demais ramos alimentícios; malharia; cervejaria, etc.) e setor hídrico (engarramento de água mineral).

As fotos mostradas nas Figuras 12, 13 e 14, foram tiradas do GUIA de Campos do Jordão (2019), apresentando um passeio aéreo de helicóptero que parte do heliporto localizado em um terreno em Vila Jaguaribe. Entre os percursos oferecidos, estão locais como Portal, Vila Capivari, Pedra do Baú, Pico do Itapeva e Vista Chinesa.

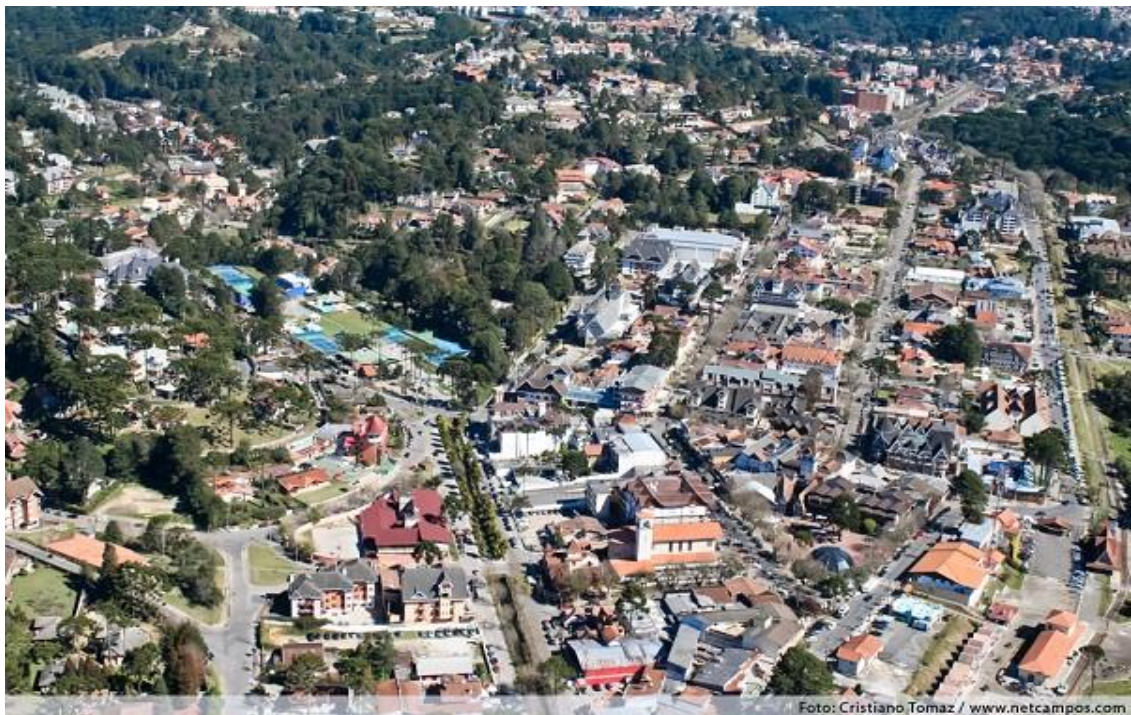
O texto do GUIA de Campos do Jordão (2019), ainda argumenta que o voo pode cobrir toda a serra e registrar muitas imagens da cidade. As fotos nas Figuras 12, 13 e 14, mostram um passeio aéreo pelo Centro Turístico de Campos, pela Vila Capivari mostrando as avenidas e as inúmeras ruas da cidade, totalmente circundada pela Serra da Mantiqueira.

Figura 12- Foto do Bairro Capivari, em 2013.



Fonte: GUIA de Campos do Jordão (2013).

Figura 13- Foto do Bairro Capivari, em 2013.



Fonte: GUIA de Campos do Jordão (2013).

Nas fotos, identificam-se também alguns pontos conhecidos, como a avenida que leva a Vila Capivari, a Praça onde está montada a Concha Acústica, e as quadras do Tênis Clube da cidade. Observamos nas montanhas das fotos casas e pequenos

prédios, como condomínios e hotéis sendo a maioria com arquitetura em estilo europeu. Reforçando sempre a imagem da Suíça brasileira. Em uma das fotos de frente com a Praça de Capivari vemos a avenida ao fundo, a cidade toma outra proporção. As montanhas cheias de casas ao longe mostram que Campos do Jordão cresce e consolida a desigualdade socioespacial.

Figura 14 - Foto do Bairro Capivari, em 2013.



Fonte: GUIA de Campos do Jordão (2013).

Em 2001 o urbanista e professor do departamento de geografia da Universidade de São Paulo (USP) Eduardo Yázigi deu uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo onde fez duras críticas ao estilo adotado por Campos do Jordão. Yázigi cita Milton Santos ao comentar que é o lado perverso da globalização se impondo quando a cidade reproduz e padroniza gostos, arquiteturas e estilos. Yázigi ataca a sequência de prefeitos e vereadores por compactuarem com o que ele considera a "mentira da Suíça brasileira" mentira dupla, por imitar traços culturais alheios e por disfarçar as desigualdades sociais inexistentes naquele país Folha de São Paulo (YÁZIGI, 2001).

Ainda na entrevista, Yázigi afirma que:

"Turismo é incompatível com miséria. Não adianta você ter um hotel cinco estrelas e o turista sair à rua e ser assaltado, assassinado ou dar de cara com uma favela, que, no caso de Campos, já está virando as montanhas. Quando você sai do bairro de Abernêssia em direção ao Palácio do Governo, vê um mar de favelas" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001).

Percebemos que a partir deste contexto de críticas vem oposição as técnicas de *marketing* que são utilizadas pela cidade para identificar e comunicar os seus atributos e mais-valias constituindo-se como um instrumento precioso a serviço da competitividade territorial o que reforça a visão mercadológica da cidade.

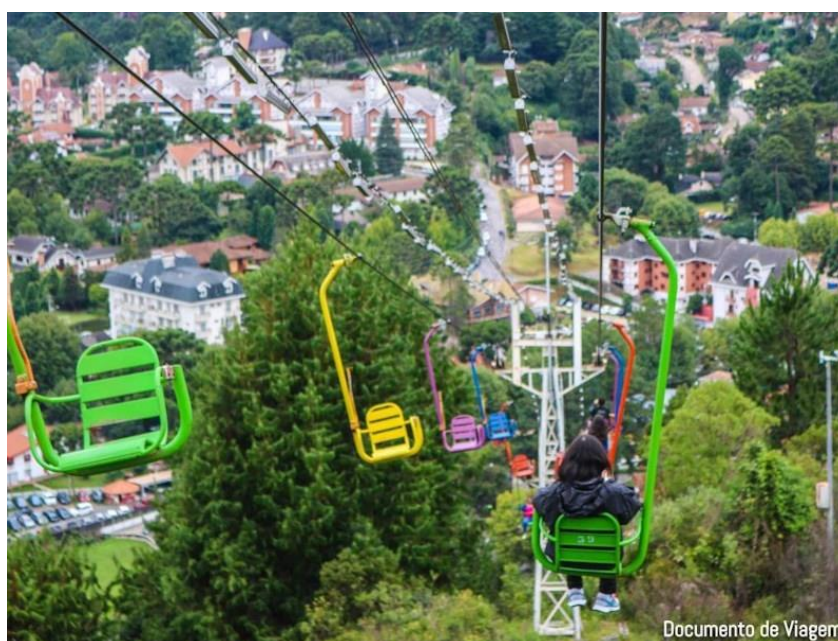
Observa-se o tratamento mercadológico dado à cidade em relação a determinados eventos como quando o governador do Estado de São Paulo João Dória (que possui casa em campos do Jordão) autorizou a concessão de seus dois parques à iniciativa privada, o Parque Capivari e o Horto Florestal em 04 de abril de 2019, mês em que a cidade comemorou 145 anos.

As informações que seguem abaixo são segundo a publicação do (GUIACAMPOS, 2019) que traz uma série de dados e também a propaganda da prefeitura que se utiliza dessa publicação para informar turistas e moradores.

Conforme o (GUIACAMPOS, 2019) no discurso do governador e do prefeito Frederico Guidoni as empresas vencedoras da licitação vão investir cerca de R\$ 45 milhões na infraestrutura turística que não apenas irão revitalizar os espaços, mas criar novos atrativos. Refletindo na economia local, gerando mais empregos e renda.

O parque Capivari, onde está o teleférico (Figura 15), será totalmente remodelado e abrigará, também, a área do Morro do Elefante, onde antes era a Prefeitura. E o Horto Florestal receberá novos equipamentos de Eco-Turismo.

Figura 15- Teleférico – Morro do Elefante.



Fonte: Portal NetCampos.com (2020).

O prefeito Frederico Guidoni queria que a concessão acontecesse desde 2015 e para chegar ao modelo estabelecido, o platô do Morro do Elefante passou por uma regularização de área, que foi transferida para o Estado, com autorização dos vereadores que aprovaram o projeto. A parceria entre a Prefeitura, Câmara Municipal e Estado foi fundamental para que o projeto pudesse ser feito. Desde o governo de Geraldo Alckmin havia a intenção de revitalizar essa área central de Campos do Jordão (GUIACAMPOS, 2019).

Para a publicação (GUIACAMPOS, 2019) a intenção dessa ação de revitalização pode ser entendida como uma mudança na frequência dessa área por turistas mais abastados, mudando o perfil do turista que habitualmente frequenta essa área. Para a concessão do Parque Capivari, a concessionária Eco Jordão S. A. pagou ao Governo do Estado outorga fixa de R\$ 1,5 milhão e pagará ao longo dos 30 anos do período de concessão, outorga variável de R\$ 80,1 milhões, o que representa ágio de 391% sobre o valor mínimo de R\$ 16,3 milhões previsto no edital.

A empresa será responsável por obras de reforma e modernização, manutenção e administração do espaço. Os investimentos previstos, somente em infraestrutura somam R\$ 35,3 milhões. Em contrapartida, a concessionária poderá explorar comercialmente equipamentos turísticos no parque. A concessão permitirá que a entrada no local permaneça gratuita. Com área de 40 mil m² o Parque Capivari, hoje é um dos pontos de maior atração turística da cidade. No ano passado, 300 mil pessoas visitaram o parque. A expectativa, após a reforma, é que o local passe a receber pelo menos meio milhão de turistas por ano (GUIACAMPOS, 2019).

É visível o incentivo do governo nessa negociação, com interesse em tornar essa área tão ou mais atrativa quanto os pontos turísticos frequentados por turistas mais abonados. Certamente, está de acordo com o que afirma Milton Santos.

Segundo Santos (2008, p. 47):

As atividades do circuito superior usufruem direta ou indiretamente da ajuda governamental, enquanto as atividades do setor inferior não dispõem desse apoio e frequentemente são mesmo perseguidas como no caso dos vendedores ambulantes [...]

Entre as melhorias previstas no local estão um moderno teleférico, um equipamento chamado trenó sobre trilhos, uma concha acústica, novas áreas comerciais, sanitários e estacionamentos. O projeto inclui ainda remodelação do

pedalinho, recomposição de áreas verdes, preservação dos equipamentos e reurbanização do Morro do Elefante.

Conforme percebido no depoimento da entrevistada número 03 (já citada acima).

Antes vendíamos mais... eu não acho que a Prefeitura tenha realizado a infraestrutura necessária para a cidade. Tem muito lugar que precisa de reformas ou até mesmo asfalto. A prefeitura vendeu o teleférico e eu não concordo com isso.

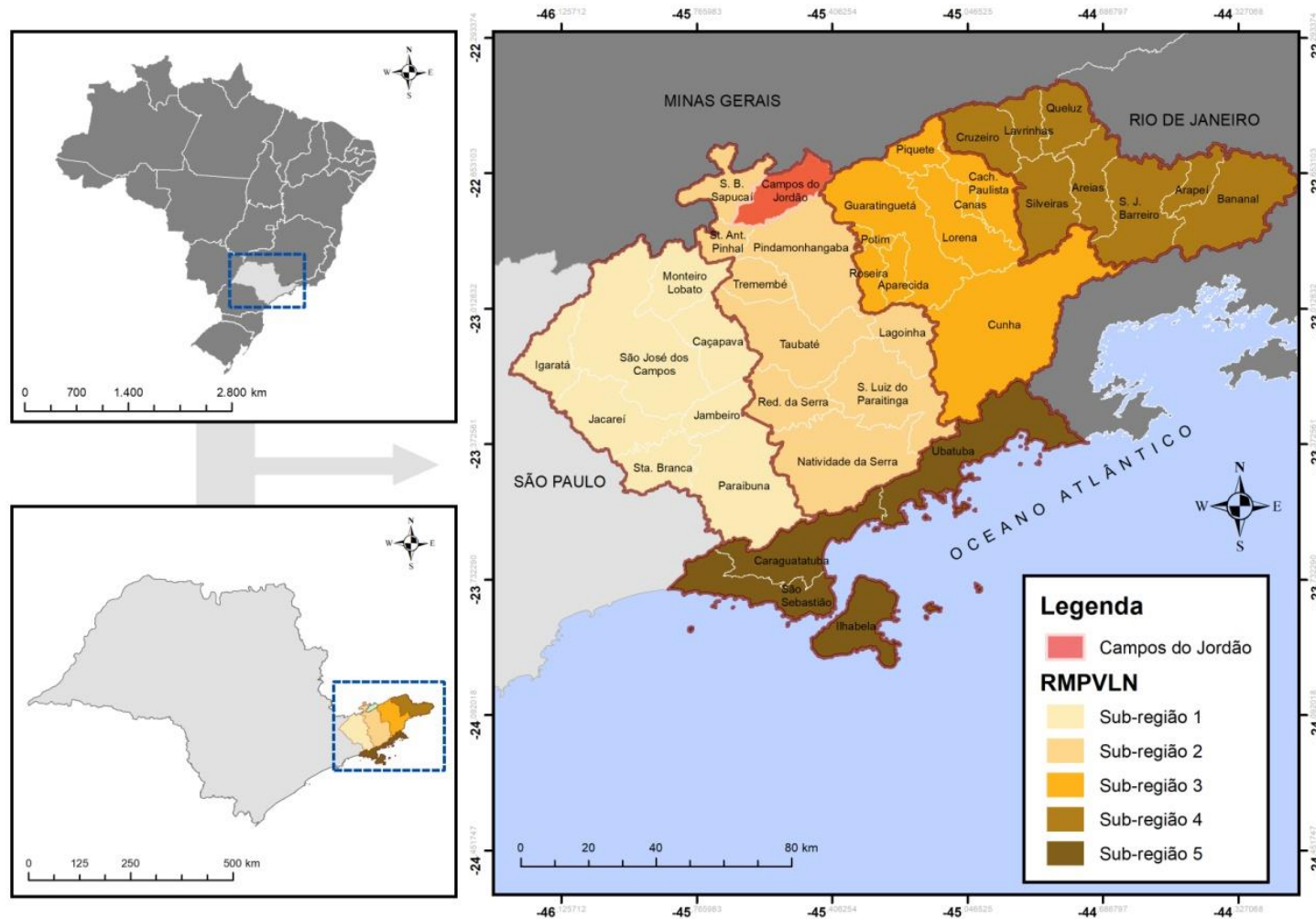
Há uma crítica em relação às ações da prefeitura e também a falta de informação, pois a entrevistada afirma em seu depoimento que a prefeitura vendeu o teleférico, mas a informação que consta é que ele faz parte do parque Capivari, que estará sob concessão por 20 anos.

A concessão do Horto Florestal está com a empresa Urbanes Empreendimentos que deverá realizar investimento mínimo obrigatório de R\$ 8,3 milhões na manutenção da área e instalação de equipamentos de Ecoturismo. Haverá congelamento da tarifa por 18 meses. Após o período, o valor poderá ser reajustado em até R\$ 4 reais (atualmente a entrada custa R\$ 15 reais). A concessão é válida por 20 anos. A área de preservação ambiental continuará sob responsabilidade do Estado. A área de concessão equivale a 5,6% da área total do Parque. Como contrapartida, a empresa poderá explorar bilheteria, restaurantes, centro de aventuras, entre outros.

3.2 O meio físico do espaço intraurbano de Campos do Jordão

Segundo Rosa Filho (2006), o município de Campos do Jordão, possui cerca de 269 km² localiza-se numa das áreas de interesse especial do Estado de São Paulo; elevando-se sobre o Vale do Paraíba, e descendo suavemente em direção ao Estado de Minas Gerais. Limita-se com os municípios de São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, em São Paulo, e com os municípios de Piranguçu, Wenceslau Brás e Delfim Moreira, em Minas Gerais. A Figura 16 mostra a localização geográfica de Campos do Jordão-SP. Suas altitudes, que variam entre 1.600 e 2.000 m, as características climáticas, a flora, suas configurações geomorfológicas e paisagísticas definem um conjunto significativo que marcaram a origem e o destino da cidade.

Figura 16 - Localização da área de estudo.



Fonte: IBGE (2010a). Elaborado por Daniel José de Andrade.

As informações apontadas nesse capítulo nos revelam um município rico em recursos naturais, mas que foi ocupado de maneira inadequada, por uma sociedade movida pela lógica do capitalismo.

No Relatório da CETESB (1983), a área em que se situa o município de Campos do Jordão faz parte do planalto que se desenvolve no reverso da Serra da Mantiqueira, após a escarpa que se eleva do Vale do Paraíba, numa configuração semelhante à da Serra do Mar. Ambos os planaltos são, enquanto blocos sobrelevados, parte do processo tectônico que formou o vale do Rio Paraíba. A porção do planalto ocupada pelo município está contida na subzona denominada Planalto de Campos do Jordão, dentro do Planalto do Alto Rio Grande, que é parte da província Geomorfológica do Planalto Atlântico.

O município ocupa a porção de planalto delimitada ao Norte pelos espigões de 1.700 a 1.800 m de altitude, e que descem do Pico do Imbirí; a Oeste, pelos rebordos da escarpa da Serra da Mantiqueira de 1.650 a 1.700 m de altitude; ao Sul, pelos espigões que descem do reverso da Serra da Mantiqueira em direção ao Vale do Rio Capivari, e a Leste pelos degraus elevados do Itapeva, cerca de 1.700 m de altitude, conforme o Relatório da CETESB (1983).

Segundo o geógrafo Rosa Filho (2006), os componentes do relevo do Planalto de Campos do Jordão exibem uma evolução condicionada a uma antiga superfície de aplainamento, sobrelevada tectonicamente, com cimos nivelados a 2000 m de altitude. O município assenta-se sobre terrenos metamórficos da Serra da Mantiqueira, sendo o migmatito a rocha dominante, que se caracteriza pela alternância de bandas claras e escuras, com propriedades diferentes. As faixas escuras apresentam seus grãos alongados segundo a direção longitudinal das próprias faixas; as bandas claras apresentam estrutura maciça, com grãos equidimensionais. A inclinação destas camadas é geralmente muito alta, chegando a atingir planos verticais. Estes migmatitos se apresentam muito fraturados pelos próprios fenômenos que propiciam a formação da Serra da Mantiqueira.

Para Rosa Filho (2006), as rochas estão alteradas ou decompostas, até mesmo a dezenas de metros de profundidade, devido ao intenso processo de intemperismo químico que ocorre. Os solos de alteração são geralmente espessos, característica reforçada pelo relevo local, e constituem-se em uma cobertura porosa e permeável, tendo seu peso muito aumentado por ocasião das chuvas fortes e contínuas que ocorrem nos meses de verão. A porosidade e a permeabilidade desta cobertura se

devem principalmente ao tamanho dos grãos. Tal configuração tem a predisposição à ocorrência de contínuo processo de rastejo nas encostas, ou seja, o lento movimento descendente do solo de alteração sobre a rocha sã.

O que percebemos nos parágrafos de Rosa Filho (2006) é a predisposição ao rastejo que resulta na ocorrência de movimentos e deslizamentos, independentemente de alterações nas superfícies causadas pela ação do homem. As intervenções realizadas sem os devidos cuidados técnicos podem acelerar o processo citado afetando sensivelmente o meio ambiente.

O relevo atual foi bastante influenciado por certos movimentos geológicos que afetaram a região e que deram origem a um sistema de falhas e fraturas semelhantes às ocorridas na Serra do Mar. Uma característica da região, igualmente decorrente do relevo e características do solo, é a existência de inúmeras fontes e olhos d'água, algumas delas tradicionalmente usufruídas pela população.

O principal elemento de compartimentação topográfica é a calha do Rio Capivari. Esta calha é ladeada por mares de morros, que se elevam mais abruptamente a partir de sua margem esquerda, e mais suavemente, embora ainda em relevo acidentado, em sua margem direita. Estes mares de morros apresentam declividades médias e altas, com amplitudes locais que chegam a 300m.

Dos vales, geralmente encaixados e com planícies aluvionares, o do Capivari é o que apresenta maior largura. Esta configuração teve reflexo na definição do sítio urbano, uma vez que as áreas preferenciais para a ocupação eram o fundo do vale do Capivari e a vertente de sua margem direita.

O sistema viário possui um traçado urbano definido por um eixo linear. As vias foram se adequando à topografia, ganhando maiores distâncias com o intuito de diminuir a inclinação do traçado, se ajustando a declividades menos íngremes.

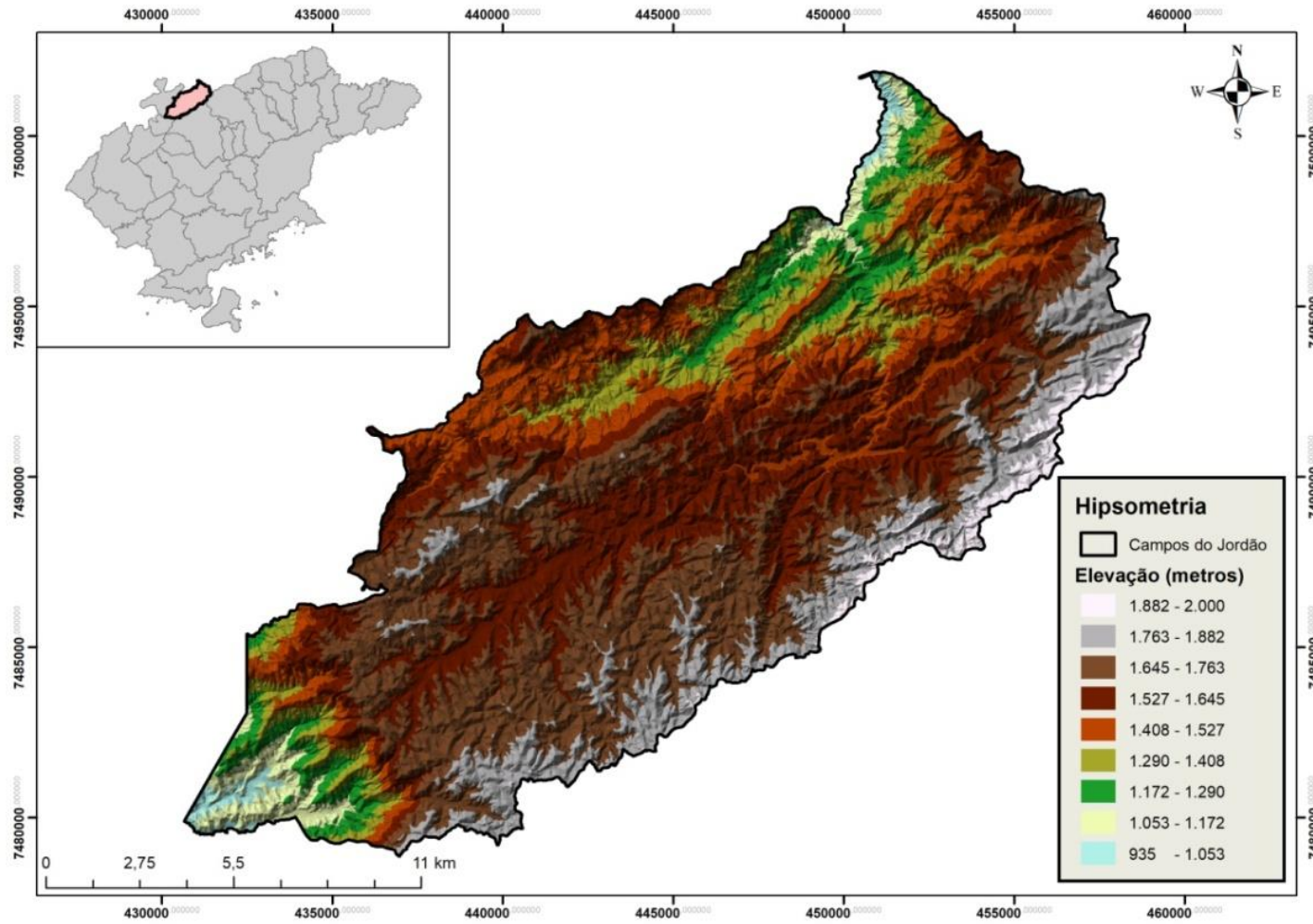
Pode-se também fazer uma análise que permite saber e visualizar a radiação solar demonstrando os locais que possuem maior incidência do sol. Esta situação geográfica é determinante na escolha e valorização de um terreno em uma cidade onde o clima frio é muito considerado.

A partir desta classificação, como observado na Figura 17, verifica-se que o relevo tem predominância em fortemente ondulado, com inclinações. As áreas com maiores inclinações estão na parte sudoeste do município, já as áreas mais planas estão no leito do Rio Capivari.

Por isso, sabe-se que (COOPERATIVA..., 2003, p. 19) o Rio Capivari é o rio mais importante de Campos do Jordão, suas nascentes se localizam no bairro Umuarama. Ao longo do seu curso, a partir da confluência com Córrego do Homem Morto, o Rio Capivari passa a denominar-se Rio Sapucaí-Guaçu, que recebe ainda dentro de Campos do Jordão como tributários os Ribeirões dos Marmelos, do Paiol, da Ferradura, da Canhambora, Campo do Meio, do Coxim entre outros, seguindo para Minas Gerais CPTI (COOPERATIVA..., 2003, p. 19). Já no Estado de Minas Gerais, o rio Sapucaí-Guaçu une-se ao Rio das Mortes, para formar o Rio Grande. Esta nascente é considerada a mais alta do Rio da Prata (PAULO FILHO, 1986). O mapa hidrográfico de Campos do Jordão é mostrado na Figura 18.

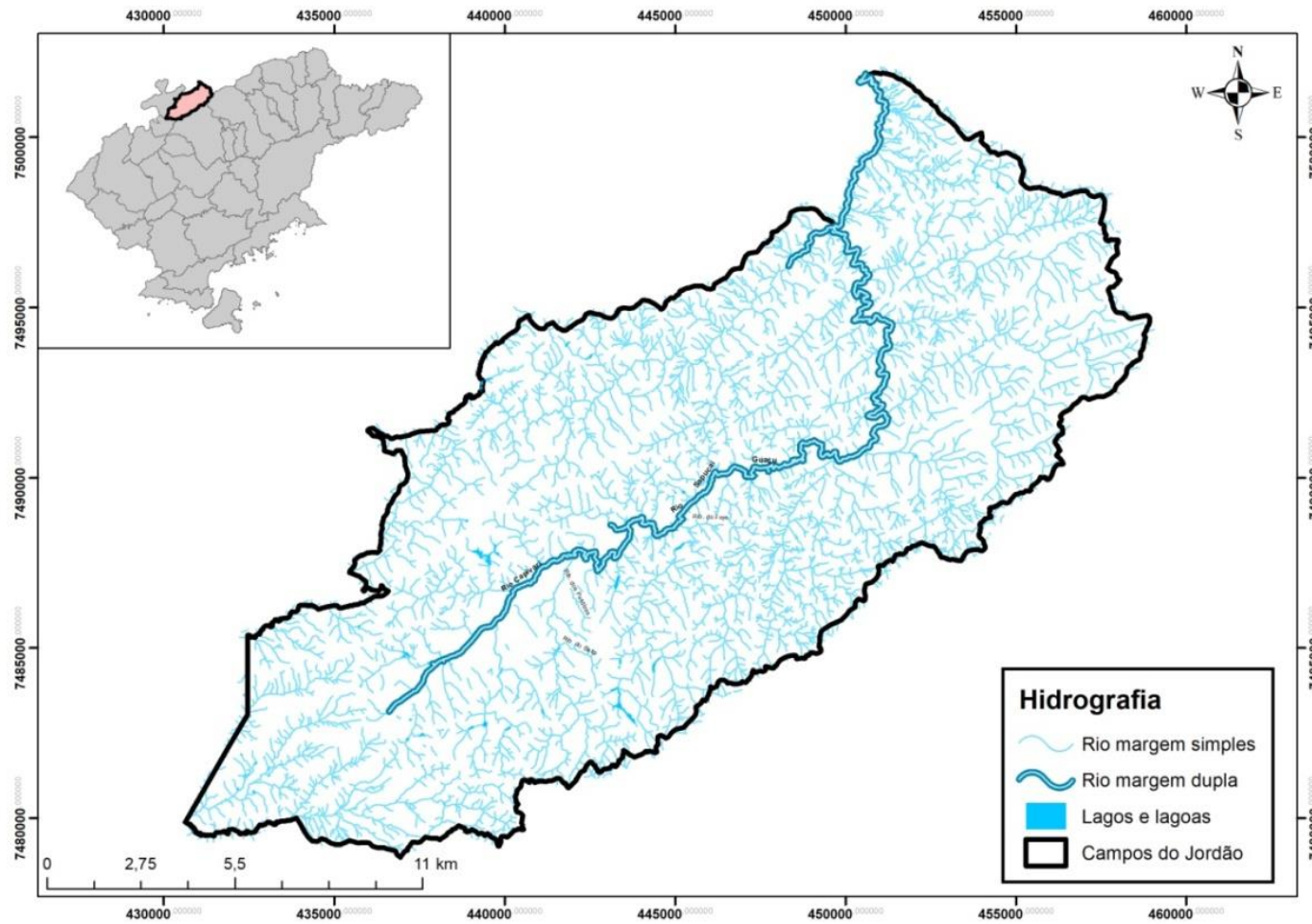
No Relatório da CETESB (1983), o Rio Capivari forma-se a partir da confluência do Córrego Piracuama e do Córrego Santa Clara, atravessando longitudinalmente a zona urbana do município. Ao longo do seu curso, recebe diversos tributários, entre eles os Ribeirões do Imbiri, das Perdizes, do Fojo, do Salto e os Córregos da Abernédia, do Mato Grosso e do Homem Morto CPTI (COOPERATIVA..., 2003, p. 19).

Figura 17 - Mapa Hipsométrico do município de Campos do Jordão.



Fonte: Embrapa (2019). Elaborado por Daniel José de Andrade.

Figura 18 – Mapa Hidrográfico do município de Campos do Jordão.



Fonte: Prefeitura Municipal de Campos do Jordão (2008). Elaborado por Daniel José de Andrade.

De acordo com o CPTI (COOPERATIVA..., 2003, p. 19):

Na extremidade sudoeste do município de Campos do Jordão, nas vertentes voltadas para o Rio Sapucaí Mirim, há os Ribeirões dos Barrados, Paiol Velho, dos Meios e do Lajeado que, por consequência, passam também pelos municípios de Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí.

A bacia do Rio Sapucaí Mirim, que nasce em Santo Antônio do Pinhal, junto com a bacia do Rio Sapucaí-Guaçu, formam as duas principais bacias hidrográficas da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Serra da Mantiqueira – UGRH-1. Ambas correm em sentido ao Estado de Minas Gerais, rumo ao Rio Grande, por meio da vertente norte da Serra da Mantiqueira. A unidade do Rio Sapucaí-Guaçu corresponde a 293,5 km² de área estando 90% dentro do município de Campos do Jordão e cerca de 10% em São Bento do Sapucaí. A unidade do Rio Sapucaí-Mirim tem 392,5 km² de área, correspondendo à totalidade do município de Santo Antônio do Pinhal, 90% de São Bento do Sapucaí e 10% de São Campos do Jordão CPTI (COOPERATIVA..., 2003, p. 19).

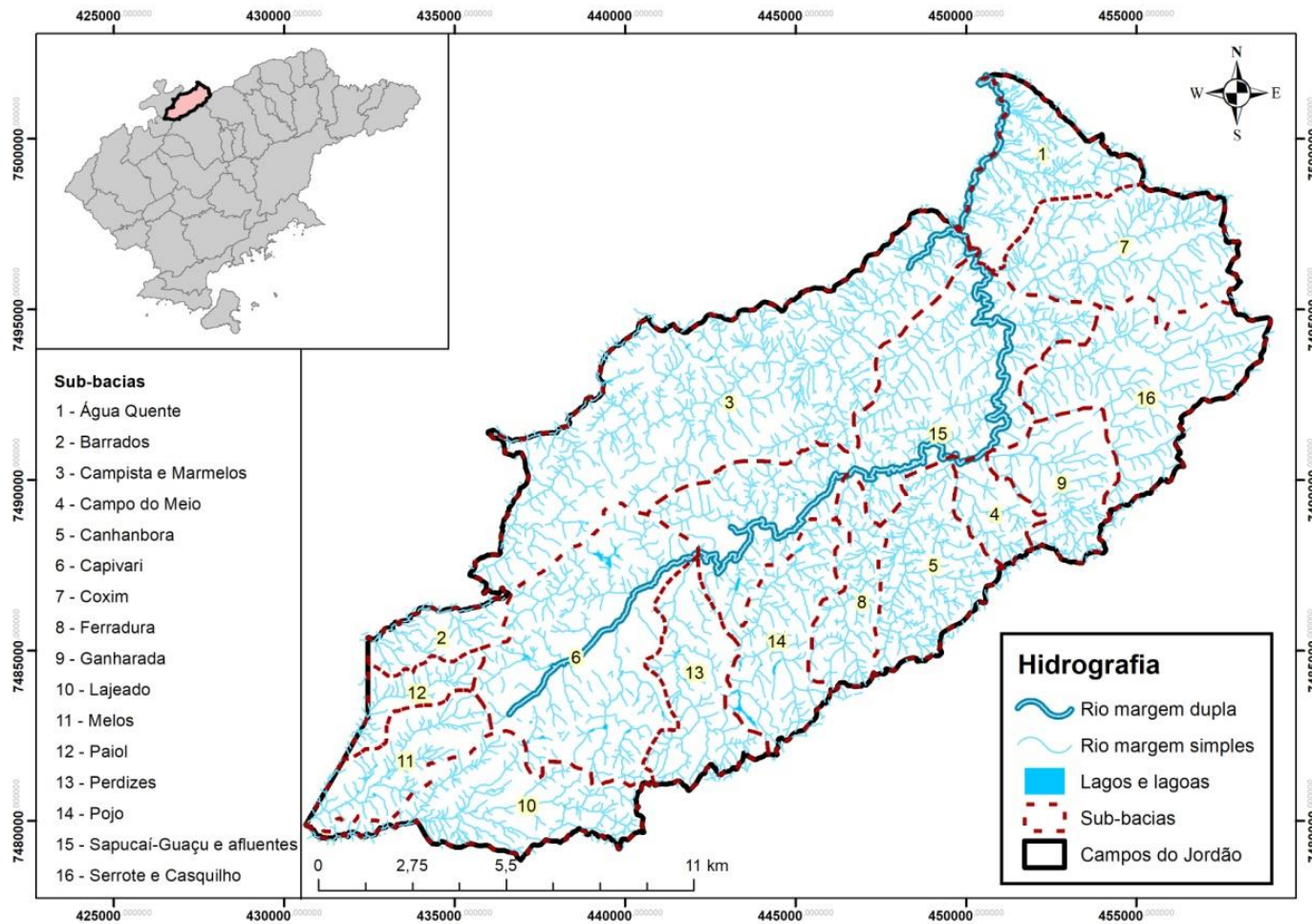
A bacia hidrográfica do Rio Sapucaí engloba 48 municípios mineiros e 3 paulistas onde vivem aproximadamente 770.491 habitantes e atende inúmeras indústrias. Sua área de drenagem é de 8.882 km² (COPASA, 2010).

Com tais características, observa-se que essas duas bacias hidrográficas têm grande importância para o fornecimento de água em virtude da marcante inter-relação entre os cursos d'água e mananciais superficiais da Serra da Mantiqueira e os diversos estados do Brasil e também de outros países uma vez que lá se encontram algumas nascentes da Bacia do Rio da Prata (Bacia do Paraná) CPTI (COOPERATIVA..., 2003).

Compreende-se a vocação da cidade para Estância Hidromineral devido ao seu grande número de nascentes e cursos d'água. Observam-se, na Figura 19, os limites das sub-bacias hidrográficas do município de Campos do Jordão presentes na UGRHI-1.

A Sub-bacia do rio Sapucaí-Mirim, está localizada a oeste e sob a influência dos municípios de Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí e parte do município de Campos do Jordão; Sub-bacia do rio Sapucaí-Guaçu, localizada a leste sob a influência principal do município de Campos do Jordão.

Figura 19 - Limites das sub-bacias hidrográficas do município de Campos do Jordão.



Fonte: Adaptado de CBH-SM (COMITÊ..., 2017). Elaborado por Daniel José de Andrade.

Conforme CPTI (COOPERATIVA..., 2003), dos 293,5 km² da sub-bacia do rio Sapucaí-Guaçu presentes na UGRHI-1, aproximadamente 90% estão inseridos no município de Campos do Jordão e cerca de 10% no município de São Bento do Sapucaí; já a unidade do rio Sapucaí-Mirim, com área aproximada de 392,5km², tem apenas 6% de sua área no município de Campos do Jordão, 58% estão presentes no município de São Bento do Sapucaí e 36% no território de Santo Antônio do Pinhal.

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) é a concessionária de abastecimento público de água, coleta e tratamento do esgoto no município.

Em relação ao esgotamento sanitário e a geração de esgoto a projeção da carga orgânica potencial de cada município é calculada a partir da projeção da população e da carga de matéria orgânica gerada por habitante. Com a projeção da carga potencial gerada pela população do município e as porcentagens de coleta e tratamento, bem como a eficiência do sistema de tratamento dos esgotos, calcula-se a previsão da carga orgânica remanescente, ou seja, aquela que será lançada nos corpos hídricos receptores (SABESP, 2019).

De acordo com a previsão de crescimento da população, a carga orgânica potencial irá aumentar aproximadamente 5,27%, em 2027, em relação ao ano de 2014. Atualmente, o município de Campos do Jordão possui índice de proporção de redução de carga orgânica poluidora doméstica considerados “regulares”. A projeção é que até 2027 Campos do Jordão aumente sua classificação para “bom”. Levando em consideração que serão realizadas ações referentes aos melhoramentos nas estações de tratamento de efluentes.

No Relatório da CETESB (1983) a vegetação existente no município de Campos do Jordão pode ser dividida em três regiões florísticas:

- 1- a mata de araucária e podocarpus;
- 2- a mata latifoliada da encosta atlântica; e
- 3- os campos do Brasil Meridional.

A mata de araucária e podocarpus tem como componentes característicos o pinheiro brasileiro (*Araucária angustifolia*) e o pinheiro bravo (*Podocarpus lambertii*). Sua ocorrência no Estado se dá no reverso da Serra da Mantiqueira e, menos significativamente, no planalto reverso da Serra do Mar, mas nunca nas encostas voltadas para o mar.

As florestas de araucária e podocarpus são heterogêneas, nela ocorrendo sub-bosques densos, compostos por espécies arbóreas, arbústicas e, alguma, vegetação rasteira líquens e musgos, sendo notável a ocorrência de epífitas. A mata de araucária ocorre nas costas mais baixas das encostas dos morros e nos fundos de vale.

A mata alta latifoliada concentra-se em torno de 1.400m de altitude, embora se desenvolva também em locais mais altos, ocupando vertentes das encostas, preferencialmente nos locais mais úmidos. Nesta mata encontra-se o limite de altitude para a araucária em Campos do Jordão (1.800m). Entre as espécies arbóreas, além da araucária e do podocarpus, aparecem a canela, o cedro, o guatambu, o jacarandá e a casca d'anta.

Seus sub-bosques são densos e fechados, com espécies arbustivas e fetos arborescentes; apresentam, ainda, vegetação rasteira. A mata baixa latifoliada ocorre em altitudes entre 1.200m e 1.400m e entre 1.600m e 2.000m. Apresenta formações de porte reduzidas e ultrapassando seis metros de altura.

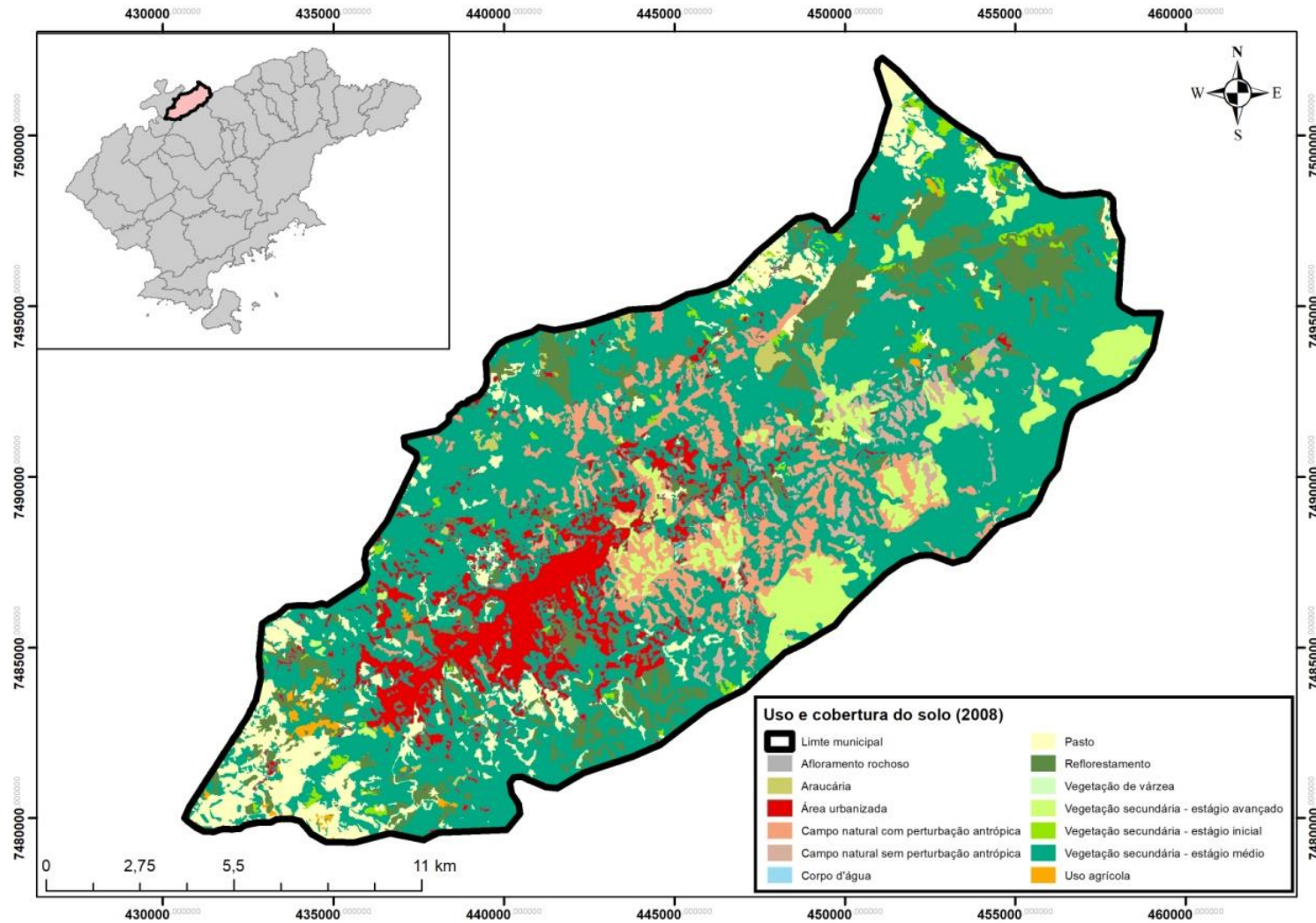
Nas áreas desmatadas e deixadas sem cultivo ou sem qualquer outra destinação, ocorrem capoeiras, no caso vegetação de transição entre a mata e o campo. A candeia e a candeinha são suas espécies mais importantes.

Nos campos, de tipo serrano, ocorrem espécies endêmicas de gramíneas, localizando-se nas costas mais altas das encostas e no topo dos morros, onde os solos são mais secos e a quantidade de húmus é menor.

A ocorrência das diferentes regiões florísticas, decorrente das características de relevo e drenagem, forma um mosaico em que os espigões tomados por campos se alternam com os vales tomados por matas.

A ocupação urbana e econômica, no entanto, alterou significativamente este quadro. A ocupação urbana pela permissividade com que se deu; a ocupação econômica, num primeiro momento pela exploração das matas de araucária, cujos fustes retos a tornaram uma das essências mais aproveitáveis do País; à sua exploração, que foi intensa durante a primeira metade do século, atribui-se à ausência da espécie nas matas altas latifoliadas. A área reflorestada representa 9,75% do município, sendo predominante o Pinus, que representa 9,40%, correspondente a 2.527 ha. A Figura 20 mostra o mapa de cobertura e uso do solo do município de Campos do Jordão.

Figura 20 -Mapa de uso e cobertura do solo no município de Campos do Jordão em 2008.



Fonte: Campos do Jordão (2008). Elaborado por Daniel José de Andrade.

A presença do Pinus como essência para reflorestamento acarretou seu aproveitamento para fins paisagísticos na área urbana, contribuindo para a descaracterização do revestimento vegetal.

Cabe ressaltar que tanto em áreas de edificações esparsas, como em determinadas partes das áreas de concentração de edificações surge um novo elemento que é a arborização doméstica. Trata-se de um tipo de reflorestamento ou reposição de vegetação que acaba por formar a paisagem vegetal daqueles locais.

O surgimento do Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ) também serve de exemplo para essa mudança. O parque foi criado pelo Decreto de Lei nº 11.908 de 27 de março de 1941, devido a diversas denúncias contra serrarias por conta de uma grande devastação de pinheirais (SÃO PAULO, 1941). Tal medida objetivava a guarda, fiscalização, conservação e regeneração das florestas através do Serviço Florestal do Estado. No período de sua fundação, era plantado Pinus e outras madeiras com intuito de comercialização, tanto no beneficiamento em marcenaria própria como na venda da madeira bruta.

O PECJ foi criado com o intuito de resguardar o remanescente de Mata de Araucária, uma dentre as diversas formações florísticas que ocorrem no Parque; que possui uma área de 8.385,89 ha (hectares), com 59.000 metros de perímetro, toda sua extensão é localizada nos limites do município, ocupando um terço do território e sua administração é do governo do Estado.

(Decreto-lei nº 11.908):

Artigo 1.º — Fica declarado de utilidade pública, para o fim de ser desapropriado, o imóvel denominado "Fazenda da Guarda", localizado na comarca de São Bento do Sapucaí, município de Campos do Jordão, com a área de 1.193 alqueires paulistas e é confrontado da seguinte maneira: ao Norte com terras que dizem pertencer a Benedito O. Miranda; herdeiros do dr. Miguel de Godoy Sobrinho; herdeiros de d. Clara Lima; herdeiros de Sebastião Germano e José Severiano; ao Sul com terras que dizem pertencer a Daniel de Carvalho e herdeiros de Benjamim Bueno; a Leste com terras que dizem pertencer a herdeiros ou sucessores dos Drs. Plínio de Godoy e Miguel de Godoy Sobrinho; a Oeste com terras que dizem pertencer a herdeiros de Francisco Matarazzo e do dr. Holger Jensen Kok ou seus herdeiros, para o fim de constituir uma reserva florestal do Parque Estadual de Campos do Jordão. de acordo com o disposto no art. 1.º, § 1.º do decreto-lei n. 11.908, de 27 de março de 1941 (SÃO PAULO, 1941).

Nos folhetos que apresentam os pontos turísticos da cidade e nas placas oficiais indicativas o PECJ é denominado Horto Florestal. O Parque Estadual de

Campos do Jordão é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme estabelece a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, na qual foi criada o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico preservar a natureza, manter os ecossistemas livres de alterações causadas por interferências humanas, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais “... ou seja, aquele uso que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” (BRASIL, 2000).

Segundo os estudos do projeto MAVALE (INPE, 1992), foi considerado que a ocorrência dessa vegetação está diretamente relacionada com o clima de altitude que atua sobre a superfície interiorizada nas faixas altimétricas superiores a 1.200 metros onde as chuvas são relativamente bem distribuídas o ano inteiro o que é predominante no Planalto de Campos do Jordão.

Em relação ao clima de Campos do Jordão, foi considerado por José Setzer (1966) por volta de 1946, como mesotérmico médio, com verões brandos e sem estação seca.

Segundo Rosa Filho (2006), que comenta sobre Köppen, o clima do município de Campos do Jordão, corresponde, ao (Clima Tropical de Altitude), que ocorre na sub-zona do “Planalto de Campos do Jordão”, na zona do “Planalto do Alto Rio Grande”, segundo a divisão geomorfológica do Estado de São Paulo realizada pelo IPT-1981 (INSTITUTO DE PESQUISAS..., 2000).

No Relatório da CETESB (1983) a temperatura média anual é de 13,6°C, sendo que a média do mês mais quente, que é janeiro, é de 16,9°C; no inverno, as médias mínimas diárias são inferiores a 4°C, descendo a 1,8°C em julho, favorecendo a ocorrência de geadas nessa estação.

Continuando com Rosa Filho (2006), em Campos do Jordão, o clima de altitude reúne um conjunto de condições particularmente favoráveis, representadas pela secura e pureza do ar, rarefação da atmosfera, a intensidade de irradiação solar, mesmo no inverno e temperatura moderada no verão.

Em razão da grande redução da cobertura vegetal da região, sobretudo nas encostas entre Monteiro Lobato e Campos do Jordão, que, no passado, foram revestidas integralmente de matas, e que hoje, ao contrário, apresentam 9% de campos, operaram-se modificações no clima, no sentido correspondente, ou seja, para um clima mesotérmico com verões brandos e estação chuvosa no verão (ROSA FILHO, 2006).

Assim, este tipo de clima foi, pouco a pouco, ascendendo às encostas da Mantiqueira, culminando por imperar em toda a região. A alteração, nociva para a agricultura, no entanto tornou-se benéfica para o tratamento de doenças pulmonares, onde se torna necessário o clima frio e seco.

Podemos classificar o clima de uma localidade, atenta à sua altitude, em uma das três zonas seguintes:

1. **estações intermediárias** – entre a montanha e a planície, abaixo de 1.200m.
2. **estações de altitude** – entre 1.200 a 1.800m.
3. **estações altas** – entre 1.800 a 2.000m.

A consolidação de Campos do Jordão enquanto destino de saúde para tuberculosos não está ligada apenas à sua altitude e afastamento dos grandes centros urbanos, mas também às virtudes terapêuticas de seu clima. Em 1922, o médico carioca Clemente Ferreira, em seus estudos sobre as virtudes climatoterápicas de Campos do Jordão, observa:

A presença de ozona é significativa de pureza atmosférica, de sua assepsia e ausência de germes; por isso, no oceano e nas altas montanhas, onde o ar é puro, é elevado o coeficiente de ozona. Com clima de elevada altitude, de grande terapêutica atmosférica de fraca nebulosidade, e, pois, de farta insolação, os Campos do Jordão desfrutam a enorme vantagem de abundância de oxigênio “eletrizado” (FERREIRA, 1922 *apud* PAULO FILHO, 1997, p. 92).

Contudo, Campos do Jordão não é divulgada apenas por suas virtudes climáticas, mas também por suas características hidrominerais, haja vista que a associação entre água e cura não era novidade nesse período e por isso, atraía também os turistas.

Para Hammerl (2011), as atribuições de valores terapêuticos tanto do clima, quanto das águas jordanenses acabam por modelar, condicionar e constituir comportamentos diante da sociedade. Doentes e seus acompanhantes passam a frequentar Campos do Jordão a partir de 1920, colaborando para torná-la um famoso destino de saúde conhecido por suas águas radioativas e, principalmente, pelo “ar puro” das montanhas. Isto deu origem à famosa “*Suíça brasileira*”, por seu clima similar ao de Davos Platz, na Suíça.

Até hoje essa comparação é utilizada como *marketing* da cidade. O texto a seguir faz parte de uma propaganda encontrada no site Campos do Jordão e Região *Convention & Visitors Bureau (2009)*.

Sendo assim, Campos do Jordão fica na classe das estações de altitude e em condições a Davos (1.558m) e St. Moritz (1.769 m).

O clima de Campos do Jordão, comparado à região alpina de **Davos Platz na Suíça**, acusou supremacia nos graus de nebulosidade, nas taxas de insolação, oscilações térmicas e nos índices de precipitação pluviométrica.

A nebulosidade média em Davos Platz era de cerca de 6% mais elevada. No que tange aos dias claros, as pesquisas deram 52% de dias claros para Campos do Jordão, enquanto que em Davos Platz verificou-se apenas 41%.

As diferenças de temperaturas médias do mês mais quente para o mês mais frio, não foram além de 8°C em Campos do Jordão, ao contrário daquela cidade Suíça, em que as diferenças chegaram a 20°C.

O teor de oxigenação e ozônio de Campos do Jordão foi considerado superior ao de **Chamonix**, famosa estância francesa, pela pureza de seu ar, a 2.800 m de altitude.

No Congresso de Climatologia, realizado em Paris, em 1957, o clima de Campos do Jordão foi considerado o melhor do mundo.

Para complementar esse quadro atrativo, atualmente, segundo o IBGE (2017) o município tem o IDH de 0,749, que é o mais elevado da Serra da Mantiqueira do lado paulista.

3.3 O sítio urbano e a evolução da ocupação urbana

O uso potencial da terra em Campos do Jordão tem a recomendação de predominar as áreas para pastagem plantada, silvicultura ou passagem natural e para preservação da fauna e flora sendo que no restante da área não urbanizada as condições de relevo, solo e clima são pouco propícias ao desenvolvimento das atividades agropecuárias apenas algumas propriedades rurais mantêm o cultivo tradicional de árvores frutíferas como macieiras, pessegueiros e ameixeiras, cultivo introduzido ainda no início do século XX.

Para a CETESB (1983), a bacia do rio Capivari foi a principal condicionante topográfica para a implantação da zona urbana, sendo, de fato, a única área plana com dimensões favoráveis ao assentamento urbano.

Dividindo a cidade em duas porções, o rio delimita as formações topográficas da zona urbana onde do lado esquerdo aparecem morros bastante íngremes, e do lado direito estão os morros mais ondulados.

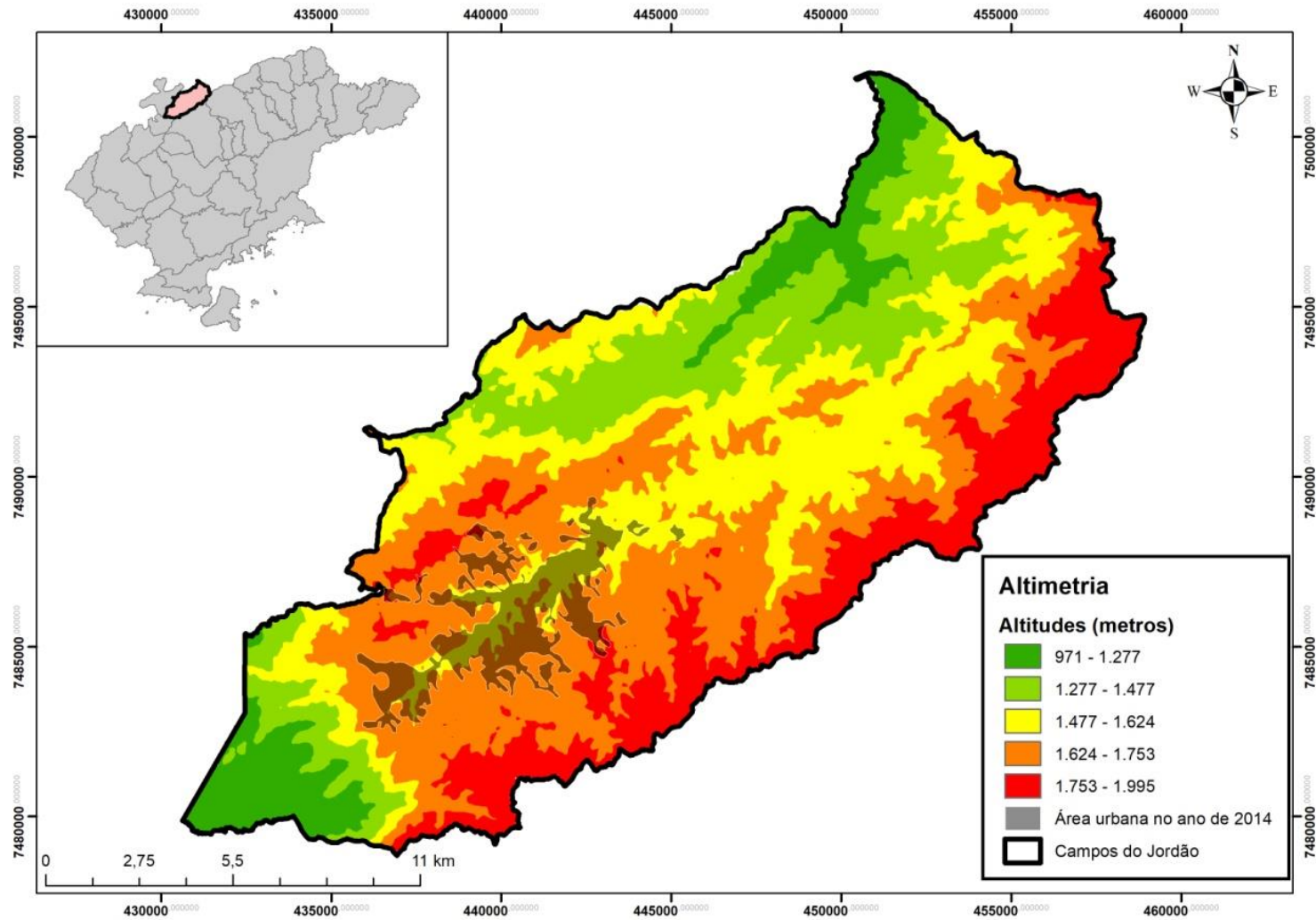
Segundo Rosa Filho (2006), as declividades abaixo de 15% são encontradas nos vales e nas cristas dos morros, sendo estas as predominantes na região, seguidas pelas declividades superiores a 45%, presente nas encostas. As declividades inferiores a 15% apresentam faixas contínuas de grande extensão; as superiores a 45% também estão presentes em faixas contínuas, embora estas sejam menos

extensas. As declividades intermediárias apresentam-se em áreas de menos dimensão e esparsas pela zona urbana. O mapa da altimetria de Campos do Jordão é mostrado na Figura 21.

Rosa Filho (2006) afirma que a vegetação urbana, bastante exuberante, é constituída em parte pelos remanescentes da vegetação nativa encontrada no núcleo urbano, pela arborização doméstica, que aparece principalmente nos loteamentos de classe média e alta e, pela arborização viária basicamente na Vila Abernéssia, na Vila Capivari e no eixo de ligação entre as vilas. A maioria dos cursos d'água apresenta-se encaixado entre os morros em toda zona urbana, propiciando o surgimento de grande número de quedas d'água e a preservação das matas ciliares.

A estrutura urbana de Campos do Jordão desenvolveu-se a partir de três vilas distintas (Abernéssia, Jaguaribe e Capivari), essa situação é bastante peculiar, se confrontada com a existente na maioria das cidades, cujo crescimento é radial, a partir de um centro único.

Figura 21- Altimetria do município de Campos do Jordão.



Fonte: Embrapa, 2019. Elaborado por Daniel José de Andrade

Tal fato determinou uma característica especial e marcante para a formação do espaço urbano: três centros distintos e ainda evidentes, apesar da tendência de ocupação dos vazios urbanos entre eles.

Outro fato que definiu o eixo de crescimento e acentuou a linearidade urbana e o desenvolvimento das três vilas, foi o traçado da E.F.C.J., que acompanha o Rio Capivari.

O zoneamento da Estância, segundo Masakazu (1985), ocorre pelo decreto nº. 11.781, de 30 de dezembro de 1940, que seccionou a cidade em duas zonas, reservando as Vilas Jaguaribe e Capivari para a área turística e Abernêssia e a zona sanatorial para tratamentos da enfermidade pulmonar. Esse decreto vai regulamentar a permanência e a hospedagem de doentes nos hotéis da cidade. Nesse período acontece também o avanço da medicina, que é determinante para a cura da tuberculose; o tratamento quimioterápico da tuberculose, a suspensão dos convênios do Ministério da Saúde com os sanatórios, passando para o sistema ambulatorial, diversos hospitais foram desativados e outros transformados em hospitais gerais (MASAKAZU 1985); ocorre uma mudança na política nacional de combate à tuberculose, “o Governo Brasileiro, através do Ministério da Saúde, adota diretrizes da Organização Mundial da Saúde, reformula totalmente o programa de combate à tuberculose (PAULO FILHO, 1986, p. 275).

Observa-se com tais informações que dois fatores foram determinantes para a transição da fase sanatorial para a fase turística. O zoneamento da cidade e os novos medicamentos para o tratamento da tuberculose.

Em 1960, Campos do Jordão já apresentava um crescimento bastante intenso; o vazio que separa as vilas Abernêssia e Jaguaribe começava a ser ocupado, sobretudo na Avenida Dr. Januário Miráglia, que ia se definindo como corredor de comércio e serviços.

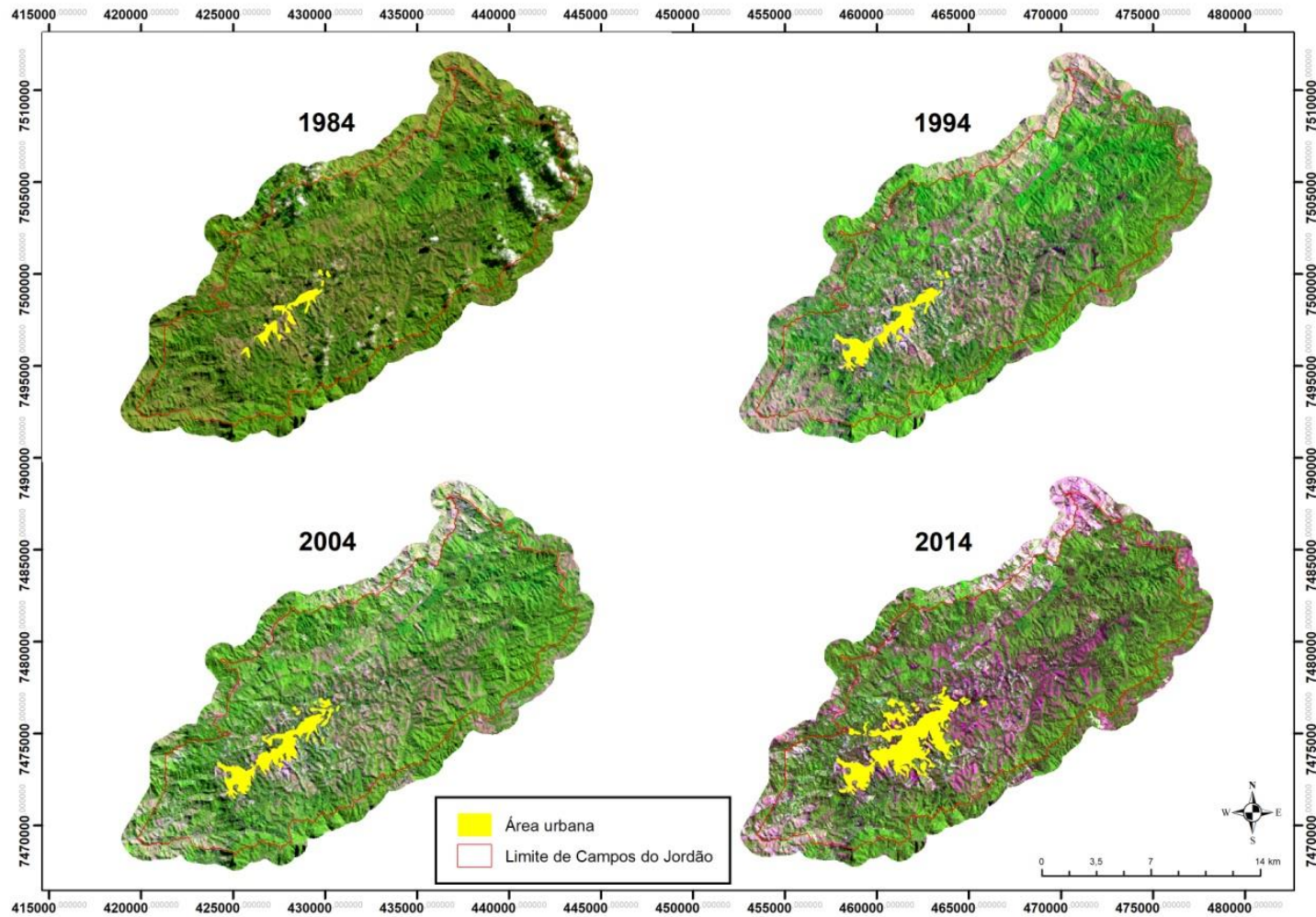
Para Rosa Filho (2006), o crescimento econômico, desencadeado por volta de 1970, proporcionou a ascensão da classe média e conseqüentemente um grande aumento do poder aquisitivo. Milhares de lotes foram colocados à venda e uma vasta área foi afetada pelos impactos decorrentes da especulação imobiliária. Nessa época Campos do Jordão já contava com uma população fixa de 16.000 habitantes, e a frequência nos fins de semana e férias, sobretudo as de inverno, aumentava vertiginosamente.

Estes fatos, somados às precárias condições de acesso e conservação da SP-50 e da E.F.C.J. induziram à criação da SP-123, que em 1978 passou a ligar Campos de Jordão a Pindamonhangaba. Esta facilidade de acesso proporcionou um maior fluxo de pessoas na cidade, aumentando consideravelmente o turismo de baixa renda.

Rosa Filho (2006) ainda aponta que, a velocidade de expansão, aliada a uma administração pública voltada exclusivamente para os interesses da classe dominante, resultou em problemas das mais diversas naturezas. A invasão de terras pela população de baixa renda, a erosão, o assoreamento dos corpos d'água, o desmatamento, o saneamento básico precário, a poluição dos córregos e rios, o problema do lixo e a falta de infraestrutura para o turismo de baixa renda foram alguns dos problemas detectados.

Observa-se, na Figura 22, parte dessa dinâmica citada por Rosa Filho, somando outras ações como a migração, por exemplo, repercutindo numa rápida expansão da mancha urbana na sua evolução em 30 anos até 2014.

Figura 22 - Evolução da área urbana no município de Campos do Jordão entre 1984 e 2014.



Fonte: USGS (2019). Elaborado por Daniel José de Andrade.

Campos do Jordão chega a 2004 com 45.000 habitantes fixos. Na região dos sanatórios são criados novos loteamentos e os bairros populares se adensam. A Vila Abernécia e a Vila Jaguaribe praticamente se unem e a ocupação da margem esquerda do rio Capivari se acentua. Rosa Filho (2006) observa também que, a Vila do Capivari continua a se expandir no sentido do vale do Ribeirão das Perdizes. A baixa densidade de ocupação e os padrões de construção reforçam o seu caráter de vila turística para as classes média e alta. O autor faz uma observação interessante em relação ao Capivari. “Nessa época, o turismo de baixa renda estava chegando timidamente a essa vila” (ROSA FILHO, 2006, p. 62). Apesar de Rosa Filho, na sua tese, estudar sobre escorregamentos de encostas em favelas nas áreas de risco, ele não deixa de observar o apelo turístico que a cidade apresenta e principalmente a mudança de classe dos turistas na Vila do Capivari que sempre foi exclusiva dos turistas das classes média e alta.

Rosa Filho (2006) afirma que, em consequência da aplicação da legislação municipal, que obriga aos loteadores transferirem uma parcela de gleba loteada ao poder municipal, foram criadas várias áreas públicas, em todo o município. Essas áreas, quanto mais próximas das zonas centrais mais atrativas.

Os loteamentos continuam sendo criados, cada vez mais distantes do centro urbano, até que em 1979, quando o número de lotes vagos chegou a aproximadamente 35.000, a Câmara Municipal aprovou a lei nº 1154/79, proibindo a abertura de novos loteamentos (esta lei foi alterada pela lei nº 1.367/83, que prorroga o prazo de vigência da primeira até 1989). O critério utilizado para o estabelecimento dos três índices de densidade – alto, médio e baixo – foi o comparativo.

As áreas mais densamente ocupadas são Vila Maria, Vila Nair, Vila Albertina, Abernécia, Jaguaribe e ainda um pequeno trecho no centro de Capivari. As áreas de média densidade localizam-se principalmente em Capivari, Jaguaribe e alguns loteamentos em Abernécia. As áreas de baixa densidade representam a maior parte dos loteamentos e se estendem por toda a zona urbana da cidade.

Identifica-se três centralidades também pelo fato de os principais locais de comércio da cidade estarem concentrados no eixo viário principal. Ao longo da avenida se identifica três pontos representando as Vilas Abernécia, Jaguaribe e Capivari. Essa é uma zona comercial ZC1 de maior densidade e compõem predominantemente o eixo das avenidas, já considerados pelos três pontos, referentes às três vilas principais (CAMPOS DO JORDÃO, 2007). A Vila Jaguaribe se

distingui e acredita-se ser também uma centralidade, por fazer o elo entre as duas centralidades principais Abernécia por ser a centralidade da população residente e Capivari por ser a centralidade dos turistas.

Os elementos que constituem a urbanização rebatem-se, também, nas condições desiguais de concentração e acessibilidade intraurbana. A distribuição dos hotéis e pousadas na cidade, em 2016, revela uma face dessa localização seletiva concentrada (Figura 23A). O adensamento da verticalização é também significativo e coincidente com a localização concentrada de hotéis e pousadas. Essas duas variáveis são representativas da estrutura de apoio ao turismo e da dinâmica imobiliária associada ao maior potencial de acessibilidade urbana²(Figura 23B) e à centralidade turística que se constitui e reforça nos arredores do Capivari.

Em relação ainda ao potencial de acessibilidade urbana, pode-se observar a localização das áreas que apresentavam em 2010 maior presença de segunda residência (Figura 24A), nas imediações da região da Vila Capivari, mas também, ao redor das Vilas Jaguaribe e Abernécia. Além disso, constata-se, na Figura 24B, a presença de referências turísticas clássicas também nesta região da Vila Capivari, em contraste com a localização distanciada (menor potencial de acessibilidade) de outros atrativos turísticos também bastante frequentados, tais como o palácio, auditório, o haras Tarandu e pontos de beleza paisagística, Pedra do Baú, Pico do Itapeva etc.

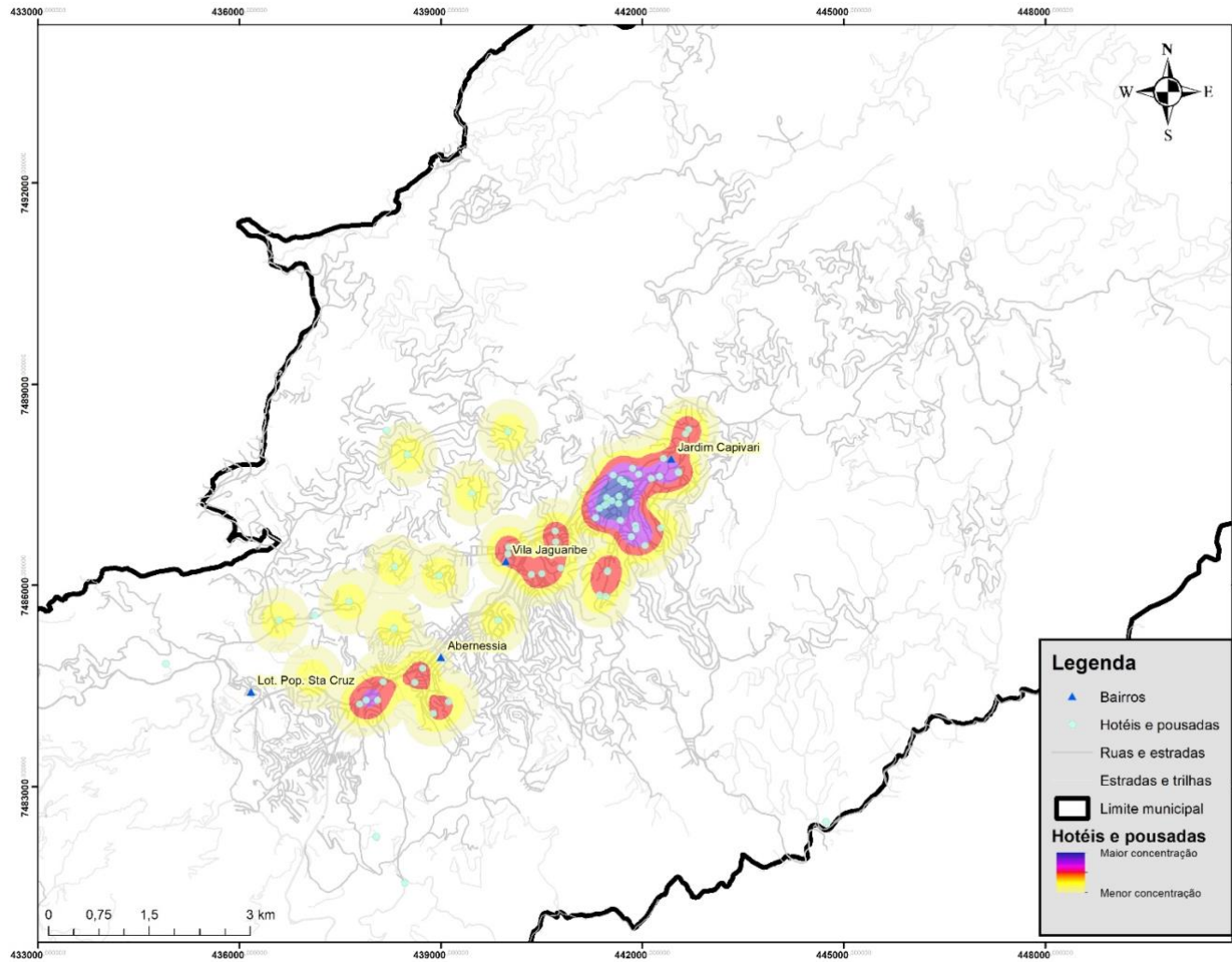
Outro fato interessante apontado pelo setor censitário, é que nessas áreas de classe alta e onde há maior presença de segunda residência, possuem moradores fixos também. O que ocorre é que tais moradores trabalham na função de caseiros.

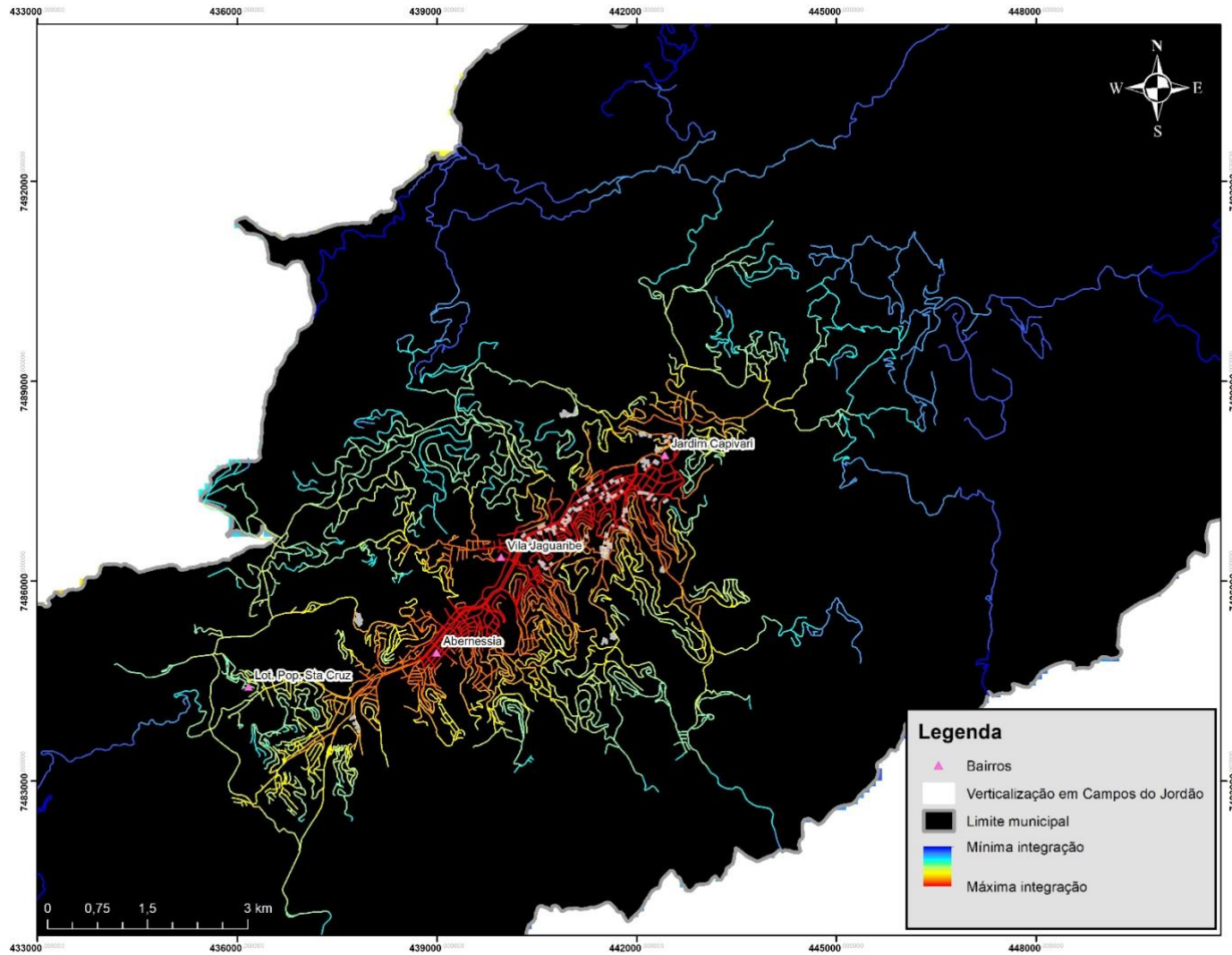
Podemos encerrar essa parte com o estudo topofílico de Artur Rosa Filho (2012), em que mostrou os constantes acidentes geológicos associados a deslizamentos no Brasil, configura-se sob domínio das favelas, que compreende áreas de segregação sócio espacial representativas da lógica da urbanização brasileira, sobretudo das cidades turísticas e/ou industriais. O atendimento da demanda gerada pelo turismo e o adensamento entre Jaguaribe e Capivari, tem contribuído para a desfiguração da paisagem tanto natural – pela obstrução e intervenções que causam – quanto urbana – pela violenta ação de sua escala e pelo

²Conforme explicado na metodologia, do vermelho ao violeta, o mapa axial (Figura 23B) representa a gradação do maior ao menor potencial de acessibilidade física da cidade, dado pelo índice de integração das vias.

preenchimento dos espaços vazios que separam as três vilas originais (ROSA FILHO, 2012).

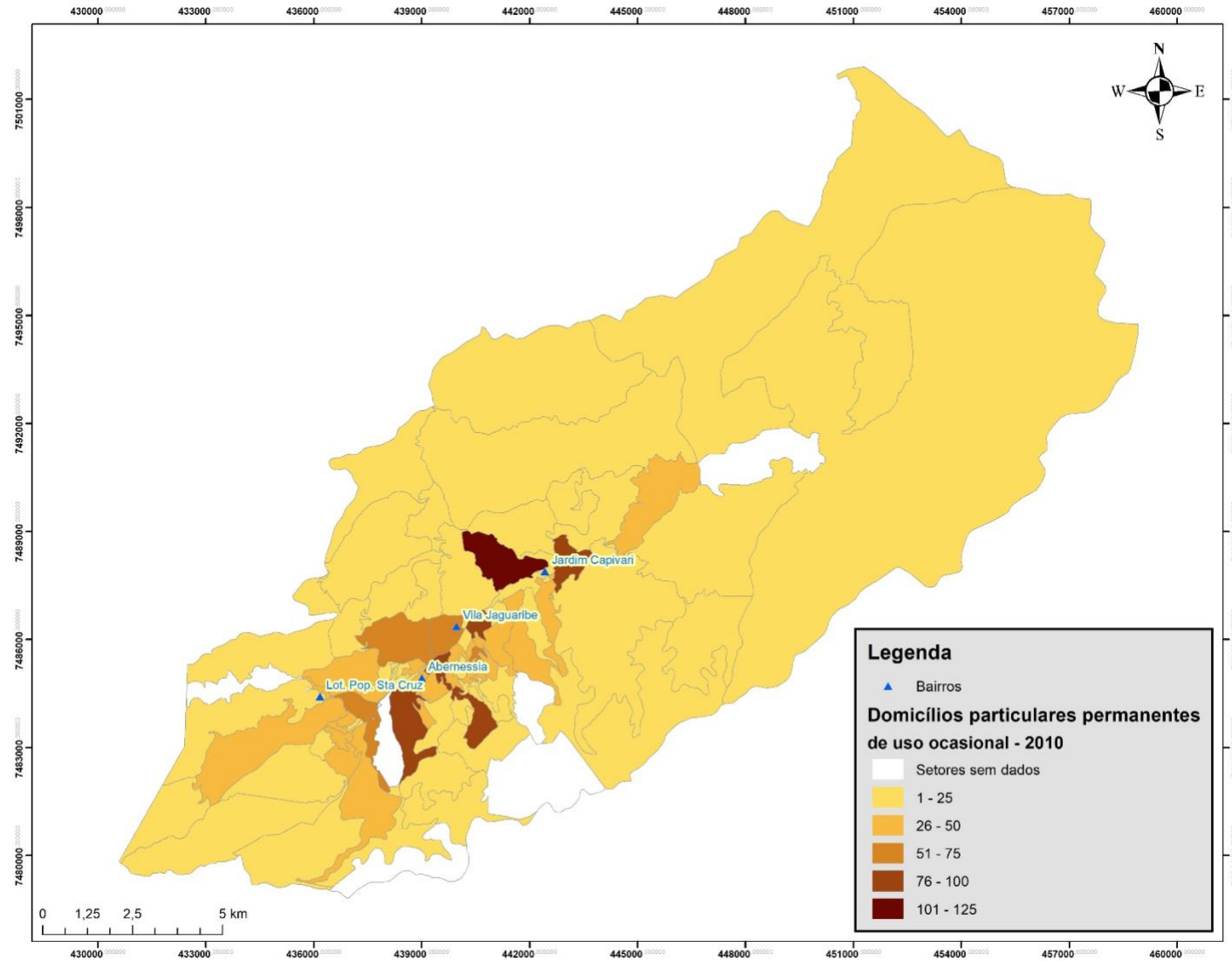
Figuras 23 (A e B) - Hotéis, pousadas, o índice de integração das vias e os edifícios em Campos do Jordão.

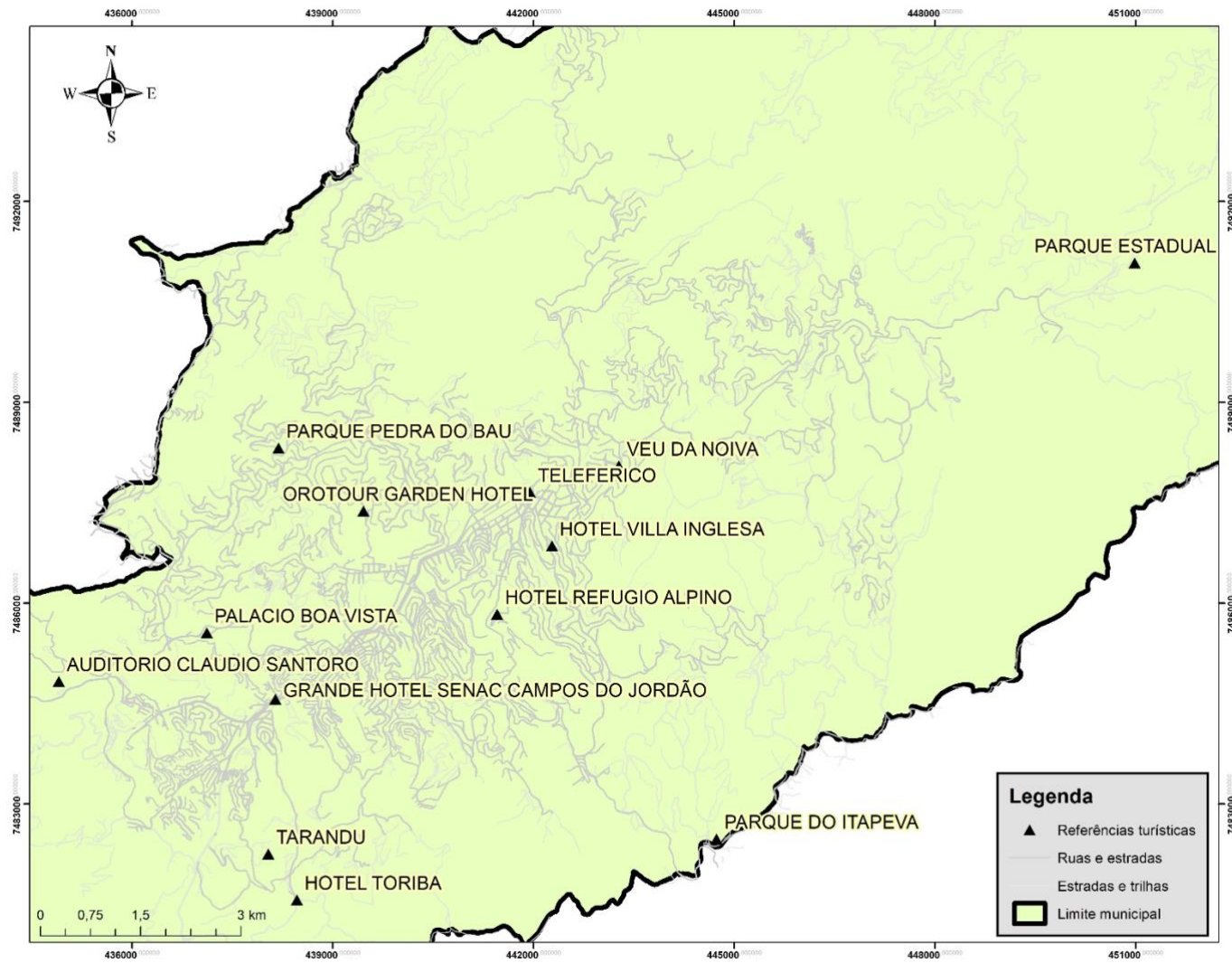




Fonte:(A) Emplasa (2016); (B) OSM (2017). Elaborado por Daniel José de Andrade.

Figuras 24 (A e B) - Total de domicílios utilizados como segundas residências e referências turísticas.





Fonte: IBGE (2010b). Elaborado por Daniel José de Andrade.

3.4 Aspectos Demográficos e Sociais

No período de 1991 a 2000, a população de Campos do Jordão teve uma taxa média de crescimento anual de 2,02%, passando de 36.877, em 1991, para 44.252, em 2000.

No último censo o IBGE (2010b) constatou que a população era de 47.789 pessoas. Cujos números em 2019 estava estimado também pelo IBGE em 52.088 habitantes. A densidade demográfica era de 164,76 hab./km² segundo IBGE (2010b). A taxa de urbanização cresceu 0,998, passando de 98,81% em 1991 para 99% em 2000 (SEADE, 2007).

Segundo dados do IBGE, até 1970 existiam 7.789 habitantes provenientes de outras localidades e de 1970 a 1980, 4.097 migrantes se estabeleceram no município. Isso significa que de 1970 a 80 Campos do Jordão cresceu 39,56% e 55,35% desse valor se devem, em grande medida, ao fenômeno da migração. Dos migrantes, 55,74% eram provenientes de outras cidades paulistas, 29,97% de Minas Gerais e 14,29% de outros Estados (SABESP *apud* SILVA, 2008).

No parágrafo abaixo percebe-se como outros pesquisadores observam a centralidade de campos.

Moreira *et al.* (2004) ressalta que Campos do Jordão apresentou um expressivo crescimento demográfico nos últimos cinquenta anos com um instrumento populacional de 239,35% no período 1960-2000. Fato este que o caracteriza como um polo demográfico microrregional diferenciado dos demais municípios e exercendo inclusive o papel de atração para as populações dos municípios circunvizinhos (MOREIRA *et al.*, 2004, p. 18).

No período de 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Campos do Jordão cresceu 10,66%, passando de 0,741 em 1991 para 0,820 em 2000. Segundo essa classificação o município estava entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Campos do Jordão apresentava uma situação boa ocupando a 222^a posição, uma vez que 221 municípios (4,0%) estavam em situação melhor e 5.285 municípios (96,0%) estavam em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado ocupava a 59^a posição, haja vista que 58 municípios (9,0%) estavam em situação melhor e 586 municípios (91,0%) estavam em situação pior ou igual (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Segundo o Censo Demográfico de 2000 o Brasil possuía 5507 municípios. (IBGE, 2000). Em 2010, Campos do Jordão apresenta um IDH - M – 0,749 caindo algumas posições e assim, ocupa a 562^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 que pertence ao município de São Caetano do Sul – SP (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Apesar de ter caído algumas posições o IDH de Campos do Jordão está na faixa de alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). No site da prefeitura essa informação está servindo também como mais um atrativo para a cidade.

3.5 Infraestrutura Básica

Segundo o Relatório da CETESB (1983), o sistema de esgoto sanitário, foi implantado por volta de 1930 e era operado pela SABESP e, ainda na década de 80, atendia a apenas 30% da população, sendo que os 70% restantes utilizam fossas sépticas ou negras, causando a poluição da maioria dos córregos da zona urbana.

Conforme aponta Rosa Filho (2006) na década de 1980, a rede coletora tinha aproximadamente 44 km e abrangia 40% das ruas do perímetro urbano, lançando o esgoto, sem nenhum tratamento, no rio Capivari. Nos últimos anos foram realizadas ampliações da rede existente para atender ao crescimento urbano, mas, segundo Rosa Filho ainda havia falta de critérios técnicos e cadastramento mais pormenorizado do sistema.

Segundo a CETESB (1983) havia em Campos do Jordão 1.546 ligações de esgoto e todo o sistema funcionava por gravidade e a maior área da rede de captação estava concentrada nas Vilas Abernécia e Capivari.

Em relação ao sistema de abastecimento de água, para a CETESB (1983) a cidade possui um sistema bastante complexo. Devido ao crescimento urbano e à conformação física da região, foram construídos nove pequenos sistemas isolados, com captações própria, sendo dois deles também alimentados pelo sistema principal.

Segundo Rosa Filho (2006) o sistema principal era operado pela SABESP e abastecia cerca de 90% da população e contava com duas fontes de captação: o ribeirão do Salto e o ribeirão das Perdizes. A água bruta era aduzida até uma estação de tratamento do tipo convencional, composta de flocluladores, decantadores e filtros. A captação dos sistemas independentes era realizada em diversas nascentes e

córregos e operada por particulares de forma bastante deficiente. A rede de abastecimento de água da cidade se estendia por 146 km, com 4.592 ligações.

Para Rosa Filho (2006) o sistema de drenagem de águas pluviais era bastante precário, e este sistema foi basicamente constituído pelas sarjetas das ruas pavimentadas, por algumas bocas de lobo e galerias na Avenida Januário Miráglia, e pelos diversos córregos que cruzam a cidade e funcionam como corpos receptores.

A energia elétrica era fornecida pela CEESP, tanto na tensão primária como na secundária. O número de ligações atingiu 6.824 unidades, distribuídas da seguinte forma: 5.887 residenciais, 700 comerciais, 41 rurais, 103 industriais e 93 outras ligações, segundo Relatório da CETESB (1983).

A grande maioria das ruas pavimentadas localizava-se nos centros das três centralidades, Vilas Abernédia, Jaguaribe e Capivari, e também em alguns acessos a pontos turísticos mais distantes. Quanto ao transporte urbano, a cidade contava com o serviço de bondes, que ligava as três vilas (Capivari, Jaguaribe, Abernédia), indo até a estação São Cristóvão, quase no limite do município (ROSA FILHO, 2006).

Rosa Filho (2006) também afirma que:

A cidade possuía duas linhas de ônibus que ligavam alguns bairros mais densamente povoados (Vila Albertina, Vila Maria, Vila Nova, Vila Sodipe e Vila Nadir), com o eixo de ligação sanatórios – Capivari. Estas linhas efetuam também a ligação com o Horto Florestal, fora da zona urbana.

Com relação às comunicações, Campos do Jordão possui: uma rádio local; uma retransmissora de TV situada no pico do Itapeva, que capta imagens de todas as estações do Estado; a rede TELESP, que em 1981 possuía 179,4 aparelhos por mil habitantes, conta com serviços de DDD e DDI desde 1974, agência postal, unidade de serviços e distribuição de telegramas em Abernédia, caixas de coleta e postos de vendas de selos distribuídas pelas outras vilas e bairros (ROSA FILHO, 2006).

Segundo o IBGE (2017), a cidade apresenta 84,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 29,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 35,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 416 de 645. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 744 de 5.570.

Pozati (2019), em sua tese sobre as Perspectivas da prática turística em Unidades de Conservação em Campos do Jordão, nos traz dados mais atuais:

No caso específico do município de Campos do Jordão, a situação mais preocupante parece concentrar muito mais na capacidade de coleta do esgoto (70% do total) para tratamento, do que na capacidade de tratamento do esgoto, já que em 2014, a SABESP investiu R\$ 106 milhões na construção da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com capacidade para tratar, segundo a instituição, 213 litros por segundo. Esse investimento possibilitou que o município de Campos do Jordão pudesse, desde então, tratar 100% do esgoto coletado, considerando a população fixa de 48.000 pessoas e a população flutuante, de 30.000 pessoas, segundo a própria SABESP. Mas a essa capacidade de tratar a totalidade do esgoto coletado pelo município mostra ser insuficiente desde a inauguração da ETE – Campos do Jordão, tendo em vista o fato de que a população registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde 2014, já era 50.541 habitantes e principalmente em virtude de Campos do Jordão ter uma população flutuante no ano, estimada em 3,9 milhões de visitantes, de acordo com a Prefeitura de Campos do Jordão, o que significa aproximadamente 78 vezes a população do município e representa valores muito superiores a capacidade de tratamento anunciada pela SABESP na inauguração da Estação de Tratamento do esgoto do município (POZATI, 2019, p. 153).

3.6 Aspectos Habitacionais

Muito conhecida com a equivocada ideia de “Suíça brasileira” Campos do Jordão, está muito longe desse patamar. A cidade possui, além dos belos bairros residenciais com mansões valendo milhões, sérios problemas de moradia.

Segundo dados do IBGE (2011) o número de domicílios particulares permanentes em Campos do Jordão em 2010 era de 14.303 domicílios. Mas, Campos do Jordão possui 2.182 residências secundárias ou também chamadas segundas residências por ser uma cidade turística. Na alta temporada de inverno muitas famílias proprietárias de segundas residências alugam as casas tornando-as uma mercadoria. De alguns anos para cá, isso se tornou muito comum, principalmente no mês de julho, essa informação foi obtida segundo os moradores locais.

O conceito de segundas residências no município de Campos do Jordão é descrito segundo metodologia aplicada pelo IBGE (2011, p. 11), ao classificar como o domicílio particular permanente de uso ocasional e trata-se do domicílio particular permanente que servia ocasionalmente de moradia na data de referência, ou seja, era o domicílio usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

3.7 Aspectos Econômicos

Pode-se dizer que, Campos do Jordão teve três fases econômicas ao longo de sua história. O ciclo do gado, com pouquíssima referência; o da cura, que caracterizou a cidade por mais de um quarto de século e o do turismo, que tornou a cidade de Campos do Jordão definitivamente, uma cidade mercadológica.

Ainda na década de 1940, em Campos do Jordão havia algumas grandes propriedades, fazendas com milhares de alqueires. Na pecuária os rebanhos mais importantes eram de bovinos, equinos, muares (mulas) e suínos. O rebanho era para cria e recria, produzindo leite insuficiente para suprir o município. Os fatores para a baixa produtividade de carne e leite eram: a raça mal orientada, a deficiência alimentar e a assistência médica veterinária quase inexistente. A pecuária que era a principal fonte econômica até a década de 1960 quando foi ultrapassada pelo turismo (ROZETO; LIMA, 1968, p.93 *apud* PIVOTT, 2006, p. 140).

Segundo Lessa (2001) nas últimas décadas do século XIX, a tuberculose era uma das patologias que mais causaram mortes nas cidades, já era uma ameaça à saúde pública no Estado de São Paulo. A doença na época não recebeu a devida atenção dos administradores da Primeira República. Na primeira década do século XX, iniciou-se um movimento social de combate à doença no Estado de São Paulo. Os médicos envolvidos no processo, Emílio Ribas e Clemente Ferreira, concordavam que o clima era a principal base terapêutica para tuberculose. Por isso, o médico Clemente Ferreira indicava a cidade de Campos do Jordão para construção de um sanatório popular. Emílio Ribas, porém, defendia a ideia da instalação de um lugar próximo à capital porque considerava inviável a construção do sanatório em Campos do Jordão e não acreditava que o local fosse fator de influência na cura da tuberculose. O médico Vitor Godinho foi nomeado pelo Governo do Estado para estudar os sanatórios europeus que tinham participação da iniciativa privada. Não havendo interesse por parte de empresários brasileiros em investir nesse serviço. Godinho recomendou que o governo se responsabilizasse pela construção de sanatórios e apoiou o ponto de vista de Emílio Ribas. Continuando com Lessa (2001, p. 43-44), um consenso vai se formando em torno dos municípios de Campos do Jordão e São José dos Campos como as melhores opções para a instalação de centros terapêuticos ao mesmo tempo em que tirariam os doentes do convívio da cidade de São Paulo. Em

1918, iniciaram-se as obras da construção do Sanatório Vicentina Aranha em São José dos Campos, inaugurado nos anos 20.

Segundo Paulo Filho (1986), em 10 de novembro de 1929, foi inaugurado o Divina Providência, por meio do trabalho empreendido pela Madre Cherubina Del Signore e pela doação das terras que faziam parte da Fazenda Santa Mathilde, de propriedade do Embaixador José Carlos de Macedo Soares e sua esposa Dona Mathilde Melchert de Macedo Soares, o primeiro sanatório construído em Campos do Jordão.

Na década de 1940, havia 11 sanatórios no município com leitos pagos e também para indigentes. Dessa forma, em ambos os municípios a prestação de serviço na área de assistência social causa novo impulso econômico, sendo ao mesmo tempo um problema com o surgimento de questões urbanas e sociais devido ao aumento do fluxo migratório e também solução, com a movimentação da economia por meio de investimentos em sanatórios hotéis pensões etc.

Na cidade de Campos do Jordão, junto à Estância climática surgiu a Estância para Turismo e repouso (FERRAZ, 1941, p.110 *apud* PIVOTT, 2006, p. 142). Em 1911, Emílio Ribas e Vitor Godinho projetaram a construção da Vila Sanitária dos Campos do Jordão, destinada ao turismo no Capivari. Com a cura da tuberculose a criação de sanatórios em outros municípios, a procura pelos sanatórios de Campos do Jordão diminuiu e, para não irem à falência, esses estabeleceram convênio com Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). Tais médicos tinham muito interesse na economia da cidade, pois tinham investimentos em terras jordanenses.

Dessa maneira, a função de cura em Campos do Jordão é substituída pela atividade turística, marcada principalmente com a construção do Grande Hotel no início da década de 1940 (ROZETO; LIMA, 1968, p. 104 *apud* PIVOTT, 2006, p. 143).

Hoje em dia, é claro perceber a centralidade regional que Campos do Jordão já possuía na década de 1990, pois a cidade foi se tornando o principal polo turístico da região, influenciando toda microrregião da Serra da Mantiqueira, sendo que, segundo o Mavale (1992) 65,30% de sua população economicamente ativa, na década de 1990, já estavam ligados ao setor terciário da economia; a população economicamente ativa do setor secundário era de 29,95% enquanto a população economicamente ativa ligada ao setor primário era de 3,26.

Carmo (2003) aponta juntamente com os dados do IBGE de 2003, que a população de Campos do Jordão que trabalha nas empresas locais está dividida nas

áreas de comércio, alojamento e alimentação, administração pública, de defesa e seguridade social. Atividades relacionadas à área imobiliária também tem uma parcela grande da população trabalhando. Esses dados são referentes a trabalhadores formais. Sabe-se também que a sazonalidade da atividade turística acaba interferindo no aumento e na diminuição de empregos na alta e na baixa temporada, respectivamente.

Conforme a Tabela 1, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 74,20% em 2000 para 74,43% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,94% em 2000 para 3,72%. Enquanto a população economicamente inativa, em 2010, era de 21,8%.

Tabela 1 - Ocupação da população de 18 anos ou mais no município de Campos do Jordão.

	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	74,20	74,43
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	8,94	3,72
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	58,47	67,25
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	40,90	57,19
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	22,18	35,43
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	21,10	11,03
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	68,16	74,95
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	91,64	94,71

Fonte: ATLAS BRASIL (2013)

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 1,67% trabalhavam no setor agropecuário, 0,08% na indústria extrativa, 4,82% na indústria de transformação, 11,92% no setor de construção, 0,73% nos setores de utilidade pública, 13,65% no comércio e 57,41% no setor de serviços.

Além disso, também segundo o IBGE (2010b), no total de 24.998 pessoas ocupadas (com 10 anos ou mais) no município, destaca-se a predominância de 71% de ocupados em atividades do setor terciário da economia e apenas 17,1% na indústria de transformação. Neste setor de serviços, chama atenção o fato de que 23% do total de 17.777 ocupados trabalhavam em serviços domésticos, o que se liga

ao fenômeno da segunda residência, com a necessidade de trabalhadores diversos, tais como, caseiros, jardineiros, motoristas, etc. Mais 20% do total de ocupados trabalhavam nos comércios e 17,5% em serviços de alimentação e alojamento, revelando a importância de um mercado de trabalho voltado à economia turística (OLIVEIRA, 1991). Constata-se ainda que 68% das 1.173 pessoas ocupadas no setor secundário eram trabalhadores da construção civil, alimentando as migrações e a entrada de novos investidores (OLIVEIRA, 1991), enquanto 27% se ocupava na indústria de transformação, o que remete à intensa produção do espaço construído e às atividades de uma indústria tradicional de malhas e fabricação de chocolate e doces, dentre outras.

Em Campos do Jordão, segundo o IBGE em 2018, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28,9%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 402 de 645 e 151 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1693 de 5570 e 548 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 365 de 645 dentre as cidades do Estado e na posição 4562 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Continuando com as informações do IBGE, em 2018, o PIB per capita era de R\$23.235,33. Comparando Campos do Jordão a outros municípios, temos: no país – 1839º de 5570; no estado - 381º de 645 e na microrregião – 1º de 4.

É interessante perceber que Campos do Jordão tem destaque somente em relação à microrregião, este exemplo serve para identificarmos a centralidade do município que serve de parâmetro para o próprio IBGE.

Depoimento do entrevistado número 4. Um senhor de 50 anos. Proprietário de uma loja no Bairro Abernéssia, que vende produtos para animais (rações e afins).

O custo de vida é normal, os preços aumentam mais em locais turísticos e em épocas de temporada. Porém, ainda assim temos um custo de vida que não é nada excessivo nos nossos centros comerciais, exceto área turística que realmente os preços são outros. [...]

Acredito que a cidade já obteve resultados financeiros muito melhores no passado, a cidade recebia muito mais turistas do que atualmente. Mas ainda assim, recebemos turistas o ano todo, e antigamente a cidade em épocas fora de temporada não recebia tantos visitantes,

mas atualmente, muitas pessoas da região ou até mesmo de longe, optam por ir até Campos fora do período de frio, acredito, que pelos custos estarem mais baixos, então a cidade por todo ano tem sido movimentada, mas ainda assim, não é como antes a situação financeira.

A Prefeitura disponibilizou os dados de Contribuintes por Atividades do ano de 2018. Na Tabela 2, observamos a grande variedade de atividades comerciais ligadas ao turismo direta ou indiretamente.

Tabela 2 - Relatório de Contribuintes por Atividades – Ativos.

Atividade	Ativo	%	Por tipo
Quaisquer estabelecimentos físico/jurídico	374	26,77	Não classificado
Lanchonete	162	11,60	Comércio
Restaurantes	133	9,52	Comércio
Bar e lanchonete	84	6,01	Comércio
Gêneros alimentícios em geral	79	5,65	Comércio
Clubes/associações cooperativas	52	3,72	Comércio
Padaria/panificadora	52	3,72	Comércio
Distribuidora/com de bebidas/água/gelo	41	2,93	Comércio
Bomboniere e com de chocolates	39	2,79	Comércio
Bar	36	2,58	Comércio
Quaisquer outros ramos de ativ. comerciais	33	2,36	Comércio
Mercearia secos/molhados	26	1,86	Comércio
Produtos p/animais/rações	25	1,79	Comércio
Distribuidora/com de balas/doces/salgados	23	1,65	Comércio
Açougue/casa de carnes	21	1,50	Comércio
Frios laticínios em geral/leite	18	1,29	Comércio
Quaisquer outras atividades comerciais	18	1,29	Comércio
Quaisquer outras ativ. ind. ou não incl.	17	1,22	Não classificado
Quaisquer outras atividades	17	1,22	Não classificado
Mercadinho/minimercado	16	1,15	Comércio
Quaisquer outras atividades financeiras	13	0,93	Comércio
Quaisquer outras atividades industriais	10	0,72	Industria
Congelados/massas/rotisserie	9	0,64	Comércio
Produtos naturais/alimentícios	9	0,64	Comércio
Supermercado	9	0,64	Comércio
Bar e mercearia	8	0,57	Comércio
Pizzaria	8	0,57	Comércio
Industria	7	0,50	Industria
Quitanda	7	0,50	Comércio
Banca de jornais livros e revistas	6	0,43	Comércio
Bar noturno/boates e similares	6	0,43	Comércio
Pesqueiro	5	0,36	Comércio
Atacadista de produtos alimentícios	4	0,29	Comércio
Sacolão distribuidora/hortifruti	4	0,29	Comércio
Bar com bilhar e outros jogos de mesa	3	0,21	Comércio
Teatro	3	0,21	Comércio
Ambulante fixo	2	0,14	Comércio
Ambulante temporário	2	0,14	Comércio
Cantina	2	0,14	Comércio
Loja de conveniência	2	0,14	Comércio
Padeiro/confeiteiro	2	0,14	Comércio
Sorveteria	2	0,14	Comércio

Adega	1	0,07	Comércio
Avícola	1	0,07	Comércio
Cafeteria	1	0,07	Comércio
Churrascaria	1	0,07	Comércio
Doceria	1	0,07	Comércio
Feirante	1	0,07	Comércio
Isento de taxa	1	0,07	Não classificado
Quaisquer outros espetáculos	1	0,07	Comércio
Total	0	100,00	

Fonte: Campos do Jordão, Prefeitura (2019). Elaborado pela autora.

Os setores de serviço e comércio formam o grande número de estabelecimentos no município (Gráfico 1 e Tabela 3). Pode-se dizer que tais estabelecimentos apresentam um estreito laço com o turismo. A indústria, com 4,07%, é representada pelas indústrias de chocolates, doces e algumas malharias, também estão relacionados à atividade turística. A construção civil que nas décadas de 1970 e 80 teve seu auge, hoje é um setor de pouca representatividade. E a agropecuária é quase que praticamente de subsistência. Segundo IBGE (2018) há plantações de feijão, milho, tomate, azeitona e uma pequena criação de equinos e bovinos os dois maiores rebanhos, juntos não chega a 2 mil cabeças.

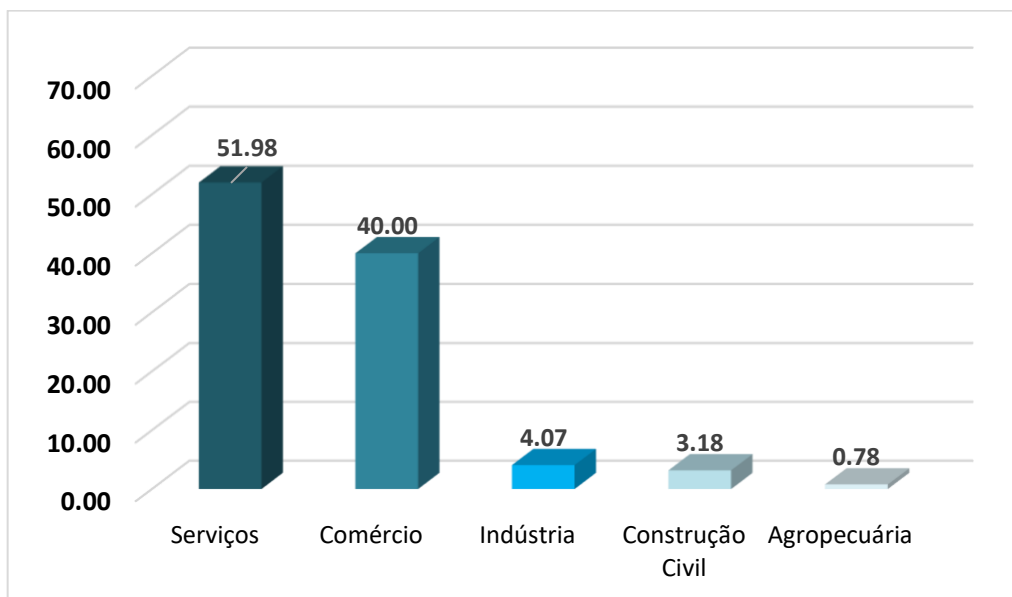
A Tabela 2 apresenta o Relatório de Contribuintes por Atividades, disponibilizada pela prefeitura do Município. Por essa fonte, aparecem somente os contribuintes que têm o CNPJ cadastrados no setor de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN. Não é possível identificar para qual classe social os estabelecimentos prestam serviços.

Um exemplo, é o que se observou em trabalho de campo em relação ao pequeno número de supermercados famosos ou direcionados à classe alta. Isso se justifica com uma parte do depoimento do entrevistado número 4 quando diz que:

Nós fazemos compras nos supermercados, quitandas, padarias, açougues... enfim, no comércio da cidade. Campos do Jordão não é uma cidade de gente rica... só os turistas. Muitos caseiros fazem as compras para abastecer as casas de seus patrões (segundas residências) e sei que muitos já trazem partes de suas compras. (Grifo nosso)

Os setores de serviço e comércio formam o grande número de estabelecimentos no município. Os números disparam em relação aos outros segmentos (Gráfico 2).

Gráfico 1 - Tipos de Estabelecimentos divididos em Grandes Setores Econômicos em 2018.



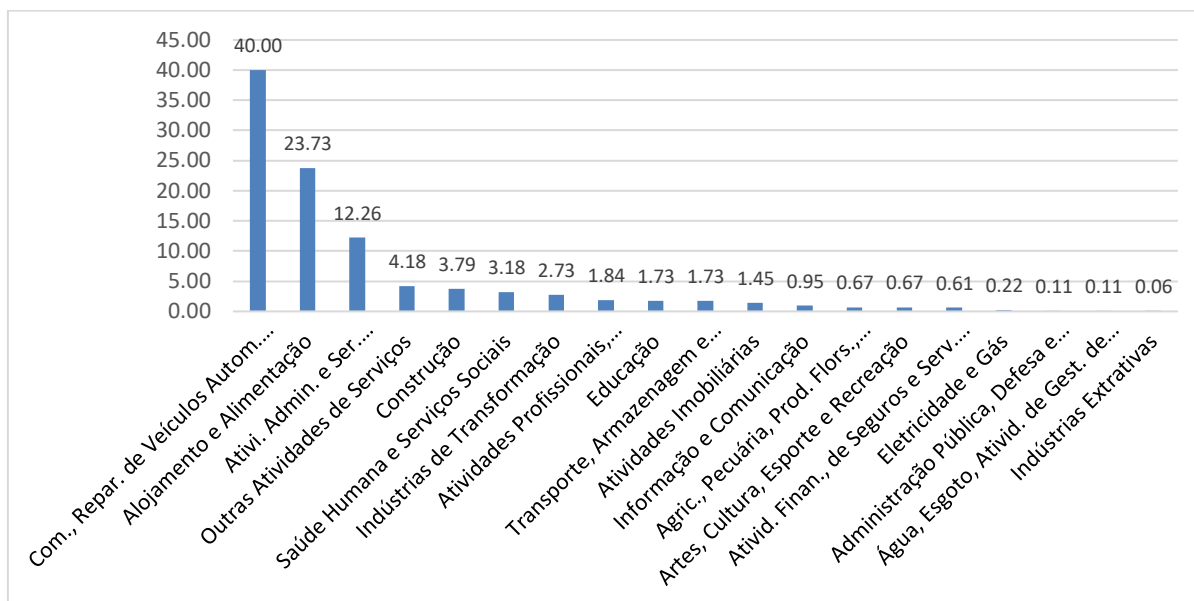
Fonte: RAIS (2018).

Tabela 3 - Números e Percentuais de Estabelecimentos no ano 2018.

Seções	Totais	%
Com., Repar. de Veículos Autom. e Motoc.	718	40,00
Alojamento e Alimentação	426	23,73
Ativi. Admin. e Ser. Complementares	220	12,26
Outras Atividades de Serviços	75	4,18
Construção	68	3,79
Saúde Humana e Serviços Sociais	57	3,18
Indústrias de Transformação	49	2,73
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	33	1,84
Educação	31	1,73
Transporte, Armazenagem e Correio	31	1,73
Atividades Imobiliárias	26	1,45
Informação e Comunicação	17	0,95
Agric., Pecuária, Prod. Flors., Pesca e Aquic.	12	0,67
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	12	0,67
Ativid. Finan., de Seguros e Serv. Relaci.	11	0,61
Eletricidade e Gás	4	0,22
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	2	0,11
Água, Esgoto, Ativid. de Gest. de Resíd. e Descont.	2	0,11
Indústrias Extrativas	1	0,06
Total	1.795	100,00

Fonte: RAIS (2018).

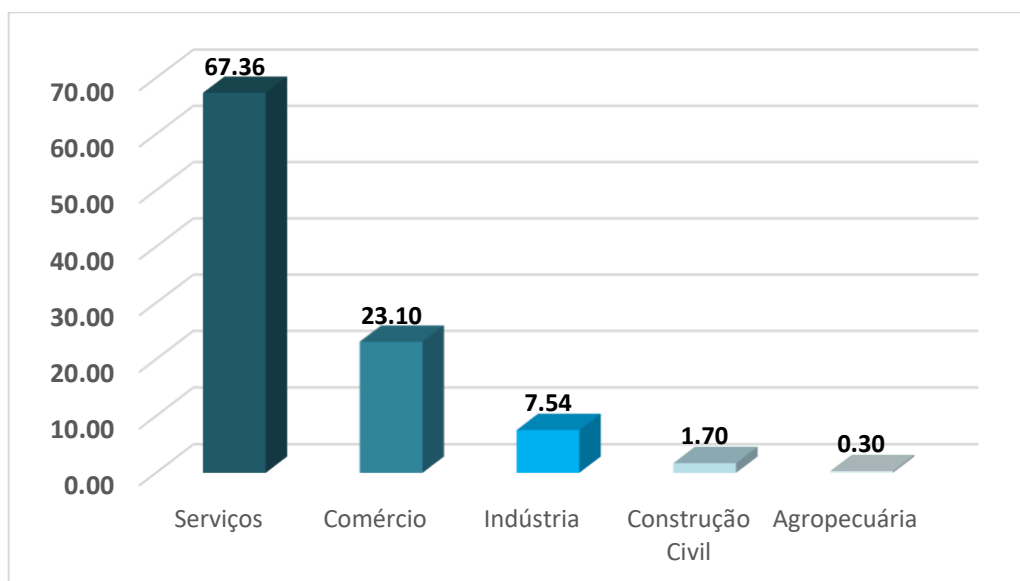
Gráfico 2 - Números e Percentuais de Estabelecimentos, no ano de 2018.



Fonte: RAIS (2018).

Observamos, no Gráfico 3 dos vínculos empregatícios divididos em Grandes Setores Econômicos no ano de 2018, que os setores de serviço e comércio, somando 90,46%, são os grandes empregadores no município.

Gráfico3 - Vínculos Empregatícios divididos em Grandes Setores Econômicos no ano de 2018.



Fonte: RAIS (2018).

A indústria é representada pelas indústrias de chocolates, doces e algumas malharias. A construção civil que nas décadas de 1970 e 1980 teve seu auge, hoje é um setor de pouca representatividade, que emprega muito pouco. E a agropecuária emprega um número muito baixo de trabalhadores.

Dados complementares da RAIS compõem outro panorama sobre a distribuição de trabalhadores segundo setores de atividade (Tabela 4). Trata-se agora das pessoas que possuíam vínculo empregatício, em 2018, totalizando 12.859 trabalhadores em Campos do Jordão, concentrados em 90,7% do total no setor terciário e mais 9,0% nas atividades industriais, reunindo 1.158 empregados, dos quais 5,3% com emprego na indústria de transformação.

Tabela 4 - Números e Percentuais de Vínculos, no ano de 2018.

Seções	Totais	%
Alojamento e Alimentação	3.408	26,50
Com., Repar. de Veículos Autom. e Motoc.	2.971	23,10
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1.952	15,18
Ativi. Admin. e Ser. Complementares	917	7,13
Indústrias de Transformação	682	5,30
Educação	557	4,33
Outras Atividades de Serviços	518	4,03
Saúde Humana e Serviços Sociais	463	3,60
Transporte, Armazenagem e Correio	244	1,90
Construção	240	1,87
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	208	1,62
Eletricidade e Gás	156	1,21
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	127	0,99
Ativid. Finan., de Seguros e Serv. Relaci.	115	0,89
Atividades Imobiliárias	105	0,82
Informação e Comunicação	85	0,66
Indústrias Extrativas	42	0,33
Água, Esgoto, Ativid. de Gest. de Resíd. e Descont.	38	0,30
Agric., Pecuária, Prod. Flors., Pesca e Aquic.	31	0,24
Total	12.859	100,00

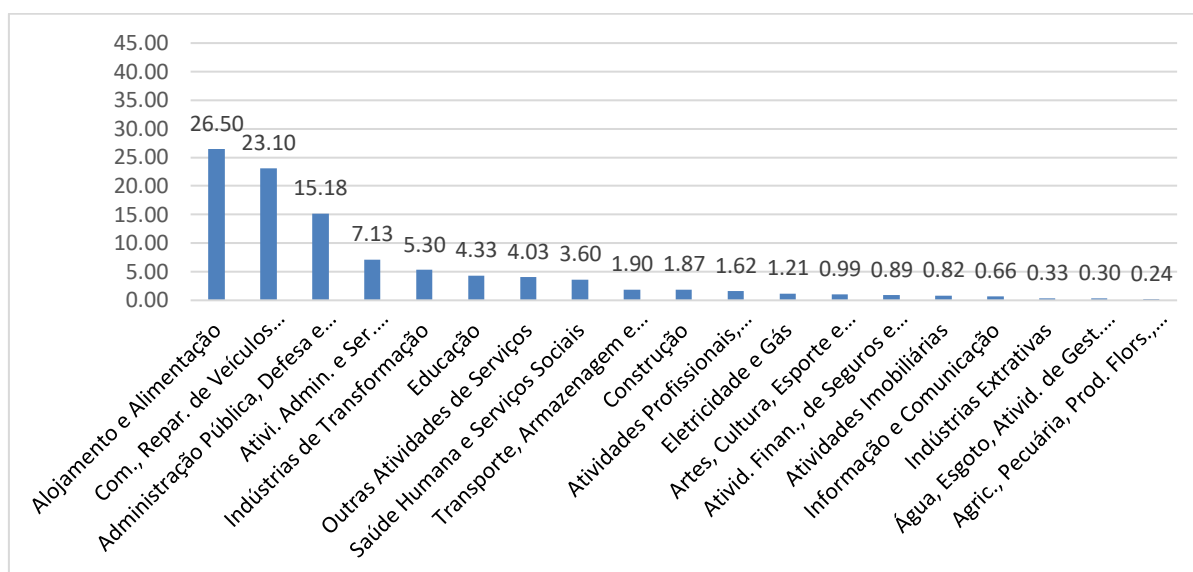
Fonte: RAIS (2018).

É preciso ressaltar que neste total inclui-se, ainda, apenas 1,8% de empregados na construção civil, o que, em comparação com o dado do IBGE, permite concluir que a grande maioria dos trabalhadores da construção civil não possui

registro de trabalho. Além destes trabalhadores empregados, constata-se que 26,5% do total trabalhavam no setor de alojamento e alimentação, 23,1% em atividades de reparação de veículos automotores e motocicletas e mais 15% no setor da administração pública, defesa e seguridade social. Vale destacar, ainda, no mesmo total de empregados, a maior participação das seguintes subclasses dos referidos setores: hotéis, restaurantes e similares; fabricação de água, comércio de produtos alimentícios, calçados e malhas; fabricação e comércio de doces e chocolates; comércio de materiais de construção; serviços de contabilidade e de administração predial e de condomínios; saúde e educação.

No Gráfico 4, estão apresentados os mesmos dados da Tabela 4. Porém, tornando-se mais visível e compreensível os números e percentuais de vínculos no ano 2018.

Gráfico 4 - Números e Percentuais de Vínculos no ano 2018.



Fonte: RAIS (2018).

Toda essa dinâmica demográfica, a divisão social do trabalho urbano e, em particular, a atividade intensa da construção civil repercutem visivelmente na expansão da mancha urbana se observarmos novamente a Figura 22.

3.8 O município de Campos do Jordão e o turismo brasileiro

O Governo Federal foi quem teve a primeira iniciativa em organizar o setor do Turismo no Brasil por meio do Decreto-Lei nº 55/1966 que criou o Sistema Nacional de Turismo (formado pela empresa brasileira de turismo, CNTur - Conselho Nacional de Turismo - e envolvendo o Ministério das Relações Exteriores). Segundo Oliveira (1991) a criação da Embratur foi fruto de articulações realizadas na década de 1950, das quais participaram as elites políticas e culturais de Campos do Jordão:

Efetivamente, as elites jordanenses trabalharam, e muito, para concretizar seus projetos. O caráter empreendedor ficou palpável com a realização do IV Congresso Nacional Hoteleiro (1951). E, sobretudo, a partir do I Congresso Nacional de Turismo (1953), posteriormente, repercutindo na criação da própria EMBRATUR, Empresa Brasileira de Turismo (OLIVEIRA, 1991, p. 158-159).

A Embratur passou a ser considerada autarquia especial e ganhou a condição de Instituto em 28 de março de 1991 adotando a denominação atual Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo e ficando vinculada à secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Em 1992, teve sua sede transferida para Brasília e passou a ser vinculada ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Em 1999 foi vinculado ao Ministério do Esporte e Turismo. Ela é responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito à promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional (EMBRATUR, 2018).

Depois de vinte e cinco anos da criação do CNTur no governo Collor de Mello, foram promulgados a Lei Nº 8.181/91 e o Decreto Nº 448/92 que deram as bases jurídicas para Política Nacional de Turismo – 1996 - 1999 elaborada pela Embratur e instituída no primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso. Em 1999, a política nacional de turismo foi reorientada e alinhada às orientações estratégicas da presidência da república elaborando-se os objetivos setoriais do turismo e, em decorrência os Programas e Ações da Embratur para o período 2000 a 2003 de acordo com o Plano Plurianual de Governo (PIVOTT, 2006, p. 148).

O Ministério do Turismo foi criado em janeiro de 2003 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva em cuja estruturação, a Embratur teve muitas de suas atribuições anteriores transferidas para demais secretarias do novo Ministério, ganhando a promoção do Brasil no exterior. Para Santos Filho (2003), isso a empobreceu e a

desqualificou naquilo que sempre soube fazer: dar uma normatização para o turismo brasileiro:

Cria-se o tão esperado Ministério do Turismo, fator de relevância ímpar para dar as bases de uma verdadeira “Política Nacional do Turismo”. E ao mesmo tempo transforma a Embratur e uma espécie de Convention Bureau Nacional, cuja função que lhe resta é captar e promover eventos (SANTOS FILHO, 2003).

O Plano Nacional de Turismo 2003-2007 foi lançado no dia 29 de abril de 2003 e, segundo Santos Filho (2003), valoriza e embasa os programas que serão estimulados para aumentar o fluxo de turistas estrangeiros no país em detrimento ao fluxo turístico nacional que deve dar nas bases implementar o desenvolvimento do turismo no Brasil. Segundo Pivott (2006), como uma resposta tardia a esse questionamento, o Ministério do Turismo, dentro do Macroprograma 4: Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, subdividido em Programa de Roteiros Integrados e Programa de Segmentação lançou no 2º Salão do Turismo - Roteiros do Brasil, em junho de 2006, o Mapa da Regionalização do Turismo 2016 e o programa Vai Brasil que visa estimular as viagens domésticas na baixa estação e baixar preços de pacotes de viagens, hospedagens e passagens aéreas. Campos do Jordão consta da relação de cidades incluídas no roteiro chamado de Vertente Oceânica Norte. Este título foi criado pela Secretaria Estadual de Turismo do Estado de São Paulo em 2005 e o roteiro inclui as cidades do Cone Leste Paulista.

Em relação às políticas públicas no Estado de São Paulo o que se observa comparando com as de outros estados é que o governo paulista tem uma atuação pouco agressiva por meio de uma estrutura mínima de recursos físicos financeiros e humanos se levarmos em conta sua condição de Estado mais desenvolvido economicamente do país (PIVOTT, 2006). Na segunda gestão do governador Geraldo Alckmin foi eliminada a Secretaria Estadual de Esportes e Turismo, transferindo a sua estrutura voltada para o turismo para secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo. Em 10 de junho de 2005, o governador recriou a pasta dessa vez como Secretaria Estadual de Turismo, independente do Esporte, com o objetivo de incrementar o turismo no Estado, organizar eventos estimular a criação de empresas relacionadas com setor e organizar o calendário turístico Paulista. De acordo com o *website* oficial da Secretaria, para esta pasta, foram transferidos outros departamentos, conselhos estaduais, fundos de melhorias, coordenadorias, até a Estrada de Ferro de Campos

do Jordão e certamente o Teleférico do Morro do Elefante em Campos do Jordão, porém omitido no *website* da Secretaria.

O Estado nessa época contava com 67 municípios classificados como estância: 29 turísticas, 13 hidrominerais, 15 balneárias e 10 climáticas. O município de Campos do Jordão foi classificado pelo Governo do Estado de São Paulo como Estância Hidromineral, devido à qualidade da água de suas fontes, exploradas comercialmente desde o início do século XX, segundo Silva (2002).

Em 17 de setembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou a Lei nº 11.771/08- a Lei Geral do Turismo (LGT). Onde reunindo várias normas relativas ao setor que se encontravam dispersas dentro da legislação brasileira, submetidas a interpretações diversas, e traçou os parâmetros para o desenvolvimento do setor.

A regulamentação trouxe novidades como a instituição do Sistema Nacional de Turismo, a obrigatoriedade do Cadastur e o estabelecimento de normas sobre a Política Nacional de Turismo. A lei define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.

Em 2016, uma lei estadual criou a categoria municípios de Interesse Turístico, que também visa oferecer maiores condições para incrementar o turismo em outras cidades. Para o governo, cerca de 140 cidades estão aptas a integrar essa categoria, pois têm condições e características para acolher o turista.

Percebe-se que o governo incentiva o turismo nas cidades sempre com o viés do planejamento estratégico urbano (Kotler, 1994). Pois, quando fala que as cidades estão aptas sugere as condições de infraestrutura.

Quando o *website* oficial da Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo foi acessado em setembro de 2018, apresentava o seguinte recado: “Em atendimento à legislação eleitoral (Lei 9.504/1997), os demais conteúdos desse site ficarão indisponíveis de 7 de julho de 2018 até o final da eleição estadual em São Paulo”. Algumas informações ainda foram possíveis, como: As estâncias do Estado possuem infraestrutura e serviços direcionados ao turismo, seguindo a legislação específica e pré-requisito para a qualificação. São 70 municípios com essa classificação. Elas podem ser destacadas como Turísticas, Climáticas e Hidrominerais.

E agora, o município de Campos do Jordão é classificado como Estância Climática.

Estância é um título concedido pelo governo do estado de São Paulo a municípios que apresentem características turísticas e determinados requisitos como: condições de lazer, recreação, recursos naturais e culturais específicos; que devem dispor de infraestrutura e serviços dimensionados à atividade turística. Os municípios com este *status* podem receber aportes financeiros específicos para incentivo ao turismo.

Yázigi (2001, p. 148) indica que Campos do Jordão pertence a uma certa família de localidades serranas, entre as quais estão Monte Verde (Distrito de Camanducaia, MG), Petrópolis e Teresópolis (RJ), Gramado e Canela (RS), Domingos Martins e Venda Nova (ES), onde os esquemas de organização espacial pretendem o modelo “alpino”, na mesma cumplicidade.

Pivott (2006) comenta em sua dissertação, sobre um artigo da Revista Veja que ilustra como os municípios serranos são vendidos enquanto mercadoria turística com ares europeus. Mas, percebe-se a crítica no final do artigo em relação ao fluxo de pessoas na cidade na alta temporada.

[...] quem já esteve em Campos do Jordão num sábado de julho sabe o que é isso. Mal sobra espaço para caminhar nas calçadas [...] é compreensível em um país tropical como o Brasil, as oportunidades de se aconchegar em frente a uma lareira, beliscando fondue e tomando vinho, são tão raras que quando chega o frio, todo mundo quer tirar o cachecol da gaveta e aproveitar. Com tanta gente encapotada junto na alta temporada, os destinos desta página e alguns outros são mesmo para quem gosta de calor humano (Revista Veja, 2005 *apud* PIVOTT, 2006 p. 152).

Campos do Jordão adotou a temática europeia por ser uma estância climática e que foi frequentada por uma elite ainda quando era uma cidade sanatorial no século XIX. A cidade faz seu *city marketing* ressaltando seu clima frio, sua arquitetura alpina e as folhas do plátano valorizando a imagem dos Alpes suíços. Claramente, Campos do Jordão está inserida no panorama turístico brasileiro como uma estação de inverno.

Também observamos o que foi citado acima no depoimento da entrevistada número 02. Uma mulher de 42 anos, com formação em Hotelaria e pós-graduação em Turismo. Proprietária da Pousada Villa Hegus, no Bairro Alto da Boa Vista.

Em 1998 quando eu cheguei na cidade, eu trabalhava de *barman* num hotel e os clientes tinham prazer de mostrar a marca das coisas que usavam. As clientes iam ao salão de beleza fazer cabelo e maquiagem só para ir jantar. Nos últimos 10 anos isso mudou. Porque, depois trabalhei em outro hotel também 5 estrelas (Vila Inglesa) e reparava

que o perfil mudou. Já tinha cliente usando chinelo de dedo. Foi se perdendo as marcas. Por isso, também que as marcas vão achando que não é preciso entrar na cidade, é o que acontece agora na alta temporada. Muitas marcas deixaram de vir fazer propaganda em Campos.

Neste trabalho, não serão listadas as atrações turísticas de Campos do Jordão, elas estão nos vários tipos de guias e mapas turísticos. O que chamou a atenção foi que na dissertação de Pivott (2006, p. 154) a autora comenta que em alguns mapas turísticos as vilas Abernóssia, Jaguaribe e Capivari estão entre os empreendimentos turísticos anunciados. Comprovando mais uma vez a centralidade de Campos do Jordão possuindo várias centralidades no seu espaço intraurbano.

Em 2014 foi criado o grupo colaborativo Mercado em Foco que trabalha de forma voluntária na elaboração de projetos aplicados ao turismo de Campos do Jordão. Ele é formado por representantes do empresariado local, Poder Público, associações de classe, comunidade acadêmica, além da sociedade em geral. Tem como missão elaborar, reunir e disseminar conhecimento de forma independente, congregando diferentes setores da economia. Visando o desenvolvimento turístico de Campos do Jordão.

Em janeiro de 2019, em uma das visitas à cidade de Campos do Jordão para trabalho de campo no ponto turístico Ducha de Prata, foi realizada uma entrevista com a filha do proprietário de uma das lojas de malhas de tricô com confecção própria.

No depoimento da entrevistada número 03:

Sou natural de Campos do Jordão, sempre morei aqui. Meu pai tem essa loja desde quando eu era pequena. Toda a família trabalha no negócio. Teve um tempo que esse ponto turístico ficou muito abandonado e os turistas vinham e ficavam só um pouco. A maioria dos turistas é gente que vem só no domingo passar o dia aqui com a família.

Alguns pontos da entrevista citada acima são confirmados com o que Pivott constatou em sua dissertação em 2006 que o atrativo turístico Ducha de Prata foi e continua sendo tradicionalmente visitado pelos turistas populares, e a falta de conservação do lugar que foi apontado por Pivott foi sanada. O lugar se encontra limpo, organizado, reformado Figuras (25 e 26) e com um rearranjo para o problema de estacionamento que parece não ter satisfeito comerciantes e turistas.

Antigamente, nesse local, banhavam-se os hóspedes da antiga e famosa Pensão Inglesa. Este tradicional ponto turístico está localizado no bairro de Vila Inglesa, na estrada para a Vila Capivari.

Figura 25 - Ducha de Prata – Campos do Jordão, 2019.



Fonte: NetCampos (2019).

Figura 26 - Centrinho de Compras do Ponto Turístico Ducha de Prata



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Pode-se encerrar essa parte, referenciando Cruz (2002) quando nos mostra o consumo dos territórios.

O consumo dos territórios pelo turismo é intermediado por inúmeras formas de consumo, entre as quais podem-se listar os meios de transporte, de hospedagem e de restauração (estabelecimentos comerciais do ramo alimentício), o setor de agenciamento da atividade, os serviços bancários, o comércio de bens de consumo de modo geral. O consumo dos territórios pelo turismo envolve o consumo de um conjunto, indissociável, de bens e serviços que compõem o “fazer turístico”, isto é, o ato de praticar turismo e tudo aquilo que essa prática envolve, em termos de objetos e de ações (CRUZ, 2002, p. 9).

O turista começa a ser envolvido no caminho, pois, a imagem atrativa da cidade tem é promovida e reforçada pela constante repercussão e reapropriação para fins mercadológicos, haja vista, na Rodovia Floriano Pinheiro, a série de mensagens publicitárias em grandes *outdoors* e outros veículos do *city marketing*, com o intuito de incentivar a demanda de consumo dos turistas.

3.9 Ações articuladas com os municípios vizinhos de Campos do Jordão

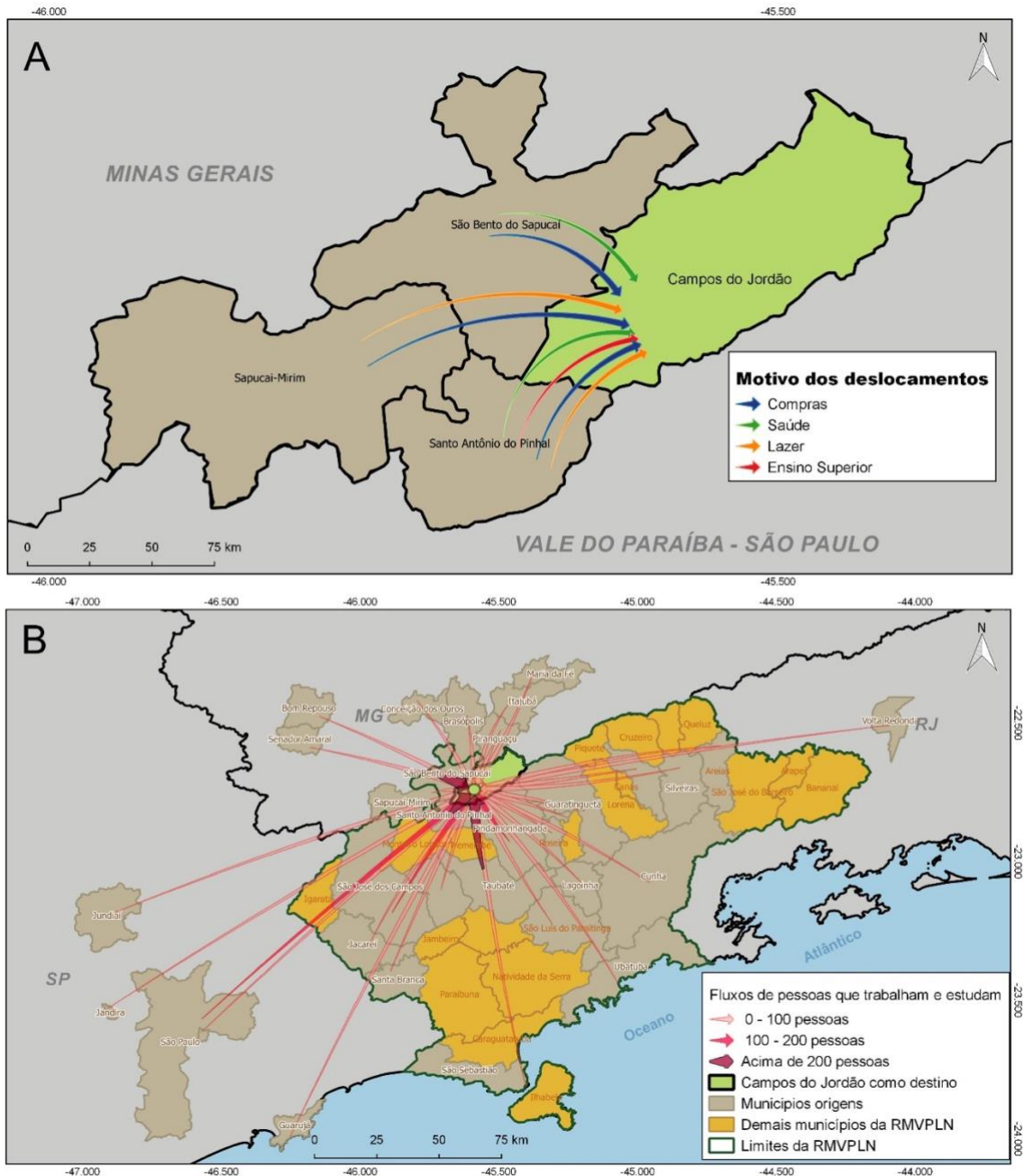
A segmentação interna da centralidade identificada no espaço urbano de Campos do Jordão evidencia a mesma lógica contraditória de um espaço dividido e desigual, passível de constatação e análise em outras escalas de organização no espaço regional.

O fenômeno de centralidades segmentadas remete à complexidade de interconexões aí materializadas, que potencializam a sua transformação/consolidação (SPÓSITO, 2002). A densidade dos fluxos, gerados pelos comércios e serviços presentes na cidade de Campos do Jordão constituem a dimensão visível do consumo do lugar e das formas de sociabilidades condizentes à procedência dos fluxos de pessoas e mercadorias, seja de âmbito local, regional ou metropolitano.

As conexões históricas com a população paulistana e os municípios próximos (sul de Minas, Vale do Paraíba e São Paulo), podem ser assim aventadas, no primeiro caso, em seu caráter de reprodução de valores hegemônicos e do *status quo*, mas também, em sua natureza funcional, tal como se observa na Figura 27A, os fluxos diversos com origem em municípios do entorno próximo e destino em Campos do Jordão, representando, segundo a pesquisa Regiões de Influência das Cidades do

IBGE (2007), os níveis de intensidade máxima³ de interdependência e centralidade. Vale notar, ainda, o alcance geográfico dos deslocamentos pendulares por razão de trabalho e estudo, para 2010, tendo Campos do Jordão como destino (Figura 27B).

Figura 27 -Campos do Jordão como destino de deslocamentos intermunicipais.



Fonte: IBGE (2010a) e REGIC (2007). Elaborado por Daniel José de Andrade.

³ As setas do mapa não estão classificadas quanto à intensidade dos deslocamentos, pois apesar do REGIC categorizar os deslocamentos em escalas de intensidade de 1 a 4, todos os deslocamentos para Campos do Jordão se encontravam na categoria 1 (intensidade máxima), sendo Campos do Jordão o primeiro destino dos fluxos, exceto o deslocamento para ensino superior, classificado na categoria 2, a segunda intensidade mais forte.

Os municípios de São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal e Monteiro Lobato não possuem em sua estrutura administrativa pasta dedicada ao planejamento municipal, embora este seja contemplado na Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) como um dos instrumentos de política urbana. As secretarias ou diretorias como as de transportes, meio ambiente, turismo, entre outras, dedicam-se ao planejamento na sua área de atuação, conforme afirma Carmo (2003), em sua dissertação.

Esses municípios mais Campos do Jordão, entre outros, são membros do Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Paraíba – CODIVAP, que tem atuação em toda região do Vale do Paraíba. O CODIVAP formou-se em 1969, com o objetivo de estudo planejamento e execução de um programa de obras de interesse comum entre os municípios consorciados. Os municípios citados participam do CODIVAP que, não sendo órgão executivo, tem limitações em sua atuação (CODIVAP, 1971).

Representantes dos municípios de São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal, Monteiro Lobato e Campos do Jordão tem se reunido para tratar das questões relativas às Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira (CBH-SM), criado em 2001. Esse comitê é um órgão gestor dos recursos hídricos dessa área, de acordo com as normas da política estadual de São Paulo (COMITÊ..., 2017).

O CBH-SM é responsável pela política de gestão dos recursos hídricos na região da Serra da Mantiqueira. É formado por membros que na sua composição são representantes de institutos, ONGs, associações comerciais e industriais, cooperativas agropecuárias, representantes das prefeituras dos municípios participantes e do Estado: DAEE, SABESP, CETESB, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Abastecimento e Secretaria da Saúde (COMITÊ..., 2017).

Devido às potencialidades do turismo as secretarias e diretorias de turismo e cultura desses municípios são as que têm trabalhado de forma mais próxima, segundo Carmo (2003), pois, há anos existe o interesse na articulação de ações integradas entre os municípios da Serra da Mantiqueira.

De acordo com Carmo (2003), de lá para cá, algumas atividades turísticas têm sido desenvolvidas em conjunto pelos municípios, realizando eventos na Serra da Mantiqueira promovidos pelas secretarias e diretorias de turismo e cultura dos municípios. Realizando eventos musicais, exposição de artes e artefatos da Mantiqueira, competições de *mountain bike*, circuitos ecoturísticos, campeonatos internacionais de ciclismo entre outros tipos de eventos. Sempre com objetivo de

englobar a região da Mantiqueira com o desenvolvimento e apoio dos órgãos municipais e estaduais.

Em guias turísticos (como o ilustrado na Figura 28), os recursos naturais indicados como atrativos de Campos do Jordão estão o Pico do Itapeva e a Pedra do Baú, pertencentes aos municípios de Pindamonhangaba e São Bento do Sapucaí, respectivamente. Isso se deve pela facilidade aos acessos que Campos do Jordão oferece, mas, também pelo fato da centralidade microrregional que a cidade tem em atrair mais turistas refletindo positivamente para os outros municípios.

Figura 28 – Foto de um Guia Turístico de Campos do Jordão de 2019.



Fonte: Autora.

Em Campos do Jordão há também a Associação Amigos de Campos do Jordão – AME Campos. Segundo o GUIA de Campos do Jordão (2018) a Associação dos Amigos de Campos do Jordão é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1997. É uma organização voluntária, que trabalha pela melhoria da qualidade de vida em Campos e região. É formada por moradores da cidade e por pessoas que possuem casa em Campos do Jordão.

Segundo seus dirigentes os objetivos da AME Campos são incentivar o turismo, defender o meio ambiente, propor normas para melhorar o uso do solo e arquitetura, promover a geração de empregos, valorizar a cidadania e apoiar programas públicos e privados para o desenvolvimento ordenado de Campos do Jordão.

A Entidade conta com a participação de mais de 100 empresários, profissionais liberais e proprietários de imóveis em Campos do Jordão. A AME Campos tem reuniões mensais intercalando encontros em São Paulo e Campos do Jordão.

Dentre os projetos apoiados pela AME Campos estão: coleta seletiva do lixo, controle de invasão de terras, código de proteção à paisagem, plano diretor de turismo, melhoria da segurança - apoiar projetos você CONSEG, apoio à construção de centros comunitários, geração de empregos (projeto Mãos à Obra), saúde preventiva (projeto Campos com saúde) campanha do inverno (projeto Campos com agasalho) etc.

Outra entidade em Campos do Jordão é Campos do Jordão e Região Convention & Visitors Bureau. Em seu site define-se como uma entidade apolítica e sem fins lucrativos que tem como missão promover e ampliar o potencial turístico da região, aumentando o fluxo de turistas de negócios ou de lazer por meio de apoio e captação de eventos ou promovendo os atrativos turísticos, fechando parcerias que envolvem programas de treinamento e capacitação de mão-de-obra.

Segundo a entidade, desempenha um papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico de Campos do Jordão e Região, sendo o principal articulador da parceria entre o público e o privado, estruturando a atividade turística, qualificando, promovendo e divulgando o destino, e conseqüentemente aumentando o fluxo de turistas na região.

Em 2005, surge a Associação de Desenvolvimento Integrado Território Mantiqueira (ADITM) e atua até hoje na região. No caso do Território Mantiqueira o foco de trabalho foi a gestão integrada do turismo iniciada entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Oito cidades da região integram o Território Mantiqueira por meio da ADITM (Campos do Jordão, Monteiro Lobato, Santo Antônio do Pinhal, o Distrito de São Francisco Xavier, Cristina, Gonçalves, Maria da Fé e Piranguçu), e seus cargos são ocupados por representantes do poder público de cada município. A ADITM afirma que sua missão é integrar as cidades da Serra da Mantiqueira para que o trabalho de gestão territorial voltado para o turismo possa se expandir e se

consolidar. Agindo como um instrumento para o crescimento turístico e sustentável da região (ADITM, 2005).

O que se observa é que, apesar dos programas, projetos, entidades, associações e legislação não há uma integração forte entre os municípios de São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal, Monteiro Lobato, Campos do Jordão e também outros municípios da região da Mantiqueira. Concordando com Carmo (2003) quando afirmou que no nível microrregional, não há nenhum órgão, associação ou consórcio que efetivamente articule ações de planejamento e gestão integrada entre os municípios acima citados. O que há são os órgãos públicos estaduais, entre eles SMASP (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo), SETUR (Secretaria de Turismo) e DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias), atuando em parceria com alguns conselhos regionais e municipais de turismo e que contribuem para o manejo desse espaço que inclui as áreas de proteção ambiental.

Há também uma necessidade de ações efetivas para valorizar as características de cada localidade e implementar programas de cooperação entre o poder público e o privado. Criar políticas públicas para o desenvolvimento da região em ações conjuntas que promovam o município em benefício da população e para o bem-estar do turista, e que cada um seja consciente do seu papel na utilização dos recursos naturais.

Pode-se pensar nisso com referência ao professor Milton Santos (2008) que dá como exemplo dessa dinâmica, a descentralização das capitais, que tem deixado de atrair e concentrar um número grande de serviços, fator devido ao grau de especialização e qualidade oferecidos à população. Cada vez mais as cidades do interior dos estados que por vezes dependiam dos serviços da capital, relacionados, por exemplo, à saúde e ao ensino superior, vem atendendo suas demandas localmente pela melhoria dos serviços ou estabelecimento de novos setores (surgimento de universidades, atendimento a mais especialidades do ramo da saúde, por exemplo). Dessa forma, algumas cidades passam a ter um caráter regional contemplando demandas próprias e de cidades menores próximas as mesmas. Mesmo que de modo não completo, esse fenômeno contribui para uma descentralização da capital e o desenvolvimento das demais cidades, sendo um caso de exemplo, a cidade de Campos do Jordão que apresenta uma centralidade em relação às suas cidades vizinhas.

A centralidade de Campos de Jordão se prova mais uma vez na tese de José Guilherme de Almeida “A (in)sustentabilidade do turismo no entorno de Campos de Jordão” em que analisou os fatores envolvidos na expansão do Turismo receptivo em três localidades situadas no entorno da cidade de Campos do Jordão, na Serra da Mantiqueira - SP: Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí e o distrito de São Francisco Xavier, pertencente ao município de São José dos Campos.

Essa expansão foi influenciada por Campos do Jordão, cuja expressividade do turismo, que é o principal motivo de sua centralidade, desencadeou, no seu entorno, a instalação de equipamentos de hospedagem e restauração, para atender turistas que de certa forma fogem dos congestionamentos e preços altos na temporada de inverno na cidade.

Segundo Almeida (2006) existe uma nova demanda de turistas em busca de paisagens rurais e naturais em razão da saturação de Campos, gerando a expansão dos segmentos de turismo de esportes, aventura e contemplação, aproveitando os vastos recursos naturais relativamente preservados e as características do meio rural revalorizados na contemporaneidade.

Campos do Jordão ainda é o grande centro receptor na área, e isto atrai uma demanda maior que a cidade em seu espaço e segundo o padrão dos seus equipamentos. Assim as pousadas e restaurantes passaram a surgir nas cidades vizinhas, que se tornaram “cidades-dormitório” do fluxo atraído principalmente àquela cidade. Beneficiadas, as cidades vizinhas se preparam, na última década, para manter esses turistas não só como hóspedes de pernoite, mas também para fixá-los visitando os atrativos das localidades (ALMEIDA, 2006, p. 95).

Porém, as ações para organização do turismo são pontuais e restringem-se a oferecer mais conforto aos visitantes, sobretudo em relação aos meios de hospedagem, já que as pousadas constituem o grande negócio nessas localidades, ainda hoje.

Almeida (2006) ainda afirma que a sustentabilidade das localidades está comprometida pois os organizadores pouco dominam os princípios do turismo sustentável, o controle dos fluxos de turistas, a boa elaboração de leis de zoneamento, a especulação imobiliária, a valorização dos moradores que têm pouca participação nas decisões e, principalmente, a visão de futuro necessária para se evitar a degradação ambiental e o surgimento de núcleos de residências precárias (favelas).

E, atualmente, alguns desses problemas persistem e surgem outros que foram identificados. Apesar dos moradores ficarem satisfeitos como turismo no município, ressentem-se da falta de oportunidades de emprego, estudo e lazer, bem como da infraestrutura urbana.

Contudo, cabe ao poder público municipal fiscalizar e direcionar o uso e ocupação do solo no seu território. Dessa forma, a responsabilidade das administrações e dos grupos sociais nos municípios é determinante no processo de produção do espaço, e no caso da expansão do turismo, atividade multifacetada e consumidora do próprio espaço.

Para Almeida (2006, p. 96):

[...] o ambiente serrano da Serra da Mantiqueira paulista, em especial o entorno de sua destinação, Campos do Jordão, encontra-se ameaçado por um crescimento do Turismo que, apesar de algumas ações promissoras, mas pontuais, não servem, no conjunto, para salvaguardar os recursos, naturais e culturais existentes.

Com todas as observações do autor sobre as cidades do entorno de Campos do Jordão, identifica-se o fenômeno da centralidade dessa cidade sobre as outras e percebe-se o risco que as outras cidades correm ao tentar reproduzir a cidade mercadológica de Campos do Jordão.

4 PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO, CENTRALIDADE E CIRCUÍTOS DA ECONOMIA URBANA EM CAMPOS DO JORDÃO

4.1 A Produção Social do Espaço Urbano do Município de Campos do Jordão

A leitura da produção espacial urbana do Município de Campos do Jordão se dará à luz da revisão teórica desse trabalho e a partir de observações em campo.

Campos do Jordão constitui uma realidade singular em alguns sentidos. O primeiro pode ser o fato de ter uma população estimada pelo IBGE (2019), de 52.405 habitantes, e por isso ser classificada como uma cidade pequena, mas que, no inverno, chega a ter o dobro de sua população pela estadia dos turistas. Quando, então, se considera como critério de classificação o tamanho demográfico, Campos do Jordão no período da estação de inverno, atendendo a mais de 100.000 pessoas, entre moradores e visitantes, seria incluída na categoria de cidade média, que na definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é aquela cidade que possui população entre 100.000 e 500.000 habitantes. Segundo o REGIC - Regiões de Influência das Cidades (2018) a cidade de Campos do Jordão está classificada no quarto nível da hierarquia urbana e recebe a denominação de Centro de Zona A, juntamente com 147 cidades que possuem cerca de 40 mil habitantes.

Castello Branco (2006) afirma que embora o tamanho demográfico deva ser considerado no processo de análise e classificação, deve-se também observar a localização das chamadas cidades médias, o sistema de transporte em que se insere, a importância do tamanho econômico e do grau de urbanização, além da qualidade de vida urbana, mas atribui como essência das cidades médias a centralidade.

Pode-se afirmar que, nos estudos referentes às análises das expressões da centralidade e sua apreensão como fenômenos de (re)produção do espaço urbano e sua ocorrência em cidades médias, grandes ou metrópoles. Nas cidades pequenas que são caracterizadas, entre vários fatores, por um pequeno número de habitantes, como no caso de Campos do Jordão, constata-se que suas formas-conteúdo apresentam certas características similares com o fenômeno da centralidade tal como ocorre em cidades médias ou grandes. Mesmo havendo diferenças, uma cidade pequena acaba por centralizar fluxos de pessoas em dado lugar, sejam os fluxos oriundos de seu próprio território municipal, ou de outros, constituindo, também, sua centralidade intra e interurbana (OLANDA, 2010 *apud* BUENO, 2016, p. 71-93).

Desde o início da formação da cidade podemos consentir com o entendimento de Oliveira (1991, p. 166), ao afirmar que a indústria do lazer norteou, no município, a produção da cidade turística, quando polarizou o fluxo de migração microrregional, com um contingente de trabalhadores ligados ao mercado complementar à economia principal, e atraiu consumidores, fazendo inchar a urbanização e desencadeando processos de deterioração do meio ambiente. As leis, os planos e as intervenções do Estado desempenharam um papel reformador no município, mas sempre condizente com a imagem da elite em ascensão ligada ao turismo.

Em fins de 1930, durante o processo de transição da cidade de cura para a cidade turística, Campos do Jordão realizou diversas obras de melhoramento e embelezamento da estância, em parceria com o Governo do Estado, que completa os investimentos no município construindo vias de acesso e estruturas necessárias para a evolução urbanística da cidade.

Com os constantes investimentos realizados no município, nota-se o início de uma segmentação do espaço da cidade. Essa divisão se dá pelo decreto nº. 11.781, de 30 de dezembro de 1940, que seccionou a cidade em duas zonas, reservando as Vilas Jaguaribe e Capivari para a área turística e a Abernóssia e a zona sanatorial para tratamentos da enfermidade pulmonar. Esse decreto vai regulamentar a segregação induzida pela elite entre as áreas destinadas aos doentes e aos veranistas (PAULO FILHO, 1986).

Outra estratégia para segregação, valorização da terra e consolidação do turismo no Município foi a aprovação da Lei Municipal 280/59 em que o Plano Piloto do Desenvolvimento do Município da Estância de Campos do Jordão elaborada pelo CPEU-FAU-USP promove a valorização da zona rural de Campos, que eram as áreas mais afastadas da zona sanatorial. Estratégia esta, que teria sido adotada devido ao perigo de contágio de doenças associado às áreas nas imediações de pensões e sanatórios nas imediações da Vila Jaguaribe e especialmente Vila Abernóssia indo até a entrada da cidade. Havia uma necessidade de extinguir a imagem que continha os sanatórios. Além dos limites geográficos, foi proibida a expansão de novas instalações sanatoriais, como também esse tipo de empreendimento nas demais zonas da cidade (OLIVEIRA, 1991, p. 41).

E assim, as novas centralidades de Campos do Jordão se legitimam (historicamente), pois cada bairro apresenta uma realidade única, tendo como um de seus promotores a mobilidade territorial do capital, que faz com que a cidade se

especialize para alcançar um diferencial de concorrência no mercado. Dessa forma, concorda-se com Spósito (2002), quando afirma que a complexidade de interconexões da cidade demanda a construção e reconstrução de espaços urbanos, potencializando o processo construtivo de centralidades intraurbanas. Esse fenômeno pode ser medido a partir da atração que uma área exerce sobre as adjacências, centrada, principalmente, em atividades comerciais e de serviços concentrados geradoras de fluxos permanentes de pessoas e mercadorias. É exatamente o que se observou em Campos do Jordão já a partir dessa época em relação as três vilas principais da cidade.

Oliveira (1991, p. 94) chama atenção em seu trabalho para “a lógica da emergência da economia turística apoiada em planos, leis e intervenções significativas, por meio do Estado para então viabilizá-las para o capital”. Isso pôde ser observado em 1979 quando a Lei 1.154 proibiu aprovação de novos projetos de loteamentos nas zonas urbana e rural pelo prazo de 5 anos. Essa lei foi alterada pela Lei 1.367/83, que prorrogou o prazo de vigência da primeira até 1989 (CETESB, 1983). Entende-se que, se de um lado, as restrições para novas edificações e loteamentos ocorreram para a preservação dos recursos naturais de Campos do Jordão, de outro lado, favoreceram a valorização dos imóveis já existentes. Como exemplos, pode-se mencionar a implantação da rodovia, a infraestrutura e melhoramentos urbanos, além das já citadas construções como o Palácio da Boa Vista, o Grande Hotel, o auditório e a implantação do Parque Estadual de Campos do Jordão. Observa-se, como afirma Pivott (2006, p. 190), que “a legislação - instância política - tanto estadual como municipal, foi sempre utilizada como instrumento para acomodar os anseios das elites paulista e jordanense”.

Dessa forma, na análise de Oliveira (1991) sobre os planos diretores realizados pelo CPEU (1958/1960), ETEPLA (1972/1973) e Wilhelm e Klias (1975/1978) para a cidade de Campos de Jordão, o autor observa que eles propõem melhoria nas condições de vida, no progresso planejado e no meio ambiente. Porém, para o mesmo autor, haveria continuidade do desenvolvimento baseado na divisão do trabalho e acumulação de capitais, junto a uma gestão centralizada, e ainda, na própria divisão espacial setorizada como requisito de especialização das atividades e dos fluxos econômicos. Tudo isso mostra como os planos produzem e reproduzem mecanismos para o desenvolvimento da economia turística com apoio e justificativas para a viabilidade das propostas.

Ainda segundo Oliveira (1991), em Campos do Jordão o boom da construção civil acompanhou a expansão das classes médias brasileiras entre as décadas de 1950 e 1970. O autor também comenta que em 1988 a Revista Veja trazia uma matéria falando que em dois anos Campos do Jordão ganhou 3.000 novos apartamentos. Isso atraiu muita mão de obra importada para os canteiros. O que mostra a importância da cidade para a entrada de novos agentes (trabalhadores, investidores, moradores e clientes). A cidade vai se incorporando ao mercado capitalista, por meio de seu papel na função do lazer voltada para os segmentos de médio e alto poder aquisitivo, mostrando com isso, a afirmação da centralidade de Campos do Jordão.

Outra identificação de Campos do Jordão com as cidades médias liga-se ao fato de quase apresentam como espaços privilegiados para o atendimento das necessidades de reprodução do capital no momento em que ocorre um processo de descentralização espacial do capital produtivo ou do terciário a partir das metrópoles ou grandes cidades. Isso porque essas cidades, além de situarem-se em localizações relevantes, possuem requisitos importantes quanto às redes de transporte e comunicação e exercem uma centralidade em nível interurbano sobre determinada contiguidade territorial, atraindo, portanto, consumidores, o que faz com que novos investimentos sejam rentáveis economicamente. Estes investimentos, ao se instalarem, reforçam a própria centralidade que estas cidades já exerciam, fato que, inclusive, otimiza a reprodução de novos valores decorrentes da imposição do tempo hegemônico em outros espaços territorialmente descentralizados da rede urbana.

Foi a partir da década de 1970 que os esforços das elites, restringem o espaço das classes mais baixas por meio de uma série de normas proibitivas e limitativas à fruição da cidade. Como exemplo, tivemos a criação de terminais de ônibus intermunicipal e de turismo, a implantação de um corredor para circulação de veículos junto à malha viária e o remanejamento de uma área comercial para a Vila Capivari (OLIVEIRA, 1991, p. 76).

Atualmente, a Vila Capivari é uma das centralidades em Campos do Jordão de maior importância, pois é o ponto de encontro dos turistas que visitam a cidade. É o local onde há maior concentração de vários bares, restaurantes, lojas de malhas e hotéis. É o espaço criado para os turistas consumirem, sendo que os turistas de classes médias e alta frequentam os bares, restaurantes e comércio de produtos mais sofisticados e os excursionistas frequentam os pontos comerciais mais populares,

pontos turísticos de entrada gratuita e o teleférico. É nessa centralidade que se encontra a dinâmica dos dois circuitos da economia urbana.

A população residente só visita a Vila Capivari quando há shows populares e gratuitos na praça central durante os festivais de inverno ou outros eventos, pois, ali é um lugar que somente a elite utiliza. Essa conclusão também é apontada na pesquisa de Pivott (2006). Dessa maneira, se entende que essa centralidade turística é também formada, internamente, por um espaço segregado. A segregação dos espaços turísticos, tal como se observa nas paisagens, faz parte do mecanismo de produção e consumo do espaço na sociedade contemporânea.

As novas áreas centrais geram e mantêm determinado padrão de consumo que implica em uma “funcionalidade” e acessibilidade (não apenas tangível, ou seja, não apenas pelas facilidades propiciadas pelas suas vias de acesso) para determinados grupos e camadas sociais de elevado poder aquisitivo, que se sentem estimulados a estes padrões. Dessa forma, as novas centralidades terminam por se constituírem como centralidades socialmente segmentadas no interior das cidades como constatou Sposito (1991; 2001).

Com essa análise constata-se que as centralidades identificadas no processo de produção social do espaço urbano de Campos do Jordão seguem a lógica do capitalismo liderada pela elite local e o Estado, que sempre se utilizaram de recursos legais e um discurso político-ideológico para legitimar seus interesses em detrimento do coletivo.

Em Campos do Jordão, ambos os circuitos econômicos estão expressos na configuração espacial da cidade de maneira bem evidente, uma vez que os bairros são ocupados de acordo com a classe social, que por sua vez é determinada, sobretudo, pela renda. Sendo assim, nesse caso a segregação socioeconômica materializa-se na segregação espacial. Bairros com características completamente opostas convivem quase lado a lado, e há casos em que as duas realidades estão presentes no mesmo bairro. O Bairro Alto da Boa Vista reflete essa situação, tendo um pequeno trecho ocupado por edificações residenciais para a classe média, possuindo infraestrutura urbana (avenidas, transporte coletivo, espaços públicos etc.) e a maior parte do espaço é de ocupação informal, abrigando a população pobre, que por sua vez vive em uma realidade precária. Observa-se a contradição no caminho para o Palácio do Governo.

Com base no que afirma Sánchez (2001), sobre os fatores culturais e de lazer (para o nosso caso o lazer está relacionado ao turismo), servem apenas de atrativo dentro de uma lógica mercadológica, perpassada pelas políticas de renovação do espaço urbano. Sabemos que o modo de fazer turismo mudou, e na cidade mercadológica a atividade do turismo deixa de ser vista como fenômeno social e passar a ser entendida como setor da economia.

Com esse entendimento, constata-se que desde os primórdios do desenvolvimento urbano e sobretudo a partir das décadas de 1940 e 1950, é nítida a correlação entre os interesses político-econômicos ligados ao turismo e à organização espacial da cidade, resultando na produção de centralidades socialmente segmentadas, que se consubstanciam por dinâmicas socioeconômicas e culturais de grande contraste. Seccionada pelo zoneamento e reorganizada pelo crescimento da estrutura hoteleira e primeiros atrativos para a visitação turística, mas também, e sobretudo, pelas frentes de trabalho, vias de acesso e afluxos demográficos, a partir dos decênios de 1970 e 1980, a Estância Turística se desenvolve, consolidando-se como espaço dividido para moradores e turistas, migrantes e moradores de segunda residência, empreendedores e turistas de condição socioeconômica diversa.

O Quadro 1 apresenta a Dinâmica da economia urbana na cidade de Campos do Jordão e que segue a lógica dos dois circuitos da economia urbana. O circuito superior (Circuito moderno) é formado pela indústria urbana, bancos, serviços, transportadoras e indústria de exportação. O circuito inferior (comércio não moderno) está ligado às atividades de menor porte e pouca modernização, como comércio de varejo, serviços não modernos e fabricação que não possuem capital intensivo segundo Santos (2008).

Quadro 1 - Dinâmica da economia urbana na cidade de Campos do Jordão.

Circuitos da economia urbana	Características e atividades geradas na cidade	Agentes que comandam a acumulação	Produção	Distribuição	Comércio	Consumo
Circuito Superior	Atividades geradas no circuito superior nas situações do circuito produtivo das grandes marcas e varejistas: consumidores coerentes com o tipo de produto, conexão com sistema financeiro (bancário, órgãos de financiamento, operadoras de cartão de crédito).	Grandes Marcas (não só da cidade)	Criação, design e marketing sob domínio da marca. Execução da produção realizada por oficinas terceirizadas (escala planetária)	Executada por grandes empresas de logística	Pontos de vendas próprios ou autorizados	Classe média e alta
		Varejistas	A concepção está sob o domínio do varejo. Execução da produção é realizada por oficinas terceirizadas (escala nacional ou planetária)	Executada por grandes empresas de logística	Possuem redes de lojas próprias	Classe média e alta. Algumas lojas se especializaram em atender um público de menor renda.
Circuito Inferior	Oficinas de tricô, fábricas de chocolate, subcontratadas pelas grandes marcas e pelas varejistas. Geração de empregos de baixa remuneração: motoristas, empregados dos escritórios, vendedores, pequenos lojistas, ambulantes e guias.	Proprietários do comércio de pequena dimensão	Diversidade de situações: podem existir comerciantes que criam e produzem seus próprios modelos e comerciantes que subcontratam oficinas para a execução do tricô / chocolate/ doces.	Realizada pelos próprios comerciantes ou por pequenos transportadores.	Pequenos comércios ou pontos de venda na cidade (ambulantes)	Classe média e baixa.

Fonte: Autora (2019).

4.1.1 Análise do Planejamento Urbano: os Planos Diretores de Campos do Jordão.

Um dos municípios paulistas que mais recebeu atenção do Governo Estadual no tocante ao planejamento urbano foi Campos do Jordão. O Poder Público Estadual atuou não só como promotor de planos para a cidade, como também, interventor e construtor de infraestrutura, sistemas de comunicação e equipamentos públicos significativos, segundo Oliveira (1991).

Em 1882 foi elaborado um estudo na região da Mantiqueira e, por meio do Relatório “O reconhecimento topográfico da zona compreendida entre Pindamonhangaba e Campos do Jordão” – foi recomendada a desapropriação de terrenos de Matheus Pinto (proprietário) pela Província para serem vendidos em lotes com o objetivo de criar uma estação sanitária. Em 1884, a Lei nº 15, do Governo Provincial do Estado Paulista estabeleceu a desapropriação da área e a comercialização de parcelas de terreno. Sempre com a influência dos médicos sanitaristas Emílio Ribas e Victor Godinho para orientar a ocupação do território e prevendo áreas para veraneio e para sanatórios coletivos (OLIVEIRA, 1991, p.152).

Em relação à intervenção do Estado, pode-se destacar, no início do século XX, a criação da Prefeitura Sanitária por meio da Lei n. 2.140 de 01/10/1926. Essa lei determinava a elaboração de um plano para a implantação de uma estância climática e de repouso, que fixasse as diretrizes para a execução de todos os serviços de saneamento e construções em geral. A partir daí a construção de prédios começou a aumentar, passando de 416 em 1926 para 726 em 1927 e 930 em 1930 (PAULO FILHO, 1986, p. 188).

O Governador de São Paulo, Armando Salles nomeou em 1935 uma comissão para analisar a urbanização de Campos do Jordão. Os estudos da comissão estabeleceram as diretrizes do primeiro plano urbanístico da cidade. O planejamento para a futura estância era fundado em 4 pilares: a tuberculose, as doenças diversas, o descanso/o recreio e o jogo. Essas quatro propostas centravam-se na dinamização do potencial turístico local (SILVA, 2008).

Este estudo gerou o Plano de Urbanização de Campos do Jordão, Projeto de Lei nº 193, aprovado pela Câmara Estadual. Baseado nas características topográficas, o crescimento proposto era predominantemente linear. Segundo Paulo Filho (1986), com esta finalidade foram introduzidas as seguintes diretrizes:

1. Tratamento da artéria principal, via e eletrovia - A via que margeava a Estrada de Ferro de Campos do Jordão (EFCJ) era chamada de Avenida de Ligação (Hoje Av. Frei Orestes Girardi); na época, seu traçado ainda era irregular, deveria ser concluído, remodelado para o existente e duplicado, abrindo a atual Avenida Januário Miráglia;
2. Limitação transversal, seccionando o comércio e administração no eixo, ao longo da ferrovia, principalmente próximo às paradas e em Vila Abernédia. Destaca-se a orientação para o desenvolvimento predominantemente linear;
3. A Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ) deveria oferecer uma linha rápida de tráfego contínuo e previa-se seu prolongamento até Itajubá. Impunham-se melhorias nas estradas que ligavam a cidade a Pindamonhangaba e São José dos Campos.

Observa-se por essas diretrizes do Plano de Urbanização de Campos do Jordão trazia a intenção do desenvolvimento urbano. Apresenta orientações voltadas ao crescimento da cidade com baixa densidade habitacional, com a ocupação territorial de forma dispersa e linear, com espraiamento do tecido urbano e uma setorização de bairros. A segregação espacial de classes sociais é estabelecida e define de forma determinada os bairros para a habitação da população residente e os locais para a construção de casas para os veranistas.

Paulo Filho (1986) ainda afirma que depois de um longo estudo sobre as características geográficas, geológicas, climáticas e ambientais, a Comissão, dirigida pelo engenheiro Francisco Prestes Maia, que passou a propor medidas de urbanização. A Comissão criada para analisar a urbanização advertia que a cidade deveria ser, fundamentalmente, considerada uma estação de cura, repouso e recreio. Todo desenvolvimento que interferisse nessa advertência deverá ser combatido e que o turismo deveria ser correspondente a esta estação climática.

Observa-se aqui que, ao longo da história, as três vilas Abernédia, Jaguaribe e Capivari, vão se afirmando como as centralidades da cidade. Nota-se também a desigualdade que vai sendo traçada sócio-espacialmente em relação às construções de casas de acordo com a classe social.

Em 18 de junho de 1951 foi criado o Centro de Planejamento de Campos do Jordão, entidade da sociedade civil, não partidária, que opinou em empreendimentos de diversas gestões municipais para a promoção de estudos ligados aos

melhoramentos da Estância conforme Paulo Filho (1986). Neste período percebe-se a articulação de um projeto para transformar a cidade em estância turística e, assim, reverter a fase sanitária (OLIVEIRA, 1991, p. 158). Um reflexo deste projeto está na contenção dos limites físicos dos sanatórios.

Em 1958, com o início das atividades do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo (CPEU-FAU-USP), o Governador Jânio Quadros determinou que se realizasse o planejamento das Estâncias de São Paulo, mediante convênio entre as Prefeituras Municipais, o Departamento de Obras Sanitárias da Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Reitoria da Universidade de São Paulo (PAULO FILHO, 1986, p. 630).

Em 8 de agosto de 1958 foi instalada a Comissão Técnica do Plano Diretor, sob a direção do Engenheiro Zenon Lotufo e em 16 de outubro de 1959 foi publicada a Lei 280, na gestão do Prefeito José Antônio Padovan. A referida lei dispôs sobre a aprovação do Plano Piloto de Desenvolvimento do Município da Estância de Campos do Jordão e do respectivo relatório.

O Plano Piloto serviria de diretriz para todos os assuntos relacionados com a ordenação territorial do Município e de base para a execução do Plano Diretor do Município (Artigo 1º, Parágrafos 1º e 2º). Como Plano Piloto, o Artigo 2º prevê a sua revogação quando da publicação de uma nova lei de Plano Diretor do Município. No artigo 3º, fica definida a divisão de áreas urbana e rural que virão a sofrer alteração por meio de leis posteriores. O Artigo 4º da Lei 280/59 estabelecia que as áreas necessárias para a execução do Plano Piloto seriam consideradas de utilidade pública e, portanto, passíveis de desapropriação quando fosse o caso (PIVOTT, 2006).

Oliveira (1991, p. 62) afirma que esse plano teve como lógica o adensamento urbano para conter a expansão da mancha urbana, embora tenha reconhecido “os núcleos rurais existentes, bem como a possibilidade de criação de unidades residenciais, em condições especiais”.

O primeiro Plano Diretor foi oficializado pela lei municipal nº 430, de julho de 1962 e enfocou três aspectos básicos: planejamento territorial, zoneamento e comércio, artesanato e fruticultura. A lei nº 431, por sua vez, instituiu o Código de Obras de Campos do Jordão (SILVA, 2008).

Os sanatórios localizados fora do Parque Sanatorial não poderiam ter obras de ampliação. Esta medida contava nas disposições particulares sobre a Zona Urbana,

a lei 430/62 trata do Parque Sanatorial destinado ao estabelecimento de edifícios e equipamentos destinados à cura e tratamento de moléstias pulmonares.

Silva (2008) ressalta que o Plano Diretor de 1962 nada dispunha sobre habitações populares. E que em 1968, por meio da Lei nº 731/68, foi criado o Escritório Técnico de Planejamento (ETEPLA), que tinha por finalidade orientar os aspectos físico, territorial, econômico, social e a implantação de planos, serviços administrativos, além do zoneamento e sua disciplina, escritório este que foi ratificado pelo SERPHAU e CEPAM.

Oliveira (1991) observa que atrelado diretamente aos interesses da dinâmica política local, o ETEPLA ficou sujeito à pressão do setor da construção. Afirma ainda que havia um interesse e uma orientação do Governo para a criação da Estância Turística de Campos do Jordão (Estado como agente indutor), com interesse diretamente ligado à ascensão da elite paulista e a finalidade de se viabilizar um centro de veraneio para esta elite.

Em 1978, o Governo do Estado de São Paulo, passou o município de estância hidromineral para estância turística, o que restabeleceu a autonomia política administrativa.

Wilhein e Klias elaboraram estudos que tiveram por finalidade estabelecer diretrizes gerais e específicas para o município, visando adequar a cidade ao mercado de lazer existente e em expansão e se transformaram em leis em 1978 – Código de Uso do Solo e Proteção à Paisagem (WILHEIN; KLIAS, 1975/78 *apud* SILVA, 2008).

A Lei nº 1.096/78 que instituiu o Código de Uso do Solo e Proteção à Paisagem, no zoneamento de usos da área urbana, estabeleceu três tipos de zonas residenciais:

- a) **ZR1:** Zona Residencial de alta densidade, onde as áreas mínimas dos lotes em função da inclinação do terreno variavam entre 250m² a 750m².
- b) **ZR2:** Zona Residencial de média densidade, onde as áreas mínimas dos lotes em função da inclinação do terreno variavam entre 500m² a 1.500m².
- c) **ZR3:** Zona Residencial de baixa densidade, onde as áreas mínimas dos lotes em função da inclinação do terreno variavam entre 1.000m² a 5.000m².

O parcelamento do solo em Campos do Jordão passou a ser disciplinado pela Lei 1.095/78. Por sua vez, a Lei 1.097/78 instituiu o Código de Edificações.

Segundo Silva (2008), em sua dissertação sobre a análise de implementação de regularização fundiária na Vila Albertina, afirma que a Lei de Zoneamento (lei nº

1.538/1985) revogou a Lei nº 1.096/1978 e instituiu o zoneamento de uso dos terrenos, quadras, lotes, edificações e compartimentos do Município. Essa nova lei prevê a inclusão da Zona Residencial de Interesse Social (ZRIS), que são áreas com densidade elevada e lotes pequenos. As ZRIS poderão se transformar em Zona de uso predominante residencial de alta densidade, se forem regularizadas. E que, embora a nova lei tenha previsto as Zonas Residenciais de Interesse Social, a autora observa que a área mínima do lote, de 200m², ainda é uma área grande para lotes populares, incompatível com o rendimento da população ali estabelecida.

O depoimento do entrevistado número 05, um senhor de 55 anos – Engenheiro - Funcionário Público e Morador da Vila Abernédia relata a complacência do poder público, moradores e turistas em relação ao problema das favelas sem atenção até hoje.

Moro em Campos há 40 anos. Minha família se mudou por causa do meu pai que veio para construir um prédio aqui na cidade e acabamos ficando [...]

[...] os moradores das favelas moram lá há mais de 40 anos, existem famílias que estão naquele ambiente há mais de uma geração. Não podemos dizer que não. E a prefeitura nunca realizou algo eficaz para esse problema. Havia uma favela na frente da minha casa e me lembro dela desde minha adolescência quando cheguei aqui, ela já existia e só foi aumentando. Todos nós fomos complacentes com isso. E acredito que como os turistas, nós fingíamos que não havia nenhuma pobreza em Campos do Jordão.

Silva (2008) aponta também que a Empresa Municipal de Habitação (EMUHAB) foi criada pela Lei n. 1.200/80, de 10 de julho de 1980, alterada pela Lei n. 1.368/83, de 26 de julho de 1983, tendo por objetivo executar a política habitacional do município, visando diminuir o déficit de habitações populares. Realizou 21 loteamentos, dos quais 12 estão irregulares. Foram produzidas no total 2.053 unidades habitacionais.

No artigo 10 da lei 1.538/85 extingue o Parque Sanatorial, estabelecendo que se novos sanatórios surgissem, deveriam obter a aprovação prévia da Prefeitura.

Em 02 de maio de 2003, foi sancionada e promulgada a Lei nº 2.737 que dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão. Os trabalhos para a preparação dessa lei foram elaborados pelo urbanista Jorge Wilhelm e pelo Escritório Técnico de Planejamento (ETEPLA). Essa lei visava a melhoria das condições de vida da população, principalmente relacionadas a moradia, ao

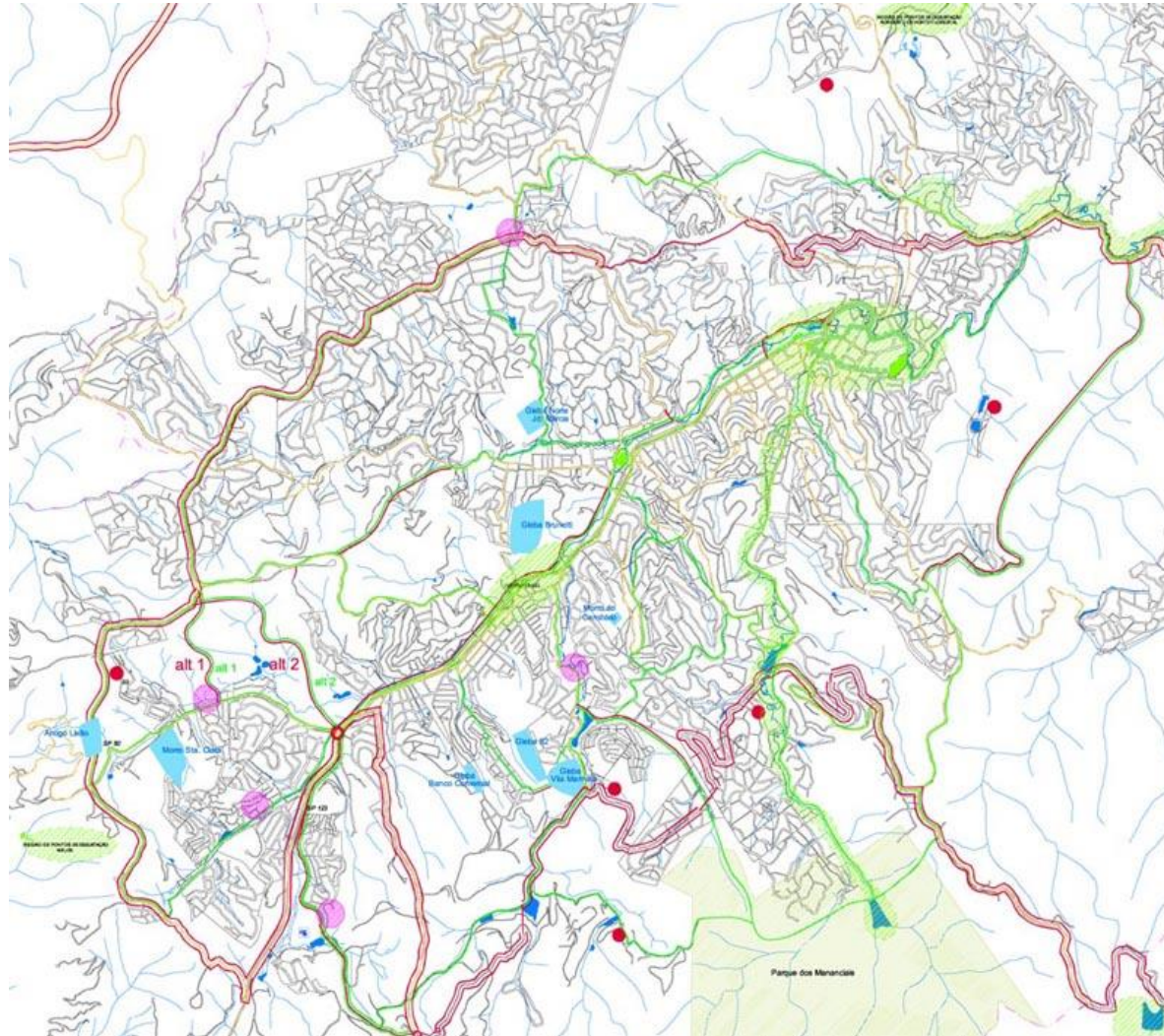
saneamento básico, a preservação ambiental e ao desenvolvimento econômico voltado ao turismo.

No Website dedicado ao legado de Jorge Wilhelm encontramos o Mapa Síntese das Propostas do Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão de 2003 (Figura 29) e também um texto onde diz que:

O desenvolvimento do Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão foi uma iniciativa de uma associação não governamental, a AME-Campos, que mostrou a importância da Prefeitura dessa cidade montanhosa a rever o plano urbano feito por esse mesmo escritório décadas antes, pois a cidade estava abandonada e caótica. Mediante intensos debates públicos, os trabalhos foram direcionados no sentido de descongestionar o centro novo de Capivari criando uma estrutura viária e uma disciplina para os ônibus de turismo de um dia. Cerca de 40 trilhas para passeios a pé e a cavalo que foram considerados como parte da estrutura viária a fim deles serem fixados, mantidos e sinalizados. A proposta contemplou um centro nacional de preparo de atletas, a fim de capitalizar, nas virtudes do clima e da altitude e oxigenação, convenientes para esse preparo.

Uma das inovações desse plano foi de criar níveis diferenciados de coeficiente de aproveitamento de um lote, utilizando o diferencial entre esses níveis (mínimo gratuito e máximo oneroso) como alavanca para produzir resultados urbanísticos. Este conceito, apenas plenamente aplicável em cidades de certo porte, haveria de ser utilizado no Plano Diretor Estratégico de São Paulo, a partir da aprovação do Plano (JORGE WILHEIM, 2019).

Figura 29 - Mapa Síntese das Propostas do Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão, 2003.



Fonte: Jorge Wilhelm (2019).

O Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão, em seu artigo 9º institui os objetivos estratégicos da administração pública, o que inclui o inciso VII, aponta a preocupação com os veículos coletivos de transporte de turistas e orienta um serviço prestado por Guias que organizariam o controle do fluxo de passageiros. Essa questão acabou sendo criticada, pois verificou-se a impossibilidade do Guia controlar o fluxo, pois é um sistema complexo que requer um estudo aprofundado de destinos e controle de tráfego.

VII. Melhorar a circulação e estacionamento de veículos coletivos, com a criação de diversos roteiros pré-estabelecidos, que deverão ser seguidos por qualquer ônibus de turismo, acompanhados por um Guia, sendo que os roteiros deverão seguir uma sequência alternada controlada de acordo com o número de ônibus e fluxo de turistas. A criação de um estacionamento próximo ao Capivari, para melhor desembarque dos passageiros, salvo ônibus da 3ª idade que devem receber atenção especial, e com isso, terem a possibilidade de desembarcar o mais próximo possível dos locais de visitação (CAMPOS DO JORDÃO, 2003, p. 2).

Ainda a respeito da intensidade de fluxos de veículos, em períodos de temporada, a vigência de normas limitadoras da circulação de ônibus de turismo dentro da cidade mudou, por isso, a destinação de locais apropriados para o seu estacionamento, nas imediações do portal de entrada, que constitui hoje um objeto referencial do espaço construído que também centraliza, em menor escala, o encontro de turistas e a expansão de comércios para os mesmos, sobretudo ao voltarem aos ônibus para deixarem a cidade.

O Plano Diretor Estratégico sofreu críticas da própria população, como afirma o entrevistado número 01 no seu depoimento:

O plano era superficial pois não envolvia políticas, métodos e questões sociais, foi totalmente voltado para a elite social; pouco democrático e participativo em relação aos cidadãos; sem políticas de saneamento ambiental e transporte público e deu muito ênfase às atividades turísticas.

Pivott (2006), em sua dissertação de mestrado, *O turismo e a produção social do espaço urbano. Estudos sobre Campos do Jordão, SP*, obteve a informação de que na elaboração desse Plano Diretor, embora tenha existido a participação da sociedade em sua elaboração, por meio das Associações de Bairros, tal participação não foi expressiva. A autora afirma ainda que algumas iniciativas da prefeitura em relação ao planejamento participativo revelam que o processo é muito mais

comunicativo do que participativo. Em muitas reuniões nada se questiona e as propostas são aprovadas do jeito que foram apresentadas. De acordo com Pivott (2006), o Planejamento Participativo muitas vezes é efetivado mediante coerção, manipulação, consulta ou cooptação da população, que acabam representando situações de não-participação ou uma falsa participação. Servindo às vezes para legitimar os interesses da elite.

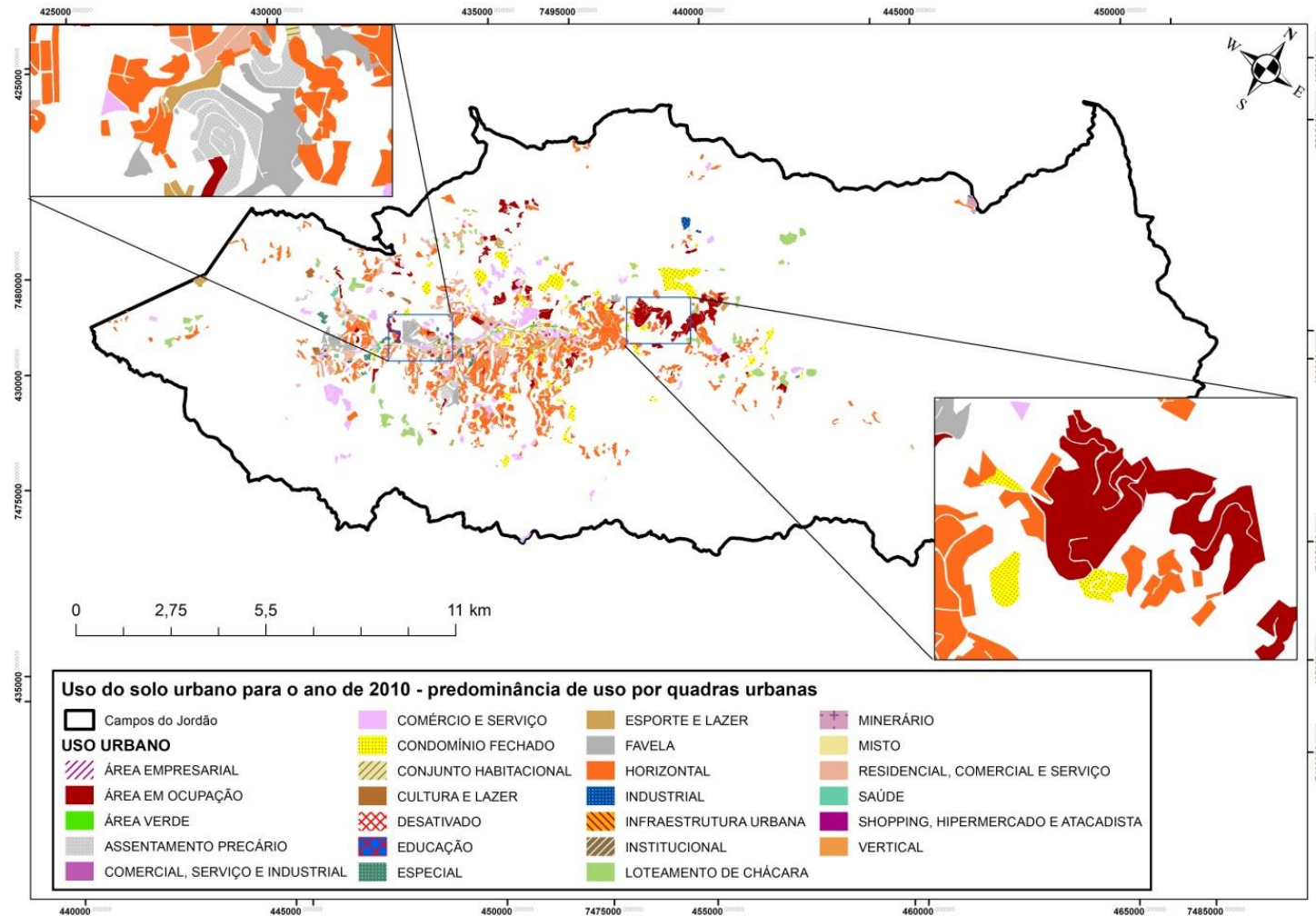
No Decreto Municipal nº 5.483/06, que altera o Decreto nº 5.473/06 e dispõe sobre a suspensão da aprovação de todo e qualquer projeto destinado à construção de residências multifamiliares, verticais, horizontais geminadas e prédios de uso misto, em Campos do Jordão. O decreto se opõe aos empreendimentos habitacionais de interesse social, realizados pela administração pública, direta ou indireta, municipal, estadual ou federal, confirmando o que diz Silva (2008).

Sobre o assunto acima mencionado, Pivott (2006) traz trechos da entrevista concedida em janeiro de 2006, pelo Prefeito da época João Paulo Ismael, quando este fez suas colocações a respeito do Decreto nº 5.473/06. Nessa entrevista o Prefeito fala que o plano cruzado promoveu uma distorção na valorização imobiliária para a classe média; com a poupança congelada houve muito investimento e aumentaram as construções das residências multifamiliares, e isso não teria sido bom para a cidade e que por isso estavam trabalhando para proibir tais construções. Pois ele alegou que a cidade de Campos do Jordão tinha 5.700 mansões de no mínimo US\$ 500 mil cada uma e que as pessoas queriam ver esse patrimônio valorizado; para ele uma das questões que torna a cidade atraente é essa valorização.

Com essa declaração dada em 2006, observa-se claramente a estratégia política do município, ou seja, deseja-se proteger o capital investido nas mansões existentes em detrimento da oferta de moradias para a população de baixo poder aquisitivo. Sem uma política habitacional, essa população foi sendo empurrada para a ilegalidade criando uma situação que nada contribuiu para a contenção de invasões em áreas impróprias, o que também interfere negativamente no plano de valorização da cidade.

Em 2007, uma nova Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo foi aprovada no município (Lei nº 3.049/07). A lei enfatiza a vocação do município ao turismo (CAMPOS DO JORDÃO, 2007). Nos objetivos são colocados dois parâmetros: agrupar os usos idênticos e compatíveis; e o impedimento da existência de conflitos entre diversos usos, permitindo a utilização racional do solo (Figura 30).

Figura 30 – Uso do solo urbano no município de Campos do Jordão, no ano de 2010.



Fonte: Emplasa (2010). Elaborado por Daniel José de Andrade.

Pode-se enxergar algum conflito ao desconsiderar as Unidades de Conservação, composta de parques estaduais e municipais, pois, verifica-se que a proporção da área urbana é bem maior que a área rural que ocupa uma pequena área do território. A pequena parcela territorial rural é confirmada pelos dados do IBGE (2010a), no qual aponta que o município possui apenas produção agrícola pouco significativa de batata-inglesa, feijão, milho e tomate. Além do mais, a população residente em área rural é de apenas 298 pessoas (IBGE, 2010a). Segundo Emplasa (2010) o principal tipo de atividade rural é a existência de haras de cavalos voltados ao turismo e destaca também o envasamento de água mineral.

Em 23 de dezembro de 2011, entra em vigor a Lei Ordinária Nº 3498/2011, de autoria da Câmara Municipal, que dispõe sobre alteração da Lei de Zoneamento e de Uso e Ocupação do Solo do Município, Lei municipal nº 3.049/2007, com redação alterada pela lei 3.119/2008 (CAMPOS DO JORDÃO, 2011).

A partir da análise do Decreto nº 7117 (2013), verificou-se que foi designado um grupo técnico de estudos para orientar e propor atualizações necessárias ao Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão, com o objetivo de discutir propostas de alteração para o enquadramento do Plano Diretor ao Estatuto da Cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CAMPOS DO JORDÃO, 2013).

Na parte da revisão teórica deste trabalho foi apontado pelo professor Flávio Villaça (2005) que o Estatuto da Cidade no que se refere aos instrumentos como a Outorga Onerosa, as Operações Urbanas Consorciadas, a Transferência do Direito de Construir, podem ser apropriadas, na maioria das vezes, para as grandes cidades e pouco, ou quase nada, nas pequenas e médias. Pois tais instrumentos são um incentivo a concentração de população, onde a terra é muito disputada, o que não ocorre nas cidades menores, onde a praticamente inexistente. Esse fato na cidade de Campos do Jordão não se encaixa porque apesar da cidade ser considerada pequena ou mesmo média (na alta temporada de inverno) a terra é muito disputada, por todas as classes sociais e a especulação imobiliária continua sendo fortemente exercida.

Em 14 de fevereiro de 2017 a LEI No 3.832/2017, dispõe sobre alteração da Lei 3.049/07, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município. De autoria da Câmara Municipal (Substitutivo com emendas) aprova, nos termos do Executivo disposto no Artigo 54, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município (1990).

Essa lei criou uma polêmica, pois não se pode alterar o Plano Diretor do município sem ter antes um debate com a sociedade civil. Sendo assim, e com tal entendimento o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo declarou inconstitucionais os artigos 14 e 41 da Lei 3.832/2017, de Campos do Jordão.

Os trechos da lei alteravam as regras de construções na cidade. Um reduzia a distância mínima, de 400 para 50 metros, que os postos de abastecimentos devem guardar de distância de asilos, creches, hospitais, escolas, quartéis e templos religiosos, por motivos de segurança e saúde pública. O outro alterou outorgas onerosas, aumentando o direito de construir para novas áreas da cidade.

O Órgão Especial que acolheu os argumentos, afirma que o método utilizado pela Câmara Municipal configura indevido fracionamento do plano diretor.

Em 2017, com a intenção de se elaborar um Plano Diretor de Turismo 2018 – 2020 – Destino Turístico Inteligente. A prefeitura de Campos do Jordão fez a contratação de uma consultoria especializada para a fundamentação técnica na formatação do plano a ABET - PROJETOS TURÍSTICOS (Agência Brasileira de Engenharia Turística), que iniciou uma pesquisa da oferta e demanda turística municipal. Os resultados foram compilados em dois documentos, um chamado Inventário da Oferta Turística 2017 e outro chamado Estudo de Demanda Turística – Volume I e II do Plano Diretor de Turismo, respectivamente (CAMPOS DO JORDÃO, 2018).

Segundo consta no ANEXO I PLANO DIRETOR DE TURISMO 2018-2020 foi reativado o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR com a intenção de fortalecer e prestigiar esse processo de criação e também foi criado o FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo dotado de receita assegurada, oriunda da publicidade (CAMPOS DO JORDÃO, 2018).

Após a conclusão do inventário e do estudo de demanda turística os resultados foram apresentados ao Conselho Municipal de Turismo - COMTUR juntamente com a proposta de formação de uma comissão especial para elaboração do Plano Diretor de Turismo. A proposta foi aprovada e a Comissão de Elaboração do Plano Diretor de Turismo chancelou por Decreto do Executivo (Decreto nº7880/18) (CAMPOS DO JORDÃO, 2018).

Comenta-se na cidade que muitas vezes as autoridades foram questionadas de como será o turismo em Campos do Jordão nos próximos 10 anos? Talvez, por isso, a prefeitura tenha dado início ao Plano Diretor de Turismo. O Plano também é

uma exigência para que a cidade mantenha o título de Estância Turística e assim receba recursos do governo do Estado para investimentos neste setor.

As informações apresentadas no Anexo I – Plano Diretor teve por objetivo compor o projeto de Lei nº 32/18 de 85 de junho de 2018 que instituiu o Plano Diretor de Turismo de Campos do Jordão.

O planejamento já está em execução e trata-se de um esforço conjunto entre poder público e iniciativa privada, que pretende traçar os objetivos comuns entre as partes segundo funcionário da prefeitura em declaração descompromissada.

No início da elaboração do Plano Diretor de Turismo foram gerados cinco documentos, que têm por objetivo compor o projeto de lei que institui o Plano Diretor de Turismo de Campos do Jordão que seguirá, via executivo, para apreciação da Câmara dos Vereadores. Os referidos documentos são os seguintes: 1. Volume I - Inventário da Oferta Turística; 2. Volume II - Estudo de Demanda Turística; 3. Volume III - Diagnóstico da Atividade Turística; 4. Volume IV - Prognóstico Turístico; e 5. Volume V - Plano de Ações.

Há questões-chave acerca de uma série de problemas que freiam o desenvolvimento sustentável da atividade turística em Campos do Jordão. O próprio documento traz os problemas, as falhas e as fragilidades, tais como: 1. O sistema de gestão turística institucional é frágil; 2. A comunicação entre os agentes do turismo é falha; 3. Faltam dados sobre a oferta e demanda turística; 4. Falta de conscientização da população para com o turismo; 5. Há um crescimento desordenado da oferta turística; 6. A divulgação do destino é falha (interna e externa); 7. O destino não comercializa atividades turísticas (atrativo x atividades); 8. O potencial da cidade para receber eventos não é devidamente explorado; 9. O orçamento destinado ao desenvolvimento da atividade turística é modesto; 10. Campos do Jordão não tem uma proposta de posicionamento; 11. O fluxo turístico sofre ao deslocar-se pelo destino; e 12. Sazonalidade.

O Plano Diretor de Turismo também apresenta diretrizes elaboradas com base em desejos dos visitantes, agentes turísticos locais e população, e considera também a vocação da cidade. Com a geração e valorização do trabalho, renda e estímulo ao empreendedorismo e, ainda, um olhar para o morador, afirma-se que o jordanense deve ser o principal beneficiário dos resultados econômicos da atividade turística.

Ainda hoje, enxergamos na cidade de Campos do Jordão o que Milton Santos (2008) afirmou há anos em sua teoria dos dois circuitos; a cidade reflete a

desigualdade de renda de modo explícito em sua configuração espacial, de modo cada vez mais intenso, expressando-se desde a qualidade diferenciada das edificações e infraestrutura urbana presente nos diversos bairros (que também refletem tais desigualdades), até a circulação da população dentro da cidade, sendo as rotas diárias representativas das realidades vividas distintamente pela população. Com discrepâncias socioeconômicas tão evidentes e bem definidas, no caso de Campos do Jordão, ao analisar o espaço urbano percebe-se a existência de duas cidades coexistindo e convivendo dentro do mesmo espaço geográfico.

4.2 Os agentes sociais em Campos do Jordão.

O interesse na cidade de Campos do Jordão sempre foi grande por uma série de questões ao longo de sua história. Hoje em dia a principal é o turismo, por isso, apresenta-se aqui alguns agentes sociais influentes (do ponto de vista dessa pesquisa), porque causadores de transformações por toda a cidade, ao oferecerem e consumirem produtos e serviços. Nessa parte do trabalho serão apresentados os resultados das pesquisas realizadas com os seguintes agentes sociais: os turistas, os comerciantes e os moradores. Com isso, por meio do entendimento desses resultados, completa-se o embasamento empírico das análises da produção social do espaço urbano de Campos do Jordão, a caracterização da centralidade e dos circuitos superior e inferior.

4.2.1 A visão do turista, do morador e do comerciante em relação à cidade de Campos do Jordão.

As entrevistas realizadas com turistas, comerciantes e moradores ocorreram nas três principais vilas da cidade de Campos do Jordão: Abernóssia, Jaguaribe e Capivari. Locais onde se encontra uma maior concentração de atividades comerciais e de serviços, áreas com forte expressão de centralidade. Tais entrevistas, foi uma das principais ferramentas de pesquisa, pois é uma técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto que são diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados.

Nas análises dos questionários foram possíveis certas considerações, porque apesar das respostas terem sido objetivas, alguns entrevistados também fizeram

comentários subjetivos, indo além das alternativas dos questionários. Ficando mais claro entender como esses sujeitos pensam, representam e argumentam. Esses comentários foram anotados em suas folhas de respostas, permitindo uma análise crítica com um pouco mais de detalhes. Possibilitando, conforme afirma o professor Milton Santos (1997) conhecer como os atores envolvidos com a dinâmica do município veem a cidade.

Em relação aos turistas, considerou-se importante saber de onde vem (cidade, Estado ou região), a que classe social pertence, o que o atrai para a cidade e sua observação em relação à paisagem de Campos do Jordão. Foi elaborado um questionário com 10 questões, com o objetivo de identificar o perfil do turista e o que o atrai na cidade.

A pesquisa com comerciantes e empresários em Campos do Jordão foi realizada por intermédio de questionários estruturados e teve como objetivo conhecer o seu posicionamento sobre o turismo, o turista e como enxergam a dinâmica atual do município. Quanto aos moradores, considerou-se interessante saber como eles veem a cidade, se eles enxergam em Campos do Jordão alguma centralidade; se o turismo é visto como única fonte econômica; qual o relacionamento dos moradores com os turistas e se eles participam do planejamento do município.

A visão dos turistas em Campos do Jordão

É importante entender qual o perfil do turista e como ele enxerga a paisagem urbana de Campos do Jordão, dando-nos subsídios para responder algumas questões. Para auxiliar na análise das respostas a essa pesquisa é interessante uma rápida discussão sobre percepção e paisagem.

A percepção é o que nos é dado imediatamente pelos sentidos. Por isso, a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, pois é o que vemos. Sendo assim, o conhecimento é tão importante para a percepção das coisas. Expressa a necessidade de compreendermos melhor o mundo, não de forma seletiva. Se não, o mundo de cada um seria lógico somente do seu ponto de vista.

Segundo Santos (1988, p. 21),

“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”.

A paisagem é a materialização de um momento da sociedade. Ela é formada por objetos materiais e não-materiais. A partir da definição de paisagem como conjunto de objetos que os olhos podem ver, pode-se afirmar que espaço é resultado da união da sociedade com a paisagem. Nela há elementos variáveis que interagem e se modificam ao longo do tempo. A análise deste movimento requer a articulação dos conceitos de modo de produção, formação social e espaço que se influenciam mutuamente. O modo de produção se expressa nas formas de produção, circulação e distribuição histórica e espacialmente determinadas em um movimento conjunto com a paisagem.

Quando Milton Santos (1988) afirma que a paisagem não é para sempre, é um objeto de mudança. É um resultado de ações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho e das técnicas. Por isso, a paisagem é suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, ela é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos (acumulação de tempos) representativos das diversas maneiras de construir as coisas, da produção do espaço.

Para Yázigi (2002), a paisagem é sempre refeita de acordo com os padrões locais de produção, da cultura, da sociedade, tudo relacionado com os fatores geográficos, tendo um desenvolvimento importante no direcionamento turístico.

Entende-se que quando a paisagem como um conjunto de formas heterogêneas num certo momento, compartilham a transformação sofrida no espaço. Tal transformação é percebida na paisagem urbana, onde a ação dos atores sociais acaba se materializando por meio do processo de uso e ocupação do solo.

Há vários olhares sobre a paisagem com diferentes interpretações, principalmente dos turistas, que dão um importante valor para a beleza da paisagem. E assim, entende-se que a percepção da realidade de cada pessoa é única. Os turistas são um dos principais atores sociais estudados aqui.

As 200 entrevistas que envolveram os turistas ocorreram nas três principais vilas da cidade de Campos do Jordão, mas a maior parte das entrevistas com os turistas ocorreu nas principais ruas do Capivari, centro turístico do Município e onde os circuitos superior e inferior da economia urbana podem ser identificados.

Abaixo, estão relacionadas às questões que fizeram parte do questionário para os turistas (APÊNDICE A) e as respectivas análises.

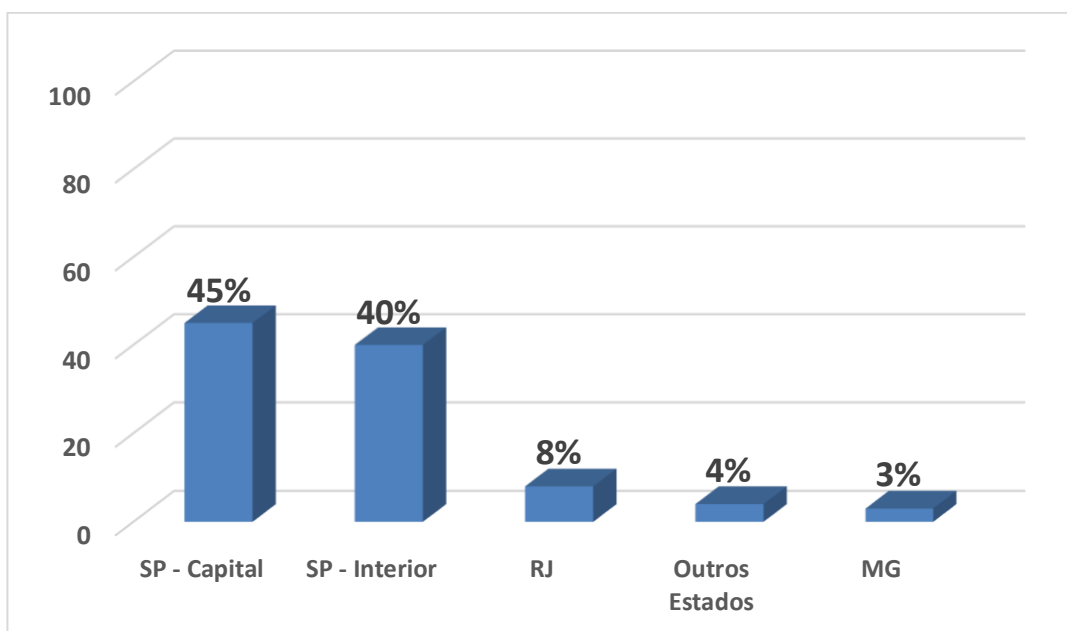
1 - Cidade de origem

Dos 200 entrevistados, 45% residem em São Paulo, Capital; 40% residem em cidades do interior de São Paulo; 8% residem na cidade do Rio de Janeiro; 3% residem em cidades do estado de Minas Gerais e 4% residem em outros estados. Observando o gráfico referente à cidade de origem do turista constata-se, então, que o maior público que visita Campos do Jordão é composto por paulistanos e paulistas (Gráfico 5).

2 - Faixa Etária

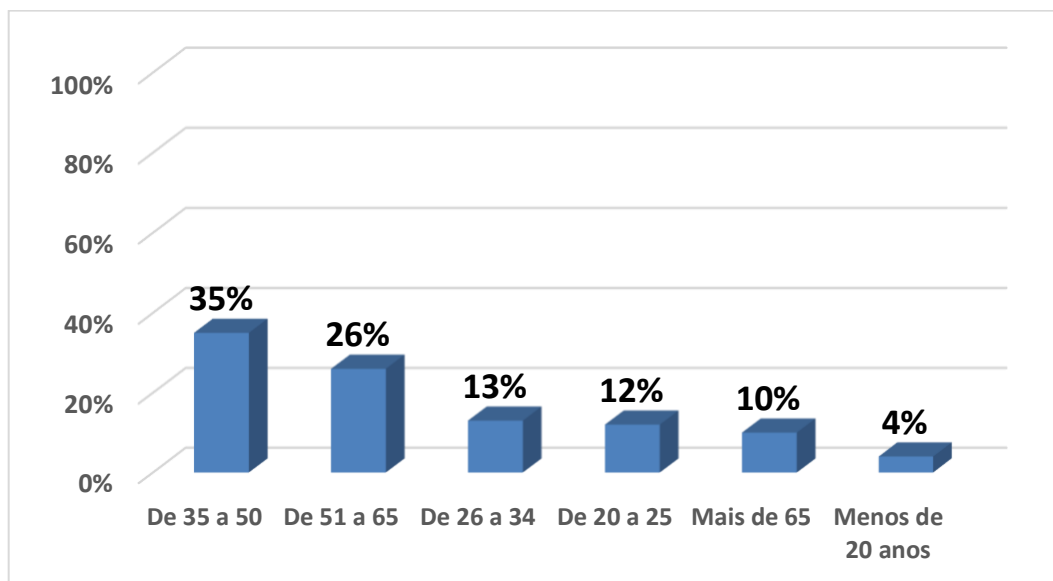
Considerando o mesmo total, 4% dos entrevistados têm menos de 20 anos, 12% têm de 20 a 25 anos; 13% têm de 26 a 34 anos; 35% têm de 35 a 50 anos; 26% têm de 51 a 65 anos e 10% têm mais de 65 anos. Ressalta-se a faixa etária predominante entre 35 a 50 anos, seguida pela de 51 a 65 anos. Notadamente o predomínio é de um público é adulto (Gráfico 6).

Gráfico 5 - A cidade de origem do turista de Campos do Jordão.



Fonte: Autora (2019).

Gráfico 6 –Faixa etária do turista de Campos do Jordão.

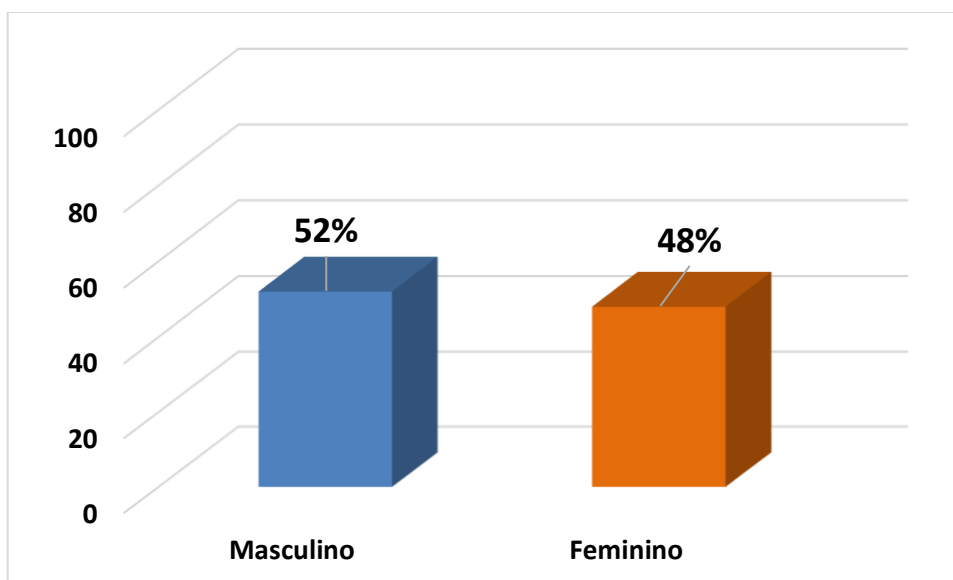


Fonte: Autora (2019).

3 – Sexo

A maioria dos entrevistados foi do sexo masculino 52% (104 pessoas) com uma pequena diferença do feminino 48% (96 pessoas) (Gráfico 7).

Gráfico 7 – O sexo do turista de Campos do Jordão.

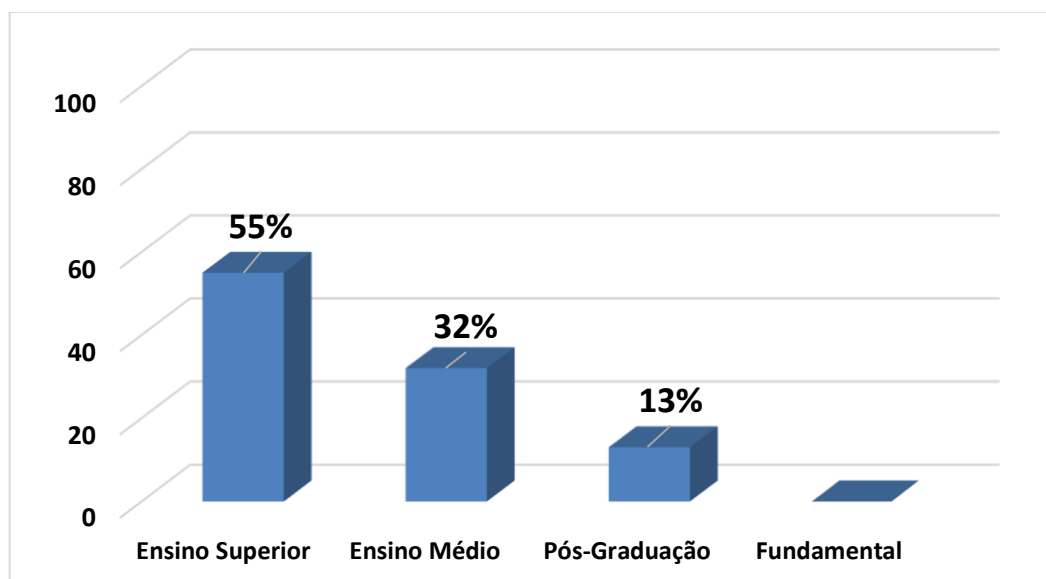


Fonte: Autora (2019).

4 - Grau de instrução

O maior grau de instrução entre os entrevistados é o superior, com 55% (110 pessoas); seguido pelo ensino médio 32% (64 pessoas) e depois a pós-graduação com 13% (26 pessoas) (Gráfico 8).

Gráfico 8 – O grau de instrução do turista de Campos do Jordão.

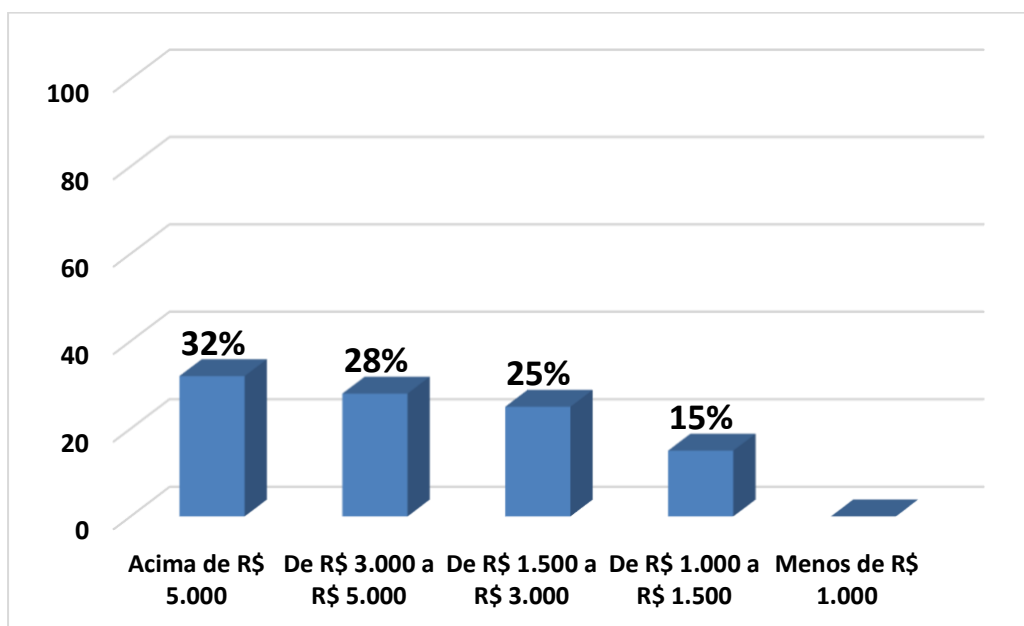


Fonte: Autora (2019).

5 – Faixa de renda familiar (R\$)

Do total de entrevistados, 32% (64 pessoas) têm renda de R\$5.000 ou mais; 28% (56 pessoas) têm renda de R\$3.000 a R\$5.000; 25% (50 pessoas) têm renda de R\$1.500 a R\$3.000; 15% (30 pessoas) têm renda de R\$1.000 a R\$1.500 e nenhuma pessoa dos entrevistados alegou renda inferior a R\$1.000 (Gráfico 9).

Gráfico 9 – A faixa de renda familiar do turista de Campos do Jordão.



Fonte: Autora (2019).

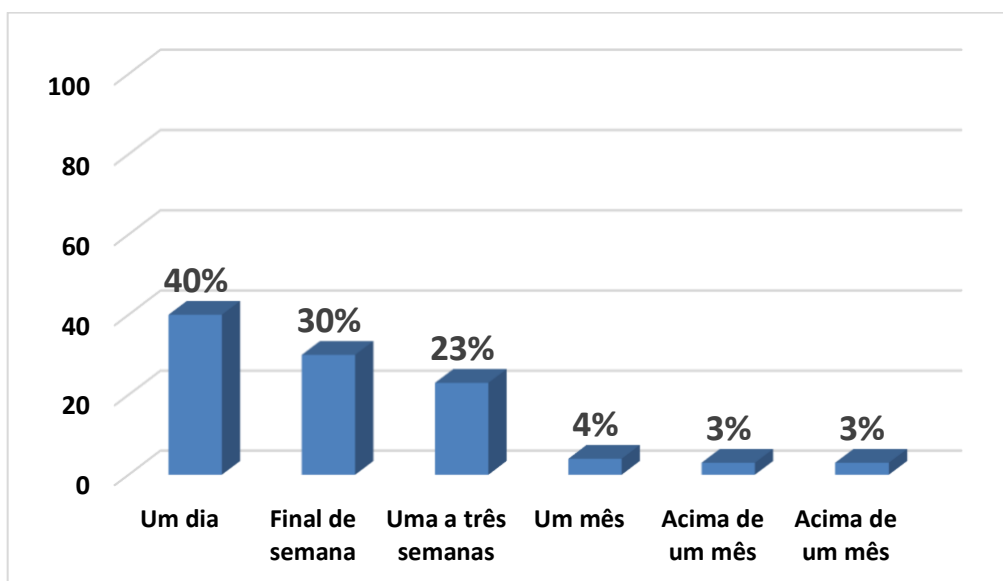
6 - Tempo de permanência em Campos do Jordão

O tempo de permanência de um dia aparece como sendo o caso mais comum, de 40% (80 pessoas) dos entrevistados; seguido por aqueles que permanecem por um final de semana, 30% (60 pessoas); em seguida, um número razoável dos que permanecem de uma a três semanas 23% (46 pessoas), e os menos expressivos, são os 4% (8 pessoas) que permanecem um mês e acima de um mês, igual a 3% (6 pessoas), o que pode ser o caso de proprietários de residências secundárias (Gráfico 10).

7 - Como soube de Campos do Jordão?

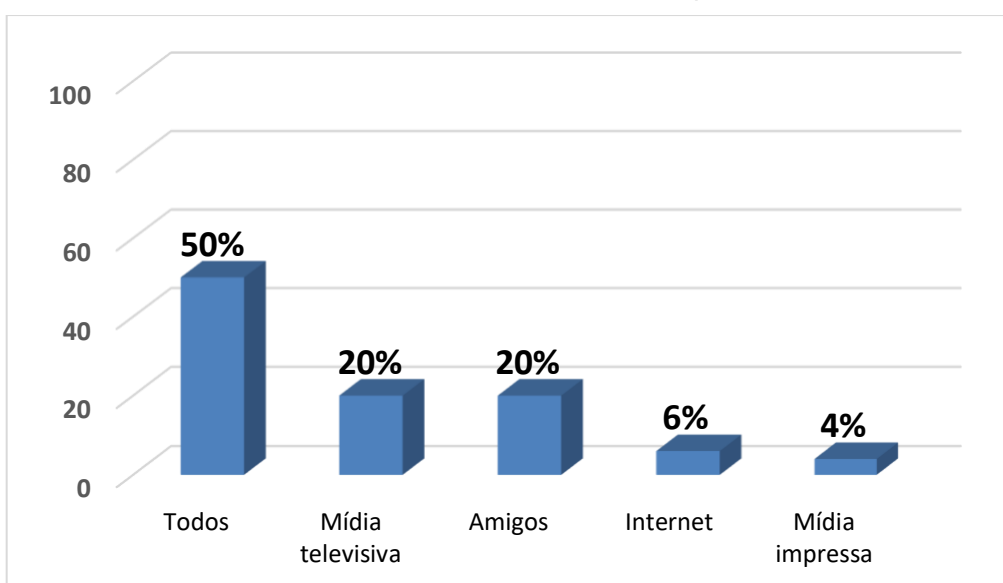
Cem pessoas ou 50% dos entrevistados souberam de Campos do Jordão por todos os meios; 20% (40 pessoas) conheceram por indicação de amigos e também 20% pela mídia televisiva; 6% (12 pessoas) conheceram pela mídia impressa e apenas 4% (8 pessoas) pela internet (Gráfico 11).

Gráfico 10 – O tempo de permanência do turista em Campos do Jordão.



Fonte: Autora (2019).

Gráfico 11 – Como o turista soube de Campos do Jordão.



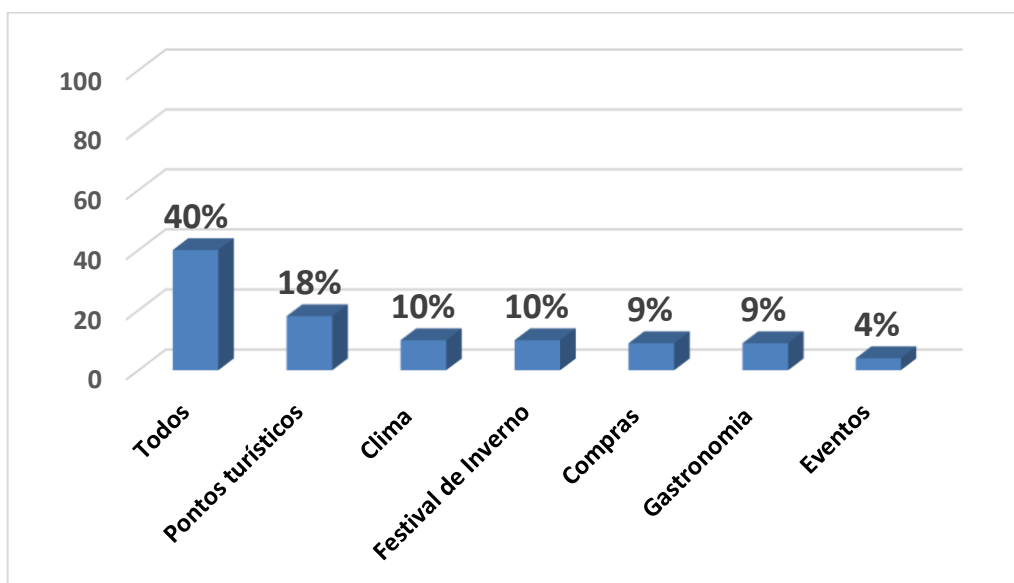
Fonte: Autora (2019).

8 – Qual motivo para visitar Campos?

Nessa questão também se observa que 40% dos entrevistados disseram que todos os motivos foram importantes para visitar a cidade; seguidos por 18% que tiveram os pontos turísticos como a razão da visita; 10% escolheram o clima e 10% escolheram o Festival de Inverno; a gastronomia e as compras ficaram com 9% cada e os últimos 4% escolheram os eventos que vão desde exposição de carros antigos,

festa das cerejeiras, viola caipira, festa do pinhão etc. A cidade oferece mais de 15 eventos fixos, todos chamando a atenção para a cidade pelo clima, paisagem, arquitetura, etc. Percebe-se aqui o que Sánchez (2001) afirma, que há uma relação entre comunicação, poder e imagem na mercantilização da cidade (Gráfico 12).

Gráfico 12 – O que motivou o turista para visitar Campos do Jordão.



Fonte: Autora (2019).

9 - Campos do Jordão é conhecida como a Suíça brasileira.

O total dos entrevistados concordaram com esse *marketing* que existe há décadas, o que leva a pensar que a cidade é um arquivo vivo da memória das pessoas. É nessa memória coletiva que existe a força da imagem de Campos do Jordão.

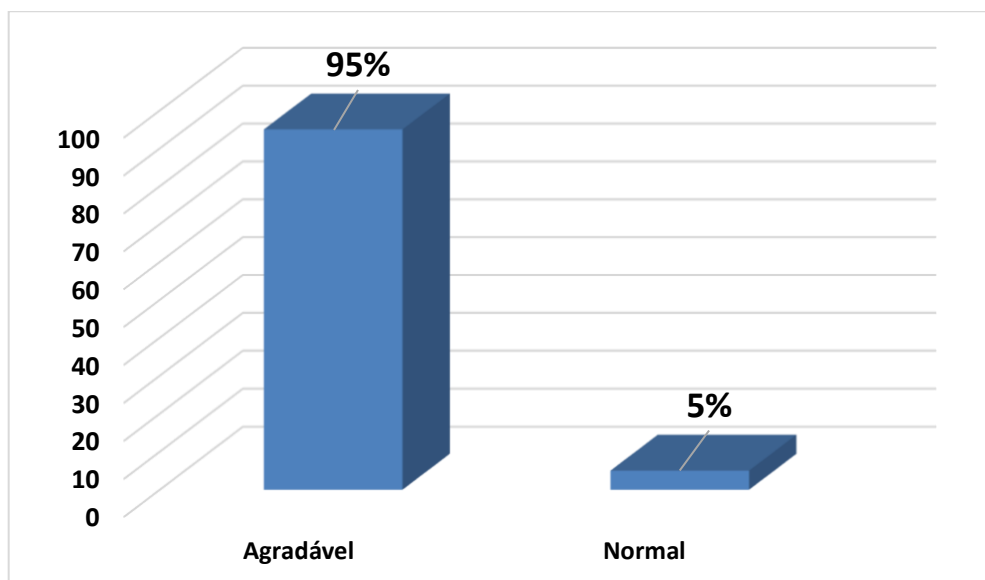
Segundo Pivott (2006), a aceitação da marca “Suíça Brasileira” para Campos do Jordão é grande, mas em sua pesquisa constatou que alguns turistas não concordaram e alguns concordaram com a ressalva de que a cidade de Gramado, RS, se assemelha muito mais à Suíça.

10 - Como você classifica a paisagem urbana de Campos do Jordão?

A grande maioria dos entrevistados 95% (190 pessoas) classificou a paisagem urbana de Campos do Jordão como agradável e 5% (10 pessoas) como normal.

Nenhum dos entrevistados classificou a paisagem da cidade como desagradável ou indiferente. Como pode-se observar no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Como o turista classifica a paisagem urbana de Campos do Jordão.



Fonte: Autora (2019).

O perfil dos turistas entrevistados se mostra composto, em sua maioria, por paulistanos e paulistas, seguidos por cariocas e mineiros. Predominantemente adultos. Na faixa etária entre 35 a 50 anos, seguida pela de 51 a 65 anos. Praticamente, em igual porcentagem entre homens e mulheres. Pessoas na maior parte com curso superior com uma renda acima de R\$ 3.000. Que permanecem na cidade de um dia a um final de semana e vieram visitar a cidade pelos mais variados motivos, mas claro, sempre associados ao turismo. Classificando a paisagem da cidade como agradável.

Os turistas circulam tranquilamente no Capivari entre os dois circuitos principalmente através da compra de bens e serviços. De acordo com a análise dos questionários aplicados aos turistas, observa-se a classe média se relacionando e movimentando os dois circuitos pois, a classe média possui renda superior a classe baixa, usando parte do seu poder de compra na aquisição de alguns bens e serviços que fazem parte do circuito superior.

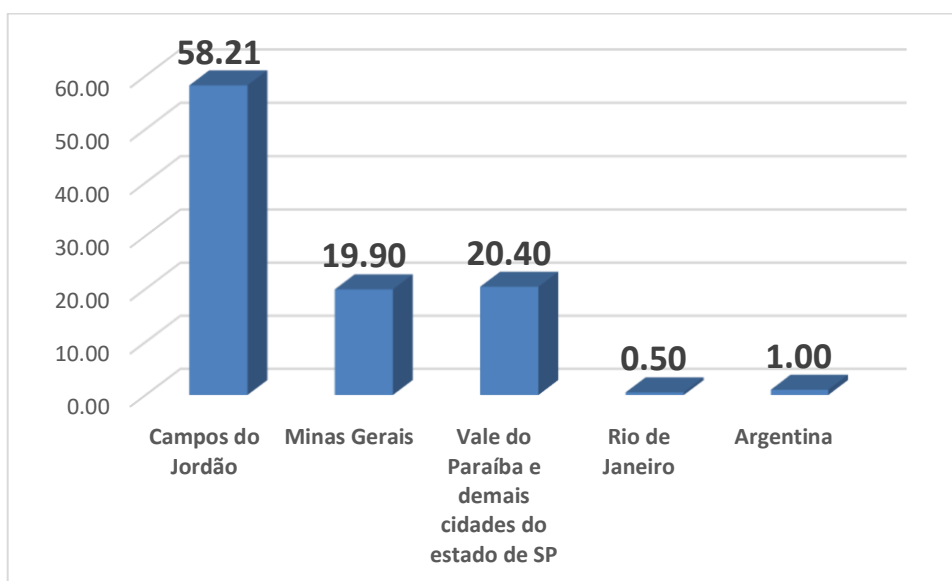
A visão dos comerciantes de Campos do Jordão

Foram efetuadas 201 entrevistas com os comerciantes locais. Tais entrevistas também ocorreram nas três principais vilas da cidade de Campos do Jordão, sendo que a maior parte das entrevistas ocorreu nas principais ruas da Vila Jaguaribe e principalmente da Vila Abernêssia, centro comercial e administrativo do Município, com acesso a todas as camadas sociais, de maior fluxo de moradores, comerciantes e alguns turistas. A seguir, estão apresentadas as questões que fizeram parte do questionário para os comerciantes (APÊNDICE B) e as respectivas análises. Os gráficos que serão apresentados nessa parte trazem informações cruzadas para uma melhor análise.

1. Você é natural de onde?

A primeira pergunta se refere ao local de nascimento do entrevistado. Sabe-se que a grande onda migratória para o sudeste dos anos 70 refletiu também em Campos do Jordão e que após 20 ou 30 anos, boa parte desses moradores foram constituindo famílias e muitos dos seus filhos permaneceram na cidade.

Gráfico 14 – País, estado ou cidade de origem do comerciante



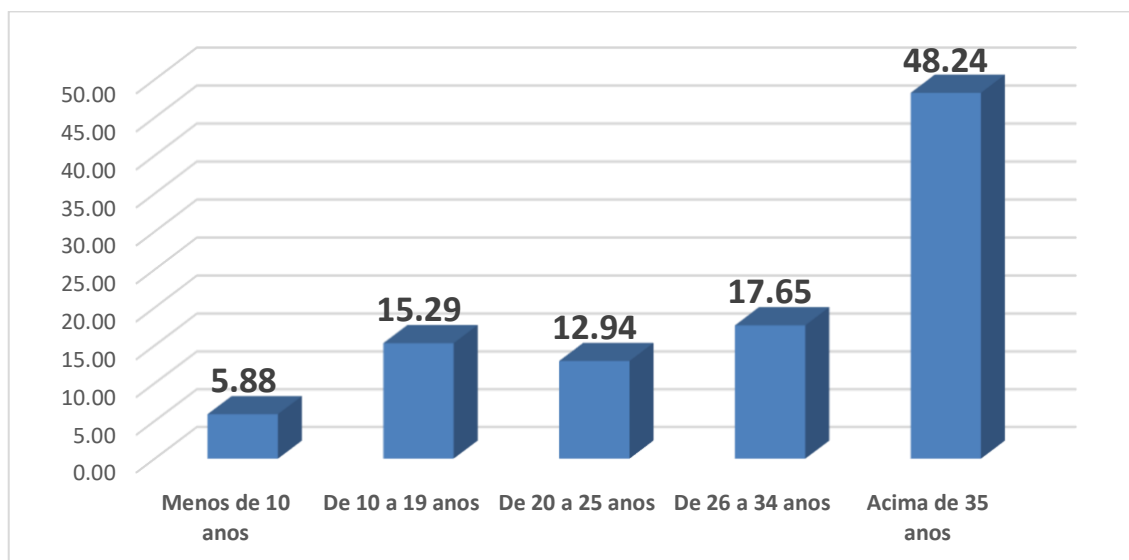
Fonte: Autora (2020)

No gráfico 14 observamos que, dos 201 comerciantes entrevistados, 58% são naturais de Campos do Jordão (117 pessoas); 20% são do estado de Minas Gerais (40 pessoas) e 22% são de cidades do Vale do Paraíba, de outras cidades do estado de São Paulo, incluindo a capital, 01 do estado do Rio de Janeiro e 02 da Argentina; dando um total de 44 pessoas.

2. Há quanto tempo mora em Campos do Jordão?

Essa questão quer saber dos 42,5% que migraram para cidade, há quantos anos residem em Campos do Jordão. Constata-se que 05 pessoas estão na cidade há menos de 10 anos; 13 pessoas estão de 10 a 19 anos; 11 pessoas estão de 20 a 25 anos; 15 pessoas estão de 26 a 34 anos e 41 pessoas estão acima de 35 anos na cidade (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Tempo de moradia na cidade



Fonte: Autora (2020).

3. Você considera que a Prefeitura tem realizado a infraestrutura necessária para a cidade?

A maioria dos entrevistados afirmaram que a prefeitura não tem realizado obras de infraestrutura necessária à cidade. Muitos dos entrevistados não souberam especificar quais tipos de obras seriam necessárias, mas muitos disseram que a cidade sofre com desmorações, enchentes e os buracos pelas ruas.

No depoimento da entrevistada número 2 a proprietária da Pousada Villa Hegus no Bairro Alto da Boa Vista, aponta que:

A Prefeitura com esse governo tem uma visão diferente. As pessoas acham mais elitizado - (PSDB). Porém, os empresários conseguem ver que a infraestrutura está bem melhor do que nos outros anos. Por exemplo, a mudança do hospital, trocou o Pronto-Socorro de local para um outro prédio.

4. Você acha que a cidade tem aptidão para o turismo? Deve investir somente nisso?

Esta questão visou verificar como os entrevistados reconhecem o turismo como uma finalidade econômica. A essa questão, 171 pessoas responderam que sim; acham que a cidade tem aptidão para o turismo e deve investir somente nisso. As demais 30 pessoas entrevistadas acham que a cidade não tem aptidão e nem deve investir no turismo, alguns entrevistados disseram que ele vai estragando o lugar por onde passa.

As respostas indicam que a grande maioria dos entrevistados tem claro o significado do turismo, sendo unânime a opinião de que Campos do Jordão tem aptidão para o Turismo por seus atributos como clima, ar puro, natureza, gastronomia, passeios e eventos que ocorrem ao longo do ano.

5. Que tipo de turista seria mais interessante para o município?

Essa questão visa mostrar que muitos comerciantes têm interesse em considerar somente o turista de alta renda como o ideal.

Do total dos comerciantes entrevistados, 63% preferem turistas com renda de R\$5.000 ou mais; 11% escolheram turistas com renda de R\$3.000 a R\$5.000; 4,5% optaram pela alternativa de R\$1.500 a R\$3.000; 0,5% escolheu de R\$1.000 a R\$1.500 e 21% escolheram a alternativa do turista com qualquer renda.

O que se percebe é que entre os entrevistados, todos enxergam o turista com interesse; e as maiores porcentagens foram os que preferem turistas de alta renda e os com qualquer renda. Houve também alguns que citaram um interesse no turista da terceira idade e no turista que vem para eventos mais específicos (negócios corporativos, congressos, simpósios, etc.).

Ainda com o depoimento da entrevistada número 2:

Para nós, eu acho que está bem melhor e a captação de eventos essa parte de turismo voltado para captação de verba para a cidade e esse turismo corporativo, eu acho que vem caindo. Havendo mais o turista individual, turistas de lazer mesmo, não o turista de corporativo. O turista de meio de semana é interessante e importante, mas não rende tanto.

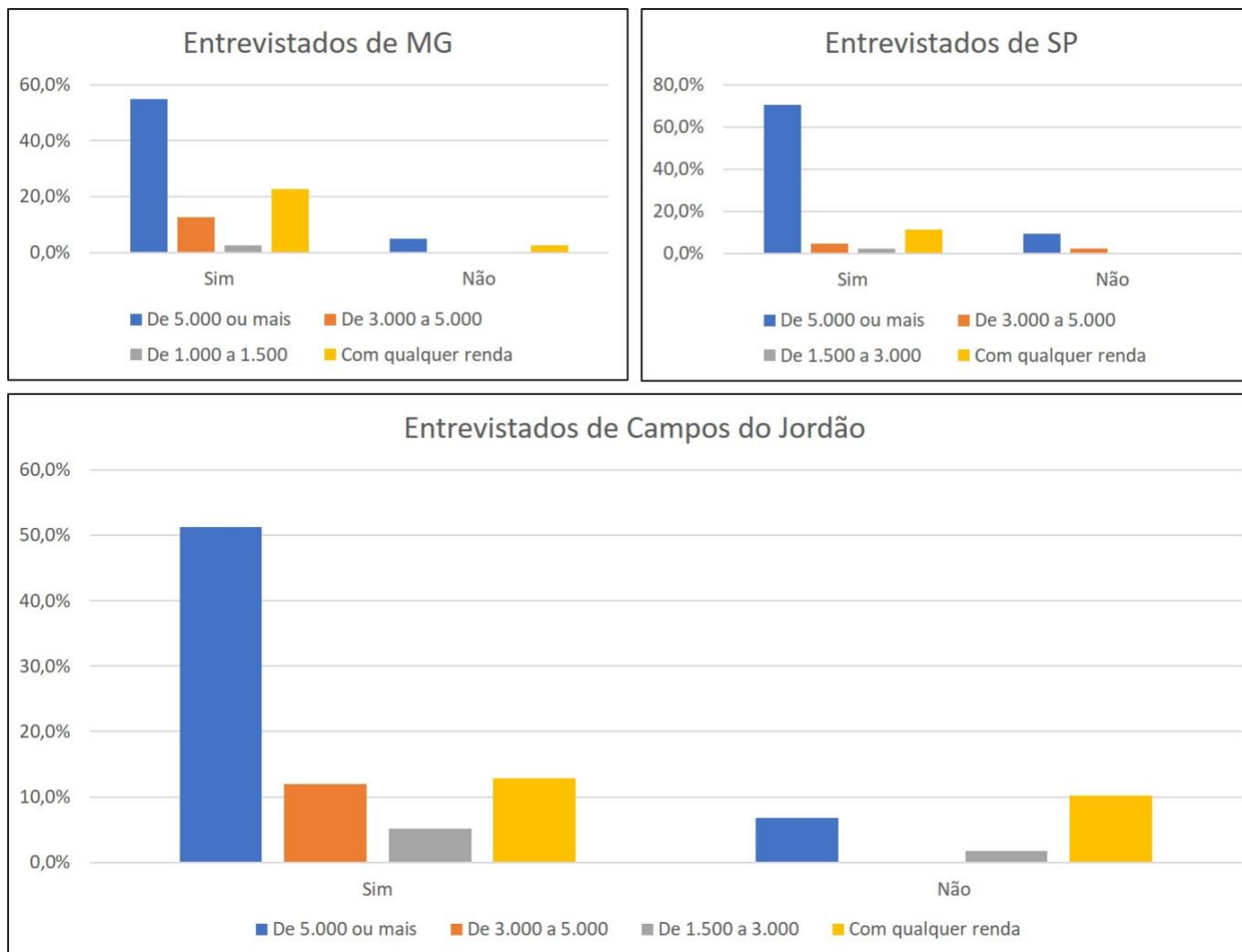
De cinco anos para cá eu diria, os pacotes de feriado tem sido quebrados, antes se vendia um pacote de carnaval por cinco dias hoje, se você não quebrar e vender por dois ou três dias, não vende!

No cruzamento dessas duas questões (Gráfico 16), observamos que, a cidade realmente apresenta aptidão para o turismo na opinião dos entrevistados por seus atributos como clima, ar puro, natureza, gastronomia, passeios e eventos que ocorrem ao longo do ano pois, muitos acreditam que a população ganha com a atividade do turismo. E por isso, a prefeitura deve investir somente nas atividades ligadas a esse setor da economia. E por conta disso, o tipo de turista escolhido é o que representa a elite, o turista da classe alta, preferencialmente os proprietários de segundas residências de alto padrão.

6. O festival de inverno traz algum benefício para você?

O interesse dessa questão é verificar se o comerciante identifica algum benefício para o seu comércio com o festival. A maioria respondeu que de alguma forma o festival de inverno traz benefícios para seu comércio. A visão positiva do turismo em Campos do Jordão para esses entrevistados está associada aos benefícios econômicos provenientes dos turistas principalmente, com a geração de empregos. Muitos não relacionaram às atrações da cidade. Citaram o dinheiro gasto diretamente no seu estabelecimento.

Gráfico 16 - Aptidão do Município para o turismo cruzada com classe socioeconômica de interesse do turista (cruzamento 4 e 5).



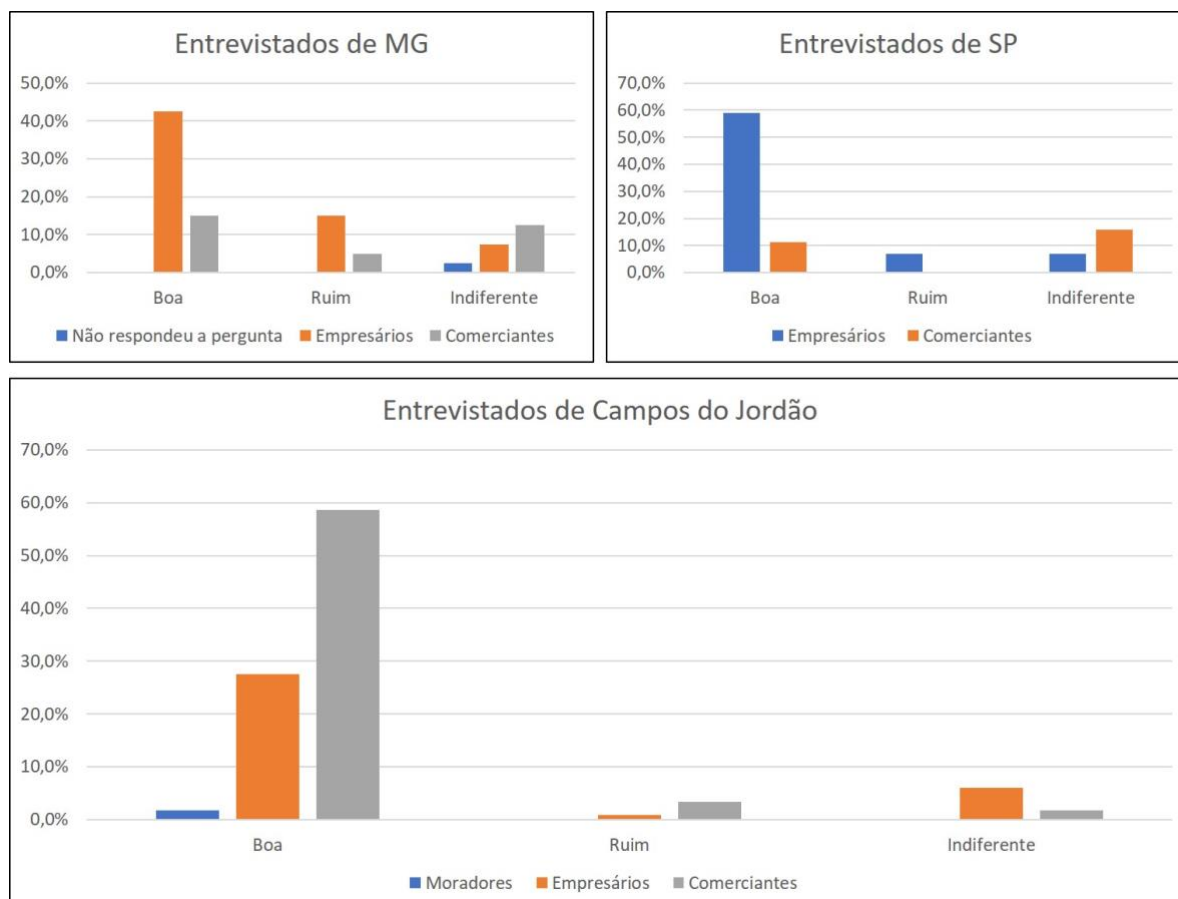
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

7. Na temporada de inverno muitas empresas se deslocam para Campos do Jordão (veículos de comunicação, empresas de entretenimento, comerciantes diversos etc.), como você avalia a presença dessas empresas especialmente nesse período?

A intenção dessa questão é identificar se o entrevistado é receptivo ou não às empresas sazonais. Do total, 78% dos entrevistados (156 pessoas) responderam como boa; 8% dos entrevistados (16 pessoas) responderam como ruim e 14% dos entrevistados (28 pessoas) responderam como indiferentes à presença dessas empresas especialmente nesse período. O Gráfico 17 mostra a avaliação cruzada das respostas às questões 7 e 8.

Percebeu-se que o lado positivo é que as empresas geram hospedagem e mantêm Campos do Jordão na mídia, o que já é tido como uma grande propaganda positiva, pois as respectivas assessorias de imprensa divulgam a participação das empresas na temporada de inverno em Campos do Jordão.

Gráfico 17 – Presença de empresas no período de inverno cruzada com a avaliação sobre quem ganha com o turismo (cruzamento 7 e 8).



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Mas, percebe-se também que os entrevistados que escolhem a opção ruim, alegam que tais empresas não agregam valor ao Município, pois o dinheiro não fica na cidade; que o Município se torna uma grande feira de *marketing*, e o mais citado é que não geram empregos porque os empresários externos dizem que não há mão de obra qualificada no Município e acabam trazendo seus funcionários.

No depoimento da entrevistada número 2 a proprietária da Pousada Villa Hegus no Bairro Alto da Boa Vista, tal ação é assim vista:

[...] já foi mais forte. Assim, nós hoje estamos no esquecimento disso, de um *glamour*. Hoje, não é mais assim. Alguma coisa aconteceu de errado na situação do governo querer ganhar junto com as empresas, porque são temporárias querem fazer a marca dela aqui no inverno, nesse tempo nobre. Por exemplo, alugávamos um espaço para colocar um carro de uma marca bacana, um Mercedes, por exemplo. Podia passar um mês, aí vamos cobrar R\$ 200mil da empresa. Aí vem a prefeitura, falando que você não pode ficar alocando o espaço, que é empecilho. Porque a cidade crescia, o volume de trabalho aumentava e a verba de captação de mão de obra qualificada que vinha de fora tinha uma outra visão para dentro da cidade... então, hoje, isso está se perdendo. Os próprios moradores adoravam ver as grandes marcas de automóveis.

Com o cruzamento das questões 7 e 8 entende-se que para a maioria dos entrevistados é positiva a entrada de empresas sazonais, alegam que elas geram benefícios para a cidade principalmente por serem empresas conhecidas, assim, chamam a atenção da mídia que acaba fazendo propaganda de Campos do Jordão. E também, acreditam que a parcela que apresenta maior ganho com o turismo é o empresariado. Pois, o turista compra de tudo, de lembrancinhas a objetos sofisticados.

8. Para você, a cidade atualmente tem ganhado com o turismo? Que parcela da população ganha mais?

Com essa questão, deseja-se identificar se o entrevistado reconhece para qual parcela da população o turismo é mais benéfico. Dos entrevistados, 98 acreditam que os empresários são os que apresentam maiores ganhos com o turismo. Depois, 100 entrevistados disseram que são os comerciantes com as vendas de qualquer tipo de produtos. Pois na alta temporada tem a chegada de todo tipo de turista. Alguns entrevistados citam os comerciantes, pois incluem os comerciantes informais. Os que têm a segunda residência, os que vêm para se hospedar e os excursionistas todos

têm algo para consumir. E os moradores foram os menos escolhidos pois alegam que, na alta temporada, muitas empresas expositoras não contratam moradores de Campos de Jordão e acabam ficando com poucas oportunidades de empregos no Município.

O Gráfico 18 apresenta o cruzamento das respostas às questões 8 e 15 trazendo a informação de que os empresários e comerciantes são os que apresentam maiores ganhos com o turismo. E estes mesmos enxergam os imóveis de segunda residência como um bom negócio, tanto para o proprietário como para a cidade. A segunda residência é vista como investimento.

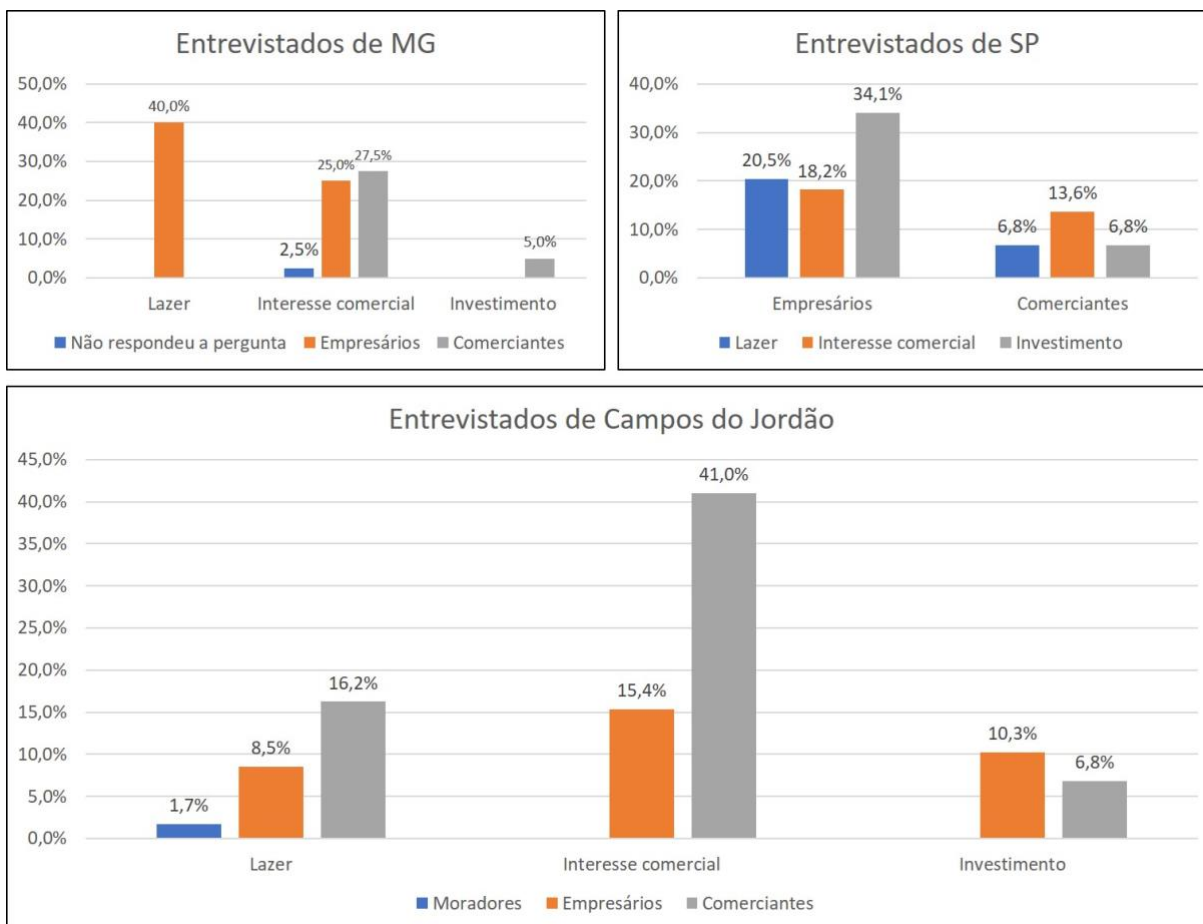
No depoimento da entrevistada número 2 a proprietária da Pousada no Bairro Alto da Boa Vista, aponta que há alguns anos atrás o comércio de produtos sofisticados ganhava muito mais...

O governador João Dória que tem um shopping aqui em Campos. Eram dois andares só de marca de grife; o prazer era ir lá para olhar, né? Para muitos, só podia sentir o prazer de olhar, tinha um valor alto para locação, assim, os produtos eram caros... aqueles que compravam nesse shopping não estão vindo mais. O Dória ainda abre o shopping na “meia boca” coisas da China, esse ano (alta temporada de inverno de 2019) até loja de R\$ 1,99 tinha.

Alguns empresários reclamam dos excursionistas, mas, não podem reclamar. Ele vai numa loja gasta R\$20 ou R\$30 reais é melhor do que nada... e tem lugar para todo mundo. No próprio Capivari tem um cantinho popular... você vai encontrar lembrancinhas de R\$30 e de R\$300 reais

Quando a entrevistada afirma que “no próprio Capivari tem um cantinho popular” observa-se na fala da entrevistada a surpresa do “cantinho popular”. Essa é mais uma prova da confirmação dos dois circuitos da economia urbana presente numa das centralidades intraurbana de Campos do Jordão. Pois, esse bairro sempre teve como principal característica o comércio de produtos sofisticados.

Gráfico 18 – Interesse sobre imóveis de segunda residências, cruzado com a avaliação sobre quem ganha com o turismo (cruzamento 8 e 15).



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

9. Você considera que bairros com pouca infraestrutura, mais afastados, com imagem diferente de outros bairros podem prejudicar o turismo do município?

A questão procura identificar no entrevistado sua percepção da desigualdade socioespacial que acontece em Campos do Jordão. O resultado foi que 76,5% dos entrevistados (154 pessoas) não enxergam a segregação ao responderem que bairros com pouca infraestrutura, mais afastados e com imagem diferente dos bairros turísticos NÃO prejudicam o turismo do município. Enquanto, 20,5% (41 pessoas) disseram SIM, que esses bairros prejudicam o turismo, pois entendem que a paisagem é vantajosa economicamente para a cidade; por fim, 06 pessoas não responderam a essa questão. O cruzamento das respostas às questões 4 e 9 é mostrado no Gráfico 19.

As pessoas não enxergam a desigualdade social concretizada nas favelas. Há um encantamento com a paisagem europeia de Campos do Jordão, por isso, também, que muitos concordam com o nome de Suíça brasileira.

No depoimento do entrevistado número 05 – Engenheiro de 55 anos, Funcionário Público e morador do Bairro Abernéssia há 40 anos; faz um comentário interessante:

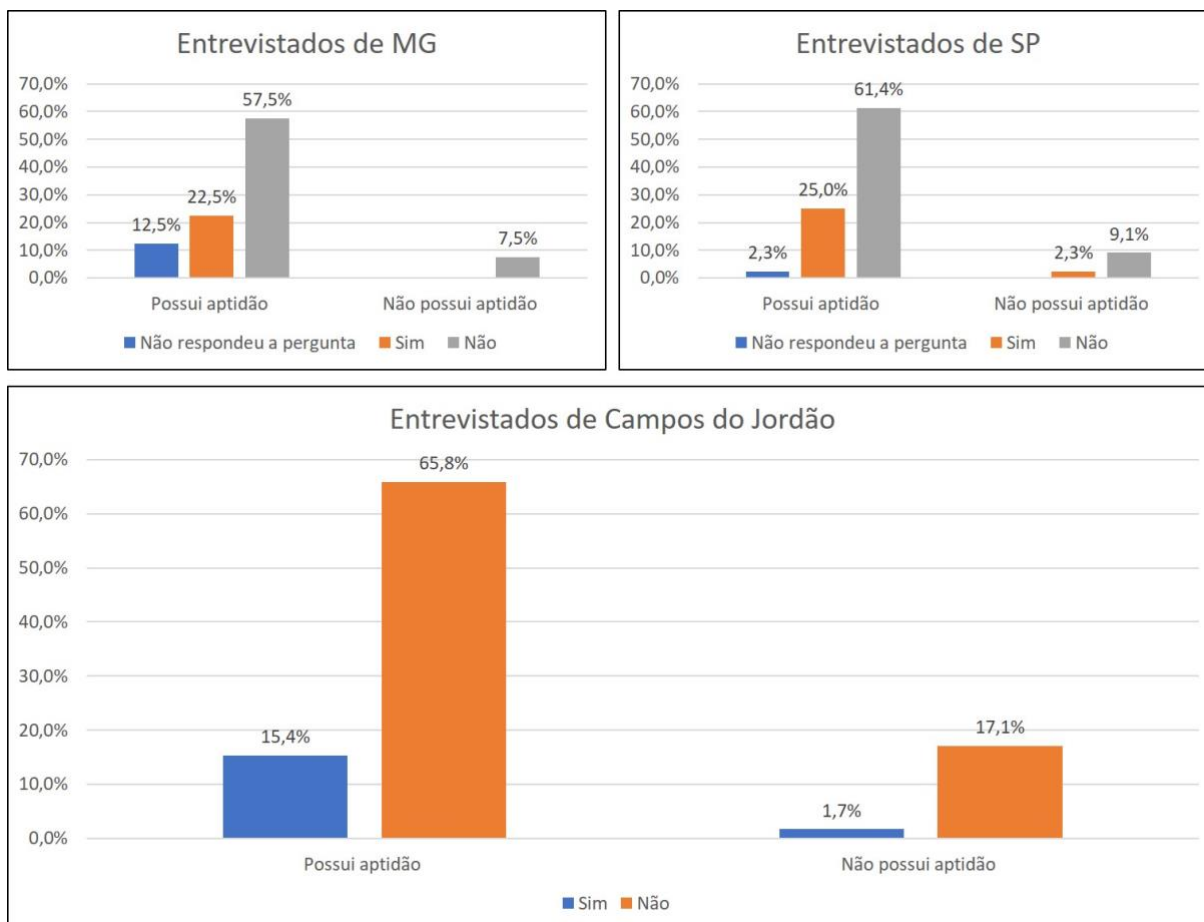
Acho que como todas as cidades, Campos do Jordão também apresenta suas áreas mais humildes, e isso não deveria ser algo que atrapalhasse a imagem da cidade, pois a realidade deve ser vista. Quem vive nas favelas são pessoas com baixa escolaridade e sem mão de obra qualificada. Isso só pode mudar com a ajuda da prefeitura e do governo.

O urbanista Eduardo Yázigi na sua entrevista ao jornal Folha de São Paulo em 2001

Também faz críticas aos representantes políticos. Na mesma entrevista faz referência ao seu livro “A alma do lugar” quando afirma que o que faz a alma do lugar é a paixão do homem pelo lugar, que vai passando de geração em geração.

Como podemos enxergar alma em lugares de muita miséria, como as favelas de Campos. Infelizmente, são lugares sem alma.

Gráfico 19 - Aptidão municipal ao turismo cruzada com bairros periféricos prejudicam a imagem de Campos do Jordão (cruzamento 4 e 9).



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

10. Você participa (ou) da elaboração dos Planos Diretores de Campos do Jordão?

A questão procura levantar se os comerciantes participam ou participaram do planejamento do Município em algum momento. Dos entrevistados, 66% (132 pessoas) não participaram da elaboração do plano diretor realizado em 2003, sob a consultoria de Jorge Wilhelm e nem do P. D. de Turismo. Essa porcentagem demonstra que há uma grande omissão dos comerciantes no planejamento da cidade seja por questões políticas ou por falta de interesse.

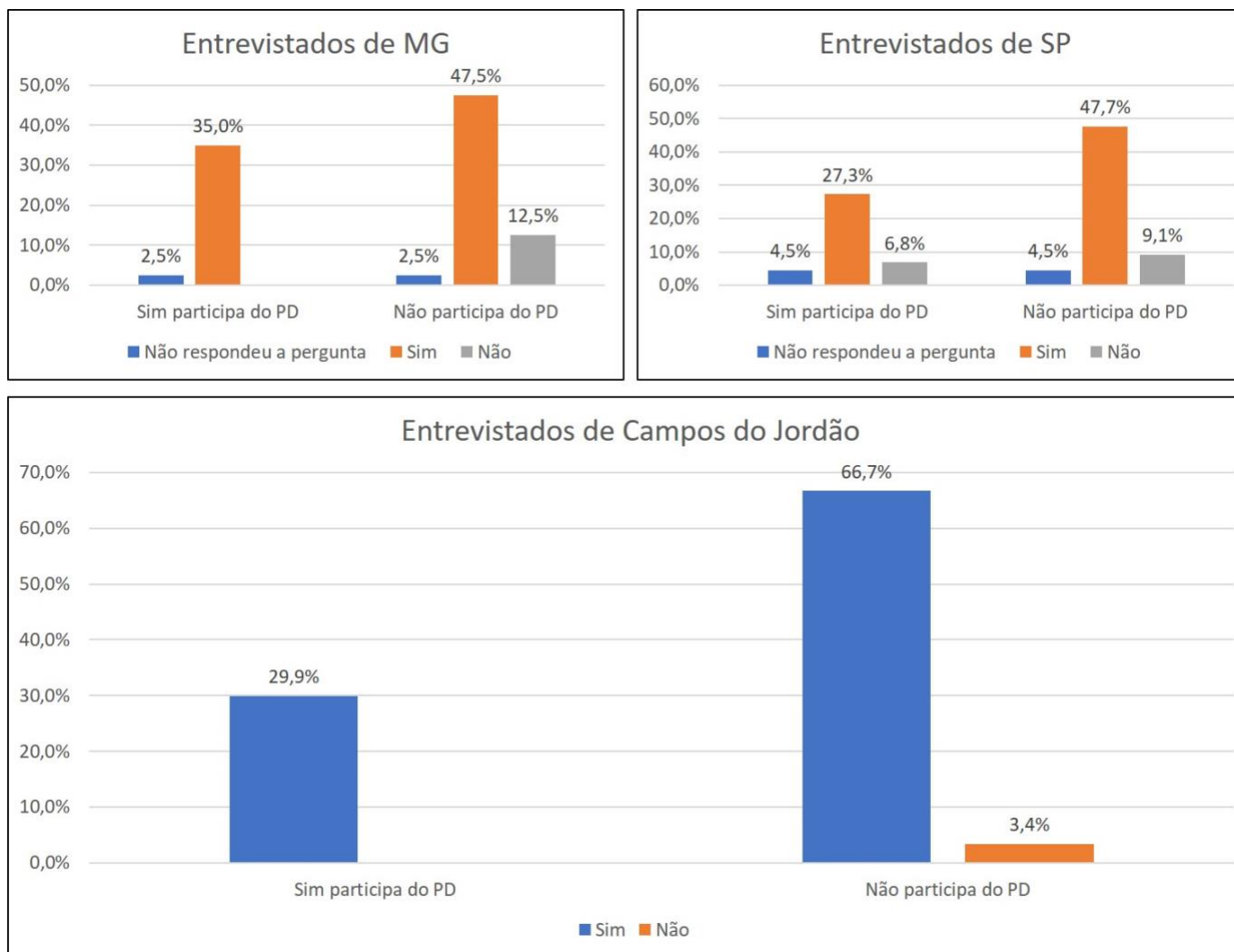
11. Você faz parte de alguma ONG, fundação ou associação?

O objetivo desta questão é identificar se há algum engajamento político ou não por parte do entrevistado. Dentre eles, 89% (179 pessoas) responderam que sim, 8%(16 pessoas) que não e 06 pessoas não responderam essa questão. A grande maioria faz parte da Associação do Comércio de Campos do Jordão.

O Gráfico 20 apresenta o cruzamento das respostas às questões 10 e 11. Não há uma politização da grande maioria, é um desinteresse associado ao pouco incentivo da prefeitura em elaboração de planos participativos.

Diferente da participação dos entrevistados na Associação do Comércio.

Gráfico 20 – Participação no Plano Diretor cruzada com a participação em ONG(s), Fundações ou Associações (cruzamento 10 e 11).



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

12. Qual a sua opinião sobre a qualidade da mão de obra local?

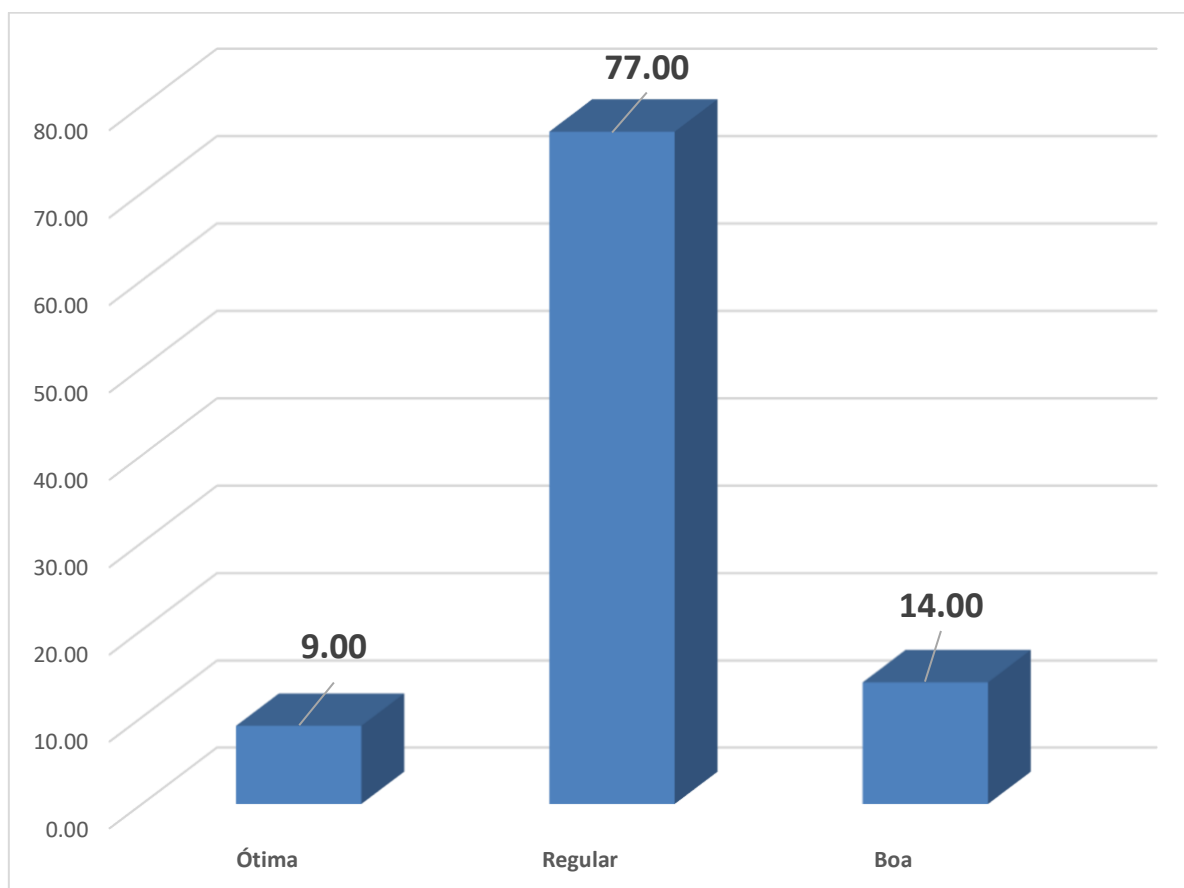
A questão pretende verificar como o entrevistado avalia a mão-de-obra em Campos do Jordão e se conhece a sua realidade.

Observamos no (Gráfico 21) que 9% dos entrevistados (18 pessoas) responderam que é ótima; 77% dos entrevistados (154 pessoas) responderam que é regular e 14% dos entrevistados (28 pessoas) que é boa.

No depoimento do entrevistado número 1, Engenheiro Civil de 56 anos e ex vereador de Campos do Jordão comenta que:

É necessário fazer com que o comércio estimule a contratação de mão de obra local. Muita gente que tem comércio aqui traz pessoas de outros lugares para trabalhar apenas na alta temporada. Precisamos também, de uma atuação na formação e especialização das escolas profissionalizantes. Adequando os cursos de formação de profissionais às necessidades da cidade. Recentemente, Campos realizou alguns cursos técnicos para a população.

Gráfico 21 – Qualidade da mão de obra local



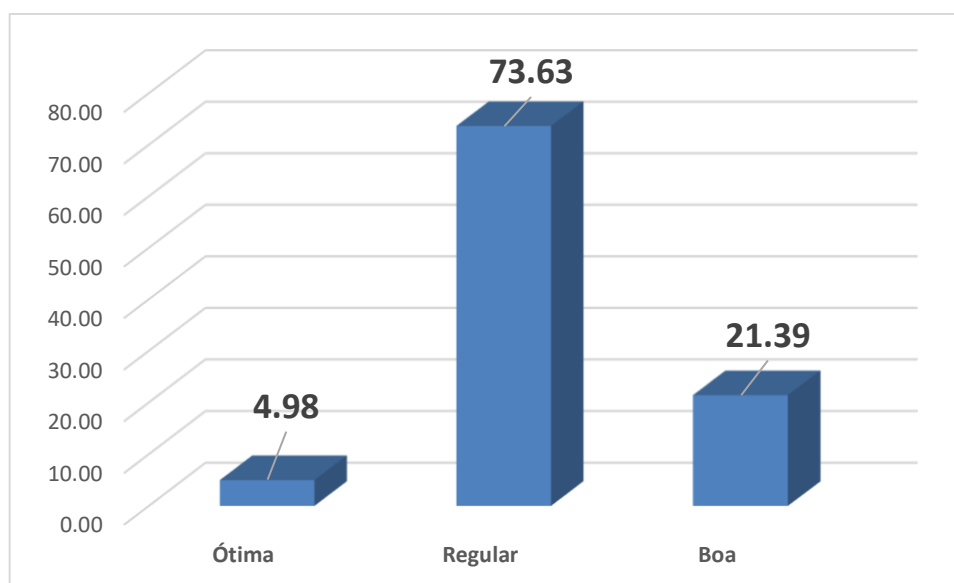
Fonte: Autora (2020).

O consenso é de que a mão-de-obra para o turismo é regular, embora muitos afirmam que esteja melhorando principalmente por causa do SENAC.

13. Como você avalia o trabalho das entidades voltadas para o turismo aqui em Campos?

A questão procura identificar como o entrevistado avalia as entidades ligadas ao Turismo do Município.

Gráfico 22 – Qualidade do trabalho das entidades voltadas para o turismo em Campos



Fonte: Autora (2020).

E o resultado foi o seguinte: 5% dos entrevistados (10 pessoas) avaliaram como ótima; 73,5% dos entrevistados (148 pessoas) avaliaram como boa; 21,5% dos entrevistados (43 pessoas) avaliaram como regular; e ninguém avaliou como péssima.

Seguem algumas das principais entidades voltadas para o turismo no Município:

SMTCJ– Secretaria Municipal de Turismo de Campos do Jordão, que administra a verba do orçamento municipal destinada para Turismo;

COMTUR– Conselho Municipal de Turismo, que foi criado na segunda metade da década de 1990, e é um órgão de assessoramento à Prefeitura nas questões turísticas, não tendo estrutura para executar atividades;

ASSTUR– Associação da Hotelaria e Gastronomia de Campos do Jordão, que desenvolve atividades ligadas à hotelaria e gastronomia;

SINHORES – Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, que é o sindicato patronal com sede em São José dos Campos;

SENAC –Centro Universitário Senac – Campos do Jordão, que oferece cursos de graduação, pós-graduação, extensão universitária, livres e de qualificação profissional nas áreas de hotelaria, gastronomia, turismo, lazer, eventos e educação;

ACE– Associação Comercial e Empresarial, com vários tipos de empresas afiliadas, que, além de promover o comércio local, envolve-se nas atividades que as demais entidades fazem para a promoção do turismo no Município;

Convention & Visitors Bureau– abrange os Municípios de Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí, com objetivos de promover e divulgar os produtos turísticos de Campos do Jordão e Região, nos âmbitos regionais, nacionais e internacionais;

Mercado em Foco- grupo colaborativo que existe há 4 anos e trabalha de forma voluntária na elaboração de projetos aplicados ao turismo de Campos do Jordão. Formado por empresários locais, Poder Público, associações de classe, comunidade acadêmica, além da sociedade em geral, o grupo se reúne mensalmente no Centro universitário SENAC em Campos do Jordão.

O que se observa é que muitos comerciantes desconhecem a quantidade de entidades voltadas para o turismo e muitos também não sabem que algumas oferecem cursos gratuitos. Fica claro que há uma dificuldade na articulação dos objetivos comuns entre as várias entidades, apesar da prefeitura promover eventos com essa intenção.

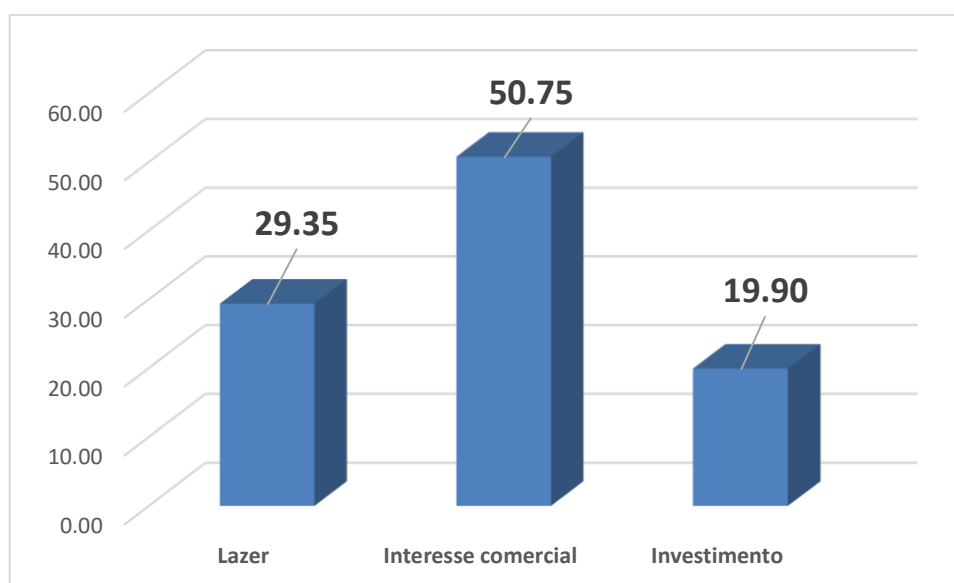
No depoimento da entrevistada número 02, percebe-se, pela experiência vivida da entrevistada, que as entidades precisam de um objetivo em comum:

Têm as associações de turismo, por exemplo, [...] que junta restaurantes e hotéis ou cozinha de montanha que é só restaurante; aí um confronto com o outro, em outro dia teve um jantar aqui, que todo mês tem, é um jantar com empresários, tipo uma confraternização e faz um cardápio especial para os empresários, que pagam e vão nos dois, para poder conhecer e assim, pode indicar para seus hóspedes aí, as associações ou entidades marcaram o jantar no mesmo dia, é isso... uma rixa, briga, que não vai levar a nada, e quem vai num jantar não vai no outro, mas têm os neutros [...] que às vezes vão nos dois.

14. Sabe-se que a cidade possui mais de dois mil imóveis que funcionam como segunda residência para seus proprietários. Na sua opinião, tendo em vista o custo de manutenção dessas residências (impostos, caseiros, seguranças, etc.) qual o interesse desses proprietários em manter esses imóveis?

Essa questão pretende identificar o pensamento dos comerciantes em relação aos turistas que possuem residências secundárias e verificar qual o interesse desse tipo de turismo para o Município. Do total, 29,5% dos entrevistados (59 pessoas) acham que seja por lazer; 50,5% dos entrevistados (102 pessoas) acham que seja por interesse comercial; 20% dos entrevistados (40 pessoas) avaliaram que seja por investimento (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Qual o interesse dos proprietários em manter a segunda residência?



Fonte: Autora (2020).

Os proprietários dos estabelecimentos comerciais como mercadinhos, quitandas, padarias, etc. acreditam que é uma questão de tradição de famílias ricas terem casa em Campos do Jordão, famílias com propriedade há mais de um século. Porém, a maioria dos comerciantes avaliam que seja um bom negócio, quer seja para alugar ou como investimento.

O perfil que os comerciantes entrevistados apresentam é que a maioria é natural de Campos do Jordão e quem não é, está aqui há mais de 10 anos. Essa

maioria afirma que a prefeitura não tem realizado obras de infraestrutura necessária à cidade. É a mesma reclamação percebida nas entrevistas com os moradores. Apesar desse olhar crítico, muitos têm claro o significado de que Campos do Jordão tem aptidão para o Turismo por seus atributos como clima, ar puro, natureza, gastronomia, passeios e eventos que ocorrem ao longo do ano. E que o poder público e o privado devem investir somente no turismo. Todos percebem a importância do turista com interesse; e as maiores porcentagens foram os que preferem turistas de alta renda e os com qualquer renda. Houve também alguns que citaram um interesse no turista da terceira idade e no turista que vem para eventos mais específicos (negócios corporativos, congressos, simpósios, etc.).

Diante das entrevistas, compreende-se que o turismo é a vocação econômica principal considerada pelos entrevistados para Campos do Jordão, que acreditam que a população ganha com a atividade, embora haja desigualdade na distribuição da renda com turismo e também ser possível o desenvolvimento de outras atividades desde que não poluentes. Quanto ao tipo de turista o consenso é para a classe A proprietários de residências secundárias de alto padrão. Relativamente às entidades e órgãos voltados para o turismo, há conjecturas para uma única entidade fortalecida pelos membros. Entretanto, segundo Walter Vasconcellos, não há visão estratégica e a busca é por poder político, interesses pessoais e resultados imediatistas. Com base nessa visão, a atenção se volta para atender as expectativas dos turistas em detrimento das demandas sociais.

Em junho de 2018, em um evento realizado no Teatro do Grande Hotel, o grupo colaborativo Mercado em Foco divulgou resultados de duas pesquisas feitas com empresários e com a população de Campos do Jordão sobre o turismo. É interessante colocar os resultados da pesquisado Mercado em Foco, pois são perguntas diferentes da nossa pesquisa, mas serviriam para complementar e ajudar no entendimento sobre os empresários e comerciantes da cidade. A íntegra do evento e da pesquisa se encontra no site de notícias de Campos do Jordão.

O objetivo da pesquisa realizada pelo mercado em Foco foi levantar o perfil dos empresários que atuam na cidade, bem como seus hábitos, demandas, perspectivas, dificuldades e anseios.

A pesquisa envolveu 77 empresários que responderam a um questionário e foi constatado que cerca de 71% tem curso superior ou de pós-graduação. A maioria (aproximadamente 88%) é dono ou sócio do próprio negócio.

Em torno de 50% dos donos de negócio entrevistados está no mercado há mais de dez anos, e tem sólidas raízes na cidade, pois 83% dos entrevistados moram na cidade.

A área de atuação profissional é bastante diversificada, pois 22% dos 77 entrevistados correspondem ao setor de gastronomia, 20% estão no ramo de hospedagem e 19,5% no comércio em geral, sendo que a maior parte atende um público composto de 75% de turistas e 25% de jordanenses.

A pesquisa mostra ainda que praticamente metade dos empresários (51,7%) tem mais de cinco funcionários e 16% mais de 20 colaboradores, indicando um universo que vai do pequeno ao médio empresário.

Alguns dos pontos fortes, que influenciaram para que estes empresários pudessem estabelecer suas atividades em Campos do Jordão, são a qualidade de vida e o contato com a natureza.

A pesquisa apontou que entre os pontos fracos para se empreender na cidade foram: a falta de infraestrutura urbana, ausência de comunicação entre os empresários, a pouca informação sobre eventos que se realizam na cidade, a deficiência de mão de obra e a sazonalidade do turismo.

O que se observa no parágrafo acima é a semelhança com as queixas apresentadas em nossa pesquisa, principalmente em relação à falta de infraestrutura urbana e à mão-de-obra não especializada.

Apesar das queixas, 97% dos empresários pretendem expandir ou manter seus investimentos na cidade. Esse é um número bem grande entre os pesquisados e demonstra que estão confiantes no futuro.

Um dos assuntos mais discutidos no evento foi a implementação de atividades e projetos turísticos em Campos do Jordão, que pudessem movimentar a cidade o ano todo, além de criar entre os empresários, uma cultura de desenvolvimento sustentável, com iniciativas relacionadas a políticas públicas que beneficie o setor. O evento também contou com a presença de especialistas na área de gestão, turismo e *marketing*, que responderem aos questionamentos e sugeriram ideias e projetos, tais como: maior ação do poder público, disseminação da informação dos eventos abertos ao público que acontecem em Campos, tanto para os visitantes quanto para a população e com isso a participação do jordanense e sua relação com o turismo. Na medida em que muitos não se sentem parte integrante do processo, essa informação

também foi obtida na pesquisa que o Mercado em Foco fez com empresários e a população.

No dia 5 de novembro de 2019, no auditório do Hotel Escola SENAC, ocorreu o 3º Fórum de Turismo da cidade de Campos do Jordão. Este fórum vem ocorrendo de modo colaborativo entre o poder público, Senac e entidades da cidade. O Fórum trouxe uma série de reflexões com profissionais da área de Turismo, inclusive o secretário municipal de turismo de Campos do Jordão André Barbedo, que na entrevista afirmou que a intenção do *Fórum é criar oportunidades para que empresários, população e membros de entidades ligadas ao turismo trabalhem de forma colaborativa no desenvolvimento turístico da cidade de Campos do Jordão.*

A visão dos moradores de Campos do Jordão

Foram realizadas 174 entrevistas com moradores também nas três principais vilas da cidade de Campos do Jordão, mas encontrando a maior parte dos entrevistados nas ruas da Vila Jaguaribe e também Abernécia, duas vilas de grande circulação de moradores.

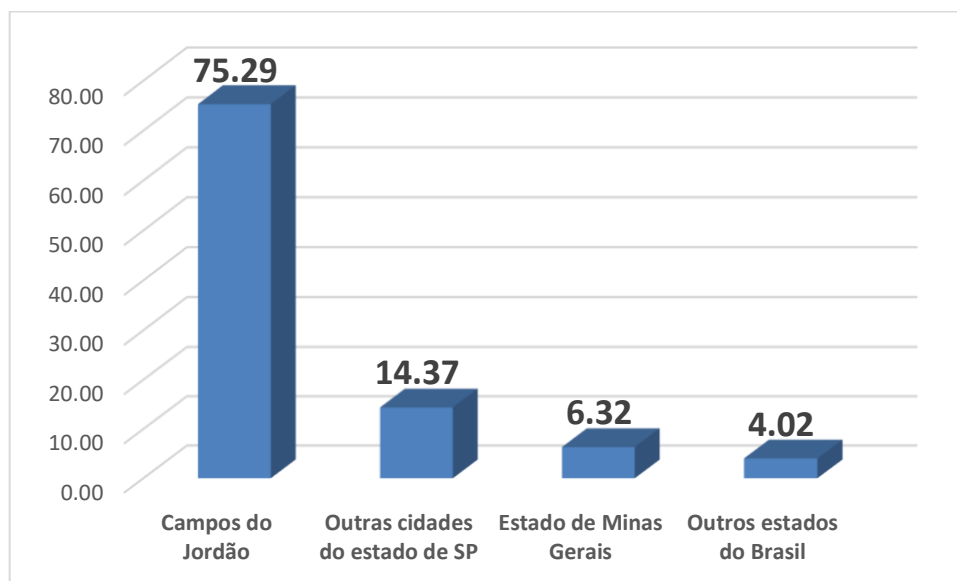
Com essas entrevistas tentou-se conhecer como os moradores de Campos do Jordão veem a atividade turística no município.

Abaixo, estão apresentadas as questões que fizeram parte do questionário para os moradores (APÊNDICE C) e as respectivas análises:

1. Você é natural de onde?

Hoje, a grande maioria é de Campos do Jordão. Dos 174 entrevistados, 131 são naturais de Campos do Jordão e disseram que os pais ou avós vieram de São Paulo ou de Minas Gerais. Com essas declarações, entende-se que ocorreu a formação de famílias de migrantes, cujos filhos continuaram a morar na cidade.

Gráfico 24 – Estado ou cidade de origem do morador



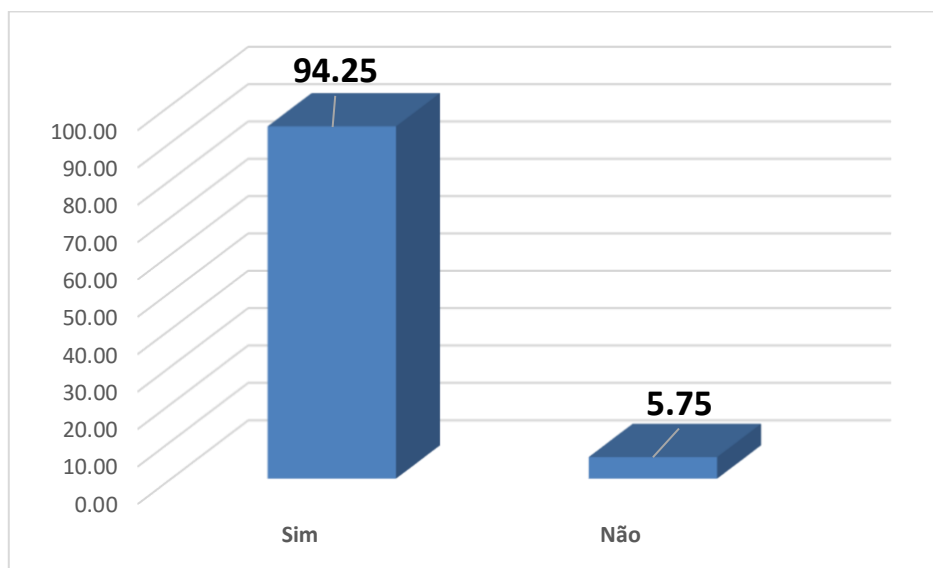
Fonte: Autora (2020).

Do mesmo total, 25 pessoas disseram ser de outra cidade do Estado de São Paulo; 11 pessoas são do Estado de Minas Gerais e 7 pessoas são de outros Estados do Brasil (Gráfico 24).

2 - Você está satisfeito em morar em Campos do Jordão?

Dos entrevistados, apenas 10 responderam que não estão satisfeitos em morar em Campos do Jordão. A maioria respondeu que sim, mas com ressalvas que serão expostas na questão 4.

Gráfico 25 – Está satisfeito em morar em Campos do Jordão?



Fonte: Autora (2020).

3 - O que você mais gosta em Campos do Jordão?

As características mais citadas são a qualidade de vida, o clima e as atrações turísticas (natureza).

4 - O que você menos gosta em Campos do Jordão?

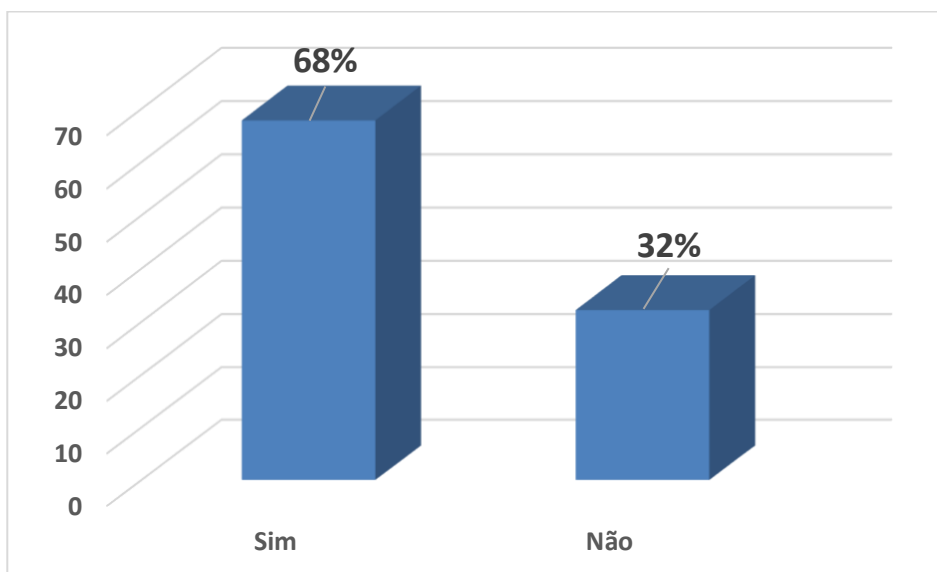
As características mais citadas são a falta de emprego, o descontentamento com os serviços públicos (educação e saúde) e o clima (frio, chuva e geada).

Segundo o SEADE (2019), o índice de desemprego só cresceu desde a década dos anos 90 até 2017. Nos últimos 15 anos, segundo a população entrevistada, a falta de oportunidade de trabalho é atribuída às atividades ligadas ao turismo uma vez que a rede hoteleira traz mão-de-obra de outras localidades alegando que a clientela é de classe alta com alto nível socioeconômico e cultural e, portanto, requer equipamentos e serviços especializados que utilizam mão-de-obra escolarizada e qualificada.

5 – Campos do Jordão é conhecida como a Suíça brasileira. Você Concorda ou Discorda?

Do total de moradores entrevistados, 118 pessoas responderam que sim, concordam com essa ideia de associar Campos do Jordão com a Suíça. Percebe-se a influência do *marketing* que há na cidade e que acaba por contagiar os moradores. Mas 56 pessoas responderam que não, porque conseguem enxergar os problemas da cidade (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Dados sobre Campos do Jordão reconhecida como a “Suíça brasileira”



Fonte: Autora (2019).

6 - Na sua opinião, a cidade tem tido ganhos com o turismo? Há uma parcela da população que ganha com o turismo?

Dentre os moradores, 129 pessoas entrevistadas consideram que sim, 28 pessoas consideram indiferente e 17 pessoas consideram que não. Para as 129 pessoas entrevistadas que responderam sim, disseram que todo mundo ganha, principalmente os que trabalham diretamente com o turismo. As 28 pessoas que consideram indiferente, disseram que são os empresários que ganham e as 17 pessoas que consideraram não, afirmam que ninguém ganha, citando como exemplo os aumentos dos preços (custo de vida).

As pessoas entendem que o turismo é vantajoso economicamente para o Município, mas acreditam que o retorno dos benefícios do turismo para a sociedade é muito pequeno (Gráfico 27).

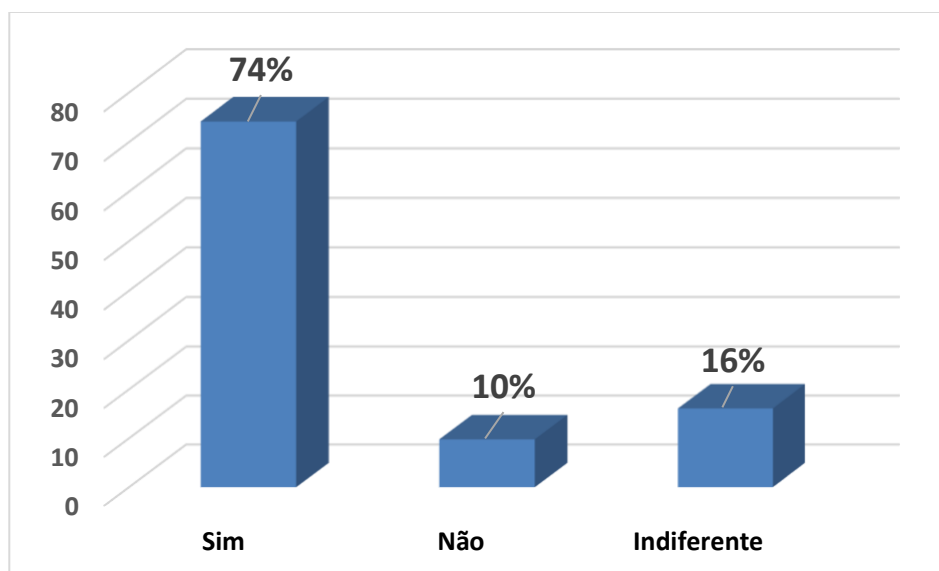
7 – Você participa dos eventos turísticos que a cidade promove?

Dos entrevistados, 47 pessoas participam das festas da cidade somente quando há shows de artistas populares; 42 pessoas responderam que participam de vários eventos e 85 pessoas não frequentam as festas e demais atividades do calendário turístico.

A conclusão a que se chega é que, apesar de perceberem de um modo geral positivamente o desenvolvimento turístico, há uma distância que separa os moradores dos eventos turísticos (Gráfico 28).

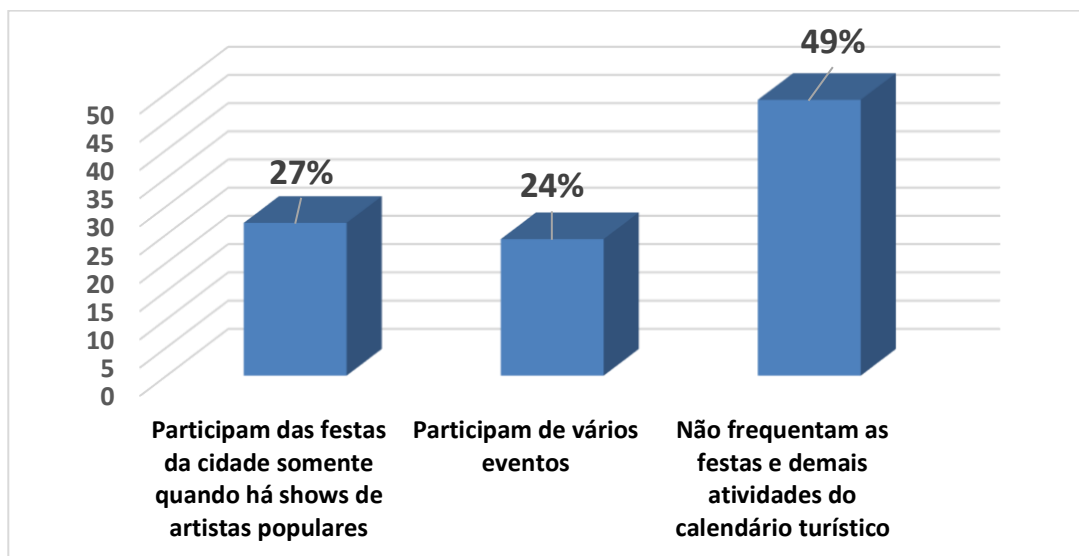
Pivott (2006), em sua dissertação *O turismo e a produção social do espaço urbano*. Estudos sobre Campos do Jordão, SP, citou trabalhos acadêmicos que continham pesquisas com moradores e apontou que o turismo desenvolvido em Campos não integra o morador ao espaço ocupado pelos turistas, excetuando-se os vínculos de trabalho. E em casos onde os moradores são dos bairros com pouca infraestrutura, mais afastados, com imagem diferente dos bairros mais turísticos, encontram-se marginalizados pela forma como o turismo se apresenta na cidade, tanto em razão da natureza das ocupações disponíveis no setor para esses residentes, quanto pelo pouco uso que estes fazem dos equipamentos e serviços receptivos.

Gráfico 27 - Dados sobre Campos do Jordão tendo ganhos com o turismo.



Fonte: Autora (2019).

Gráfico 28 - Dados sobre participação em eventos turísticos que a cidade promove.



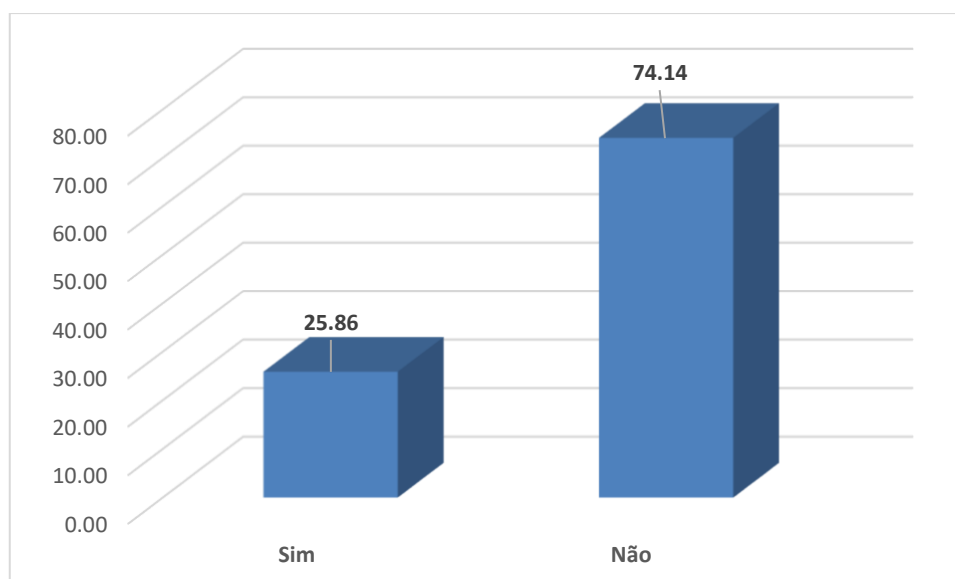
Fonte: Autora (2019).

8 – Você participa de alguma ONG, Fundação ou Associação?

No total dos moradores entrevistados, 129 pessoas responderam que não e 45 pessoas responderam que sim (Gráfico 29).

Entre ONGs, fundações e associações, há em Campos do Jordão cerca de 30 dessas categorias, sendo que a maioria são entidades religiosas.

Gráfico 29 – Participação do morador em alguma ONG, Fundação ou Associação

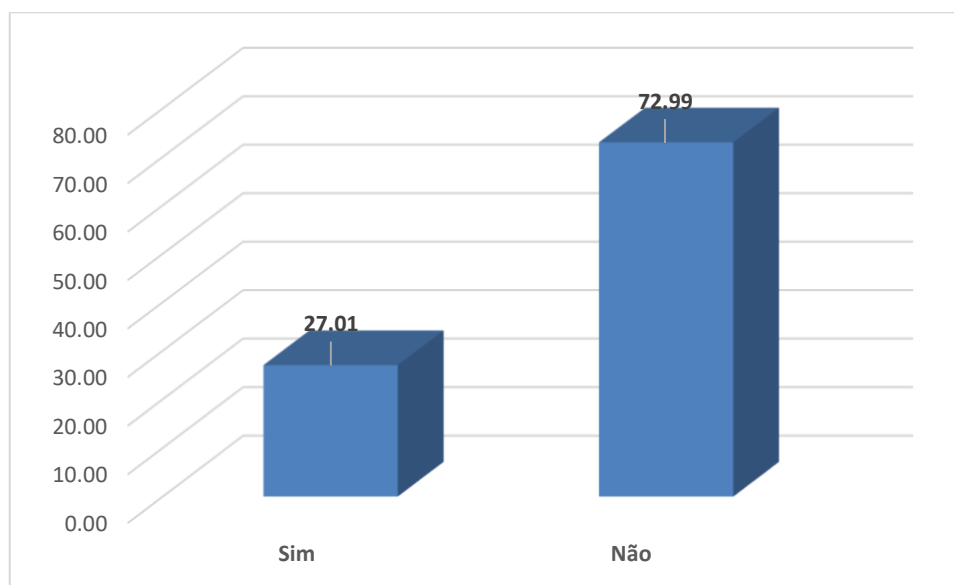


Fonte: Autora (2020).

9 – Você considera que a Prefeitura tem realizado a infraestrutura necessária para a cidade?

Dos entrevistados, 127 responderam que não e 47 responderam que sim. Muitos apontaram como problemas: o trânsito e a degradação ambiental (Gráfico 30).

Gráfico 30 – A Prefeitura tem realizado a infraestrutura necessária para a cidade?



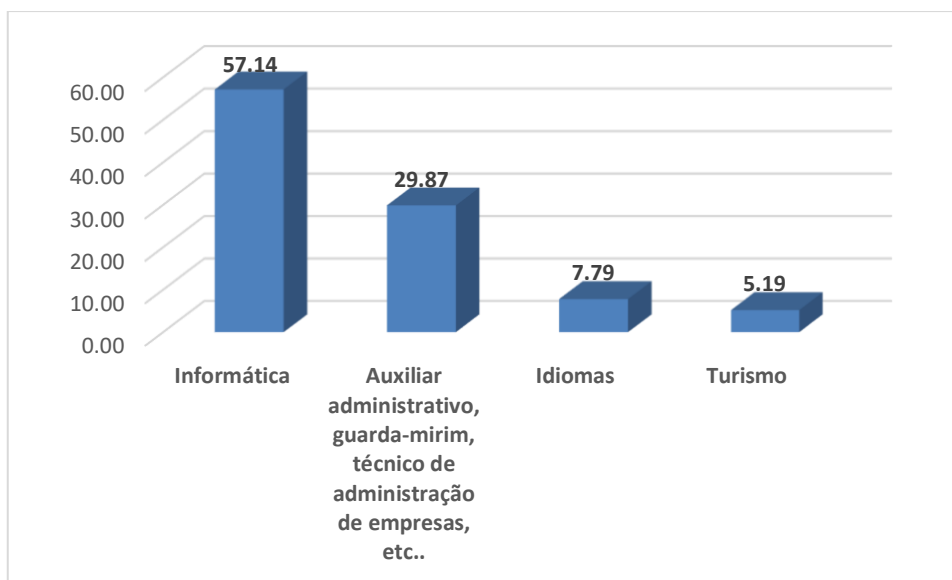
Fonte: Autora (2020).

10 – Como a prefeitura poderia melhorar a vida da população já que o turismo é visto como principal fonte econômica da cidade?

As 174 pessoas entrevistadas esperam da prefeitura a abertura de postos de trabalho ou cursos profissionalizantes gratuitos. Principalmente, cursos na área de turismo, sendo os mais citados: agente de viagem, hotelaria, guia turístico, gastronomia, lazer e recreação.

Dos entrevistados, 77 tiveram a oportunidade de frequentar cursos profissionalizantes. Destes, 44 fizeram cursos de informática, 23 fizeram outros cursos como: auxiliar administrativo, guarda-mirim, técnico de administração de empresas, padeiro, secretariado, contabilidade, recursos humanos, corte e costura, mecânico, eletricidade, malharia; 6 fizeram cursos de idiomas e 4 fizeram curso de turismo. A maioria considera os cursos caros por causa da baixa renda familiar (Gráfico 31).

Gráfico 31 – Como a prefeitura poderia melhorar a vida da população?



Fonte: Autora (2020).

Hoje, a grande maioria dos moradores é natural de Campos do Jordão. Essas pessoas fazem parte da nova geração descendentes dos migrantes. A maioria desses jordanenses está satisfeita em morar em Campos do Jordão. Principalmente, pela qualidade de vida e das belezas da natureza que envolve a cidade. As ressalvas ficam por conta da prefeitura com seus problemas relacionados à infraestrutura, como o trânsito e a degradação ambiental, da falta de emprego, o dos serviços públicos chamando atenção para educação e saúde e as intempéries climáticas.

Interessante perceber que independente dos problemas muitos moradores concordam com a ideia de associar Campos do Jordão com a Suíça. Muitos moradores não conhecem a Suíça nem por fotografia ou mapa. Mas, há décadas começaram a cultuar tanto a imagem do outro país, do lugar frio, numa tentativa de imitar outro lugar que vai perdendo suas próprias características culturais. E percebem que perdem quando não tem frio, pois os turistas desaparecem. Criam então, uma série de festivais e eventos de todos os tipos no resto do ano. Dessa forma, consideram que todos ganham com o turismo; a cidade e os moradores. Muitos entendem que o turismo é vantajoso economicamente para o Município. Mas, percebem que o retorno dos ganhos do turismo para a sociedade deveria ser maior. Que os maiores beneficiados são os empresários. A população em grande parte não frequenta as festas e demais atividades do calendário turístico. Muitos se sentem segregados. Talvez por isso, a maioria não participa de ONGs, Fundação ou

Associação. As citadas foram às entidades religiosas. E a população como um todo espera da prefeitura abertura de postos de trabalho ou cursos de capacitação profissional voltados para o turismo. Já que é a fonte de renda mais importante para a economia do Município.

5 UMA DISCUSSÃO SOBRE CAMPOS DO JORDÃO E AREPRODUÇÃO NO SEU ESPAÇO URBANO DOS EVENTOS E PADRÕES CONTEMPORÂNEOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Todo material levantado em conjunto com a análise da revisão teórica e os estudos realizados por outros pesquisadores sobre Campos do Jordão permitiram a constatação de que a organização socioespacial do Município sempre seguiu a lógica do capitalismo conforme os diferentes períodos e características de seu desenvolvimento e que tem o respaldo em seus Planos Diretores e na legislação municipal reforçando os interesses de grupos que investem e valorizam o preço da terra. Isso se concretiza no espaço. Assim, constata-se que a produção social desse espaço dividido resulta no agravamento da desigualdade socioespacial e em má distribuição de renda.

Assim, quando se estudou os aspectos geográficos de Campos do Jordão com base na tese de Rosa Filho (2006), ficaram muito claros os impactos negativos que a cidade sofreu referentes à poluição do meio ambiente (ar, água e solo), à habitação precária, à insuficiência da infraestrutura e a desigualdade na distribuição de renda. Tudo isso como reflexo das transformações históricas do Município, tais como a ocupação urbana extensa e inadequada num planalto a 1700 metros de altitude com as ocupações irregulares do solo e a especulação imobiliária decorrente do turismo de alto poder aquisitivo, junto às questões ambientais naturais como chuva de relevo típicas dos locais com altas altitudes e declividades.

Pivott (2006, p. 289) faz uma observação importante quando afirma que:

[...] o Município teve sua configuração territorial inicialmente portadora de rara riqueza natural no que respeita a um ecossistema diferenciado de Mata Atlântica com a presença do pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) em um lugar comum a tantos outros Municípios no Brasil turístico ou não que colecionam baixos índices sociais [...]

Antes de 2018, Campos do Jordão não teve um planejamento específico para o turismo, mas sempre teve o turismo como item importante em seus Planos Diretores e legislações.

Segundo Pivott (2006), o turismo sempre recebeu um direcionamento da elite de cada época. Primeiro foi o turismo de alto padrão que trouxe as construções de segundas residências, o turismo de colônia de férias para trabalhadores, o de nível internacional com grandes hotéis de luxo, o turismo popular e hoje em dia, há um

grande investimento no turismo de negócios e eventos corporativos, ao qual se credita a possibilidade de ocorrer durante todo o ano, e não somente na alta temporada. A autora também afirma que não há turismo sem impacto, que pode assumir vários aspectos e escalas, envolvendo a economia, o meio ambiente, a cultura e a sociedade. Principalmente, o turismo de massa que se constata em crescimento e com demanda muito rápidos.

Portanto, a lógica do turismo em Campos do Jordão não é a do turismo sustentável, mas a do turismo no Brasil, orientado pelo capitalismo, onde os espaços são produzidos pela iniciativa privada (incluindo empresários migrantes) com o apoio de políticas públicas e da mídia que, no entanto, após exaurir as energias do local, trocam-no por novas destinações que ainda não apresentam sinais de degradação socioespacial [...] (PIVOTT, 2006, p. 290).

Quando Barretto (1991) afirma que o turismo, conhecido como é hoje em dia, sempre esteve ligado ao modo de produção capitalista e ao desenvolvimento da tecnologia. O que está de acordo com Gottdiener (2010) quando se observa em Campos do Jordão que o que ocorre é a reprodução das transformações contemporânea da sociedade capitalista causando mudanças na organização socioespacial da cidade.

Como foi discutido na revisão teórica desse trabalho, na primeira metade dos anos 1980, Gottdiener (2010) identifica sete tendências de análise dos eventos e padrões urbanos contemporâneos, que caracterizam a produção social do espaço e entendendo-as como Oliveira (1991) e Pivott (2006), com situações correspondentes a Campos do Jordão.

O processo de produção social do espaço em Campos do Jordão mostra que o processo de produção se voltou para as demandas do capital e do Estado, criando um espaço que correspondia às necessidades de crescimento e progresso econômico, mas, deixando clara a falta de um espaço para os segmentos populacionais de mais baixa renda.

O espaço urbano de Campos do Jordão foi sendo produzido sob a égide do modelo de desenvolvimento capitalista, fomentando a concentração de renda, segregação socioespacial, exclusão de grupos sociais e a não preocupação com o meio ambiente. Isso se deu sempre com o aval da legislação para o disciplinamento do espaço, visto que as primeiras leis datam do final do século XIX. Sempre houve um interesse e uma orientação no âmbito do planejamento (o Estado sendo um agente

indutor) muito ligados à ascensão da elite local e externa com a finalidade de viabilizar investimentos tanto por *status* como para fins lucrativos num centro de veraneio para esta elite. Fica claro então que a efetiva função do planejamento em Campos do Jordão foi atender aos interesses particulares de alguns grupos sociais.

Em relação aos padrões de assentamento produzidos pelas instâncias econômica, política e ideológico-cultural, associa-se ao fim da cidade sanatorial, momento em que aparecem as leis de zoneamento segregando e valorizando a cidade turística. Dessa forma, a economia mudou o modo de produção objetivando o turismo, e a política mostrou sua força na legislação para o espaço dividido entre saúde/turismo e as estratégias ideológico-culturais do *marketing* urbano para valorizar o turismo na cidade.

Segundo com Gottdiener (2010), a mais-valia também acontece no espaço social, isto é, onde o conflito se dá sobre o espaço e não no espaço, o que se compara com o que Oliveira (1991) afirma acerca do boom da construção civil que trouxe para Campos do Jordão uma quantidade de pessoas que chegaram para trabalhar (mão de obra), mas não tendo onde morar. Cresce então o adensamento de favelas e invasões em áreas de preservação. Segundo Pivott (2006, p. 292) houve uma tolerância por parte dos políticos e do capital em articulação com o Estado. E assim, "o planejamento do território foi utilizado para sintetizar o projeto de transformação de estância sanitária em turística".

Outro padrão urbano contemporâneo de Gottdiener (2010) é que o espaço tende a assumir formas determinadas por agentes que lucram com o mercado imobiliário, entendido no processo de acumulação de capital como "um circuito paralelo à produção industrial que, articulado à moderna propriedade fundiária que reclama parte do excedente social, produz bens imóveis e habitações supervalorizadas" (LEFEBVRE, 1974, *apud* GOTTDIENER, 2010, p. 185). Em Campos do Jordão com a proibição de novos loteamentos, nos anos 1980, fez-se com que as incorporadoras investissem em condomínios para as classes média e alta; a expansão urbana revela em parte o atendimento a esses interesses, sendo uma maneira de aumentar a arrecadação de imposto, no caso o IPTU (Imposto Predial, Territorial e Urbano).

Prosseguindo com Gottdiener (2010), aponta-se que o desenvolvimento socioespacial é resultado de ações conjuntas do Estado com o setor privado, alinhando ideologias e interesses. O Estado transforma o ambiente, por uma série de

ações, conflitos e interesses. Acaba por valorizar o espaço urbano com intervenções em obras públicas, favorecendo a estratégia de acumulação do setor imobiliário criando leis de zoneamento que facilitam a dominação da elite através da segregação e da produção do espaço construído. Isso é identificado em Campos do Jordão na criação da Prefeitura Sanitária no final da década de 20, que vai viabilizando os projetos modernizadores da elite, onde a cidade deveria ser administrada somente por médico, nomeado pelo próprio Presidente Estadual, na época. Assim, os médicos elaboraram uma orientação para a ocupação do território, prevendo áreas segregadas para veraneio e sanatórios coletivos

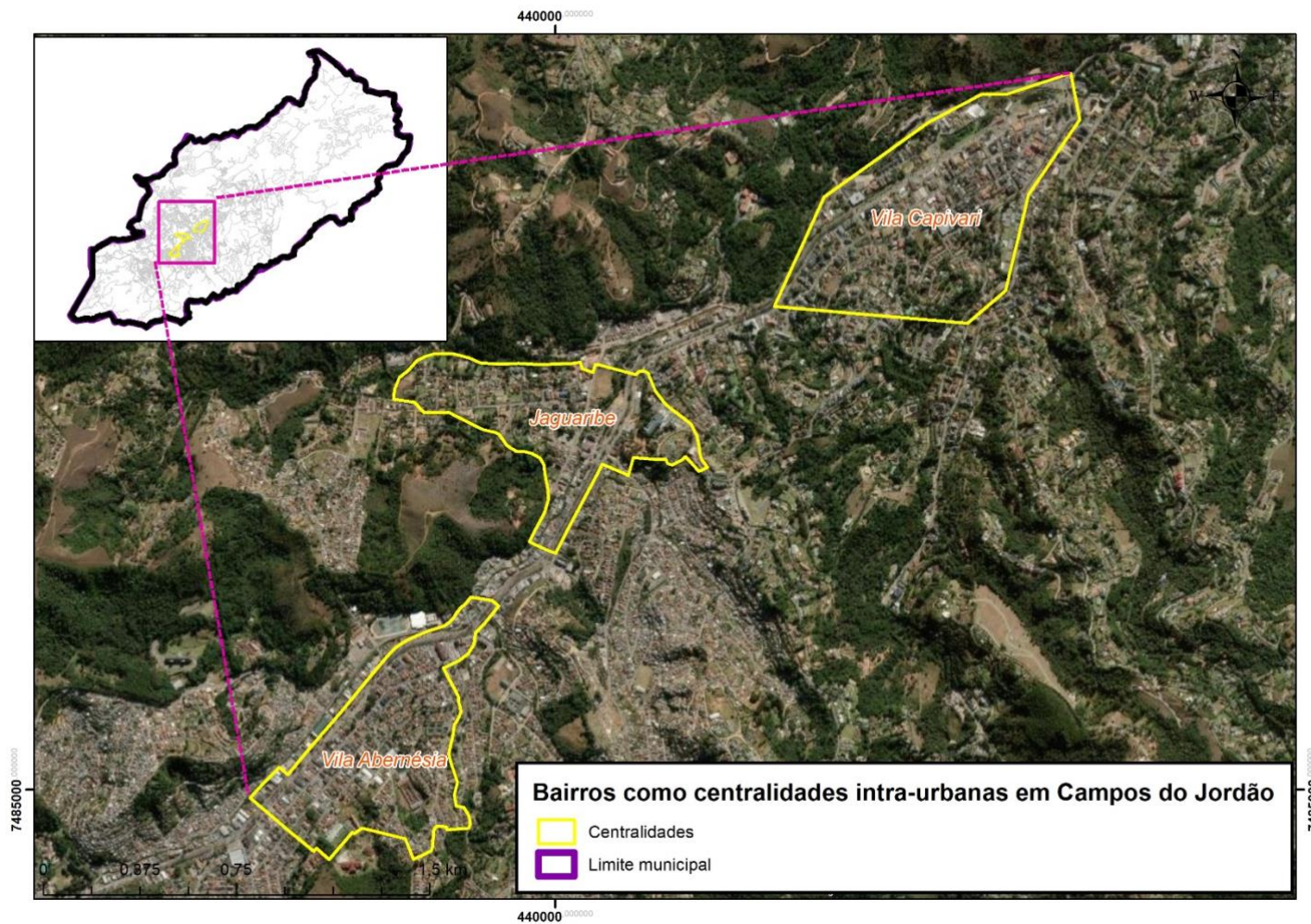
Quando Gottdiener (2010) fala da ideologia do crescimento, ele a considera como uma ilusão na motivação da produção do espaço quanto ao desenvolvimento econômico que geraria benefícios para todos. A ideologia seria ilusória quando ela surge na classe dominante, na transformação dos seus pensamentos como os únicos verdadeiros, razoáveis e válidos. Identifica-se a ideologia nos planos do município, já discutidos anteriormente, que vão propor melhoria de condições de vida da população em geral com base no progresso planejado para a economia do turismo, num discurso que leva a todos a acreditarem nisso.

Entende-se que a visão positiva do turismo em Campos do Jordão apresentada pelos moradores que foram pesquisados está associada aos benefícios econômicos oriundos do fluxo de turistas principalmente quando gera empregos, não estando relacionada às atrações turísticas, ao uso dos equipamentos e infraestruturas ou serviços receptivos.

Pivott (2006) também referencia Gottdiener (2010) quando atribui o desenvolvimento desigual ao capitalismo tardio, afirmando que os benefícios são para poucos e as situações problemáticas são divididas entre todos, aumentando assim, a desigualdade, pois a elite tem melhores condições para lidar com as adversidades. Observa-se em Campos do Jordão, como em grande parte das cidades brasileiras, uma boa distribuição de equipamentos urbanos e melhor infraestrutura nos bairros de classe média ou alta. No caso de Campos os três bairros que formam as centralidades - Abernèssia, Jaguaribe e Capivari, (Figura 31) atendem, o primeiro, sobretudo à população residente e os dois últimos, aos turistas principalmente. Esses são alguns atributos gerais de centralidade que a cidade apresenta, constituindo uma realidade própria em função de como ocorreu seu processo de crescimento econômico e sua expansão urbana. Essa situação de centralidades intraurbanas socialmente

segmentadas está na raiz de sua centralidade microrregional, particularmente ligada ao turismo, levando o núcleo urbano jordanense a se tornar o mais expressivo centro da região em que se insere, a Serra da Mantiqueira. Assim, Campos do Jordão, se torna única nesse contexto por apresentar uma formação socioespacial singular e por gerar interdependências que promovem o desenvolvimento turístico de toda região.

Figura 31 – Os três bairros que formam as centralidades intraurbanas no município de Campos do Jordão - Abernédia, Jaguaribe e Capivari.



Fonte: USGS (2019). Elaborado por Daniel José de Andrade.

Existe uma relação estreita entre a transformação do espaço urbano e a centralidade de Campos do Jordão vista no contexto intraurbano, microrregional e também na rede urbana regional e inter-regional, pois além de fazer parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, sempre manteve relações com personalidades e segmentos da população paulistana. Sendo assim, ressaltou-se o poder da economia turística na produção do espaço, tanto pela concentração e dinâmica funcional inerente à sua principal centralidade intraurbana, dadas pelos serviços, comércios, equipamentos e fluxos, como também, pela dimensão simbólica intermediada por uma racionalidade hegemônica que, desde o início de sua história, a representa e promove como cidade ideal para a saúde, o turismo e o consumo do lugar ideológico que ela ocupa no cenário de uma ordem sociocultural e um planejamento estratégico de cidade mercadológica. Assim, a cidade se constitui como espaço dividido da desigualdade socioespacial.

Finalizando com a análise dos eventos e padrões urbanos contemporâneos que caracterizam a produção social do espaço para Gottdiener (2010), no que se refere às transformações do espaço-tempo que alteram as condições de vida dos moradores, elas causam segregação socioespacial. Conforme Oliveira (1991), o poder público cria uma política habitacional, mas acaba sendo conivente com as invasões. Com isso, há a fragmentação de grupos sociais, as pessoas estão separadas num mesmo espaço, pois elas não se relacionam, porém, em algumas situações há uma interrelação entre os segmentos ricos e pobres, turistas e moradores, pelas relações de trabalho em segundas residências e estabelecimentos de comércios e serviços turísticos, muitas vezes de caráter informal.

Fica claro que a produção social do espaço de Campos do Jordão revela a segregação socioespacial por meio das centralidades constituídas. Nesse espaço dividido, pode-se encontrar em determinada centralidade a coexistência dos dois circuitos econômicos estudados.

Os turistas que frequentam a cidade também se dividem entre os de classe média e alta, que consomem produtos e serviços dos hotéis de luxo, dos restaurantes caros, das lojas de grifes e dos eventos elitizados. E por outro lado, os turistas populares que vêm para a cidade passar o dia e dividem os espaços com os outros turistas, consumindo produtos e serviços mais baratos e populares e visitando locais turísticos de acesso gratuito.

Pela abordagem de Gottdiener (2010), entende-se que Campos do Jordão reproduz no seu espaço urbano as transformações contemporâneas da sociedade capitalista, quando a existência de fatores provenientes de várias escalas influencia o uso e ocupação do solo, permitindo que classes distintas coexistam no espaço de forma segregada.

A desigualdade socioespacial é observada nos bairros que constituem a cidade: os de alto padrão, que apresentam as segundas residências, os populares e as favelas, que abrigam ainda um grande número de moradores nativos ou migrantes.

A questão referente às segundas residências desde a época senatorial mostra a influência de uma elite que veio de fora, pessoas com destaque político, empresarial ou aristocrático que não residiam em Campos do Jordão, mas que escolheram a cidade para terem suas casas para o tratamento discreto de familiares e que depois passam a ser também utilizadas para veraneio. Como exemplos dessa elite paulistana destacam-se Macedo Soares, família Matarazzo, Roberto Simonsen e Adhemar de Barros. Tais pessoas investiam na cidade tanto por *status* como para fins lucrativos. Um exemplo dessa influência é citado por Hammerl (2011), por uma série de melhoramentos concebidos para o Bairro Capivari. A construção de uma cidade-jardim é idealizada pela Companhia de Melhoramentos de Campos do Jordão, de propriedade de Macedo Soares, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, sob o comando de Adhemar de Barros.

Atualmente, essa análise da segunda residência acaba exigindo uma atualização. Pois, embora essa afirmação possa ter sua validade, não é só a elite que a partir dos anos 1980, sobretudo, passa a procurar a cidade para obter a segunda residência. A classe média também passa a buscar isso. O recente processo de verticalização da cidade, aliado às possibilidades de financiamento, também atestam essa afirmação.

Ainda hoje, Campos do Jordão é um município que apresenta uma desigualdade socioespacial geradora de problemas econômicos, sociais e ambientais que necessitam de soluções. Mesmo assim, continua a priorizar obras de infraestrutura para os bairros onde moram as classes média e alta, proprietárias de imóveis considerados de altíssimo valor, variando de US\$500 mil a US\$6 milhões, segundo informações das imobiliárias locais. A especulação imobiliária encarece não apenas os serviços urbanos, mas tudo o que é oferecido na cidade: produtos industriais, comércios e serviços.

Percebe-se o empenho do poder público aplicado em obras de infraestrutura, na provisão de equipamentos urbanos e na melhoria dos espaços públicos utilizados nas Vilas Abernêssia, Jaguaribe e Capivari, as três centralidades de Campos do Jordão. Esse empenho é direcionado a alguns usuários em detrimento de muitos moradores que não usufruem dessas melhorias.

Para que essa discussão prossiga, segue abaixo algumas propostas que foram sendo encontradas ao longo dessa pesquisa e que servem para auxílio ou como recomendações aos problemas de Campos do Jordão.

Na dissertação de Cleide Pivott sobre “O turismo e a produção social do espaço urbano. Estudos sobre Campos do Jordão, SP” de 2006, a autora acredita que, se houver um processo de entendimento dos preceitos do turismo sustentável, apoiado em um planejamento turístico e na responsabilidade social para os destinos turísticos, ocorrerão mudanças significativas na cidade de Campos do Jordão que recebe milhares de turistas todos os anos.

Na dissertação de Daniela Côrrea Silva sobre “O papel da regularização fundiária no Brasil, análise de um projeto de implementação de regularização fundiária na Vila Albertina em Campos do Jordão/SP” de 2008, a autora afirma que a regularização é muito importante e necessária para a questão habitacional, porém, não sendo transformada em uma regra urbanística. Devendo sim, oferecer opções de moradia à população de baixa renda, “pois do contrário, a ilegalidade continuará se reproduzindo e a Suíça Brasileira muito provavelmente se tornará uma cidade caótica” (SILVA, 2008, p. 270).

Acrescenta-se a esse alerta a observação que, em períodos de alta temporada, a cidade já se torna caótica devido ao trânsito congestionado. Independente das mudanças realizadas pela prefeitura nas obras de infraestrutura em relação ao trânsito.

Em um evento realizado no mês de junho em 2018, o grupo Mercado em Foco sugeriu algumas propostas para a cidade, tal como a criação de projetos colaborativos, onde todos os setores da cidade possam participar, opinar e se beneficiar com o turismo. Produzindo ainda uma concentração da economia na região por meio de um sistema, que dê benefícios para os jordanenses consumirem nos estabelecimentos da cidade frequentado por turistas. Essa proposta é apresentada como uma possível solução para quebrar o preconceito sentido pela população moradora em frequentar lugares que julgam ser apenas para os ricos.

Outra proposta foi a implementação da matéria Turismo na grade escolar e a disseminação da informação dos eventos abertos ao público que acontecem em Campos, tanto para os visitantes quanto para a população. Essa proposta valoriza a importância da educação, da comunicação e da informação para o cidadão jordanense.

A educação e a inserção da comunidade no turismo são de vital importância para aprimorar a relação entre o jordanense e o turista. Pois é necessário que os cidadãos conheçam os atrativos e ainda possam multiplicar suas qualidades. Uma das ideias indicadas no evento seria a implementação do “Dia do Turista”, onde a população local possa conhecer de perto os atrativos de Campos com preços acessíveis ou gratuitamente, podendo conhecer e experimentar o que é oferecido aos visitantes da cidade.

Certamente, todas essas propostas somadas a um planejamento eficaz solucionariam boa parte das contradições socioespaciais que Campos do Jordão enfrenta há muitos anos.

Chega-se, então, a uma das questões importantes dessa pesquisa. Qual a contribuição do planejamento (concepção e instrumentos) revelaria, em alguma medida, a perspectiva, diretrizes ou indícios de integração de demandas de coletivos sociais ou políticos voltados a interesses comuns ligados à provisão do que é socialmente e espacialmente mais necessário para a população residente?

O que se percebe é que o planejamento acaba sendo um instrumento para o controle do espaço e não um instrumento de solução aos problemas do Município. Campos do Jordão é uma cidade que contém atributos de centralidade em razão da atividade turística, ao mesmo tempo em que é um modelo de cidade mercadológica (a Suíça brasileira) e, assim, reforça cada vez mais, o espaço dividido da desigualdade socioespacial.

O professor Villaça em seu texto “Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil” afirma que o planejamento urbano no Brasil é uma atividade intelectual de elaboração de planos, até os dias de hoje. Uma atividade fechada dentro de si mesma, desvinculada das políticas públicas e da ação concreta do Estado, mesmo que procurando justificá-las por meio de um discurso que elimina as discórdias e oculta os conflitos.

No planejamento que surge no Plano Diretor de Campos do Jordão elaborado em 2003, já comentado na seção 5, não foi cumprido o que estava no plano por

questões de gestão do plano e as decisões tomadas fazem parte das instâncias econômica, política e ideológico-cultural de uma elite da cidade que enxerga no plano a chance de atuar sempre para a valorização da terra.

Atualmente, o Plano Diretor de Turismo segundo a Prefeitura, está entrando na fase de execução, será um marco para o turismo de Campos do Jordão, e tem como objetivo nortear todo o processo de desenvolvimento do turismo no município.

O plano que deveria expressar um planejamento com vertentes mais contemporâneas, representadas pelo embate entre tendências mais democráticas, aparece no discurso do que se denomina de planejamento estratégico, inspirado na ideia de uma cidade mercadológica.

Campos do Jordão é a cidade escolhida para o inverno por muitos turistas paulistanos, paulistas, mineiros, cariocas, enfim, brasileiros e, portanto, o interesse do poder público e das empresas privadas é muito grande. É recomendável, então, um planejamento para equacionar os diversos interesses de forma que o Município não seja apenas um cenário mercadológico, mas, sim, um lugar onde os moradores fiquem com o bônus por morar em uma cidade turística.

Ainda discutindo sobre planos, mas agora com o questionamento da existência de indícios de ações integradas ou diretrizes tendo em vista a cooperação entre municípios e/ou entre diversos agentes do Circuito da Mantiqueira para a promoção do serviço turístico e atividades correlatas.

Há anos existe o interesse na articulação de ações integradas entre os municípios da Serra da Mantiqueira, devido às potencialidades do Turismo que a região apresenta. Nesse âmbito de relações intermunicipais, é preciso mencionar a busca de atuação conjunta em arranjos institucionais, a exemplo de consórcios como o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Mantiqueira e Litoral Norte (CODIVAP), hoje, Associação dos Municípios do Vale do Paraíba, e o Consórcio Intermunicipal Serra da Mantiqueira (CISMA) - do Conselho de Desenvolvimento da RMVPLN e do Comitê de Bacia Hidrográfica da Serra da Mantiqueira, ou ainda, por meio de outras iniciativas advindas com o efeito irradiador da centralidade de Campos do Jordão no desenvolvimento da estrutura turística dos pequenos municípios limítrofes. Segundo Carmo (2003), existem algumas atividades turísticas desenvolvidas em conjunto pelos municípios, realizando eventos na Serra da Mantiqueira promovidos pelas secretarias e diretorias de turismo e cultura dos municípios. O objetivo é englobar a região da Mantiqueira com o desenvolvimento e

apoio dos órgãos municipais e estaduais. Mas, o que se observa é que, a maioria das ações para organização do turismo são pontuais. A busca de atrativos turísticos e serviços de apoio oferecidos nas cidades vizinhas torna-se uma estratégia de planejamento de municipalidades vizinhas e, mesmo, uma alternativa para o alto custo do turismo em Campos do Jordão e a inadequação já perceptível de sua estrutura urbana sobrecarregada pela intensidade de fluxos de veículos nas temporadas.

Nos guias turísticos de Campos do Jordão, dentre os recursos naturais indicados como atrativos estão o Pico do Itapeva e a Pedra do Baú, pertencentes respectivamente aos Municípios de Pindamonhangaba e São Bento do Sapucaí. Isso se deve à facilidade de acessos que Campos do Jordão oferece, mas também, ao fato da centralidade microrregional que a cidade exerce atraindo mais turistas e refletindo positivamente para os outros municípios.

O município de Campos do Jordão faz seu planejamento voltado somente ao seu turismo. Não foi encontrado em nenhum plano proposto pela cidade ações integradas ou diretrizes para a cooperação entre municípios e/ou entre diversos agentes do Circuito da Mantiqueira para a promoção do serviço turístico e atividades correlatas.

Apesar dos programas, projetos, entidades, associações e legislação não se percebe uma integração forte entre os municípios. Não há nenhum órgão, associação ou consórcio que articule efetivamente ações de planejamento e gestão integrada entre os municípios. O que há são os órgãos públicos estaduais, entre eles SMASP (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo), SETUR (Secretaria de Turismo) e DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias), atuando em parceria com alguns conselhos regionais e municipais de turismo e que contribuem para o manejo desse espaço que inclui as áreas de proteção ambiental.

Esses municípios seriam satélites no circuito produtivo do serviço turístico da Mantiqueira, ajudando a reproduzir a centralidade de Campos do Jordão e a consolidar a desigualdade microrregional e urbana, mas, por outro lado, aproveitando-se dessa posição para igualmente promover o turismo local. Pois ao que parece, esses municípios satélites não se desenvolveriam sem a atividade turística de Campos do Jordão.

Na região da Mantiqueira os fatores de atratividade originais, o clima e a paisagem serranos, e outros que estão sendo adicionados à região, como a tranquilidade dos lugarejos, a paisagem rural e os recursos associados ao meio

natural fazem de toda essa região um lugar especial para atividades do turismo. Algumas atividades turísticas têm sido desenvolvidas em conjunto pelos municípios, realizando eventos na Serra da Mantiqueira promovidos pelas secretarias e diretorias de turismo e cultura dos municípios. Porém, o crescimento da atividade turística no entorno de Campos do Jordão revela alguns problemas quanto ao dimensionamento da atividade e seus efeitos sobre a organização do espaço. A sustentabilidade das localidades está comprometida, pois, o poder público e privado pouco dominam os princípios do turismo sustentável, o controle dos fluxos de turistas, a boa elaboração de leis de zoneamento, a especulação imobiliária, a valorização dos moradores que têm pouca participação nas decisões e, principalmente, a visão de futuro necessária para se evitar a degradação ambiental e o surgimento de núcleos de residências precárias (favelas).

Pode-se afirmar que mesmo o turismo sendo entendido como uma atividade econômica em Campos do Jordão e outras cidades da Serra da Mantiqueira, isso não revela perspectiva, diretrizes ou indícios de integração de demandas de coletivos sociais ou políticos voltados a interesses comuns ligados à provisão do que é socialmente e espacialmente mais necessário para a população residente de classe mais baixa nessa região.

Pensando internamente, não há planejamento que revele o atendimento às demandas tão contrastantes à economia turística dos mais desfavorecidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo dessa pesquisa foi identificar as formas de expressão dos atributos da centralidade urbana de Campos do Jordão, exigindo-se uma compreensão do processo de urbanização e da produção social do espaço urbano em relação ao conhecimento dos problemas urbanos, da desigualdade socioespacial, da identificação dos agentes sociais, das forças políticas dominantes e da lógica escolhida na manutenção da sua principal atividade econômica que é o turismo. E só então, entender a dimensão da centralidade de Campos nos contextos local e microrregional da Serra da Mantiqueira.

A cidade de Campos do Jordão nos mostrou nesse estudo que, os problemas na produção social do seu espaço surgiram ao longo do seu processo histórico de urbanização, mostrando-se como problemas estruturais, haja vista que, desde a década de 1940 com iniciativas no disciplinamento de seu território desde o século XIX não minimizou os impactos negativos que causaram uma contradição socioespacial, concretizando-se num espaço dividido da desigualdade socioespacial por todo seu território. Nesse processo o Município apresentou uma vocação para a cura da tuberculose e depois para o turismo e isso incentivou o surgimento de leis que deram rumo ao uso e a ocupação do solo de Campos do Jordão. Criando um modelo de cidade mercadológica (a Suíça brasileira), termo cunhado por Domingos Jaguaribe.

A cidade atraiu os principais médicos da época em que a tuberculose assolava o país, o Dr. Emílio Ribas e o Dr. Victor Godinho. Os dois tiveram um grande interesse econômico na cidade e fizeram grandes investimentos em terras. Adquirindo as áreas mais adequadas para urbanização.

Campos do Jordão é uma das cidades brasileiras com características climáticas e paisagísticas muito diferenciadas. Constituindo uma realidade singular, sobretudo no que se refere ao processo de sua formação socioespacial, pois estava ligada ao tratamento da tuberculose e depois ao turismo. Passando por grandes transformações a cidade é hoje um dos destinos turísticos mais procurados da região valeparaibana e no ranking do Ministério do Turismo de 2018 era a décima cidade mais procurada pelos turistas. A urbanização da cidade torna-se acelerada, devido ao afluxo populacional, o espaço da cidade se amplia e se desenvolve e, sobretudo a partir dos anos de 1940, registra-se uma busca crescente pela cidade como espaço de

descanso, lazer e desfrute da paisagem, dando ensejo ao desenvolvimento do turismo.

Essa dinâmica populacional intensa e a produção desenfreada do espaço construído, gerou não apenas o incremento da economia de serviços voltada à exploração do turismo em diversas modalidades, mas também, as mesmas contradições sociais acirradas do espaço dividido.

Com isso, a atual organização do espaço intraurbano revela-se pela coexistência de centralidades socialmente segmentadas que refletem a importância da economia urbana baseada no turismo e a dinâmica da vida cotidiana dos moradores e sua centralidade correlata no âmbito da microrregião da Serra da Mantiqueira.

Assim, entender a produção social do espaço urbano, considerando a formação e dinâmicas dos espaços intraurbanos, tomados por seus atributos diferenciados de centralidade, pode-se analisar a reestruturação urbana recente e as lógicas e ações políticas que se rebatem espacialmente pela distribuição e valorização desigual de novas atividades, serviços e equipamentos e pelas formas contrastantes de ocupação no tecido urbano. Além disso, tal entendimento mostrou as dinâmicas de transformação e organização do espaço intraurbano e microrregional, envolvendo, os atrativos da cidade e os fluxos de turistas para o consumo do lugar.

Na história de Campos do Jordão são fundamentais para contextualizar a formação do espaço urbano e das centralidades que o constituem e dinamizam internamente, firmando, em outra escala espacial, os atributos de um conhecido centro da rede urbana regional paulista.

Assim, o meio ambiente natural e a vocação sanatorial foram importantes indutores do desenvolvimento urbano de Campos do Jordão e sua acessibilidade potencializa ainda mais a força de sua centralidade. O destino turístico de Campos do Jordão torna-se irreversível, ocasionando expansão econômica e reorganização urbana, com o apoio do Governo do Estado.

O Estado também é um importante agente indutor nessa cidade que se utiliza da força da legislação. Desde o seu primeiro Zoneamento da Estância que foi estabelecido pelo decreto nº. 11.781, de 30 de dezembro de 1940, seccionando a cidade em duas regiões, reservando as Vilas Jaguaribe e Capivari para as atividades turísticas, e Abernóssia e a área próxima à entrada da cidade para a zona sanatorial. Revelando assim, uma segmentação do espaço urbano e a valorização de terras.

Observa-se que esse papel do Estado vai se acentuando no apoio direcionado à economia do turismo. Em relação aos Planos Diretores feitos para a cidade, apresentando um discurso em que propõem melhoria nas condições de vida, no progresso planejado e no meio ambiente, mas, verifica-se a continuidade do desenvolvimento baseado em uma divisão social do trabalho e acumulação de capital associadas a uma setorização espacial como requisito de especialização de atividades e fluxos econômicos. O que mostra existir relação indissociável entre os instrumentos do planejamento e a reprodução de mecanismos para desenvolver o turismo.

E esse modelo se reproduz até hoje, onde a segmentação espacial não apenas se mantém, mas se consolida, conforme se constata pela localização, de ocupações apinhadas em áreas de risco contigua à centralidade da Abernédia e no extremo oposto da centralidade turística, que subentende o trecho do principal corredor urbano da cidade que vai do Jaguaribe ao Capivari, e sobretudo nesta porção do espaço da cidade.

Assim, as três principais centralidades se legitimam e se consolidam em Campos do Jordão, com a movimentação cotidiana de boa parcela da população residente abrangendo a Vila Abernédia onde se concentra a maior parte dos edifícios administrativos e também as atividades de comércios e serviços, a Vila Jaguaribe (entre Abernédia e Capivari), encontra-se tanto o que atende à população residente como aos turistas e a Vila de Capivari revelando a convergência de fluxos diversos ligados à estrutura de atividades de apoio e atrativos para turistas.

Outro aspecto relacionado à centralidade turística, que chama atenção é a sua segmentação interna, ao evidenciar em uma única região da cidade, a convergência de dinâmicas do turismo ligadas a populações (turistas e empreendedores) de classes diferenciadas de renda. Comércios, serviços e atrativos turísticos, de circuitos econômicos distintos, se repartem em duas porções da centralidade do Capivari, atendendo a faixas variadas de turistas. É um ponto de encontro de turistas, polarizado por um segmento que frequenta comércios mais sofisticados e se alinha ao status identitário do lugar, e por outro segmento, também coparticipante desta mesma dinâmica, mas que, representado por excursionistas (mas não apenas por eles), usufrui de comércios e atrativos mais acessíveis, populares ou gratuitos, ao redor do teleférico. Além disso, constata-se o fenômeno da segmentação simbólica entre turistas e a população residente de mais baixa renda, que não frequenta o Capivari,

habitualmente, pois, entende não ser uma parte da cidade que lhes pertence. Só visitam o bairro por ocasião de eventos musicais gratuitos programados pela organização do Festival de Inverno, que vem ampliando seu repertório de eventos para além da música erudita promovendo outros gêneros musicais, junto a outras modalidades artísticas também incorporadas na temporada.

Essa segmentação interna da centralidade do Capivari evidencia a mesma lógica contraditória de um espaço dividido e desigual, passível de constatação e análise em outras escalas de organização do espaço intraurbano e microrregional.

Em relação à centralidade microrregional da Serra da Mantiqueira que Campos do Jordão apresenta tem a ver com as relações intermunicipais onde se observa a busca de uma atuação conjunta em arranjos institucionais entre as cidades vizinhas.

Acredita-se que haja como objetivo ideal, o envolvimento dessas cidades da microrregião da Serra da Mantiqueira para um desenvolvimento turístico com o apoio dos órgãos municipais e estaduais. Mas, apesar disso, não há nenhuma iniciativa que sinalize alguma relação de intermunicipalidade no Plano Diretor de Turismo de Campos do Jordão que está em processo de execução. Por enquanto, o que se constata são ações pontuais que em nada sugerem uma efetiva organização microrregional da Serra da Mantiqueira voltada para o turismo.

Ainda hoje, Campos do Jordão representa e promove a imagem da cidade ideal para a saúde, o turismo e o consumo do lugar ideológico que ela ocupa no cenário de uma ordem sociocultural e um planejamento estratégico de cidade mercadológica. E segue dessa forma, num modelo seletivo de turismo e reproduzindo uma desigualdade socioespacial. Essas também, apesar de negativas, são características que tornam essa cidade singular.

Ao longo desse trabalho foi se respondendo muitas questões que já estavam propostas, mas, há o inesperado e foi assim que, ao final da tese surgiu a difícil questão que não estava entre os objetivos dessa tese e acabou instigando e valendo uma reflexão. Será que as cidades vizinhas de Campos do Jordão, pertencentes à microrregião da Serra da Mantiqueira acabam criando serviços de apoio e atrativos turísticos como uma estratégia de planejamento ou estão reproduzindo as características de Campos do Jordão como cidade mercadológica que é? Talvez, esse seja o assunto para um aproxima pesquisa. Mas, sabe-se que a lógica do turismo em Campos do Jordão é orientada pelo capitalismo, onde os espaços são produzidos pela iniciativa privada, legitimados pelo Estado e influenciados ideologicamente pela mídia.

E que a dinâmica desse turismo não segue os princípios da sustentabilidade, segue a lógica do turismo predatório em que depois de exaurir as energias de um local, trocamos por novos destinos que ainda não possuem sinais de degradação socioespacial.

NOTAS:

1 - Campos do Jordão é a Suíça brasileira, por seu clima similar ao de Davos Platz, na Suíça. Este termo surge com a publicação dos estudos de Belfort de Mattos Filho, no 1º Congresso Brasileiro Hidro-Climatológico, em 1935, nos quais se alude a Campos do Jordão como a Davos Paulista (PAULO FILHO, 1997). Tal termo é utilizado como slogan da propaganda da estância de tratamento de saúde paulista, fazendo referência ao sistema terapêutico da Suíça.

2 - A produção de todos os mapas apresentados nessa pesquisa é de autoria de Daniel José de Andrade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO TERRITÓRIO

MANTIQUEIRA - ADITM. 2005. Disponível em:

<http://www.territoriomantiqueira.com/aditm>. Acesso em: 14 mar. 2020.

ALMEIDA, José Guilherme de. **A (in)sustentabilidade do turismo no entorno de Campos de Jordão - SP**. 2006. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARQUIVO HISTÓRICO DIGITAL DE CAMPOS DO JORDÃO 2018. Disponível em: <http://arquivohistoricodigitalcj.blogspot.com/2018/>. Acesso em: nov. 2018.

ATLAS BRASIL, 2013. PNUD, IPEA e FJP. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2027. Acesso em: 05 Jul. 2018.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

BENEVIDES, I.P. **Turismo e Prodetur – NE: dimensões e olhares em parceria**. Fortaleza: BNB/UFC, 1998.

BENI, Mário Carlos (org.). **Turismo - Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão - Desenvolvimento Regional, Rede de Produção e Clusters**. Apresentação Adyr Balastrieri Rodrigues. São Paulo: Manole, 2012.

BERTOLLI FILHO, C. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 248p.

BOULLON, Roberto. C. **Planejamento do Espaço Turístico**. São Paulo: USC, 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-55-18-novembro-1966-371224-norma-pe.html> Acesso em: 28 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.766/79, de 19 de Dezembro de 1979. Lei Lehmann. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1979. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6766-19-dezembro-1979-366130-norma-pl.html> Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1991.

BRASIL. Decreto-Lei n. 448, de 14 de fevereiro de 1992. Regulamenta dispositivos da Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1992.

BRASIL. Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

BRASIL. PL nº 3.057, de 12 de dezembro de 2000. Propõe uma ampla revisão da lei federal de parcelamento do solo urbano – nº 6.766/79. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19039&ord=1> Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da MetrÓpole. Brasília: Diário Oficial da União. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br> Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional do turismo**: diretrizes, metas e programas – 2003-2007. Brasília: 2003. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/>. Acesso em: 28 fev. 2018.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho. Centralidade Interurbana: uma abordagem conceitual. **Revista Equador** (UFPI), v. 5, n. 5, p. 71-93, 2016

CAMPOS DO JORDÃO. **Bandeira do Município**. Site da Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://camposdojordao.sp.gov.br/Nossa-Bandeira/>. Acesso em: 08 jan. 2019.

CAMPOS DO JORDÃO E REGIÃO CONVENTION & VISITORS BUREAU. 2009. Disponível em: <https://camposdojordao.com.br/tag/convention-visitors-bureau>. Acesso em: 08 jan. 2019.

CAMPOS DO JORDÃO 2004. **Plano Diretor Estratégico**. Objetivos Gerais e Estratégicos do Plano. Artigo 8º. Campos do Jordão-SP. 2004.

CAMPOS DO JORDÃO 2003. Lei nº 2737/03, de 02 de maio de 2003. Que dispõe sobre aprovação do **Plano Diretor Estratégico** de Campos do Jordão. **Diário Oficial**, Campos do Jordão, 2003.

CAMPOS DO JORDÃO. “**Quereis Saúde? Ide a Estância Climática de Campos do Jordão**”. 1934. Disponível em: www.camposdojordaoocultura.com.br. Acesso em: 27 jun. 2018.

CAMPOS DO JORDÃO. Decreto-lei nº 11.781, de 30 de dezembro de 1940. Dispõe sobre o seccionamento da cidade. Boletim Oficial Eletrônico. Disponível em: http://www.camposdojordao.sp.gov.br/portal/images/arquivos/boletimeletronico/2013/boletim_16-13.pdf> Acesso em: 30 set. 2018.

CAMPOS DO JORDÃO, 1978. Lei n. 1.844, de 17 de novembro de 1978. Dispõe que a cidade passa a denominar-se Estância Turística. **Diário Oficial, 1978**. Campos do Jordão.

CAMPOS DO JORDÃO, 1978. Lei n. 1.095, de 1978. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo. **Diário Oficial, 1978**. Campos do Jordão.

CAMPOS DO JORDÃO, 1978. Lei n. 1.096, de 1978. Dispõe sobre o Código de Uso do Solo e Proteção à Paisagem, no zoneamento de usos da área urbana. **Diário Oficial, 1978**. Campos do Jordão.

CAMPOS DO JORDÃO, 1978. Lei n. 1.097, de 1978. Dispõe sobre o Código de Edificações. **Diário Oficial, 1978**. Campos do Jordão.

CAMPOS DO JORDÃO, 1985. Lei n. 1.538, de 1985. Dispõe sobre o Zoneamento e a extinção do Parque Sanatorial. **Diário Oficial, 1985**. Campos do Jordão.

CAMPOS DO JORDÃO. Lei nº 3.049/07 de 02 de maio de 2007, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município de Campos do Jordão. **Diário Oficial, 2007**. Disponível em: http://www.aeacj.com.br/netportal/arquivos/7/23546_lei_3049_2007.pdf. Acesso em: 02 jun. 2019.

CAMPOS DO JORDÃO, 2008. Prefeitura. Lei nº 3.119/08 de 21 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 3.049/07, de 02 de maio de 2.007, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do município. **Diário Oficial, 2008**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campos-do-jordao/lei-ordinaria/2008/312/3119/lei->. Acesso em: 02 jun.2019.

CAMPOS DO JORDÃO, 2008. Prefeitura - Mapa Hidrográfico do município de Campos do Jordão. Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campos-do-jordao/lei-ordinaria/2008/312/3119/lei->. Acesso em 02 jun. 2019.

CAMPOS DO JORDÃO, 2011. Lei nº 3.498/11 de 23 de dezembro de 2011, dispõe sobre alteração da Lei de Zoneamento e de Uso e Ocupação do solo do município, Lei Municipal nº 3.049/2007, com redação alterada pela Lei 3.119/2008. **Diário Oficial, Campos do Jordão, 2011**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campos-do-jordao/lei-ordinaria/2011/350/3498/lei-ordinaria-n-3498-2011-dispoe-sobre-alteracao-da-lei-de->

zoneamento-e-de-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-lei-municipal-n-3049-2007-com-redacao-alterada-pela-lei-3119-2008 Acesso em: 02 jun. 2019.

CAMPOS DO JORDÃO, 2013. Decreto-Lei Nº 7117/13. 2013. Boletim Oficial Eletrônico. Disponível em: <http://www.camposdojordao.sp.gov.br/portal/images/arquivos/boletimeletronico/2013/boletim_16-13.pdf>. Acesso em 30 de Set. 2018.

CAMPOS DO JORDÃO, 2018. **Plano Diretor de Turismo 2018-2020**, 2018. ANEXO I.

CAMPOS DO JORDÃO, 2019. PREFEITURA - **Projeto do Plano de Turismo**. Acompanhamento pelo site. Disponível em: www.abet.tur.br/plano-diretor-de-turismo-campos-do-jordao-sp/. Acesso em: Out. 2019.

CAMPOS DO JORDÃO, 2019. PREFEITURA - Secretaria Municipal de Finanças, Setor de Tributação. Informação enviada por e-mail em: 03 de abr. de 2019.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades Brasileiras: seu Controle ou o Caos**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CARMO, M. L. M. do. **Planejamento e Gestão Municipal Integrada entre os Municípios de Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal e Monteiro Lobato, no Estado de São Paulo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2003.

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, Manuel; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 45, p.152-166, julho 1996.

CETESB. **Relatório**: Campos do Jordão – Área de Proteção Ambiental. São Paulo: Cetesb. 1983.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CODIVAP. **Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba Litoral Norte e Mantiqueira**. Taubaté. 1971.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA SERRA DA MANTIQUEIRA- CBH-SM. **Relatório de situação dos recursos hídricos**: 2017 ano base 2016. Campos do Jordão – SP, junho de 2017.

CONTE, C. H. Rede Urbana: Uma breve abordagem teórica. **Departamento de Geografia da FCT/UNESP**, Presidente Prudente, n. 14, v.1, p. 76-93, 2014.

COOPERATIVA DE SERVIÇOS E PESQUISAS TECNOLÓGICAS E INDUSTRIAIS - CPTI. **Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Serra da Mantiqueira – UGRHI – I. Relatório Final**. São Paulo: CPTI, 2003. [CD_ROM].

COPASA. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí**. Resumo Executivo. Vida Meio Ambiente. Belo Horizonte: Copasa, 2010.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, M. A. Quarenta Anos de Regiões Metropolitanas no Brasil: um breve balanço exploratório. *In*: COSTA, M. A.; TSUKUMO, I. T. L. **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em:http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_40_anos_regioes_metropolitanas_vol01.pdf. Acesso em: mar. 2016.

CRUZ, R. C. A. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. *In*: YÁZIGI, E. A. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.

CRUZ, R. C. A. **Geografias do turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 1999.

DER. **Memórias do Transporte**. Disponível em: <http://www.der.sp.gov.br/WebSite/Institucional/MemoriaTransporte.aspx> Acesso em: 01 mai. 2019.

DIAS, Reinaldo. Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

DINIZ, C. C. Impactos Territoriais da Reestruturação Produtiva. *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **O futuro das Metrôpoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan FASE, 2000.

DRUCK, Suzana; CARVALHO, Marília Sá; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Brasil em relevo**: catálogo de imagens orbitais da Missão Topográfica Radar Shuttle (SRTM).

Disponível em: <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/relevobr/sp/index.htm>. Acesso em: 01 jun. 2019.

EMBRATUR. **Sua História**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/institucional/2015-04-06-14-28-40.html>. Acesso em: 22 set. 2018.

EMPLASA. **Base de dados**: Uso do solo para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. EMLASA, 2010.

FRUGOLI JÚNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

GOMES, Cilene; RESCHILIAN, Paulo Romano; UEHARA, Agnes Yuri. Perspectivas do planejamento regional do Vale do Paraíba e litoral norte: marcos históricos e a institucionalização da região metropolitana no Plano de Ação da Macrometrópole Paulista. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2018.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

GUIACAMPOS. **Concessão de uso para serviços de ecoturismo em parques do Estado de São Paulo (Parque do Capivari e Horto Florestal de Campos do Jordão)**. Disponível em: <http://www.guiacampos.com/arquivo-de-noticias>. Acesso em: 7 abr. 2019.

GUIA de Campos do Jordão. Disponível em: www.guiadecamposdojordao.com.br. Acesso em: 29 set. 2018.

GUIA de Campos do Jordão. Fotos de Crisitano Tomaz – 29 de julho de 2013. 2013. Disponível em: www.guiadecamposdojordao.com.br. Acesso em: 16 mai. 2019.

GÜNTHER, H. **Como Elaborar um Questionário**. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003. URL: [www.psi-ambiental.net/pdf/01 Questionário.pdf](http://www.psi-ambiental.net/pdf/01%20Question%C3%A1rio.pdf). 2003. Acesso em: jul. 2018.

HAMMERL, Priscyla Christine. Campos do Jordão (SP): de estância de saúde à estância turística. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. **Anais...**, São Paulo, 2011.

HARVEY, D. Labor, Capital and Class Struggle around the Built Environment in Advanced Capitalist Societies. *in Politics and Society*, New York, n^o 6, s.n.p. 1976.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Campos do Jordão**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campos-do-jordao.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: resultados da Sinopse por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 17 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Malhas digitais para o ano de 2010**. 2010a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15774-malhas.html?=&t=sobre>. Acesso em: 01 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico - dados do universo por setor censitário para o ano de 2010**. 2010b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC)**: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico - dados do universo por setor censitário para o ano de 2000**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasil em Síntese**. São Paulo - Campos do Jordão | Panorama 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campos-do-jordao/panorama>. Acesso em: 03 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html>. Acesso em: set. 2020

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA - IGC. **Cartas topográficas 1977**. São Paulo: IGC, 1977.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. Projeto MAVALE – Macrozoneamento do Vale do Paraíba e Litoral Norte. 1992

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, AMBIENTAL, ARTÍSTICO, ARQUITETÔNICO E CULTURAL DE CAMPOS DO JORDÃO - IPHAC. **Fotos da cidade**. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO SÃO PAULO - IPT. **Mapa geomorfológico do estado de São Paulo**. São Paulo: IPT, 2000.

KOTLER, P.; HAIDER, D.H.; REIN, I. **Marketing Público**. São Paulo, Makron Books, 1994.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

LAMPARELLI, Celso Monteiro; CAMARGO, Azael Rangel; GEORGE, Pedro Conceição Silva. Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: o urbano. etc., espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. v. 1, n. 1, 2007.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LEI ORGÂNICA DE CAMPOS DO JORDÃO. Disponível em: <http://www.camaracampos do jordao.sp.gov.br/leiorganica.doc> Acesso em: 30 Set. 2018.

LESSA, S. N. **São José dos Campos**: o planejamento e a construção do pólo regional do Vale do Paraíba. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MARICATO, E. As Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*: VAINER, C.; MARICATO, E.; ARANTES, O. B. F. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Gilberto. Leste Quinhentista. **Jornal Vale Paraibano**, 2000.

MASAKAZU, Arakaki. **Cinquenta anos de Campos do Jordão**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 1985.

MENESES, U. T. B. A paisagem como fato cultural. *In*: YAZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisa/td/TD%20281.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

MOREIRA, Mário José. *et al.* **Elementos Ambientais no Planejamento Territorial da Serra da Mantiqueira**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2004. [Trabalho de disciplina Elementos Ambientais de Planejamento Territorial].

NETCAMPOS. **Foto Ducha de Prata - Campos do Jordão SP**. Portal NetCampos.com Disponível em: <https://www.netcampos.com/passeios-campos-do-jordao/ducha-de-prata.html>. Acessado em: 17 jan. 2019.

NETCAMPOS. **Foto Teleférico – Morro do Elefante - Campos Do Jordão SP.** Portal NetCampos.com. Disponível em: <https://www.netcampos.com/passeios-campos-do-jordao/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

OLIVEIRA, José Oswaldo Soares de. **A Quem Interessa a Urbanização Clandestina? Estudos sobre Campos do Jordão.** 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 1991.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. A. de. Redefinição da Centralidade Urbana em Cidades Médias, **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 205-220, jun. 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Desenvolvimento de turismo sustentável manual para organizadores locais.** Embratur, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

OSM - Open Street Map. **Banco de dados de vias georreferenciadas:** Brasil, 2017. Disponível em <http://download.geofabrik.de/>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PAULO FILHO, Pedro. **História de Campos do Jordão.** Aparecida: Editora Santuário, 1986.

PAULO FILHO, Pedro. **Campos do Jordão, o presente passado a limpo.** São José dos Campos: Vertente, 1997.

PIVOTT, Cleide. **O turismo e a produção social do espaço urbano. Estudos sobre Campos do Jordão, SP.** 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2006.

POZATI, Fábio. **Perspectivas da prática turística em Unidades de Conservação:** um estudo comparativo entre o Parque Estadual de Campos do Jordão e Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** Colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRINCE, Ana Enedi. **Campos do Jordão como Centro de Tratamento e Cura da Tuberculose.** Taubaté: Editora e Livraria Cabral Universitária, 2017.

PRINCE, Ana Enedi. São José dos Campos e Campos do Jordão: contextos sanatoriais. *In:* ZANETTI, Valéria (org.) **Fase Sanatorial de São José dos Campos:** espaço e doença. São Paulo, SP. Editora Univap/Intergraf, 2010.

RAIS, 2018. **Relação Anual de Informações Sociais:** bases estatísticas RAIS e CAGED. Brasília: Ministério da Economia - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 20 maio 2020.

ROCHA, Edmundo Ferreira da. **A Tuberculose e a Estrada de Ferro na história de Campos do Jordão**. 30/07/2020 às 20h. Live no Facebook: Disponível em: <https://www.facebook.com/leandrocesaradv/> Acesso em 30 de jul. 2020.

ROSA FILHO, Artur. **Percepção geográfica de escorregamentos de encostas em favelas nas áreas de risco – Campos do Jordão – SP**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

ROSA FILHO, Artur. Os deslizamentos de encostas nas favelas em áreas de risco da “suíça brasileira”. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.6, n.11, p. 23-34, jan./abr. 2012.

ROSE, Alexandre Turatti de. **Turismo: Planejamento e Marketing**. Barueri: [s.n], 2002.

SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/interna/subHome.aspx?secaold=48>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SÁNCHEZ. F. G. Buscando um lugar ao Sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana. **Revista Paranaense de Geografia** n. 4, 1999.

SÁNCHEZ. F. G. A Reinvenção das Cidades na Virada de Século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polit**, v. 16. p. 31-49, 2001.

SÁNCHEZ. F. G. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, B. de. S. Os Processos de Globalização. *In*: SANTOS, B. de. S. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS FILHO, João dos. **Alguns comentários ao Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas 2003 – 2007. Um breve ensaio sociológico.** Revista Espaço Acadêmico v.3, n.27, agosto/2003. Disponível em: [HTTP://www. Espaçoacademico.com.br/](http://www.espacoacademico.com.br/) Acesso em: 20 jan. 2017.

SÃO PAULO. Estado. Decreto Lei nº 11.908, de 27 de março de 1941. Cria o Parque Estadual de Campos do Jordão. **Diário Oficial**, 1941. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1941/decreto.lei-11908-27.03.1941.html>. Acesso em: 15 out. 2019.

SASSEN, S. Cidades na Economia Global: enfoques teóricos e metodológicos. **EURE** (Santiago), v. 24 n. 71, 1998.

SEADE Fundação Sistema Estadual Análise de Dados. **Emprego e Rendimento.** 2007. Disponível em: <http://www.perfil.seade.gov.br/> Acesso em: 27 jul. 2019.

SETZER, José. **Atlas Climatológico do Estado de São Paulo.** São Paulo: Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1966.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SEVERO SOARES, Luís Augusto. Turismo e globalização: algumas perspectivas. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 6, n. 1, p. 63-70, 2007.

SILVA, Alexandre Gonçalves. **Educação Ambiental como Instrumento na Mitigação de Riscos Frente à Ocupação de Encostas na Município de Campos do Jordão – SP.** Projeto de pesquisa do curso de mestrado do Programa de Pós - graduação em Engenharia Ambiental da Universidade de Taubaté. 2002.

SILVA, Daniela Côrrea. **O papel da regularização fundiária no Brasil, análise de um projeto de implementação de regularização fundiária na Vila Albertina em Campos do Jordão/SP.** 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2008.

SILVA NETO, Manoel Lemes. Dispersão, adensamento e super aglomeração urbana em São Paulo: subsídios à formulação de políticas públicas de caráter territorial. In: **XVI Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2015, Belo Horizonte.** Anais do XVI ENANPUR. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.

SOMEKH, Nadia. **A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1998.

SOMEKH, Nadia. **Regiões Metropolitanas no Brasil:** desenvolvimento e território. Seminário Nacional. Natal: UFRN, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Geografia**, São Paulo, n. 10, 1991.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 3, n. 04, p. 27-37, 1998.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. *In*: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Centralidade intra-urbana. Conjuntura**: Presidente Prudente, p. 49-52, Presidente Prudente: GASPERR, FCT, UNESP, 2002. Número especial.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. Presidente Prudente: [s.n.], 2004.

TOURINHO, Andréa de O. **Do Centro aos centros**: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TURNER, Alasdair, PENN, Alan, HILLIER, Bill. An algorithmic definition of the axial map. **Environment and Planning B: Planning and Design**, volume 32, pages 425 - 444. May 2005. DOI: 10.1068/b31097.

USGS. **United States Geological Survey: catálogo de imagens orbitais dos satélites Landsat 5 (TM) para os anos de 1984, 1994,2004 e Landsat 8 (OLI) para o ano de 2014**. Disponível em:<https://www.usgs.gov/>. Acesso em: 3 jun. 2019.

VAINER, C. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: VAINER, C.; MARICATO, E.; ARANTES, O.B. F. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIANNA, Paula V. Carnevale; ZANETTI, Valéria; PAPALI, Maria Aparecida. Geografia, saúde e desenvolvimento urbano no interior paulista na passagem para o século XX: Domingos Jaguaribe e a construção da Estância Climática de Campos do Jordão. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.4, p. 1341-1360, out.-dez, 2014.

VILLAÇA, F. A Crise do Planejamento Urbano. **São Paulo em Perspectiva**, v. 9, n. 2, p. 45-51,1995.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, F. Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. (orgs.) **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

VILLAÇA, F. **As Ilusões do Plano Diretor**. São Paulo: Edição do autor, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/index.html>. Acesso em: 19 out. 2019.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar, turismo, Planejamento e Cotidiano em Litorais e Montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. **Globalização ameaça "poesia" geográfica em Campos do Jordão**. [Entrevista cedida] Folha de S. Paulo. 21 Jun. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u816.shtml> Acesso em: 11 set. 2019.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

JORGE WILHEIM. Disponível em: <http://www.jorgewilheim.com.br/legado/Arquiteto/1667>. Acesso em: 19 out. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (PARA TURISTA)**QUESTIONÁRIO (para turista)**

1 - Cidade onde reside: _____

2 - Faixa Etária

Menos de 20 anos

De 20 a 25

De 26 a 34

De 35 a 50

De 51 a 65

Mais de 65

3 – Sexo: Feminino Masculino

4 - Grau de instrução:

Ensino fundamental; Ensino Médio; Superior; Pós-graduação

5 – Faixa de renda familiar em R\$:

5.000 ou mais;

De 3.000 a 5.000;

De 1.500 a 3.000;

De 1.000 a 1.500.

Menos de 1.000

6 - Tempo de permanência em Campos do Jordão:

Um dia; Final de semana; Uma a três semanas; Um mês; Acima de um mês.

7 - Como soube de Campos do Jordão?

Mídia impressa; Mídia televisiva; Amigos; Internet; Todos.

8 – Qual motivo para visitar Campos?

Clima; Compras; Gastronomia; Pontos turísticos; Festival de Inverno; Eventos; Todos.

9 - Campos do Jordão é conhecida como a Suíça brasileira. Você: Concorda Discorda

10 - Como você classifica a paisagem urbana de Campos do Jordão?

Agradável; Normal; Desagradável; Indiferente

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO (PARA MORADOR)

1 – Você é natural de onde?

Campos do Jordão;

Outra cidade do Estado de São Paulo;

Estado de Minas Gerais;

Outros Estados.

2 - Você está satisfeito em morar em Campos do Jordão?

Sim () Não ()

3 - O que você mais gosta em Campos do Jordão?

4 - O que você menos gosta em Campos do Jordão?

5–Campos do Jordão é conhecida como a Suíça brasileira. Você

Concorda () Discorda ()

6 - Na sua opinião, a cidade tem tido ganhos com o turismo. (Que parcela da população ganha mais?)

7 – Você participa dos eventos turísticos que a cidade promove?

8 – Você participa de alguma ONG, Fundação ou Associação?

Sim () Não ()

9 – Você considera que a Prefeitura tem realizado a infraestrutura necessária para a cidade?

Sim () Não ()

10 – Como a prefeitura poderia melhorar a vida da população já que o turismo é visto como principal fonte econômica da cidade?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO (PARA COMERCIANTE)

1 – Você é natural de onde? _____

2 - Há quanto tempo mora em Campos do Jordão?

Menos de 10 anos de 10 a 19 De 20 a 25 De 26 a 34 Acima de 35

3 - Você considera que a Prefeitura tem realizado a infraestrutura necessária para a cidade?

Sim Não

4 – Você acha que a cidade tem aptidão para o turismo? Deve investir somente nisso?

Sim Não

5 - Que tipo de turista seria mais interessante para o município? Somente pessoas com renda:

De 5.000 ou mais;

De 3.000 a 5.000;

De 1.500 a 3.000;

De 1.000 a 1.500;

Com qualquer renda.

6 - O festival de inverno traz algum benefício para você? Sim Não

7 - Na temporada de inverno muitas empresas se deslocam para Campos do Jordão (veículos de comunicação, empresas de entretenimento, comerciantes diversos etc.), como você avalia a presença dessas empresas especialmente nesse período? Boa ruim indiferente

8 – Para você, a cidade atualmente tem ganhado com o turismo. (Que parcela da população ganha mais?) Moradores; Empresários; Comerciantes;

9- Você considera que bairros com pouca infraestrutura, mais afastados, com imagem diferente de outros bairros podem prejudicar o turismo do município? Sim Não

10 – Você participa(ou) da elaboração dos Planos Diretores de Campos do Jordão?

Sim Não

11 – Você faz parte de alguma ong, fundação ou associação? Sim Não

12 – Qual a sua opinião sobre a qualidade da mão de obra local?

Ótima; Boa; Regular Péssima

13 – Como você avalia o trabalho das entidades voltadas para o turismo aqui em Campos?

Ótima; Boa; Regular Péssima

14 – Sabe-se que a cidade possui mais de cinco mil Imóveis que funcionam como segunda residência para seus proprietários. Na sua opinião, tendo em vista o custo de manutenção dessas residências

(impostos, caseiros, seguranças, etc.) qual o interesse desses proprietários em manter esses imóveis?

Lazer;

Interesse comercial;

Investimento.